
Crônicas de
Elarion
O preço da verdade

SUMÁRIO

PARTE I — A TERRA E ELARION....4
1. TERRA: O JARDIM DO GETSÊMANI....6
2. TERRA: O BEIJO DE JUDAS II....10
3. ELARION: O SOL DE ELARION....11
4. TERRA: MARIA MADALENA....16
5. ELARION: NITRA, CAPITAL DA UNIÃO....32
6. TERRA: O BEIJO DE JUDAS....47
7. ELARION: O CÍRCULO DOURADO....56
8. TERRA: O DIA DA SEPARAÇÃO....58
9. ELARION: A CAMADA....63
10. TERRA: A FIGUEIRA AMALDIÇOADA....75
11. ELARION: MAREIA LIOREN....94
12. TERRA: JESUS NO MONTE....100
13. ELARION: ARIEN KORVETH....104
14. TERRA: O COMEÇO DE UMA NOVA GERAÇÃO....128

PARTE II: A DIVISÃO DE UM CRIME....133
15. 30 MOEDAS....133
16. A FERIDA GANHA UM ORÇAMENTO....138
17. FUNDAÇÕES DE PROTEÇÃO....143
18. BIO-IA SEM ÓDIO....148
19. LABORATÓRIOS SEM MAPA....152
20. A SUSPEITA DE MAREIA....157
21. TESTE DE CEGUEIRA....164
22. EXCEÇÕES....174
23. O ÚLTIMO PAGAMENTO....182
24. A PRIMEIRA FEBRE....195

PARTE III: A PESTE DO CÍRCULO DOURADO....207
25. AS CASAS DE AURIOLA....207
26. SISTEMAS QUE NÃO VEEM O TODO....215
27. O NOME QUE TEMIAM PRONUNCIAR....223
28. O CÍRCULO DOURADO ATRÁS DO VIDRO....229
29. A VOZ DE JESAIR E A PONTE PARA O ELAR ÚNICO....237

30. O TERÇO....252
31. ATRÁS DO VIDRO....268
32. OS QUE CHEGAM....273

PARTE IV: ELARION SEM O TERÇO....283

33. AS MÃOS QUE FALTAM....283
34. A PARTE DOS VIVOS....294
35. O ESQUELETO FINANCEIRO DA PANDEMIA....303
36. O HOMEM QUE TINHA O MAPA....311
37. NÃO APENAS ARIEN....321
38. A CONVENÇÃO APÓS O TERÇO....326
39. UM SÓ ELAR....341
40. O PESO DO PODER....352

LIÇÕES PARA A TERRA....377

O poder crescente das tecnologias e a dificuldade de controlá-lo em escala planetária. 377
A corrupção e a ineficiência do Estado....378
Os problemas da evasão fiscal....378
O fim dos conflitos armados e a descoberta imediata de qualquer irregularidade com dinheiro....379
Uma implantação justa e transparente da renda básica universal (RBU)....379
Os desafios da vida eterna e uma solução transparente para os problemas populacionais do planeta....380

O MOVIMENTO POLÍTICO HTTPS://HUMANITYUNITEDMOVEMENT.ORG....381

O bom senso como fundamento da política....381
Academia política....382
Um movimento global para um mundo global....385
A transparência como base da confiança....386
O progresso tecnológico e o futuro do trabalho....388
Igualdade de oportunidades e dignidade humana....389
Pensar a longo prazo e assumir responsabilidade pelo futuro....390
Como deve funcionar o próprio movimento....390
O que, afinal, queremos alcançar?....391
Um convite à nova geração....392

Parte I — A Terra e Elarion

Nem toda distância no universo significa separação.

Trinta anos-luz são um abismo para o corpo. Para a luz, uma longa viagem. Para a memória, talvez menos. Num recanto do espaço estelar, dois planetas giravam em torno de seus sóis. Não tinham nascido da mesma matéria, nem pertenciam à mesma estrela. E, no entanto, pareciam-se como se podem parecer dois sonhos distantes.

Ambos tinham mares que, pela manhã, se tornavam de prata. Ambos tinham nuvens, montanhas, rios, desertos e terras onde o vento, havia eras, traçava no pó sua escrita silenciosa. Em ambos, a chuva caía sobre as pedras, as árvores cresciam da terra e os seres vivos aprendiam a distinguir a dor do desejo, o medo da esperança, aquilo que lhes era dado daquilo que podiam mudar.
Um desses planetas se chamava Elarion.

O outro receberia o nome de Terra.

Ficavam longe um do outro, mas não tão longe que entre eles não pudesse um dia passar a luz, um pensamento, uma vontade ou algo ainda mais silencioso. O universo conhece outros caminhos além dos que as naves percorrem. Conhece também as correntes lentas pelas quais um mundo influi em outro, os laços invisíveis entre suas histórias e os estranhos regressos daquilo que parecia perdido.
Algo mais que uma semelhança fortuita unia aqueles dois mundos.

Não de maneira simples. Não de um modo que logo se pudesse traçar nos mapas ou registrar nas crônicas. O laço que os unia era daquelas coisas que só se revelam depois, quando o destino se cumpre e de repente se compreende que os acontecimentos que pareciam separados sempre fizeram parte de uma única frase.

Em Elarion, a humanidade já tinha chegado longe. Suas cidades tocavam o céu, suas naves conheciam a escuridão entre os planetas, suas máquinas calculavam o que antes só se podia intuir. Seus habitantes tinham aprendido a prolongar a vida, a curar o corpo, a transformar desertos, a construir mundos sob cúpulas e a encarar o próprio futuro com a coragem de seres que começavam a acreditar que quase nada é impossível para sempre.

Mas até as civilizações mais avançadas permanecem humanas enquanto nelas viverem seres capazes de amar, invejar, perdoar, sentir medo e cobiçar o poder. E onde há gente, a história nunca é apenas a história da técnica. É também a história do coração.

Naquele tempo, viviam em Elarion duas pessoas.

Jesair Davion.

Mareia Lioren.

Seus nomes ainda não pertenciam ao mito. Eram apenas nomes que se ouviam nos quartos, nos caminhos, nos jardins, entre amigos e entre aqueles que os conheciam de perto. Mas certos nomes têm um destino estranho. Primeiro pertencem a uma pessoa. Depois à dor. Depois à memória. E por fim regressam sob uma forma que ninguém mais reconhece por inteiro. Esta história começa em Elarion, sob a luz de um sol estrangeiro.
Seu eco, porém, não ficará ali para sempre.

Pois há vidas que não terminam nas fronteiras de um mundo. Há encontros que parecem anteceder a si mesmos. E há amores que voltam a atravessar a história, não porque não saibam partir, mas porque ainda não disseram tudo.

1. Terra: o jardim do Getsêmani

Quando acabaram de cantar os salmos da Páscoa e Jerusalém mergulhava na noite, Jesus saiu com seus discípulos para além do ribeiro do Cedrom. Às suas costas, a cidade ainda respirava o calor do dia, mas o frio já se instalara nos vales. O silêncio pairava sobre o monte das Oliveiras, como se até as pedras prendessem a respiração.

Chegaram a um lugar chamado Getsêmani. Havia ali um jardim, oliveiras de troncos retorcidos e um leve sussurro de folhas. Os discípulos o conheciam. Nada tinha de solene. Era um lugar comum, um refúgio de solidão para onde se ia quando era preciso falar com Deus sem testemunhas.

Jesus parou. Havia paz em seu rosto, mas não a paz que se traz no rosto quando a vida é fácil. Era uma paz que mantinha inteiro algo profundamente abalado.

"Sentem-se aqui", disse em voz baixa, "enquanto vou orar."

Depois levou Pedro, Tiago e João um pouco mais adiante. Os três o seguiram sem fazer perguntas. Sentiam que algo acontecia e não o compreendiam. Jesus, que diante deles curara enfermos, fizera calar a tempestade e falara com uma autoridade que jamais tinham ouvido em outra voz, caminhava agora com dificuldade. Como se cada passo carregasse um peso que eles não viam.

Por fim, voltou-se também para os três.

"Minha alma está triste até a morte", disse. "Fiquem aqui e vigiem comigo."

Aquelas palavras os atingiram com mais força que uma censura. Pedro abriu a boca, como se quisesse prometer fidelidade mais uma vez, mas Jesus já se afastava. Não foi longe — podiam vê-lo, estava a poucos passos — e, no entanto, de repente abriu-se entre eles uma distância que ninguém podia vencer.

Jesus parou junto a uma oliveira. O vento tocou sua veste. Acima dele tremiam as folhas prateadas e, no chão, as sombras se estendiam como água derramada.

Ajoelhou-se.

Depois caiu com o rosto por terra.

E naquele instante a noite se aprofundou à sua volta.

As visões vinham a ele como imagens vivas, mais nítidas que os sonhos ou as simples lembranças — implacáveis, sem misericórdia.

Viu tochas entre as árvores.

Viu os passos de homens armados, ouviu o tinir do metal, murmúrios e ordens. E no meio deles, Judas. Tinha o rosto pálido, mas decidido. Avançava como quem já cruzou um limite e agora tem medo de olhar para trás. Aproximou-se dele e, em lugar da espada ou de uma acusação, assinalou-o com um beijo.
Na visão, Jesus sentiu no rosto os lábios de Judas e soube que seria entregue por aquele sinal.
"Amigo." Dentro dele ressoou a palavra que teria de dizer. E doeu mais que as amarras.

A imagem mudou.

Viu o pátio da casa do sumo sacerdote. O fogo. O rosto de uma criada iluminado pelas chamas. Pedro, que se aquecia entre estranhos, evitando os olhares. Ouviu a pergunta: "Você também estava com ele?"
E então ouviu a resposta de Pedro.

"Não o conheço."

Jesus fechou os olhos, mas a visão não desapareceu.

A segunda negativa. Depois a terceira. Pedro ergueu a voz, assustado consigo mesmo, e jurou que não conhecia aquele homem. Foi então que o canto do galo atravessou a noite. Agudo. Breve. Terrivelmente claro.
E Jesus viu os olhos de Pedro no instante em que ele se lembraria.

Nos olhos de Pedro viu um amigo quebrantado pelo próprio medo.

Jesus estremeceu.

"Pai", sussurrou, "eles são pó. São fracos. E eu os amo."

Então veio outra imagem.

Um pátio. O escárnio. Um rosto que os golpes encobriam. A vara de cana nas mãos dos soldados. Os espinhos cravados na cabeça. O clamor da multidão, que ondulava como fogo ao vento. Mãos que o golpeavam sem saber em quem tocavam. Bocas que o escarneciam sem compreender que o próprio alento lhes fora dado por Deus.
Depois o monte.

A madeira da cruz.

Os cravos.

Jesus viu os braços estendidos sobre a trave. Viu o ferro encostado à pele do pulso. Viu o martelo erguido. Antes mesmo que descesse, seu corpo se retesou de dor, como se o futuro tivesse atravessado o presente e já o alcançasse ali.
Um gemido baixo lhe escapou da boca.

Gotas de suor lhe brotaram na testa. Primeiro límpidas, depois mais escuras. Escorriam por entre os cabelos e pelas têmporas, pesadas e vermelhas como gotas de sangue. Caíam no chão do jardim do Getsêmani, no pó entre as raízes das oliveiras.
Jesus tremia, mas não fugia.

"Meu Pai", disse, em voz tão baixa que só a noite o ouvia, "se é possível, que passe de mim este cálice."
Silêncio.

Não um silêncio vazio, mas o silêncio do Pai, mais próximo que o próprio sopro e que, ainda assim, não poupa ao Filho o caminho a percorrer.

Jesus apertou as palmas contra o chão. Os dedos afundaram na terra. As visões não cessavam. Viu a mãe ao pé da cruz. Viu o discípulo a quem amava, de pé ao lado dela. Viu pessoas que viravam o rosto. Viu o céu que haveria de escurecer. Viu o próprio corpo erguer-se num espasmo para tomar fôlego. Viu a sede. Viu o abandono. Viu a morte. E viu Maria Madalena tocar com três dedos seu pulso trespassado pelo cravo.
E, no entanto, para além de tudo aquilo, viu ainda outra coisa.

Via-a apenas de modo impreciso, como uma estreita faixa de luz na orla da noite.

Viu rostos que ainda não existiam. Gente de tempos e de terras distantes. Viu os pecadores que chorariam a própria culpa. Viu os enfermos que se agarrariam a seu nome. Viu os que, alquebrados, encontrariam esperança em suas chagas. Viu Pedro, que depois da queda se levantaria outra vez. Viu os discípulos que se dispersariam e depois voltariam. Viu que o amor podia atravessar até a traição, o medo e a morte — desde que não deixasse de ser amor.
"Não como eu quero", disse por fim, "mas como tu queres."

Ao dizer isso, não deixou de sentir dor no corpo. O medo não desapareceu. Não se afastou dele a hora que se aproximava. Dentro dele, porém, firmou-se uma obediência serena que não era derrota, e sim dádiva.
Ergueu a cabeça.

"Pai", suplicou, "dá-me forças para amá-los até o fim. Dá-me forças para não amaldiçoar os que vão me ferir. Dá-me forças para olhar Pedro com misericórdia. Dá-me forças para receber sem ódio o beijo de Judas. Dá-me forças para carregar a cruz quando meu corpo estiver caindo. Dá-me forças para continuar sendo teu Filho mesmo quando eu parecer um homem abandonado por Deus."

Nisso o vento se moveu no jardim. As folhas das oliveiras sussurraram, como se uma mão invisível passasse sobre ele. Jesus respirava com dificuldade, mas num ritmo mais regular. As gotas de sangue em sua testa esfriavam devagar.

Ao voltar para junto dos discípulos, encontrou-os dormindo.

Pedro tinha a cabeça caída, Tiago dormia em silêncio e João respirava inquieto, como se o horror que se aproximava já o tocasse também. A tristeza os tinha exaurido. Fracos na carne. Humanos.

Jesus ficou algum tempo olhando para eles.

"Então vocês não puderam vigiar comigo nem por uma hora?", perguntou.

Havia ali mais que uma censura. Havia a dor de quem ficara sozinho na hora mais difícil. Mas também a ternura de quem conhecia a fraqueza deles antes que eles próprios a admitissem.

"Vigiem e orem", disse, "para não cair em tentação. O espírito está pronto, mas a carne é fraca."

Depois, voltou-se de novo para a escuridão do jardim.

Eles sabiam apenas que ia orar.

Ele, porém, sabia que ia ao encontro da hora que já vinha pela estrada com suas tochas.

Notas do autor sobre o capítulo:

O texto se baseia, em grande parte, no relato da cena no jardim do Getsêmani, no Novo Testamento. As visões de Jesus sobre o futuro são um acréscimo.

2. Terra: o beijo de Judas II

Quando, no jardim, se aproximou de Jesus, a noite junto ao muro lhe voltou com tal violência que, por um instante, deixou de ver os soldados e as tochas.
De novo estava diante dele. De novo sentia a própria respiração. De novo ouvia: chega.

Só que, dessa vez, havia homens armados atrás dele.

"Salve, Rabi", disse.

Jesus olhou para ele, e Judas percebeu que ele sabia dos sumos sacerdotes e da prata, mas, sobretudo, que compreendia por que escolhera justamente aquele sinal.
Judas o beijou.

Dessa vez, visto de fora, tudo foi mais sereno. Um beijo breve, público, conforme o costume. E por isso mesmo mais terrível. O primeiro beijo fora uma fraqueza da paixão. Aquele era seu gêmeo morto: já não um pedido de acolhimento, mas a marca da vítima.
Jesus disse:

"Judas, é com um beijo que você entrega o Filho do Homem?"

E naquela frase Judas ouviu também outra, que não fora dita:

É com aquilo que um dia precisei negar a você que agora você me entrega?

Judas recuou.

Esperava sentir dentro de si alguma vitória. Ao menos pequena. Ao menos amarga. Mas nada veio. Só o vazio em que começou a cair.

Notas do autor sobre o capítulo:

O texto se baseia, em grande parte, no relato da cena no Novo Testamento. As reflexões íntimas de Judas foram imaginadas e acrescentadas para que se harmonizassem com o restante do livro.

3. Elarion: o Sol de Elarion

Sobre a região central de Elarion, o sol nascia devagar, como se também ele precisasse de um instante para contemplar o mundo que, sob sua luz, nos últimos séculos mudara mais do que alguém poderia imaginar.

Chamavam-no simplesmente de Sol de Elarion. Nas línguas antigas tinha muitos nomes. Nos cantos dos selenitas, soava suave como o sopro da floresta. Nas cartas de navegação veyranas, era designado por um código espectral preciso. E nas crônicas das linhagens aurelianas escrevia-se sobre ele como sobre um olho que conservava a memória de todas as famílias. Mas para a maioria das pessoas era apenas o sol. A luz sobre as cidades, o calor sobre os mares, o brilho nas arestas metálicas dos anéis orbitais.
Visto do alto, Elarion parecia um planeta que já não podia ser vulnerável.

Seus oceanos estavam interligados por uma rede de campos de energia flutuantes. Sobre os continentes pairavam camadas de tráfego, onde se deslocavam em silêncio corredores de carga, módulos de passageiros, naves autônomas e sistemas de resgate. No lado noturno do planeta, não havia lugar que se apagasse por inteiro. As cidades brilhavam como o sistema nervoso de uma imensa criatura viva.

Um anel orbital se estendia em um grande arco ao redor do equador. Não era contínuo como um círculo traçado pela mão de uma criança. Era composto de milhares de estações, docas, centros de mineração, jardins de pesquisa e âncoras de energia. Entre eles passavam frotas de naves automatizadas rumo a Thaeron, o segundo planeta do sistema.

Thaeron fora, um dia, apenas uma esfera de rocha sob um céu rarefeito. Tinha água, mas não o suficiente. Tinha atmosfera, mas o ar precisava ser tratado para que se pudesse respirar. Tinha uma noite que durava tempo demais e desertos onde o vento se comportava como um inimigo. Ainda assim, séculos antes, os elarianos haviam decidido que não deixariam aquele mundo morto.
Primeiro enviaram máquinas.

Depois, estações.

Depois, cidades sob cúpulas.

Depois, jardins fechados e florestas sob redomas.

E por fim vieram as crianças, que nasceram sob as cúpulas de Thaeron e para quem aquela luz dura era a coisa mais natural do mundo.

Foi Thaeron que ensinou Elarion a pensar em escala cósmica, por uma razão muito prática: uma civilização com um segundo mundo ao alcance não tinha o direito de permanecer presa a um só. Thaeron era um fôlego de reserva. Um depósito de matérias-primas. Um laboratório do futuro. Um lugar para onde se podiam transferir setores industriais inteiros, programas de pesquisa inteiros, sonhos inteiros de sobrevivência.
E assim Elarion crescia.

Crescia depressa.

Talvez depressa demais.

Nos últimos duzentos anos, seus habitantes haviam aprendido a curar doenças que outrora esvaziavam cidades. Cultivavam alimentos em fazendas fechadas, construíam com máquinas autônomas e transportavam água através dos continentes. Eram capazes de regenerar órgãos lesados, desde que o paciente tivesse tempo e o corpo resistisse ao longo tratamento. Para alguns cientistas, a morte começava a parecer um problema que talvez um dia chegassem a compreender melhor. Nos hospitais, porém, continuava bem real.

A inteligência artificial trabalhava nos hospitais, nas escolas, nos transportes e nas redes financeiras. Sabia identificar rapidamente um padrão nos dados que recebia. Os diferentes sistemas, porém, pertenciam a Estados e instituições distintos. Nem o melhor modelo podia comparar registros aos quais não tinha acesso autorizado, e nem o cálculo mais preciso substituía a pessoa que precisava assinar a decisão.
Elarion tinha cerca de nove bilhões de habitantes.

Três grandes ramos.

Aurelianos.

Selenitas.

Veyranos.

Todos elarianos. Partilhavam o planeta, as cidades, a história, as escolas, os amores, os conflitos, as leis e as catástrofes. Suas diferenças, porém, iam além da cultura e da política. Estavam inscritas mais fundo, na estrutura interna do corpo, na hereditariedade e na maneira como certos traços passavam de geração em geração.
Os aurelianos traziam nos olhos um círculo dourado.

Nem sempre era visível. Aparecia sob certa luz, com a febre, em momentos de intensa concentração, de dor, ou quando alguém tocava os limites de si mesmo. Para os aurelianos, era um sinal de continuidade. Para os poetas, a prova de que a alma tem uma orla de luz.

Para os médicos, um fenômeno genético. Para os políticos, uma delicada questão de identidade. Para alguns, um antigo motivo de desconfiança.

Os selenitas eram conhecidos pela capacidade de perceber o equilíbrio dos sistemas. Destacavam-se na medicina, na psicologia, nas redes ecológicas e no trabalho com a paisagem, a água e o trauma. Não gostavam de ser chamados de delicados. A delicadeza era só a superfície. Por baixo, costumava haver a dureza das raízes.

Os veyranos eram organizadores. Administradores, estrategistas, negociadores, construtores de instituições. Em muitos Estados, ocupavam posições de destaque nas redes bancárias, nos consórcios, nos conselhos de administração, nos sistemas de transporte e em parte das estruturas extraplanetárias. Seria injusto dizer que eram ávidos de poder. Mais exato seria dizer que haviam compreendido muito cedo a língua do poder e nunca mais a esqueceram.

Elarion não era unido.

Tinha quarenta Estados. Alguns tão antigos quanto a escrita, outros fundados havia apenas algumas gerações. Quase todos tinham sua moeda, seu banco central, suas regras de tributação, suas exceções contábeis e suas ideias sobre a liberdade.

Alguns dos menores haviam transformado a própria exiguidade em modelo de negócio. Não tinham grandes cidades, fábricas nem centros de pesquisa. Tinham impostos baixos, cadastros de proprietários fechados à consulta e leis que faziam do sigilo um serviço prestado pelo Estado. Em outros lugares se gerava o valor, em outros lugares as pessoas trabalhavam e as máquinas produziam, mas, no papel, era ali que nascia o lucro. O que fugia de Elarion não eram as fábricas. Era a base de arrecadação que deveria custear as escolas, os hospitais e a parcela que cabia a todos os cidadãos.

O maior Estado, e também o mais influente em termos tecnológicos e políticos, era a União.

Sua capital era Nitra. Uma cidade erguida às margens de um rio e sobre sete colinas.

Em Nitra era frequente que se decidissem questões de aparência nacional, mas que, na verdade, afetavam o planeta inteiro. Em Nitra ficavam os conselhos financeiros, os maiores centros de computação, os corpos diplomáticos, os consórcios de saúde, os centros bancários e até arquivos aos quais nem certos ministros tinham acesso.

Visto da órbita, Elarion parecia um êxito.

De perto, viam-se as rachaduras.

A IA produzia mais do que as pessoas conseguiam consumir, mas grande parte da população perdia sua ocupação tradicional mais depressa do que a sociedade conseguia dar um novo sentido à sua vida. A produção crescia, enquanto a propriedade dos sistemas de produção se concentrava. Os políticos falavam em renda básica universal, mas ninguém sabia dizer com honestidade qual deveria ser a base de cálculo, quem declarava os lucros reais e quem decidia a parte que cabia a cada pessoa num mundo que ela já não produzia com as próprias mãos.

O progresso da medicina prometia uma vida cada vez mais longa e, talvez um dia, uma vida quase sem fim natural. Por enquanto, só começavam a surgir, em voz baixa, perguntas sobre o que aconteceria à civilização se as pessoas continuassem a nascer e, aos poucos, deixassem de morrer.

O poder falava em segurança.

Os cidadãos falavam em liberdade.

Os bancos falavam em privacidade.

Os Estados falavam em soberania.

E por baixo de todas aquelas palavras corria o dinheiro.

Uma parte à vista de todos. A maior parte, não.

Ali se escondia a queda que viria.

A queda que viria não nascia da falta de inteligência. Elarion tinha mais inteligência do que qualquer civilização que a precedera.

Máquinas também não lhe faltavam. Eram capazes de prever tempestades, epidemias, oscilações dos mercados e até tensões nas cidades.

Tampouco escasseavam as palavras sobre moral. Havia até demais.

Sua fraqueza estava em outro lugar.

O poder aprendera a se mover sem deixar uma sombra visível.

E quando o poder não deixa sombra, as pessoas comuns pensam que ninguém se interpõe entre elas e a luz.

No ano em que esta história começa, o Sol de Elarion nascia sobre um planeta convencido de que os maiores perigos já pertenciam ao passado.

Em Thaeron, inauguravam-se novas cúpulas.

Em Nitra, preparava-se um grande debate sobre a RBU.

Na casa aureliana dos Davion, um homem resistia mais uma vez a ser chamado de herdeiro dos milagres.

Uma mulher tentava decidir se deixaria para sempre o homem de quem já aprendera a ter medo.

Uma irmã sem o círculo dourado examinava dados financeiros e sentia falta de alguma coisa que deveria estar à vista.

E um veyrano que confundira amor com posse ainda não sabia que um dia daria um orçamento à própria dor.

O mundo era belo.

E por isso mesmo ninguém queria acreditar que pudesse se partir.

Notas do autor sobre o capítulo:

Tudo o que este livro descreve como acontecido em Elarion é ficção. A meu ver, porém, a probabilidade de existirem civilizações humanoides em outros planetas é muito alta. E é provável que muitas delas partilhem, em linhas gerais, um destino bastante semelhante ao da humanidade na Terra.

4. Terra: Maria Madalena

Magdala ficava à beira do lago, e ali a água estava em toda parte.

Estava nas redes que pela manhã cintilavam na praia. Estava nas mãos dos pescadores que a sacudiam das cordas e dos cabelos. Estava nas vasilhas de barro das mulheres que percorriam as vielas antes mesmo de o sol nascer. Estava no ar, no hálito salgado do lago, no grito das aves e no cheiro de peixe que se agarrava à cidade como uma segunda pele.
E mesmo assim Maria sentia sede.

Era uma sede mais funda que a garganta ou o corpo. Uma sede crua, que a despertava no meio da noite e a obrigava a sentar no escuro, a escutar a própria respiração e esperar para ver se dela tornaria a sair uma voz alheia.
Em Magdala, falavam dela em voz baixa.

Uns diziam que estava doente. Outros, que fora amaldiçoada. Outros ainda, que lhe acontecera algo que não devia acontecer a uma mulher e que, desde então, sua alma vagava pela casa como fumaça. As crianças tinham medo dela, as mulheres faziam o sinal da cruz à sua passagem, os homens fingiam não vê-la. Quando atravessava o mercado, as conversas silenciavam. Quando erguia os olhos, as pessoas viravam o rosto.
E Maria aprendera a andar de um jeito que não atrapalhasse ninguém.

Por dentro, porém, era uma algazarra.

Nem sempre eram vozes. Às vezes eram só rajadas, como quando o vento bate contra uma porta. Às vezes parecia que seus pensamentos não lhe pertenciam. Que havia dentro dela vários seres, cada qual querendo uma coisa diferente. Um ria. Um chorava. Um lhe sussurrava que Deus a rejeitara. Um a obrigava a se lembrar das coisas que queria esquecer. Um tinha medo das pessoas. Um as desprezava. Um queria correr para a água e nunca mais voltar.
E o sétimo se calava.

Esse era o pior.

Ficava lá no fundo, sem voz nem nome, apenas à espera. Quando ele vinha, Maria não sentia nada. Nem dor, nem vergonha, nem medo. Só um vazio. Como se alguém lhe tivesse tirado o coração e deixado em seu peito um oco por onde soprava um vento frio.
Naquele dia, ouviu falar de Jesus antes mesmo de vê-lo.

Vinha de Cafarnaum, dizia o povo. Ensinava nas sinagogas. Falava do Reino de Deus, mas não como os escribas. Curava os enfermos. Tocava os impuros. Comia com aqueles que as pessoas devotas não queriam à sua mesa. E havia quem dissesse que dava ordens aos espíritos malignos e eles lhe obedeciam.
De início, Maria riu.

Não em voz alta. Só por dentro. Com amargura.

Mais um santo homem, pensou. Mais um que vai falar de pecado, penitência e pureza e, quando vir uma mulher como ela, vai recolher a barra da veste para que ela não o toque.
Não foi atrás dele.

Pelo menos era o que pensava.

Mas, à tarde, quando a cidade se pôs a caminho da praia, Maria foi com ela. A princípio, só para ver por que todos se acotovelavam na mesma direção. Depois, porque a multidão a levava. E por fim porque algo dentro dela — nenhuma voz, nenhum demônio, antes um resto de vontade própria havia muito esquecido — queria ouvir ao menos uma frase que não soasse como condenação.
Jesus estava de pé, perto da água.

Não era como ela o imaginara. Nada no que vestia o distinguia dos outros homens da Galileia. Tinha as sandálias empoeiradas. A veste era simples. O rosto, cansado da estrada e do sol. Havia homens junto dele, e alguns ela reconheceu pela fala e pelas mãos — pescadores. Um deles era corpulento, de olhos inquietos. Outro, mais jovem, calado, como se guardasse tudo na memória.
Havia mulheres também.

Isso a surpreendeu. Não ficavam à parte, nem se limitavam a ouvir das beiradas. Estavam perto. Uma tinha o porte de mulher de boa família, outra carregava um cesto de pão, outra conversava com os discípulos com tanta naturalidade que parecia ser um deles.
Jesus falava do semeador.

Da semente que caiu no caminho, na pedra, entre espinhos e na terra boa. Maria o ouvia e tinha a impressão de que cada palavra caía num lugar diferente. Algumas caíam sobre o que nela se endurecera. Outras, em lugares rasos, onde nada durava. Outras, entre os espinhos do medo. E uma — uma só — em algum lugar mais fundo.
“Quem tem ouvidos para ouvir”, disse Jesus, “que ouça.”

Foi então que ele a notou.

Mas talvez não fosse bem assim. Talvez já a tivesse notado antes, quando ela nem erguera os olhos do pó. Talvez a tivesse visto desde o primeiro instante em que a multidão se pusera em movimento e ela se vira no meio de pessoas que tinham aprendido a contorná-la como se contorna uma pedra no caminho.
Jesus se calou no meio da frase.

Pedro, que estava junto dele, inclinou-se, como se quisesse perguntar se devia prosseguir. João olhou na direção em que o Mestre olhava. Algumas pessoas na multidão também se voltaram.
Maria sentiu antes de entender.

Um olhar.

O olhar que ele lhe dirigia não se parecia com nada do que conhecia de Magdala. Não havia nele medo, repulsa, curiosidade, nem aquela compaixão condescendente dos puros que por vezes sabe ser mais cruel que o desprezo.
Aquele olhar não a procurava para desmascará-la.

Aquele olhar a conhecia.

E justamente por isso ela quis fugir dele.

Jesus, de pé junto à água, olhava para ela. Naquele instante, parecia ter deixado de ouvir os gritos dos pescadores, o murmúrio da multidão, o marulhar das ondas e as perguntas inquietas de seus discípulos. Tudo se afastou e diante dele restou apenas uma mulher envolta nas dobras do manto, as mãos escondidas junto ao corpo, os ombros ligeiramente erguidos, como se ainda esperasse um golpe.
Viu nela o sofrimento.

Isso era evidente.

Viu a escuridão que se apegara à alma dela como se fosse sua própria pele. Viu as noites dilaceradas, a vergonha, o medo, a raiva, o vazio. Viu sete sombras disputando dentro dela o seu nome.
Mas antes de tudo isso viu outra coisa.

Proximidade.

Veio súbita e silenciosa. Como quando se entra numa casa desconhecida e se sente um cheiro familiar da infância. Como quando, numa canção, soa uma nota que não se ouvia há anos e, ainda assim, se sabe o que vem depois. Jesus olhava para ela e dentro dele se movia algo mais antigo que a lembrança.

Não sabia lhe dar um nome em língua humana.

Era como se suas almas tivessem um dia passado uma pela outra na luz de onde os seres humanos vêm ao mundo e agora se reconhecessem por um instante através do pó, da doença, da vergonha e dos corpos humanos.
Maria de Magdala.

Ninguém dissera aquele nome ainda, mas ele tinha a impressão de conhecê-lo.

Não como quem sabe um nome que já ouviu. Antes como o pastor conhece a voz da ovelha perdida na noite. Como a mãe conhece o passo do filho atrás da porta. Como Deus conhece cada pessoa antes que ela aprenda a dizer o próprio nome.
Maria estava de pé no meio da multidão, lutando consigo mesma.

Jesus viu que seus lábios se moviam de leve, embora ela não falasse. Viu os dedos dela se fecharem no tecido. Viu algo dentro dela se erguer contra ele antes mesmo que lhe dirigisse a palavra.
E, no entanto — por baixo de tudo aquilo — estava ela.

Sob a doença, a vergonha e todos os nomes que lhe davam, ele via simplesmente a ela.

E foi justamente essa Maria escondida que ele sentiu, de imediato, tão próxima.

Era uma proximidade que não sabia explicar.

Chegava a doer.

Porque naquele instante não via somente seu rosto de agora. Via como que as sombras de caminhos que ela não percorrera e que, ainda assim, trazia dentro de si. Viu a menina à beira da água, ainda livre das palavras que mais tarde lhe colariam à pele. Viu a mulher que desperta à noite em pavor e não sabe se a voz em sua cabeça é sua ou de um estranho. Viu seu futuro, embora ainda não tivesse chegado: seus passos a segui-lo, suas mãos levando pão, seu rosto ao pé da cruz, seu pranto junto ao túmulo.
E nesse futuro distante — num jardim, antes de clarear — tornou a vê-la.

Ela estaria de pé, desfeita de dor, convencida de ter perdido até a última luz. Iria procurá-lo entre os mortos. E ele a chamaria de novo pelo nome.
Maria.

Aquele nome já ressoava dentro dele.

Antes mesmo que o dissesse em voz alta.

Deu um passo na direção dela.

Então ela ergueu os olhos de repente. Seus olhares se encontraram.

Maria ficou imóvel.

Estava acostumada aos olhares das pessoas. Ao medo. À condenação. À curiosidade dos homens. Ao desprezo das mulheres. Ao olhar dos que querem ajudar, mas primeiro precisam que aquele que sofre se pareça com a ideia que fazem do sofrimento.
Aquele olhar era diferente.

Não a invadia à força. Não a examinava. Não procurava uma nódoa a que pudesse dar nome. Não pesava sua culpa. Não calculava quanto ela valia.
Ele a conhecia.

Isso era o mais terrível.

E o mais belo.

De repente, Maria sentiu que não havia como se esconder daquele homem. Não porque ele quisesse expô-la à multidão, mas porque, diante dele, ela teria de parar de se esconder até de si mesma. E isso era pior que todos os olhares de desprezo de Magdala.
Recuou um passo.

"Não", sussurrou.

Jesus parou.

"Não tenha medo."

As palavras a atingiram com uma força inesperada. Quantas vezes já lhe tinham dito para não ter medo? Mas sempre significava: acalme-se, você nos assusta. Ou: controle-se, você nos incomoda. Ou ainda: fique quieta, não sabemos o que fazer com você.
Na boca dele, significava outra coisa.

Não tenha medo, porque eu a conheço.

Não tenha medo, porque você é mais que isso.

Não tenha medo, porque o que a prende não é mais forte do que Aquele que a chama.

Maria estremeceu.

"Você não me conhece", disse ela.

Jesus a olhou por longo tempo, com uma certeza tranquila que despertava nela a lembrança de algo que nunca vivera.
"Conheço", disse ele.

A multidão ao redor se calou.

“De onde?”, perguntou Maria.

Havia desafio em sua voz, mas, sob ele, uma súplica.

Jesus não respondeu de imediato.

Olhou para o lago. O vento passou sobre as águas e partiu a luz em mil centelhas. Depois ele se voltou de novo para ela.
“Do lugar”, disse baixinho, “de onde Deus chama cada pessoa pelo nome antes mesmo de ela nascer.”

Maria não entendeu as palavras, mas entendeu o tom.

E naquele instante, sem que ela o esperasse, ecoou dentro dela uma lembrança sem imagem. Sentiu que um dia já tinha estado diante dele — em algum lugar para além de Magdala, do lago e daquela vida estreita e dolorosa demais para tanta luz.
Como se sua alma o conhecesse antes de seus olhos.

E era justamente isso que a escuridão dentro dela não podia suportar.

Primeiro sentiu uma vertigem. Depois, a garganta se fechou. A multidão de repente ficou distante, embora continuasse em volta dela. Os sons se partiram em lascas afiadas: o riso de uma criança, o roçar do tecido, o bater das ondas, a tosse de um homem, o próprio pulso.
Agora não, pensou.

Aqui não.

Quis ir embora, mas as pernas não lhe obedeciam. Uma mulher a seu lado notou que Maria empalidecia e se afastou. Alguém disse seu nome. Outra pessoa falou qualquer coisa sobre demônios. Abriu-se um espaço ao seu redor tão depressa quanto as águas se abrem à queda de uma pedra.
E então veio a voz.

Não a de Jesus.

A que estava dentro dela.

“Fora”, sussurrou Maria, sem saber se falava à multidão, a si mesma ou àquilo que se erguia dentro dela.

Suas mãos começaram a tremer. Quis escondê-las sob o manto, mas era tarde. As pessoas recuavam. Via o medo no rosto delas. Aquele medo familiar, que a acompanhava

havia anos. O medo que lhe dizia: Está vendo? É isso que você é. É isso que vai ser para sempre.

Então Jesus atravessou a multidão.

Não precisou pedir passagem. As pessoas se afastaram por si mesmas.

Maria baixou os olhos. Não queria ver o rosto dele. Não queria ver a repulsa. A compaixão seria ainda pior.

Ele parou diante dela.

"Olhe para mim", disse.

Sua voz não era dura. Também não era suave. Era firme, como se ele estivesse de pé sobre algo que não se movia.

Maria não ergueu a cabeça.

"Não posso", sussurrou.

"Por quê?"

Ela riu. Um riso breve, quebrado.

"Porque você vai vê-los."

"Ver quem?"

"Os que estão dentro de mim."

Por um momento houve silêncio.

Então Jesus disse:

"Eu vejo você."

Aquelas palavras a atingiram com mais violência que um grito.

Eu vejo você.

Eu vejo você. Sob a doença, a vergonha, as vozes e a história que a cidade contava a seu respeito.

Você.

Maria ergueu os olhos.

Jesus a olhava sem curiosidade, sem medo e sem repulsa. Era justamente isso que se tornava insuportável. Se a condenasse, ela saberia o que fazer. Se recuasse, confirmaria o mundo que ela conhecia. Mas ele continuava ali. Perto. Sereno. Como se nela enxergasse, em lugar de um cenário de ruína, um campo de batalha a que viera para salvar alguém.

“Não chegue perto”, disse ela.

“Por quê?”

“Vou machucar você.”

“Não vai”, disse ele.

“Você não sabe.”

“Sei.”

Foi então que algo dentro dela se insurgiu. Uma resistência que não era sua. Antiga, furiosa, animal. Seus lábios se abriram, mas as palavras que deles saíram não foram uma súplica.

“Que temos nós contigo, Jesus de Nazaré?”

A multidão prendeu o fôlego.

Maria ouvia a própria voz e ao mesmo tempo não a reconhecia. A vergonha a inundou como sangue quente. Quis se atirar ao chão, tapar a boca, desaparecer. Mas Jesus não se moveu.

“Chega”, disse ele.

Disse apenas aquela palavra, em voz baixa, mas Maria teve a impressão de que o céu inteiro passara por ela.

Alguns esperavam gritos. Uma invocação. Um gesto grandioso. Algo que pudessem contar à noite em volta do fogo.

Mas Jesus simplesmente continuou de pé diante dela e falou com a autoridade de quem não pede licença às trevas.

“Vocês não vão mais morar nela.”

Maria se curvou como se alguém lhe tivesse posto uma pedra pesada sobre os ombros. Da garganta lhe saiu um soluço, depois um grito, depois nada. Caiu de joelhos. Apoiou as mãos no chão. A poeira aderiu às palmas. Sentia as vozes se apagarem dentro dela, uma a uma.

A primeira resistiu com raiva.

A segunda, com escárnio.

A terceira, com medo.

A quarta, com lembranças.

A quinta, com vergonha.

A sexta, com desespero.

E a sétima — a que se calava — foi a que mais demorou a ceder. Não dizia nada. Apenas a arrastava de volta ao vazio, ao frio conhecido onde não é preciso ter esperança, porque a esperança é só outra espécie de dor.
Jesus se ajoelhou ao lado dela.

“Maria”, disse.

Seu nome.

Jesus pronunciou apenas seu nome, sem apelidos, acusações ou nada do que os outros haviam atado a ele ao longo dos anos.
Maria.

E naquele instante o último vazio dentro dela se rompeu.

Não foi um grito. Foi mais como tomar fôlego. A primeira vez em anos que respirava de verdade.

Sentiu o cheiro do lago. A poeira sob as mãos. O calor do sol na nuca. Ouviu os pássaros. As pessoas. As ondas. E, por baixo de tudo, silêncio — não o silêncio morto do sétimo demônio, mas o silêncio depois da tempestade, no qual se pode viver.
Caiu no choro.

Chorava com o alívio de quem vê alguém abrir a porta do quarto onde estava trancado e dizer: Saia. Você não precisa mais ficar aí.
Jesus não lhe pôs logo a mão na cabeça. Ficou ao lado dela, à espera de que sua respiração se acalmasse.

Depois tocou-lhe o ombro com a simplicidade de um irmão.

“Você está livre”, disse.

Maria não compreendia.

Liberdade era uma palavra para os homens que não tinham dívidas. Para os povos que não estavam sob o domínio de Roma. Para as aves sobre o lago. Não para ela.
“O que devo fazer agora?”, perguntou.

Jesus esboçou um sorriso.

“Viva.”

A resposta quase a irritou. Era simples demais. Difícil demais.

“Não sei como.”

“Vai aprender.”

“As pessoas vão se lembrar.”

“Sim.”

“Vão falar.”

“Sim.”

“Vão ter medo.”

“Algumas.”

“E você?”

“Eu sei quem você é.”

Maria olhava para ele, o alívio e a desconfiança misturados no rosto. Como se temesse que, no instante seguinte, cada palavra boa se desfizesse no ar. Como se a vida inteira tivesse pisado em terra que se abria sob seus pés e agora, pela primeira vez, não soubesse o que fazer com um chão firme.

Jesus lhe estendeu a mão.

Maria ficou um instante a olhá-la.

Era uma mão quente, firme, comum. A mão de quem anda pelas estradas, toca os enfermos, parte o pão, ergue as crianças do chão. Não havia nela qualquer ostentação de poder. E, no entanto, ao vê-lo estender-lhe a mão, Maria sentiu que toda a misericórdia do mundo se inclinava sobre ela.

Devagar, pousou sua mão na dele.

Ele se levantou primeiro e a ajudou a se erguer.

E foi então que aconteceu algo que ninguém mais percebeu como os dois.

Maria deveria ter soltado a mão dele. Já estava de pé. Já não precisava se apoiar. A multidão voltava a se mover. Os discípulos respiraram aliviados. Uma mulher trouxe água. Uma criança que pouco antes se escondera atrás do manto da mãe agora punha a cabeça para fora e a olhava com curiosidade.

A mão de Maria, porém, moveu-se por conta própria.

Em vez de soltá-lo, Maria pousou três dedos na parte de dentro do pulso de Jesus.

De leve.

Com precisão.

Como quem conhece um gesto muito antes de aprendê-lo.

Jesus ficou imóvel.

Foi só um instante. Tão breve que Pedro viu apenas uma mulher tocar a mão do Mestre. João viu apenas que Jesus se calara por um momento. Joana, ali por perto, viu apenas que Maria ainda não se recompusera por completo. A multidão viu apenas o desfecho de um estranho acontecimento de que à noite se falaria na cidade inteira.

Mas Jesus sentiu aquele toque.

Três dedos sobre o pulso.

E com aquele toque veio algo que não pertencia àquela margem, àquele dia nem àquele corpo.

Maria sussurrou:

"Não vá sozinho."

Assim que disse isso, ela mesma se assustou.

As palavras lhe saíram da boca antes que tivesse tempo de compreendê-las. Olhou para ele como se quisesse pedir perdão, mas não sabia por quê. Havia perplexidade em seus olhos. Nem vergonha, nem medo da multidão, mas o profundo espanto de quem acaba de dizer uma frase vinda de um sonho do qual nunca se lembrou.

"Não sei por que eu disse isso", sussurrou.

Jesus não respondeu de imediato.

Olhava para o pulso, para o lugar onde ainda sentia a pressão dos três dedos dela. Depois olhou para ela.

Algo se moveu em seu rosto, tão sutil que um olhar desatento o teria tomado por compaixão. Mas não era só compaixão. Havia ali dor, espanto e uma certeza silenciosa que ele ainda não queria admitir nem para si mesmo.

"Talvez você tenha se lembrado de algo a que ainda não sabe dar nome", disse.

Maria prendeu a respiração.

"De quê?"

Por um instante, Jesus fitou o lago. A luz se partia sobre a água e o vento trazia da margem o cheiro de peixe, de sal e de corda molhada. Tudo era comum. Ainda assim, parecia-lhe que, para além daquele mundo comum, outra porta se abrira por um instante.

Não viu nada com clareza.

Só um lampejo.

Uma mulher que caminhava a seu lado.

Eram outros a rua, o lago, os nomes.

Mas os mesmos olhos.

O mesmo toque.

Três dedos sobre seu pulso.

E a mesma frase, dita havia muito tempo, em outra poeira, sob outro céu:

Não vá sozinho.

Depois a imagem se desfez.

Jesus olhou de novo para Maria de Magdala.

“Da fidelidade”, disse por fim.

Maria não compreendeu.

Mas a palavra ficou dentro dela.

Fidelidade.

A fidelidade ficou dentro dela como um caminho que a alma escolhe antes mesmo de saber o preço que pagará por ele.

Maria baixou os olhos.

“Me perdoe”, disse. “Eu não queria...”

“Eu sei.”

“Foi estranho.”

“Foi.”

“Isso me dá medo.”

Jesus esboçou um sorriso, mas não havia leveza nele.

“Até as coisas que vêm de Deus podem causar medo.”

Maria olhou para ele.

“Isso veio de Deus?”

Jesus se calou.

Ouviu-se, em algum lugar atrás deles, o grito de uma criança. Os discípulos tornaram a se mover. A multidão respirava devagar, como se o mundo voltasse a caber nos limites de sempre.

Entre os dois, porém, já ficara algo que não cabia naqueles limites.

A mulher que antes estivera perto dos discípulos se aproximou de Maria e lhe ofereceu água.

Maria pegou a vasilha com as duas mãos. Bebeu devagar. A água estava morna e tinha gosto de barro. Era a melhor água que já bebera.

"Como você se chama?", perguntou a mulher em voz baixa.

Maria hesitou por um instante, como se precisasse se apropriar de novo do próprio nome.

"Maria."

"Eu sou Joana."

Maria assentiu. Guardou aquele nome. Mais tarde guardaria outros. Susana. Salomé. Maria, mãe de Tiago. Mulheres que levavam comida, dinheiro, notícias, inquietações, fé. Mulheres que nem sempre estariam à frente, mas que estariam ali quando muitos desaparecessem.

"Vai voltar para casa?", perguntou Joana.

Maria olhou para trás, para a cidade.

Magdala estava onde sempre estivera. As casas, as ruas, o mercado, os olhos atrás das cortinas. O lugar onde a conheciam pelos seus piores dias. O lugar onde cada parede guardava o eco de alguma coisa que ela queria deixar para trás.

Olhou então para Jesus.

"Aonde você vai?", perguntou.

"A outras cidades", disse ele. "Anunciar o Reino de Deus."

"E leva com você gente como eu?"

Jesus a olhou como se ela tivesse feito uma pergunta que o entristecia.

"É justamente quem eu levo."

Maria inclinou a cabeça.

Naquele instante, ainda não sabia aonde aquele caminho a levaria. Não sabia que ouviria parábolas que não entenderia de pronto, mas que dentro dela amadureceriam como

grãos. Não sabia que veria os cegos abrirem os olhos, os coxos se erguerem, os soberbos se afastarem ofendidos e os pobres endireitarem as costas.
Não sabia que um dia o seguiria até Jerusalém.

Não sabia que ficaria de pé, perto da cruz, quando tantos se dispersassem.

Não sabia que veria onde depositariam seu corpo.

Não sabia que, ainda no escuro, iria ao túmulo com uma dor tão grande que lhe pareceria que os sete demônios poderiam voltar — e que, ainda assim, não voltariam.
Não sabia que choraria num jardim, à procura de um morto, até que ele, vivo, a chamasse como naquele dia:

Maria.

E que então o reconheceria.

Agora só sabia que dentro dela havia silêncio.

Jesus se voltou para o povo. Alguns ainda esperavam que explicasse o que acontecera. Ele apenas disse:
"O Reino de Deus está próximo."

Maria firmou-se melhor sobre os pés.

Os joelhos ainda tremiam. Tinha os cabelos em desalinho, o rosto molhado de lágrimas, as mãos cobertas de pó. Parecia alguém que perdera uma luta.
Mas pela primeira vez em muitos anos tinha a sensação de que a vencera.

Joana a ajudou a ajeitar o manto.

Maria olhou para ela e quis agradecer, mas as palavras lhe ficaram presas na garganta. Ainda sentia nos dedos o calor do pulso de Jesus. Ainda ouvia o próprio sussurro.
Não vá sozinho.

Não sabia de onde tinham vindo aquelas palavras. Não sabia por que lhe pareciam ao mesmo tempo suas e alheias. Sabia, porém, que já não se livraria delas. Dali em diante, habitariam nela como uma pequena chama que se leva na palma da mão, ao abrigo do vento.
Jesus já caminhava pela margem.

Os discípulos o seguiram. Aos poucos, a multidão se desfazia em grupos, vozes, conjecturas. Alguns ainda evitavam seu olhar. Outros demoravam os olhos nela por tempo

demais. Um homem cochichava a outro qualquer coisa sobre um milagre. Uma mulher chorava. Uma criança sorria, embora não soubesse por quê.
Maria permaneceu de pé entre a cidade e a estrada.

Atrás dela, Magdala.

À sua frente, Jesus.

Olhou para trás mais uma vez. Não porque quisesse ficar. Antes para ver o lugar de onde partia, já outra pessoa.
E então percebeu que Jesus havia parado.

Não se voltou por inteiro. Apenas virou um pouco a cabeça, como se soubesse que ela ainda estava naquele ponto onde, dentro de uma pessoa, se decide mais que o rumo de um caminho.
Seus olhares tornaram a se encontrar.

Por um instante, Maria teve a sensação de que tudo o que se passara entre os dois não acontecera pela primeira vez. De que aquela estrada já existira em algum lugar. De que em algum lugar ele já caminhara à sua frente e ela já estivera parada, com a mesma pergunta na garganta.
Vou?

Fico?

E de que mesmo então, naquele antes invisível, escolhera o mesmo.

Deu o primeiro passo.

Depois o segundo.

E descobriu que o silêncio dentro dela caminhava com ela.

Quando se juntou aos outros, Pedro lhe lançou um breve olhar e logo desviou os olhos. Não era desprezo, antes a incerteza de quem ainda não sabe o que fazer com a graça quando ela acontece a outra pessoa. João abriu espaço para ela. Joana caminhou a seu lado. Jesus ia à frente.

Maria observava o movimento das mãos dele enquanto andava. Uma delas havia pouco tocara sua vida e a arrancara da escuridão. No pulso dele não se via nada. Nenhum vestígio de seus dedos. Sinal algum. Prova alguma.
E, no entanto, sabia que alguma coisa ficara ali.

Não na pele.

Mais fundo.

Talvez nele.

Talvez nela.

Talvez em algum lugar entre os dois, onde se encontram os caminhos a que as pessoas chamam acaso por não conhecerem seu verdadeiro nome.
O sol baixava sobre o lago. Às suas costas, Magdala empalidecia na poeira e na luz. À frente, a estrada serpenteava pelas colinas.
Maria não sabia o que a esperava.

Mas, pela primeira vez, não tinha medo apenas do que estava por vir.

Tinha medo também de que pudesse ser bom.

E havia nesse medo uma doçura estranha.

Continuou a caminhar.

Continuou a caminhar e foi deixando para trás a história da mulher conhecida por seus demônios.

A cidade da qual um dia fugira se afastava.

Ainda não fazia ideia do que significava seguir um profeta a quem um dia odiariam.

Agora caminhava como quem fora chamado pelo nome.

E muito adiante dela, embora ainda invisíveis, já a esperavam outro jardim, outra noite e outro instante, em que aquele dia voltaria a Jesus com tamanha força que ele compreenderia o que agora apenas pressentia.
Que não era a primeira vez que Maria de Magdala vinha ao seu encontro.

Que certas almas não se conhecem por terem se encontrado.

Encontram-se porque já se conheciam.

Notas do autor sobre o capítulo:

O texto nasceu do estudo da atuação de Maria Madalena no Novo Testamento. Nenhuma das fontes disponíveis descreve de modo inequívoco o primeiro encontro de Jesus e Maria Madalena. O capítulo apresenta a versão mais provável de como se conheceram, à exceção dos detalhes acrescentados para integrar o encontro à trama.

5. Elarion: Nitra, capital da União

Nitra não era a cidade mais antiga de Elarion, mas se comportava como se fosse.

Ficava às margens do rio que lhe dava o nome. O rio atravessava a cidade como a memória, mais lento que as camadas de tráfego sobre suas águas, mais silencioso que as torres de computação à sua beira. O antigo núcleo de pedra de Nitra sobrevivera mesmo depois de crescerem ao seu redor cúpulas transparentes, bairros verticais, parques consulares, vias para módulos autônomos e torres de centros financeiros.
Em Nitra nunca se derrubava o antigo. Apenas se construía o novo em volta.

Assim, era possível estar numa praça de calçamento com setecentos anos e, erguendo os olhos, ver naves que partiam em direção ao anel orbital.
Naquele dia, a cidade ostentava um ar solene. Nas fachadas dos edifícios públicos sucediam-se lentamente inscrições translúcidas:
O trabalho depois do trabalho. O valor depois do salário. O ser humano depois da automação.

A União convocara um grande fórum público sobre o futuro da renda.

Não era o primeiro fórum sobre a RBU. Havia décadas se travavam debates assim. Primeiro como provocação acadêmica, depois como experimento social, depois como slogan eleitoral e por fim como uma necessidade que os políticos ainda tentavam adiar.
Dessa vez, porém, restava pouca margem para adiamentos.

A produção automatizada ultrapassara um limiar que os economistas um dia haviam considerado teórico. Em algumas regiões da União, menos de quarenta por cento dos adultos trabalhavam no sentido tradicional. Não porque não quisessem. Porque seu trabalho deixara de ser necessário.

As máquinas cultivavam, construíam, separavam, faziam contas, traduziam, diagnosticavam, fiscalizavam, ensinavam e até compunham música a um custo tão baixo que o trabalho humano começava a ser mais uma escolha cultural que uma necessidade econômica.
As contas, porém, continuavam humanas.

Aluguel.

Comida.

Cuidados.

Educação.

Tratamento.

Dignidade.

E foi por isso que em Nitra se reuniram representantes dos Estados, dos bancos, dos consórcios, das universidades, dos conselhos de cidadãos, dos arquivos de linhagens e das administrações extraplanetárias. O grande salão do Conselho da União tinha a forma de um semicírculo. Acima de cada orador apareciam seu nome, Estado, ramo, instituição e a lista de interesses declarados.

Ao lado de alguns nomes a lista era longa.

Ao lado de outros, suspeitosamente curta.

Jesair Davion estava sentado na terceira fila, não como político, mas como representante convidado dos conselhos das linhagens aurelianas. Não gostava daqueles eventos. Não porque rejeitasse a política. Mais porque a política tinha uma estranha capacidade de transformar um sofrimento vivo em conceito, o conceito em comissão e a comissão num relatório que ninguém mais lia.

Quando menino, estivera certa vez à cabeceira de um parente doente que a família levara à casa dos Davion. Um ancião mandara que pusesse a mão na testa do homem. Jesair obedecera porque tinha catorze anos e todos estavam à espera. Quando o estado do homem piorou, alguém sugeriu esperar um pouco mais, quem sabe se manifestaria o dom da linhagem.

O próprio Jesair chamou um módulo médico. O homem sobreviveu após uma intervenção a que Jesair nem sequer assistiu. Um mês depois, na crônica da família, apareceu uma frase sobre o toque do jovem Davion. Faltava ali o nome da médica que fizera a intervenção. Foi então que Jesair compreendeu pela primeira vez com que facilidade a história de um milagre pode encobrir o trabalho de uma pessoa de carne e osso.
Ao lado dele estava sentada Mareia Lioren.

Não se conheciam havia muito tempo. A rigor, nem se podia dizer que se conhecessem. Tinham se visto em duas reuniões sobre arquivos de saúde e uma vez no jardim de uma escola selenita, onde Mareia falara às crianças sobre a memória das linhagens. Daquele encontro, Jesair lembrava sobretudo do silêncio dela. Não era vazio. Era preciso.

Quando alguém dizia uma bobagem, Mareia não sorria por educação.

Apenas olhava para a pessoa de tal forma que ela começava a ouvir as próprias palavras.

“Acha que hoje vão tomar uma decisão?”, perguntou-lhe em voz baixa.

Jesair olhou para o palco, onde o primeiro orador se preparava.

“Não. Hoje cada um vai explicar por que ainda não é possível decidir.”

Mareia esboçou um sorriso.

“Parece a voz da experiência.”

“Parece Nitra.”

Subiu ao palco um veyrano chamado Daren Voltr. Presidia o Conselho Monetário da Liga do Norte e era um dos melhores oradores de sua geração. Tinha a voz tranquila de quem nunca precisara se apressar, porque os outros é que esperavam por ele.

“Senhoras e senhores”, começou, “ninguém neste salão põe em dúvida que a automação transformou o contrato social em seus fundamentos. A questão não é se o cidadão deve ter uma participação na produção da civilização. A questão é quem vai calcular essa participação, em que moeda, sob a fiscalização de quem e a que preço.”

Nas paredes apareceram gráficos.

Quarenta Estados.

Trinta moedas em circulação.

Bandas cambiais.

Mecanismos de estabilização.

Regimes de exportação.

Saldos de endividamento.

“A moeda”, continuou Daren Voltr, “não é apenas uma unidade de conta. A moeda é o volante do Estado. Se entregarmos o volante da política monetária a uma só instituição planetária, as regiões perderão a capacidade de reagir às suas próprias condições. Uma desvalorização nem sempre é um crime. Às vezes é o que permite a um Estado mais frágil sobreviver. A volatilidade do câmbio nem sempre é manipulação. Às vezes é o que amortece o impacto.”

Ouviu-se um murmúrio de aprovação no salão.

Jesair sentia o ambiente mudar ao seu redor. Os veyranos sabiam falar de poder de tal modo que soava como responsabilidade. E muitas vezes era mesmo responsabilidade. Aí residia sua força.

Mas a palavra valor lhe trouxe à mente uma frase que conhecia desde a infância.

Quando for chegado o tempo da obra comum, o valor já não deverá andar à sombra. O que serve a todos deve estar à vista de todos.

Pertencia a um dos textos aurelianos mais antigos de que se tinha registro. Era lida nas assembleias das linhagens, ao assumir compromissos e em disputas sobre a propriedade comum. Alguns a consideravam um preceito religioso. Outros afirmavam que era apenas um vestígio de tempos remotos, quando os aurelianos viviam em pequenas comunidades e precisavam mostrar uns aos outros suas reservas para sobreviver ao inverno.

Durante muito tempo, Jesair a entendera sobretudo em sentido espiritual. O valor era a verdade, a honra, o sacrifício, tudo o que se oferecia aos outros sem esperar recompensa. A sombra era a mentira, o egoísmo, a intenção oculta.

Só nos últimos meses começara a persegui-lo a possibilidade de que o texto antigo falasse também em sentido inteiramente literal.

Talvez seus autores não estivessem pensando apenas no valor da pessoa, mas também no valor que ela cria e de que outro se apropria. Talvez a obra comum não fosse apenas um templo, uma linhagem ou uma comunidade. Talvez fosse a civilização inteira.

Elarion produzia graças ao conhecimento acumulado ao longo de milênios. As máquinas utilizavam a infraestrutura pública, a energia do planeta, pesquisas pagas por gerações passadas e os dados de bilhões de pessoas. Ainda assim, o valor produzido se perdia na contabilidade privada, nas operações de câmbio e nas cadeias de propriedade, ao fim das quais havia um nome que o público muitas vezes sequer conhecia.

O que serve a todos deve estar à vista de todos.

O poder que decidia a vida dos outros.

A riqueza que se fazia passar por necessidade social.

O lucro a partir do qual se devia calcular a parte de todos.

Jesair não tinha certeza de que fosse mesmo esse o sentido do texto antigo. Era possível obrigar palavras de outrora a servir a quase qualquer presente. Era justamente por isso que resistia a quem convertia as crônicas aurelianas em profecias infalíveis.

Ainda assim, não conseguia se livrar da sensação de que já era chegado o tempo da obra comum.

E de que o valor continuava a andar à sombra.

Em seguida tomou a palavra uma selenita do sul de Aménia, o maior continente do oeste do planeta. Falou das pessoas a quem a automação tirara, junto com o salário, o ritmo dos dias, os vínculos sociais e a sensação de ter alguma serventia. Projetou depoimentos de homens e mulheres que haviam trabalhado a vida inteira e agora ouviam que a civilização se tornara mais eficiente graças à sua substituição.

"Quem perde o trabalho", disse, "não perde apenas a renda. Perde a prova de que o mundo precisa dele. A RBU não pode ser só um mecanismo financeiro. Deve fazer parte de uma nova definição de dignidade."

Depois vieram os economistas.

Depois, os juristas.

Depois, os representantes das IAs de produção.

Seus discursos eram precisos, equilibrados e cansativos.

Mareia inclinou-se para Jesair.

"Reparou que todos falam em calcular a participação de cada um, mas ninguém quer mostrar a base de cálculo por inteiro?"

Jesair assentiu.

"Porque a base de cálculo por inteiro é o poder."

"E o poder não gosta de se mostrar?"

"Gosta, sim. Mas só de frente."

Mareia olhou para ele. Pela primeira vez se demorou.

"E por trás?"

"É onde costumam ficar as mãos."

No palco, um jovem ministro da União acabava de tomar a palavra. Era aureliano, mas não se via o círculo dourado em seus olhos. Falava da necessidade de uma RBU justa, da paz social e de como os cidadãos precisavam confiar nas instituições.

Nerai Sael estava sentada no alto da galeria lateral de análise. Dali tinha acesso em tempo real às camadas de dados do debate. Via os nomes, as instituições, as fontes, as contrapartes, os vínculos históricos, os subsídios, as declarações públicas, as cadeias de propriedade — tudo, enfim, o que estava disponível.

Por isso mesmo a inquietava o que não estava.

No caso de Daren Voltr faltavam três camadas. Não se tratava de dados ilegais ou de segredos que envolvessem crime. Eram, simplesmente, dados protegidos. Interesses comerciais. Consultas monetárias entre Estados. Contratos de consultoria não divulgados.
Nerai os assinalou.

Não que suspeitasse de algo específico por parte de Voltr. Mas, na arquitetura do invisível, o começo era sempre esse: não um crime, uma exceção.
Lá embaixo, no salão, o debate chegava ao cerne da questão.

"Sem unidade monetária, a RBU será desigual", disse uma das economistas da União. "Cada Estado pagará uma parcela diferente, calculará a produção a seu modo, esconderá outros lucros e ajustará sua moeda às próprias conveniências políticas."
"E com unidade monetária", respondeu um veyrano do consórcio financeiro, "a RBU será um benefício centralizado, que o cidadão receberá em troca da obediência a uma máquina contábil planetária."
"Não", disse alguém nas fileiras de trás. "Será uma participação."

O salão silenciou.

A voz não era de um político. Era de Jesair.

Não tinha planejado falar. Não pedira a palavra. A frase simplesmente lhe escapou antes que pudesse contê-la.

Seu nome apareceu nas paredes: Jesair Davion, Conselho das Linhagens de Auriola, delegado independente.

Algumas pessoas se viraram.

Ao ouvir o nome Davion, algo sempre mudava no salão. Era uma mudança sutil demais para constar em ata, mas os mitos antigos projetavam sombras compridas.
O presidente da sessão lhe concedeu a palavra.

Jesair se levantou.

Por um instante, tornou a ver as palavras do texto antigo. Não gravadas na pedra nem transcritas numa crônica de família, mas como se pairassem sobre o salão, junto aos gráficos, aos nomes e aos dados.
Quando for chegado o tempo da obra comum, o valor já não deverá andar à sombra.

Talvez, durante séculos, tivessem interpretado aquelas palavras de maneira estreita demais. Talvez aguardassem sua realização espiritual quando o que tinham diante dos olhos era uma questão contábil. Nem por tratar de dinheiro ela era menos sagrada.

"Benefício é aquilo que o poder concede de cima para baixo", disse. "Participação é aquilo que cabe a cada pessoa pelo simples fato de fazer parte da civilização. Se as máquinas produzem valor a partir do conhecimento, da infraestrutura, da história e da energia do planeta inteiro, então esse valor não nasce apenas nas mãos dos donos das máquinas. Nasce da herança de todos."

Fez uma breve pausa.

"Um dos textos aurelianos mais antigos diz: Quando for chegado o tempo da obra comum, o valor já não deverá andar à sombra. O que serve a todos deve estar à vista de todos."

Algumas pessoas se mexeram no salão. Umas conheciam a citação. Outras ouviam apenas velhas palavras religiosas introduzidas num debate político moderno.

"Por muito tempo pensei que o texto só falasse da moral do indivíduo", prosseguiu Jesair. "Hoje já não tenho tanta certeza. A civilização se tornou uma obra comum num sentido mais literal do que nossos antepassados poderiam imaginar. Nossas máquinas usam o conhecimento comum. Nossa economia se sustenta na infraestrutura comum. Nossa produção nasce do trabalho dos vivos e dos mortos. Se deve servir a todos, então é preciso que esteja à vista onde se cria seu valor, para onde ele vai e quem decide o seu destino."

Voltou o olhar para os dados nas paredes.

"Não se pode calcular essa participação às cegas. Se o cidadão não vê a base de cálculo da parte que lhe cabe, o que recebe não é justiça. É algo para mantê-lo tranquilo."

Houve silêncio no salão.

Não era um silêncio de aprovação. Era, antes, perigoso.

Daren Voltr esboçou um sorriso.

Não havia nele desprezo. Antes a satisfação de quem acabava de ouvir uma afirmação grande o bastante para que pudesse começar a desmontá-la.

"Muito bem", disse. "Aceitemos sua distinção entre benefício e participação. Admitamos até que cada pessoa tenha o direito de saber a partir de que se calculou sua parte. O que propõe, então? Como pretende garantir que os dados para esse cálculo sejam completos, transparentes e ao mesmo tempo verificáveis?"

Os gráficos de câmbio desapareceram das paredes do salão. Em seu lugar surgiu um diagrama da produção planetária.

Energia.

Terra.

Fábricas automatizadas.

Pesquisa pública.

Patentes privadas.

Arquivos de dados.

Mineração extraplanetária.

Milhões de pontos se ligavam por linhas que atravessavam Estados, moedas e estruturas de propriedade. Algumas eram nítidas. Outras se perdiam num emaranhado de fundos, bancos e empresas cujos donos o público desconhecia.
Jesair ficou algum tempo olhando para elas.

"Não se pode calcular a parte de todos com dados que só uns poucos escolhidos conhecem", disse. "E não se pode verificar se um sistema é justo enquanto suas partes decisivas permanecerem escondidas atrás do sigilo bancário, do segredo comercial ou da soberania monetária."
"Isso ainda não é uma proposta", objetou Voltr.

"É o começo de uma."

Jesair ergueu os olhos para o diagrama.

"O valor não deve andar à sombra. Se queremos saber que valor se produziu em Elarion, quem o criou, quem se apropriou dele e que parte dele cabe aos demais, precisamos ver como se movimenta."
Algumas vozes abafadas se fizeram ouvir no salão.

"Os fluxos financeiros de todo o planeta deveriam, portanto, ser em grande medida transparentes", prosseguiu Jesair. "Não só os gastos dos Estados. Não só as contas dos políticos e os contratos das instituições públicas. O movimento dos grandes capitais privados também precisa ser visível. Os vínculos de propriedade. Os beneficiários finais. As transferências entre moedas. O financiamento da influência política. A compra de infraestrutura, terra, meios de comunicação, pesquisas e tecnologias capazes de mudar a vida de milhões."
Na galeria de análise, Nerai parou de escrever.

Esperava uma proposta de cadastros melhores, auditorias mais rigorosas ou critérios uniformes de declaração da produção. Jesair, porém, questionara a própria fronteira entre o mundo das finanças públicas e o das privadas.
Voltr permaneceu sereno.

"Todos os fluxos financeiros?"

"Eu disse em grande medida."

"Uma ressalva muito conveniente."

"É necessária. Quando alguém paga por comida ou por um remédio, não está decidindo o destino do planeta. Quando compra uma rede de hospitais, assume o controle do fornecimento de energia ou começa a financiar um movimento político, já não decide apenas por si."

"E quem estabelece o limite entre o que é pequeno e o que é grande?"

"A sociedade."

Voltr sorriu de leve.

"A sociedade não estabelece coisa alguma. Quem estabelece são as instituições que falam em nome dela."

"Nesse caso, elas também têm de ser transparentes."

Um riso curto e nervoso percorreu o salão.

Voltr esperou que cessasse.

"E a privacidade?", perguntou. "Quer que cada cidadão veja as contas de todos os outros? Onde fazem compras, a quem ajudam, quem apoiam, por onde andam e do que talvez se envergonhem?"

A pergunta ficou suspensa sobre o salão.

Era mais simples que todas as anteriores. E por isso mesmo mais perigosa.

Jesair guardou silêncio por um instante.

"A privacidade teve sua razão de ser", disse. "E continua a ter. Protege a intimidade da pessoa, sua família, sua saúde, suas relações, suas convicções e o espaço em que não precisa dar explicações ao público."

"Então concorda comigo."

"Não inteiramente."

Jesair apoiou a palma da mão no encosto da cadeira à sua frente.

"Em grande medida, a privacidade financeira não nasceu para proteger as pessoas umas das outras. Nasceu para protegê-las do poder. De um Estado corrupto, de um governante arbitrário ou de uma instituição capaz de usar qualquer informação contra elas."

Olhou para os delegados dos Estados nas primeiras filas.

"Numa sociedade em que o Estado não é transparente, a privacidade pode ser o último refúgio da liberdade. Mas, se queremos criar uma sociedade em que o próprio poder seja transparente, precisamos nos perguntar se essa mesma sombra ainda protege os fracos ou se já protege, com mais frequência, os fortes."
Dessa vez, ninguém riu.

"Uma pessoa comum não quer que estranhos acompanhem cada compra sua", continuou Jesair.

"Mas, quando o patrimônio e as transações ultrapassam certo limite, a privacidade deixa de dizer respeito apenas à vida pessoal."
"Por quê?"

"Porque uma grande fortuna não é apenas um assunto privado."

Alguns representantes de consórcios se mexeram no salão.

"Uma grande fortuna é a capacidade de mudar preços, condições de trabalho, a propriedade da terra, a feição das cidades, a pesquisa, a imprensa e às vezes até as leis. A certa altura, a questão já não é só o que se possui. É o que se pode fazer aos outros por meio do que se possui."
Voltr cruzou os braços.

"E por isso a pessoa deve perder a privacidade?"

"Por isso a dimensão de seu poder deve ser visível."

"A diferença está apenas no nome."

"Não. A intimidade e o poder são coisas diferentes."

A voz de Jesair se manteve serena.

"Ninguém precisa saber o que o senhor pediu para o jantar, a quem enviou um presente pessoal ou onde passou a noite. Mas a sociedade tem o direito de saber que, por meio de dez fundos, o senhor adquiriu uma participação decisiva no abastecimento de água dela. Tem o direito de saber que a empresa que financia um partido político pertence ao mesmo dono do consórcio a que esse partido concede contratos públicos. Tem o direito de saber que o lucro declarado num Estado foi gerado em outro e desapareceu num terceiro."

Nas paredes apareceu uma cadeia de propriedade com os nomes ocultados. O controle de uma empresa passava por catorze sociedades, seis Estados e três jurisdições extraplanetárias, até que seu dono final se perdia num fundo de titularidade sigilosa.
"A privacidade dos grandes muitas vezes protege um mecanismo."

Voltr ficou olhando o diagrama.

“E o senhor quer que todos vejam todos os mecanismos?”

“Quero que todo poder de alguma importância deixe um rastro visível.”

“Em tempo real?”

Jesair hesitou um instante.

“A tempo de a transparência não ser apenas arqueologia.”

Uma inquietação percorreu o salão.

“Então não se trata apenas de transparência contábil no fechamento do ano”, disse Voltr. “O senhor quer que os grandes fluxos financeiros permaneçam à vista à medida que ocorrem.”

“Sim.”

“E quem vai acompanhá-los? O Estado? O Conselho Monetário? Um banco planetário?”

“Nenhuma dessas instituições sozinha.”

“Quem, então?”

Jesair olhou em volta.

“Ainda não sei exatamente que forma esse sistema deve ter. Mas sei que forma não pode ter. Não pode pertencer a um só governo, um só banco, um só Estado ou uma só raça. Não pode funcionar como um olho que vê a todos e permanece invisível.”

Mareia olhou para ele.

Jesair não defendia apenas a transparência do dinheiro. Buscava uma forma de tornar transparente o próprio ato de olhar.

“Cada consulta deve deixar um rastro”, continuou. “Se uma instituição investiga alguém, essa pessoa precisa saber que instituição o fez. Se um sistema de análise classifica uma transação como arriscada, deve ser possível examinar as regras que fundamentaram a decisão. Se alguém obtém dispensa de divulgação, é preciso que se veja que a exceção existe, quem a autorizou e até quando vale.”

Nerai inclinou-se um pouco para a frente.

Aquilo já não era um simples cadastro. Era um sistema de visibilidade recíproca. O dinheiro ficaria à vista dos fiscais, mas os fiscais ficariam à vista de quem fiscalizavam.

Voltr, porém, não cedeu.

“E o criminoso?”, perguntou. “Também ele deve saber que está sendo investigado?”

“Sim.”

Um murmúrio percorreu o salão.

“Então ele transfere o dinheiro.”

“Se puder transferi-lo de modo que desapareça, o sistema já terá falhado.”

“Destrói as provas.”

“Tem de ser impossível apagar o registro de um fluxo financeiro depois que ele foi feito.”

“Esconde suas intenções.”

“Sempre se podem esconder as intenções. Mas não podemos proteger o poder só porque a transparência não é capaz de ler pensamentos.”

Voltr se calou.

Pela primeira vez não sorria.

“Sabe o que está descrevendo?”

“Não por inteiro.”

“Está descrevendo o fim do sigilo bancário.”

“Em sua forma atual, talvez.”

“O fim de boa parte do sigilo comercial.”

“Se o sigilo comercial encobre o poder sobre a vida dos outros, talvez isso também.”

“E talvez o fim da soberania monetária dos Estados.”

Jesair olhou para os símbolos de dezenas de moedas projetados acima do palco.

“Se soberania monetária significa o direito de ocultar os dados com base nos quais se determina o padrão de vida dos próprios cidadãos, então sim.”

Fez-se silêncio no salão.

Dessa vez, não era só perigoso.

Era hostil.

Jesair sentia mudar o olhar das primeiras filas. Ainda há pouco era o representante de uma antiga linhagem aureliana a quem seria de bom-tom ouvir. Agora era o homem que pusera em questão as prerrogativas sobre as quais se erguiam Estados inteiros, bancos e consórcios.

Voltr se sentou.

O presidente da sessão ia passar a palavra ao delegado seguinte, mas ninguém se inscreveu.

Nas paredes permaneceu o diagrama dos fluxos financeiros do planeta.

Milhões de linhas.

Algumas nítidas.

Outras interrompidas.

E muitas que terminavam no escuro.

Mareia inclinou-se para Jesair.

“Percebe que acaba de irritar quase todo mundo que tem mais dinheiro que você neste planeta?”

Jesair se sentou.

“Não deve ser tão difícil. Nunca tive muito.”

“Acho que sua modéstia não vai tranquilizá-los.”

Ele olhou para ela.

“Acha que fui longe demais?”

Mareia voltou os olhos para os pontos escuros no diagrama.

“Não”, disse ela. “Acho que por enquanto você só apontou a direção.”

Lá no alto, Nerai abriu um novo registro de análise.

Não incluiu o nome de Jesair como suspeito nem como risco político. Anotou apenas duas frases.

Para que seja justa a parte que cabe a cada pessoa no valor comum, não pode haver valor invisível.

Para que se possa fiscalizar o poder financeiro, é preciso que estejam à vista tanto o movimento do dinheiro quanto todos aqueles que o observam.

Salvou o registro.

Não imaginava que voltaria a ele dali a alguns anos.

Numa época em que a pergunta já não seria se o valor podia andar à sombra.

E sim quantas vidas a sombra podia esconder.

Na outra extremidade do salão, na seção de convidados dos consórcios financeiros, estava sentado Arien Korveth.

Não olhava para Jesair como quem olha para um orador.

Por um instante, seu olhar se deslocou para Mareia e depois voltou ao homem de pé no meio do salão. Havia nele algo mais pessoal que uma divergência política ou a apreensão de um financista cujos interesses uma ideia nova pode prejudicar.

O olhar de Arien era o de alguém atingido no que tinha de mais pessoal.

A poucos assentos de Arien estava Kael Thorne.

Seu nome não aparecia sobre nenhuma tribuna. Não representava nenhum Estado nem partido político e, oficialmente, não falava em nome de nenhuma casa financeira. Mesmo assim, era conhecido dos presidentes dos bancos, dos gestores dos maiores fundos e dos que decidiam a quais políticos se abriria o caminho até o poder.

Durante a fala de Jesair, Kael não observava só o orador.

Observava o salão.

Sabia que o verdadeiro significado das palavras muitas vezes aparece menos no rosto de quem as pronuncia que no de quem é atingido por elas. Viu a apreensão dos gestores de fundos, a cautela dos representantes dos conselhos monetários e a diversão discreta dos políticos convencidos de que as ideias de Jesair se dissipariam antes de virar lei.

Ele, porém, não se divertiu.

Quando Jesair disse que o que serve a todos deve estar à vista de todos, Kael sentiu um medo tão violento que por um instante teve a impressão de que o salão se calara só para ele.

Poucos sabiam disso a seu respeito, mas boa parte de seu poder existia justamente porque ninguém conseguia vê-lo por inteiro. Os bancos conheciam seus fundos, mas não os donos finais. Os políticos conheciam os doadores de suas fundações, mas não a origem do dinheiro. Os administradores dos partidos viam as contas, mas não as cadeias que as ligavam. Os funcionários públicos conheciam as empresas isoladas, mas não a casa para a qual todas convergiam.

A transparência significaria mais que novas regras.

Para Kael, significaria ficar exposto.

Revelaria o patrimônio escondido atrás de gestores e fundações. O dinheiro que escapara aos impostos. Os partidos que em público se odiavam, mas em segredo se alimentavam das mesmas fontes. Os negócios de aparência legal cujo capital inicial vinha de lugares de que não se falava na sociedade respeitável.

Jesair apresentara mais que uma proposta de reforma econômica.

Sem saber, pronunciara a sentença que condenava o mundo que Kael levara a vida inteira para construir.

Kael sentiu um medo de morte.

Não porque acreditasse que a transparência viria amanhã. Podia-se retardar as leis, sobrecarregar as comissões e cansar o público. O assustador era outra coisa: as palavras de Jesair eram simples. As pessoas podiam entendê-las. E uma ideia que o povo entende só se deixa sufocar até que a pronuncie alguém em quem ele esteja disposto a acreditar.

Então reparou em Arien.

Viu os músculos de seu maxilar se retesarem quando olhava para Jesair. Viu como seus olhos se detinham por um instante em Mareia. Como sua expressão mudava cada vez que o salão dava atenção a Jesair.

Não era só a ideia de Jesair que Arien temia.

Era com o próprio Jesair que ele tinha um problema.

Kael desviou o olhar antes que Arien pudesse perceber que estava sendo observado.

No palco, o presidente da sessão agradecia a Jesair pela intervenção. Pouco a pouco o salão voltava à ordem do dia, como se nada de decisivo tivesse acontecido. O orador seguinte já aguardava a palavra e novos gráficos estavam sendo preparados para as paredes.

Kael Thorne, porém, sabia que há instantes que se podem reconhecer antes que eles próprios compreendam o que são.

Jesair Davion acabara de dar nome a um mundo em que o poder teria de mostrar as mãos.

Kael sabia o que encontrariam nas suas.

E, a poucos assentos dali, estava um homem que claramente desejava calar Jesair por motivos muito mais pessoais.

Kael guardou o nome de Arien.

Na volta do fórum, Mareia ligou o noticiário da noite. Num canal, sob o rosto de Jesair, apareceu a manchete: DAVION QUER VER TODAS AS CONTAS. Em outro, explicavam a diferença entre comprar comida e ser dono de um hospital. Um terceiro convidara um representante dos bancos, que afirmava ser impossível estabelecer com segurança a fronteira entre as duas coisas.

“Eu falava do alcance do poder”, disse Jesair no breve trecho gravado. A apresentadora o interrompeu: “Do alcance da privacidade, então?”

Mareia desligou a transmissão. Pela manhã, encontraria Jesair junto aos arquivos de saúde. Já sabia qual seria sua primeira pergunta.

6. Terra: o beijo de Judas

Por muito tempo, Judas acreditou que um homem podia vencer a si mesmo, desde que se fechasse o bastante.

Desde menino conhecia as palavras da Lei. Sabia o que era puro e o que era impuro. Conhecia a vergonha de que não se fala em voz alta, que se carrega no corpo como uma ferida escondida. Na sinagoga, ouvia os homens falarem dos pecados dos pagãos, das cidades perversas, das paixões que Deus abomina. Nessas horas, baixava a cabeça um pouco mais que os outros, para que ninguém percebesse com que atenção escutava.
Nunca se permitira dar nome ao que vivia dentro dele.

Não por desconhecê-lo. Muito pelo contrário. Sabia desde a juventude, quando começara a reparar em coisas em que não devia reparar: a nuca de um homem debruçado sobre o trabalho, a força de umas mãos puxando uma rede, a voz de um mestre mais velho que lhe falava com mais carinho do que aos outros. Vinha sempre de repente, feito um calorão, e logo atrás vinha o pavor.
Não.

Isso não.

Eu não.

Aprendeu a viver sem deixar nada transparecer. Aprendeu a falar com sensatez, a manter o corpo ereto, a olhar nos olhos das pessoas só enquanto era seguro. Aprendeu a desprezar a fraqueza porque a sua própria era o que mais o apavorava. Quando os outros homens faziam piadas sobre mulheres, sorria no instante exato em que cabia sorrir. Quando falavam de casamento, desviava a conversa para o dinheiro, para Roma, para o templo, para tudo o que tivesse peso e não cheirasse a segredo.
Então conheceu Jesus.

E tudo o que durante anos mantivera sob uma pedra, dentro de si, começou a se mover.

De início, não era carnal. Ao menos era assim que Judas o explicava a si mesmo. Primeiro foi respeito. Depois, admiração. Depois, gratidão. Depois, algo a que ainda podia chamar fidelidade. Jesus dizia seu nome como se nele não se escondesse impureza alguma. Olhava para ele sem repulsa, sem escárnio, sem aquela desconfiança peculiar aos homens, que Judas temera a vida inteira.

E era aí que morava o perigo.

A pureza de Jesus não tinha a dureza de uma parede de pedra. Era aberta. Junto dela, uma pessoa não sentia apenas culpa. Sentia que talvez pudesse ser vista por inteiro e sair ilesa. Para os outros, era consolo. Para Judas, tentação.
Os piores eram os dias comuns.

À noite, junto à fogueira, quando Jesus se sentava, cansado, o manto lhe escorregava do ombro e a luz lhe desenhava em silêncio o rosto. De manhã, quando lavava as mãos e a água lhe escorria pelos pulsos. Os momentos na estrada em que algum discípulo se inclinava perto demais dele para fazer uma pergunta. Nessas horas, Judas sentia erguer-se no peito algo que, no mesmo instante, esmagava com uma oração.
Senhor, afasta de mim esta vergonha.

Mas a vergonha não se afastava.

Apenas aprendia a calar.

Certa noite, depois de um longo dia numa aldeia onde doentes e suplicantes se acotovelavam em volta de Jesus, Judas ficou acordado. Os outros estavam deitados sob um telheiro, mergulhados no sono pesado dos homens exaustos. Pedro roncava. Tomé se virou para a parede sem acordar. João repousava com o manto puxado até o queixo, sereno, como se o mundo nunca lhe tivesse sido hostil.
Judas ficou algum tempo olhando para ele, odiando aquela serenidade.

Então viu Jesus sair.

Foi atrás dele.

Disse a si mesmo que precisava falar de dinheiro. Do caminho que percorreriam no dia seguinte. Do perigo que crescia à volta deles. Havia sempre uma razão sensata. Um homem precisa de razões sensatas quando o move algo que tem medo de confessar.

Jesus estava junto ao muro baixo atrás da casa. A noite cobria os campos, escura e quente. Ao longe, um cão latia. Cantavam insetos em algum lugar além das oliveiras. Jesus tinha as mãos pousadas na pedra e a cabeça baixa, como se orasse mesmo quando se calava.
“Rabi”, disse Judas.

Jesus se virou.

“Judas.”

Aquele nome o atingiu. Sempre o atingia. Era como se Jesus o pronunciasse despido de todas as camadas com que Judas se cobrira.

“Não devias estar sozinho”, disse Judas.

Jesus olhou para ele com serenidade.

“E tu?”

“Não estou dormindo.”

“Estou vendo.”

Judas soltou uma risada curta e seca.

“Tu sempre vês.”

Jesus se calou.

Judas sentiu que devia ir embora. Ainda dava tempo. Bastava dizer alguma banalidade, virar as costas, voltar para junto dos outros e, de manhã, seguir viagem como se nada tivesse acontecido. A vida inteira se salvara assim: recuando no último instante.
Mas naquela noite estava cansado da própria jaula.

“Sabes o que despertas nas pessoas?”, perguntou.

Jesus não se moveu.

“O que despertei em ti?”

A garganta de Judas se fechou.

A pergunta não era uma acusação. O que a tornava pior. Jesus a fez como se não tivesse diante de si um pecado, mas um homem à beira de um abismo.
“Não quero falar disso.”

“Então por que vieste?”

Judas desviou o olhar. Para o muro. Para a escuridão. Para as próprias mãos.

“Porque já não aguento mais.”

A expressão de Jesus mudou. Abrandou-se, sem perder a firmeza.

“O que já não aguentas?”

Judas soltou o ar de uma vez.

“O que há em mim.”

Por um instante fez-se um silêncio tão fundo que ouviu o próprio sangue pulsar nos ouvidos.

"Passei a vida pedindo a Deus que isso me deixasse", continuou. "Passei a vida me policiando. Os olhos. As palavras. As mãos. Onde fico. De quem me desvio. De quem não me aproximo. Pensei que, vindo a ti, eu ficaria puro."

Jesus o ouviu sem interromper.

"E, no entanto, piorou", disse Judas. "Junto de ti é pior."

Jesus baixou os olhos, como se aquela frase lhe doesse.

"Judas..."

"Não", interrompeu-o. "Não digas assim o meu nome. Não o digas como se eu ainda pudesse ser outra coisa."

"Podes."

"Não posso."

"Podes parar."

Judas estremeceu. De raiva, de dor ou de esperança, mal se saberia dizer.

"Falas como quem não sabe o que é carregar dentro de si algo proibido."

"Sei o que é a tentação."

"Esta, não."

As palavras saíram mais ferinas do que pretendia. Mas já não voltou atrás.

Jesus estava diante dele, muito quieto.

"Neste momento, não sou teu juiz", disse.

Judas riu, desta vez quase em desespero.

"Tu, mais que ninguém, és meu juiz. Porque, se me olhasses com repulsa, seria simples. Se me expulsasses, eu saberia o que sou. Mas olhas para mim como se eu ainda fosse um de vocês."

"E és."

"Não como eu quero."

Ao dizê-lo, assustou-se com as próprias palavras.

Já não havia por onde recuar.

O rosto de Jesus encheu-se de tristeza.

"Judas, este não é o caminho."

"Que caminho?"

“Querer possuir alguém.”

“Eu não quero te possuir.”

Mas, enquanto o dizia, sabia que mentia.

Queria o olhar dele. Sua voz. Queria ser o único. Queria que, ao menos uma vez, Jesus deixasse de pertencer a todos: aos doentes, às crianças, às mulheres, a Pedro, a João, a todo Israel, a Deus. Queria um instante que fosse só seu.
E aquele desejo, represado por tanto tempo, despiu-se agora da vergonha antes que a razão conseguisse detê-lo.

Deu um passo em sua direção.

Jesus ergueu a mão, mais para marcar um limite que para ameaçá-lo.

“Fica onde estás.”

Mas Judas já não escutava. Ou escutou, e por isso mesmo avançou. Agarrou-o pela manga. Sem violência, mas com a urgência de quem se afoga e se agarra até em quem pode arrastar consigo.
“Só uma vez”, sussurrou.

“Não.”

A palavra foi clara. Serena. Firme.

Naquele instante, tudo escureceu diante dos olhos de Judas.

Inclinou-se e o beijou.

O beijo perdera tudo o que pudesse haver nele de saudação ou respeito fraterno. Judas pôs nele a fome, o desespero, a solidão, a repulsa por si mesmo, o desejo de ser aceito e a revolta por ter de implorar que o aceitassem. Beijou-o com ímpeto, depois outra vez, como se o primeiro contato fosse breve demais para comportar tudo o que nele pusera.
Jesus o afastou.

Afastou-o com firmeza, sem golpe nem ódio, de modo que Judas compreendeu de imediato: não havia fresta alguma, possibilidade alguma, nenhum talvez.
As mãos de Jesus repousavam nos ombros dele.

“Chega.”

Judas respirava com dificuldade. O rosto ardia e, ao mesmo tempo, estava pálido. Os olhos brilhavam, mas ele não chorava. Ainda não.
“Então era isso mesmo”, disse.

“Não.”

“Tu me rejeitas.”

“Rejeito o que fizeste.”

“É a mesma coisa.”

“Não é.”

“Para ti, não!”, explodiu Judas. “Tu sempre separas as coisas para saíres puro. O pecado e o homem. O desejo e o ato. A misericórdia e o limite. Mas eu não estou dividido. Quando repeles isto, repeles a mim.”

Jesus ainda o segurava pelos ombros, mas a voz continuava baixa.

“Tu não és o que te dilacera.”

“Mas sou eu quem deseja.”

“E ninguém é obrigado a se entregar ao teu desejo.”

A frase caiu entre eles como uma pedra.

Judas fitou-o.

Naquele instante, compreendeu por inteiro o limite. Estava diante dele, sólido como uma porta fechada.

Primeiro, tudo desabou para dentro dele. Depois, começou a se transformar.

A vergonha virou ira.

A ira virou acusação.

A acusação virou orgulho ferido.

Ele recuou.

Jesus o soltou.

“Judas”, disse, agora com mais urgência, “não enfrentes isso sozinho.”

Mas Judas só ouviu humilhação. Ouviu naquela frase: és fraco. És perigoso. Precisas de ajuda. Ouviu tudo, menos o que ela de fato dizia.

“Não enfrentes isso sozinho”, repetiu, zombeteiro. “E com quem hei de ficar? Contigo? Junto de ti? Ao teu lado? Como um entre tantos?”

Jesus se calou.

“É esse o teu amor?”, prosseguiu Judas, a voz já mais dura. “Dar ao homem luz bastante para enxergar a própria miséria, mas tão pouco calor que ele acaba morrendo de frio?”

“O que me pedes não é amor.”

Judas estremeceu como se tivesse levado um golpe.

“Então dá um nome a isso.”

Jesus não respondeu de imediato.

E foi naquele breve silêncio que Judas se sentiu mais aniquilado. Pois sabia que Jesus poderia pronunciar as palavras da Lei. Poderia condená-lo como se condenava nas sinagogas, nas conversas secretas entre homens, nos olhares de quem tinha certeza da própria pureza. Poderia expulsá-lo, chamá-lo de impuro, repugnante, perverso.
Mas Jesus não o fez.

E isso em nada apaziguou Judas.

Ao contrário.

Se Jesus não o condenava como a um monstro, Judas não tinha desculpa para se tornar um monstro. Se não o amaldiçoava, então tudo o que fizesse daquele instante em diante seria de sua inteira responsabilidade.
Era insuportável.

“Tu és cruel”, disse Judas em voz baixa.

Jesus deu um passo em sua direção.

“Não.”

“És. Porque sabes o que um homem quer ouvir e não lhe dás esse alívio. Sabes o que o quebraria e o deixas de pé. Sabes que ele precisa de ti e lhe dizes: para.”
“Sim”, disse Jesus. “Se, ao prosseguir, ele fosse ferir a ti e a mim.”

Judas riu. Já não havia doçura alguma naquele riso. Só amargura.

“Não tenhas medo. Não vou mais te tocar.”

“Não vás embora com essa ira.”

“Com o quê, então?”

Jesus olhou demoradamente para ele.

“Com a verdade.”

O semblante de Judas se fechou.

“Guarda tua verdade para os que têm licença de se sentar mais perto de ti.”

Jesus compreendeu.

"João não tem nada a ver com isso."

"É claro", disse Judas. "Ninguém nunca tem nada a ver com isso. Só eu."

Virou-se.

"Judas."

Parou, mas não olhou para trás.

"Teu nome não significa vergonha."

Judas ficou ali no escuro e sentiu que, enfim, as lágrimas lhe vinham aos olhos. Engoliu-as com tamanha força que a garganta lhe doeu.
"A partir desta noite, significa", disse.

Então foi embora.

Jesus ficou sozinho junto ao muro.

Judas fez devagar o caminho de volta, para que as pernas não lhe tremessem. Quando entrou sob o telheiro, os outros ainda dormiam. O mundo não mudara. Pedro continuava roncando. Tomé nem sequer se mexera. João dormia com um rosto tranquilo, quase infantil.
Judas se deitou em seu lugar, mas não fechou os olhos.

O peito lhe ardia.

Primeiro repetiu para si as palavras de Jesus, na tentativa de compreendê-las.

Rejeito o que fizeste.

Tu não és o que te dilacera.

Ninguém é obrigado a se entregar ao teu desejo.

Depois começou a mudá-las.

Eu te rejeito.

És impuro.

Nunca serás amado como queres.

No fim, restou uma única frase, simples e dura, que servia para sobreviver à dor:

Ele me humilhou.

Gostou mais daquela frase do que da verdade.

Porque, se Jesus o humilhara, Judas já não era apenas um homem que ultrapassara um limite. Tinha sofrido um dano. Uma injustiça. Um golpe. Tinha direito à ira.

E a ira era mais leve que a vergonha.

Desde aquela noite, algo nele começou a mudar.

Por fora, continuou o mesmo discípulo. Pela manhã, levantou-se, pegou a bolsa, contou as moedas, respondeu com objetividade. Quando Jesus falava, escutava. Quando retomavam a estrada, ia com os outros. Mas, dentro de si, já traduzia cada gesto de Jesus para a língua da rejeição.

Quando Jesus pousava a mão sobre um doente, Judas via o toque que lhe negara.

Quando sorria para uma criança, via a ternura que passara ao largo dele.

Quando João se sentava perto de Jesus, via o lugar que lhe seria proibido para sempre.

E, quando Jesus falava de amor aos inimigos, Judas só sentia crescer a certeza de que não havia crueldade maior do que amar a todos de tal maneira que ninguém pudesse dizer: ele é meu.

A frustração não se revoltou nele em altos brados logo de início. Primeiro, fervilhou em silêncio. Por baixo das palavras. Do serviço. Das moedas contadas. Da cabeça baixa em oração.

Mas estava ali.

E esperava o momento de poder chamar a si mesma de justiça.

Notas do autor sobre o capítulo:

Este capítulo é inteiramente fictício. Nasceu da impressão de que a motivação financeira atribuída pelas Escrituras à traição de Judas era superficial demais. Trair o próprio mestre devia ter raízes bem mais profundas no íntimo de um homem do que o mero proveito financeiro. Decerto não pretendo associar a homossexualidade à traição ou a coisa semelhante. Escolhi inserir esse elemento nessa história tão conhecida porque tal motivação me pareceu profunda o bastante para levar Judas a uma traição como essa. Na época de Jesus, a homossexualidade era vista como algo impuro e desprezível, e as pessoas que viviam essa realidade enfrentavam imensas dificuldades na sociedade de então. Foi por isso que essa motivação me pareceu possível. O que de fato aconteceu é outra questão, que, a esta distância no tempo, dificilmente poderemos esclarecer. O romance é, em grande medida, ficção, e assim deve ser lido também este capítulo.

7. Elarion: o Círculo Dourado

A casa dos Davion não ficava em Nitra.

Ficava longe da capital, em Auriola, numa região de antigas residências aurelianas, onde os vales se abriam em amplos planaltos verdes e a névoa da manhã se demorava rente ao chão, como se a paisagem não quisesse acordar de uma só vez.
Os muros antigos davam à casa dos Davion a aparência de uma fortaleza.

Ali se haviam tomado, no passado, decisões que afetaram gerações inteiras, e por isso o lugar trazia consigo também o peso de uma sede de poder.
Para os Davion, porém, era sobretudo uma casa, no sentido mais profundo da palavra: um lugar cujas paredes resguardavam tanto os corpos quanto a memória.

No salão principal pendiam os retratos dos antepassados. Nem todos eram fiéis. Alguns não passavam de reconstituições feitas a partir de descrições, outros eram fruto da imaginação de um artista, outros tão antigos que a tinta escurecera até virar um silêncio castanho. Em todos, porém, o pintor tentara captar os olhos.
O círculo dourado.

Em alguns, nítido.

Em outros, quase invisível.

Em outros ainda, apenas pressentido.

Jesair Davion atravessava o salão devagar. Em criança, evitava aqueles retratos. Tinha a impressão de que esperavam algo dele. Não uma proeza, nem obediência, nem glória. Algo pior: um significado.
E um significado pesava mais que um dever.

Conhecia desde a infância as velhas histórias da linhagem dos Davion. Dizia-se que seus antepassados mais remotos sabiam abrandar as doenças com um toque. Que, em tempos de seca, iam para junto dos rios e as águas voltavam. Que alguns viam a morte antes que ela chegasse e sabiam mudar o caminho de uma pessoa para que os dois não se cruzassem. Que a natureza os escutava, não como se escuta um servo, mas como se escuta alguém que não precisa nos convencer.
Jesair não acreditava nessas histórias.

Mas tampouco conseguia rir delas de todo.

Há coisas na vida que um homem sensato se recusa a aceitar como verdadeiras e às quais, no entanto, não dá as costas à noite.
Naquela noite, Jesair ficou na biblioteca.

Abriu um registro antigo da família, que a mãe o proibira de ler antes da idade adulta. Não porque o livro contivesse segredos de poder. Antes porque continha expectativa demais.
Numa das páginas havia o relato sobre um antepassado distante chamado Aser Davion.

Quando a febre chegou ao vale de baixo, Aser ia de casa em casa. Não disse que a morte não viria. Disse apenas que ela não devia vir sozinha. Muitos afirmavam que, ao toque dele, tinham sarado. Outros, que apenas tinham morrido mais tranquilos. Não sabemos a verdade. Sabemos apenas que, desde então, uma frase se conservou em nossa família: não vá sozinho.
Jesair passou os dedos sobre a escrita antiga.

Não vá sozinho.

A frase era simples. Simples demais para uma lenda.

Fechou o livro.

Naquele instante, tomou-o de assalto um estranho vislumbre de outra terra, mais real do que uma lembrança comum ou uma imagem inventada.
Poeira.

Um sol de outra cor.

Água junto à margem.

Mãos de pescadores.

Madeira.

E uma voz de mulher que dizia o nome dele, um nome que não era Jesair.

A imagem desapareceu antes que a razão pudesse tocá-la.

Jesair permaneceu sentado, imóvel.

Depois riu. Baixinho, de si mesmo.

“Casas antigas”, disse para o vazio. “Sempre dão um jeito de pôr sombras alheias na cabeça da gente.”

Mas, quando se levantou e apagou a luz, olhou mais uma vez para o livro.

E para a frase que continuava a brilhar ali, mesmo no escuro.

8. Terra: o dia da separação

A tarde caía devagar sobre os campos, como se a própria luz relutasse em deixar as colinas acima do lago. Os discípulos estavam sentados em volta de Jesus, num silêncio diferente daquele que costuma vir depois de uma longa caminhada. Havia nele algo mais pesado, como se cada um soubesse que as palavras ouvidas naquele dia pertenciam também a todos os que um dia viriam depois deles.

Jesus olhava ao longe. Seu rosto estava sereno, mas aquela serenidade tinha um peso. Era a de alguém que conhecia a dor e que, antes mesmo que ela chegasse, já a acolhera.

"Virá o dia", disse afinal, "em que se revelará tudo o que estava oculto. Um homem pode esconder do irmão o seu propósito, pode encobrir sua culpa com palavras, pode passar por justo aos olhos da multidão. Mas diante de Deus nada ficará oculto. Nesse dia, o coração do homem se abrirá como um vaso posto diante da luz."

Os discípulos se calaram.

"O Filho do Homem virá na glória de seu Pai", prosseguiu Jesus, "e com ele virão os anjos. E diante dele se reunirão as nações. Pouco importará o nome que cada um dava a si mesmo, ou quão alto proclamava o nome do Senhor. Importará o que trazia dentro de si e o que fez. Pois entre eles houve quem passasse fome, e alguns lhe deram de comer. Houve quem tivesse sede, e alguns lhe deram de beber. Um estrangeiro esteve à sua porta, e alguns o acolheram. Diante de seus olhos houve quem estivesse nu, e alguns o vestiram. Houve quem estivesse doente e na prisão, e alguns o foram visitar."

Pedro ergueu a cabeça. "Senhor, falas como se o homem encontrasse Deus toda vez que encontra alguém fraco."

Jesus olhou para ele. "E onde mais vocês querem procurá-lo? No templo, onde todos veem sua devoção? No sacrifício que oferecem à vista dos sacerdotes? Eu lhes digo: quem fecha o coração ao homem que sofre, a mim o fecha. E quem se inclina diante do menor de todos verá seu gesto subir até o Pai como uma oração."

Os olhos de João estavam cheios de inquietação. Era jovem, mas não tinha a ligeireza de uma criança. As palavras de Jesus tantas vezes lhe acendiam um fogo no peito. Hoje aquele fogo ardia de outro modo. Menos como esperança do que como uma pergunta a que receava dar voz.

Jesus prosseguiu:

"Então, uns serão postos à direita e outros à esquerda. Os que amaram a misericórdia, ainda que não soubessem dar-lhe esse nome, serão chamados à vida. Mas aqueles que viram a dor e se fizeram cegos, que ouviram o pranto e se fizeram surdos, que tiveram poder e dele se serviram para humilhar os fracos, esses partirão para as trevas que escolheram."
As palavras caíram entre eles como uma pedra num poço fundo.

André passou a mão no rosto. Tomé franziu o cenho, como se procurasse no íntimo um modo de fazer sua pergunta a Jesus sem cometer blasfêmia.
Afinal foi ele quem falou.

"Rabi", disse devagar, "posso te fazer uma pergunta?"

"Pergunta, Tomé."

"Falas da vida e das trevas. De recompensa e castigo. Do fogo que não se apaga. Mas o homem é fraco. Às vezes age por ignorância, às vezes por medo, às vezes porque ele mesmo foi ferido. Se a vida do homem é breve e sua culpa é humana, não será o sofrimento eterno um castigo excessivo para as falhas dos homens?"
Alguns discípulos se mexeram, inquietos. Pedro lançou a Tomé um olhar brusco, como se quisesse fazê-lo calar, mas Jesus ergueu a mão.
"Deixem que ele fale", disse com serenidade. "A pergunta que tem medo de sair pela boca fica no coração feito pus."

Tomé baixou os olhos. "Não quero me opor a Deus, Senhor. Mas tenho medo. Se a justiça não tem fim, onde fica a misericórdia?"
Jesus ficou um longo tempo em silêncio.

O vento passou pela relva e por um instante só se ouviram o farfalhar das folhas e as vozes distantes dos que voltavam dos campos. Quando Jesus falou, sua voz estava mais baixa.

"A misericórdia não revoga a verdade, Tomé. E a verdade não é inimiga da misericórdia. Se um pai visse seu filho estender a mão para apanhar o fogo, acaso lhe diria: faze como quiseres, porque te amo? Ou lhe daria um grito severo para lhe salvar a mão?"
"Daria um grito severo", respondeu Tomé.

"E se a criança chorasse de susto ao ouvir a voz do pai?"

"O pai a tomaria nos braços."

"Sim", disse Jesus. "Mas só depois que ela largasse o fogo."

Tomé se calou.

Jesus se voltou também para os outros.

"Escutem bem. Não vim para o meio de vocês só para consolar os que já procuram a Deus. Vim assentar uma pedra nos alicerces dos séculos que virão. Minhas palavras serão levadas por pessoas que nunca me viram. Elas as dirão aos filhos de seus filhos. Vão escrevê-las, explicá-las, servir-se delas para quebrar o orgulho dos poderosos e o medo dos fracos. Por isso precisam ter firmeza."
Então fitou Tomé.

"A lei que é branda com o mal se torna dura com as vítimas. Se vocês disserem a um assassino que seu ato foi apenas um engano, o que dirão à mãe do homem que ele matou? Se disserem a um rico que deixou um faminto morrer à sua porta que sua culpa é pequena, o que dirão ao faminto? Se disserem ao poderoso que sua crueldade logo cairá no esquecimento, o que dirão aos que por causa dela sangraram?"
João prendeu a respiração.

"As pessoas precisam ouvir que seus atos têm peso", prosseguiu Jesus. "Não só hoje. Não só diante do juiz na cidade. Não só sob o olhar dos vizinhos. Mas diante da eternidade. Pois muitos não se deterão diante do pranto do fraco. Não se deterão por vergonha. Não se deterão diante da própria consciência, que saberão calar. Mas talvez se detenham ao saber que nada será esquecido."
Tomé ergueu os olhos. "Então é o medo que há de levá-los ao bem?"

"O medo é um começo para os que ainda não sabem amar", disse Jesus. "Mas não pode ser o fim. Primeiro, a criança tem medo de cair no abismo e por isso se mantém longe da borda. Mais tarde, compreende que a vida é preciosa e já não depende só do medo. Assim também é com a lei."
Pensativo, Pedro perguntou: "E quem, então, se manterá de pé, Senhor? Até o justo falha."
O olhar de Jesus se abrandou.

"Quem cai e se levanta não é como aquele que faz da queda a sua morada. Quem peca e chora por isso não é como aquele que peca e ensina os outros a chamar as trevas de luz. O Pai vê a diferença entre a fraqueza e a dureza de coração. Entre a ferida e o orgulho. Entre o homem que perdeu o caminho e clama por ajuda e aquele que se perdeu e ainda arrasta outros atrás de si."
"Mas falas de tormento eterno", insistiu Tomé. "É uma palavra pesada."

“É pesada”, assentiu Jesus. “E pesada há de ser. Pois o mal também pesa. Se vocês vissem todas as lágrimas que um ser humano faz outro derramar, não pregariam sobre o juízo com palavras levianas.”
Por um instante, sua voz tremeu, não de fraqueza, mas de profunda tristeza.

“Vejo as gerações que virão. Vejo reis que matarão em nome da ordem. Vejo sacerdotes que amarão o próprio poder mais do que a Deus. Vejo ricos que erguerão casas nas costas dos pobres. Vejo pessoas que saberão do sofrimento alheio e ainda assim dirão: isso não me diz respeito. Por isso devo falar de tal maneira que minhas palavras não se tornem enfeite. Elas têm de ser como uma espada posta diante da consciência.”
Então Jesus acrescentou:

“Mas lembrem-se também disto: não vim buscar os que se perderam para me alegrar com sua perdição. Não vim chamar os justos, e sim convidar os pecadores à conversão. Enquanto o homem respira, tem diante de si a porta. Enquanto seu coração ainda pode se comover, o Pai o chama. Mas quem rejeita para sempre a luz escolhe as trevas. E as trevas que o homem chega a amar mais do que a verdade acabam por se tornar sua morada.”
Tomé pousou as mãos nos joelhos. “Então o juízo não é só um castigo que vem de fora?”

“Não”, disse Jesus. “O juízo é também a revelação daquilo em que o homem se tornou. Quem passou a vida aprendendo a amar reconhecerá em Deus a sua casa. Quem passou a vida aprendendo a odiar a luz sentirá nela o ardor que queima. O mesmo sol abre a flor e resseca a raiz arrancada.”
Aquelas palavras fizeram os discípulos calarem mais fundo do que qualquer ameaça de fogo.

Jesus se levantou. A escuridão já se adensara e as primeiras estrelas apareciam sobre os campos.

“Por isso eu lhes digo: vigiem. Não para viverem angustiados, mas para que não adormeçam para o bem. Deem o pão enquanto têm mãos. Perdoem enquanto têm tempo. Voltem ao Pai enquanto ouvem a sua voz. Pois virá o dia em que o homem, em vez de se perguntar o que os outros pensavam dele, perguntará o que aconteceu ao seu coração.”
Voltou-se então para Tomé e sua voz tornou a baixar.

“E tu, não tenhas medo de perguntar. Quem pergunta por amor à verdade está mais perto do Reino do que quem se cala só por medo.”

Tomé assentiu, mas uma sombra lhe ficou nos olhos. Não era a sombra da descrença, e sim a de um homem que compreendera que a justiça de Deus era maior do que ele desejava, e a misericórdia de Deus mais profunda do que ousara esperar.
Naquela noite, nenhum deles adormeceu depressa.

Cada qual pensava no dia em que se abriria o coração do homem.

E cada qual procurava, em silêncio, descobrir se dentro de si havia mais luz ou mais trevas.

Notas do autor sobre o capítulo:

Este capítulo é inteiramente fictício. Surgiu como reação a uma visão que me parecia excessivamente simplista, em preto e branco, da separação entre os que serão condenados para sempre e os que receberão a vida eterna.

9. Elarion: a Camada

Nerai Sael começava a trabalhar antes que Nitra acordasse.

Não que pensasse melhor de manhã. Para ela, a hora pouco importava. O dinheiro atravessava fronteiras qualquer que fosse a posição do Sol de Elarion, e os sistemas automatizados desconheciam o cansaço, os feriados e a hora em que os bancos fechavam.
Chegava cedo porque, àquela hora, os corredores estavam vazios.

No silêncio, era mais fácil distinguir as questões importantes das que eram apenas urgentes.

O edifício da Autoridade Interestatal de Integridade Financeira e Riscos Sistêmicos ficava fora do centro histórico de Nitra. Fora erguido na margem norte do rio, entre as sedes dos conselhos monetários, os centros de computação da União e os jardins diplomáticos. Era baixo, largo e quase sem janelas na fachada. Os arquitetos afirmavam ter querido expressar serenidade e imparcialidade.
Quem temia a Autoridade via ali uma fortaleza.

A maioria dos habitantes de Elarion conhecia a instituição por um nome mais curto.

Camada.

O nome surgira entre os analistas. Cada banco, seguradora, administração tributária ou bolsa de valores enxergava apenas sua própria camada da vida financeira. O banco conhecia a conta, mas nem sempre sabia quem era o verdadeiro dono da empresa à qual ela pertencia. O fisco conhecia a declaração, mas não enxergava o dinheiro que saía para outro Estado. O registro comercial conhecia o administrador, mas não o homem oculto por trás do fundo que controlava a empresa.
Ao cruzar uma fronteira, o dinheiro entrava em outra jurisdição.

Às vezes, deixava atrás de si um relatório.

Às vezes, apenas um resumo.

Às vezes, nada.

A função da Camada era sobrepor essas camadas incompletas e procurar os pontos em que suas bordas deixavam de coincidir.
Nerai não era policial.

Não podia prender, intimar nem acusar ninguém. Não podia entrar num banco e examinar à vontade as contas dos clientes. Não podia exigir de um paraíso fiscal o nome de um proprietário só porque tinha interesse em saber. Quando encontrava um padrão preocupante, preparava um relatório de análise e o encaminhava aos órgãos que podiam solicitar mais dados à Justiça ou a outro Estado.

Muitas vezes esperava meses a fio.

Às vezes vinha a resposta de que a informação solicitada não existia.

Outras vezes existia, mas, segundo a lei local, não podia ser fornecida.

E, de vez em quando, o Estado simplesmente não respondia.

Por isso, a Camada não enxergava todo o dinheiro de Elarion. Via sobretudo aquilo que alguém era obrigado a comunicar, o que estava disponível ao público ou o que se conseguia obter no curso de uma investigação específica.

Os bancos lhe enviavam comunicações de operações atípicas. Nada de registros completos de todos os clientes. Só os casos em que os sistemas ou os próprios funcionários do banco haviam levantado a suspeita de que os recursos tinham origem mal esclarecida, circulavam de maneira incomum ou estavam associados a um risco já conhecido.

As administrações tributárias forneciam dados agregados.

Os registros comerciais, os nomes dos proprietários formais.

Os partidos políticos, as declarações obrigatórias de doações e despesas.

Cada fonte revelava uma parte diferente da realidade.

E cada uma tinha seu ponto cego.

Nerai reunia informações que à primeira vista não tinham relação entre si. Um comunicado bancário. Uma empresa que mudava de mãos. Um empréstimo vindo de outro Estado. Uma doação a uma fundação. Um pagamento por serviços de consultoria. Uma subvenção para recuperar uma região. Uma apólice de seguro em que o nome do beneficiário não coincidia com o do proprietário.

Raramente a corrupção se confessava na descrição de um pagamento.

E o financiamento do poder político muitas vezes se escondia atrás de palavras como consultoria, educação, desenvolvimento regional ou pesquisa de opinião pública.

Nerai não procurava gente que comprara algo caro.

Procurava o poder.

Sentou-se à mesa de trabalho e pousou a palma da mão na superfície fosca. O sistema confirmou sua identidade. No espaço à sua frente, surgiu a lista das comunicações recebidas durante a noite.

Aquilo não era um mapa de todo o dinheiro.

Era um mapa de suspeitas.

Algumas comunicações traziam dados precisos. Outras, só uma descrição sucinta da transação e o motivo pelo qual o banco a sinalizara. Nas operações entre Estados, parte dos dados costumava permanecer anonimizada até que houvesse fundamento legal para sua divulgação.

Nerai abriu o primeiro caso.

Uma transferência de valor excepcionalmente alto entre duas construtoras. A explicação vinha em anexo: venda de máquinas e equipamentos. Os documentos pareciam legítimos.

O segundo caso dizia respeito a uma fundação que recebera uma doação vultosa pouco antes das eleições. Mas o pagamento fora declarado publicamente e vinha de um doador conhecido.

No terceiro, faltava a identificação do beneficiário final da empresa que recebera o dinheiro.

Nerai marcou o registro para complementação.

Na décima sétima comunicação, deteve-se.

Vinha de um banco da cidade portuária de Sarur. O banco chamava a atenção para uma série de depósitos em espécie de uma empresa local. Em Elarion, dinheiro em espécie era o nome que se dava também às unidades digitais ao portador, que podiam passar de mão em mão sem conexão permanente à rede. No momento do depósito, o banco verificava sua autenticidade, mas não a identidade de todos os portadores anteriores. O valor dos depósitos, por si só, não tinha nada de extraordinário. Receitas daquela natureza eram habituais para aquele tipo de negócio.

Era um restaurante.

O banco não levantara a suspeita por conhecer o número real de clientes. O que lhe chamara a atenção fora o aumento acentuado dos depósitos ao longo de alguns meses, sem alteração do perfil básico da empresa. O mesmo imóvel. O mesmo número de contas registradas no banco. Nenhum empréstimo para ampliação. Nenhuma comunicação de venda do negócio ou de mudança de atividade.

Podia ser sinal de sucesso.

Um cozinheiro novo.

Boas avaliações.

Um contrato para fornecer refeições a outra empresa, do qual o banco não tivesse conhecimento.

A comunicação, portanto, não era uma acusação. Era apenas um aviso de que o banco não encontrara explicação satisfatória para a mudança de comportamento do cliente.
Nerai abriu a ficha pública da empresa no registro comercial.

O proprietário formal era um empresário local. Dois níveis acima havia um fundo regional. Acima dele, uma sociedade registrada em Therinith, um dos menores Estados do arquipélago do sul.
O registro de Therinith não divulgava os beneficiários finais.

Não havia nisso nada de ilegal.

Therinith erguera boa parte da sua economia sobre o sigilo financeiro.

Nerai olhou o nome do estabelecimento.

Vesta Sarur Sete.

Conhecia a marca. A Vesta mantinha restaurantes, mercearias, hospedarias e oficinas em boa parte do planeta. Alguns estabelecimentos pertenciam diretamente à matriz, outros a detentores locais da licença. A estrutura societária variava de um Estado para outro.
O fato de um restaurante apresentar depósitos atípicos nada dizia sobre a rede como um todo.

Nerai abriu o resumo noturno do sistema de análise e requisitou as comunicações anteriores ligadas ao nome Vesta.
O sistema encontrou centenas de registros. A maioria dizia respeito a coisas corriqueiras: disputas com fornecedores, erros no preenchimento de transferências, furtos de tokens de autorização, fiscalizações tributárias ou empréstimos não pagos.

Entre eles, identificou um padrão ao qual atribuíra pouca relevância: depósitos dos estabelecimentos, seguidos de transferências ao exterior, sem clareza sobre a identidade do beneficiário final. O sistema, porém, não tinha acesso aos caixas nem às contas protegidas além das fronteiras. Na classificação automática dos casos, aquele padrão estava muito abaixo dos alertas urgentes.
Restavam catorze casos.

Vinham de seis Estados.

Distribuíam-se por um período de quatro anos.

Examinados isoladamente, os casos haviam sido encerrados pelas autoridades locais ou deixados sem novas diligências. Em um deles, a empresa explicara que conquistara novos clientes. Em outro, o banco entendera que o risco não justificava prosseguir. Um terceiro chegara ao fim na fronteira de um Estado que se recusara a fornecer informações sobre a empresa destinatária.

Todos, porém, traziam o nome Vesta.

Para o modelo, era um conjunto de coincidências pouco significativas. Nerai, porém, sabia distinguir entre catorze coincidências e catorze repartições, cada qual enxergando apenas seu próprio caso encerrado. Abriu as comunicações originais e começou a ler as justificativas.

Nerai se inclinou para a frente.

Não via o faturamento de toda a rede. Não via os caixas nem o movimento de clientes. Não tinha acesso à contabilidade interna, muito menos a sistemas que lhe revelassem quem comprava o quê em cada estabelecimento.

Via apenas que diversos bancos em Estados diferentes haviam apontado, de forma independente, comportamentos semelhantes.

Dinheiro vivo aparecia num estabelecimento local.

Entrava nos livros como receita normal.

Pouco depois, parte do dinheiro saía para empresas que prestavam serviços de nome vago.

Consultoria.

Gestão de marca.

Promoção regional.

Taxas de licenciamento.

Daí em diante, o rastro se desfazia por outros Estados.

“Bom dia.”

A voz atrás dela era de Taren Voss.

Nerai nem se virou.

“Ainda vamos ver se é bom.”

Taren se aproximou da estação de trabalho. Era alto, magro, e se movia com a calma de quem nunca fizera questão de provar que tinha a situação sob controle. Trabalhava na

Camada havia mais tempo que Nerai e tinha um conhecimento do sistema bancário de Vasýria que a simples leitura das leis não podia dar.
Era veyrano.

Parte dos colegas via nisso uma vantagem quando investigavam casas bancárias veyranas. Outros, um risco. Nerai considerava as duas ideias igualmente primitivas.
"O que você tem aí?", perguntou ele.

"Catorze comunicações em quatro anos."

"Isso tem cara de começo de uma reunião bem comprida."

"Seis Estados. Bancos diferentes. Proprietários formais diferentes."

Taren examinou os dados.

"E o ponto em comum?"

"A Vesta."

Ele esboçou um sorriso.

"Já comi lá."

"Essa informação não ajuda."

"Posso confirmar que a comida não explica o sucesso financeiro deles."

Nerai passou a ele a primeira comunicação.

"Os depósitos aumentam. Depois, parte do dinheiro sai em pagamentos por consultoria e licenciamento. A identidade dos beneficiários finais das empresas que recebem é protegida."
"Ainda pode não ser nada."

"Pode."

"A rede pode adotar um modelo de negócios comum."

"Pode."

"Ou uma maneira comum de transferir lucros."

"Também."

Taren abriu a camada temporal e comparou as datas dos pagamentos. Alguns estabelecimentos enviavam dinheiro aos mesmos intermediários. Outros recorriam a empresas distintas, que, no entanto, tinham o mesmo auditor ou administrador.
"Interessante", disse.

"O quê?"

"Essas empresas se apresentam como se não tivessem ligação. Mas o mesmo escritório preparou a documentação delas."

"Pode ser um prestador de serviços comum."

"Pode."

Os dois ficaram calados por um momento.

Era assim que começava a maioria dos casos na Camada. Em lugar de uma certeza, vinha uma série de possibilidades, cada qual com uma explicação inocente.
Até que as explicações se tornavam numerosas demais.

"Precisamos da contabilidade interna de pelo menos um estabelecimento", disse Taren.

"Não temos fundamento legal para isso."

"Temos uma comunicação do banco."

"Temos uma suspeita do banco. Não uma prova de crime."

"Podemos pedir a Sarur que faça uma fiscalização tributária."

"Podemos pedir que considerem a possibilidade de fazer uma fiscalização tributária."

Taren se apoiou na mesa.

"E daqui a seis meses vão nos dizer que estava tudo de acordo com as normas locais."

"Provavelmente."

"Therinith não vai nos revelar quem é o proprietário."

"Sem ordem judicial, não. E não vamos conseguir a ordem sem uma suspeita mais fundamentada."

Taren olhou para a cadeia à frente deles.

"Então precisamos dos dados para provar que precisamos dos dados."

"É a base da cooperação interestatal."

Ela ampliou a lista de empresas interligadas. Na ponta da maioria das cadeias societárias aparecia o nome de um administrador, de um escritório de advocacia ou de um fundo.
Em lugar nenhum havia uma pessoa de carne e osso.

Nerai não podia dizer que a Vesta lavava dinheiro. Não sabia sequer se os depósitos atípicos correspondiam a receitas reais, a fraude fiscal ou apenas a um modelo de negócios que os bancos não compreendiam.

Só tinha uma pergunta que se repetia.

E um sistema que não lhe permitia chegar à resposta sem conhecê-la de antemão.

“Abra um processo preliminar”, disse. “Por enquanto, sem acusação nem pedido de intervenção.”

“Sob qual justificativa?”

“Possível uso coordenado de estabelecimentos que recebem dinheiro em espécie para ocultar a origem de recursos.”

“Isso já parece quase uma opinião.”

“Então escreva: apuração de anomalias financeiras interestatais recorrentes.”

Taren sorriu de leve.

“Isso não parece coisa nenhuma.”

“Por isso mesmo vão aprovar.”

Ele começou a preparar a lista de solicitações. Nada de dados de clientes ou registros de caixa da rede inteira. A Camada não tinha essa prerrogativa. Podiam solicitar resultados de fiscalizações tributárias já realizadas, demonstrações financeiras públicas, nomes de auditores, contratos de licenciamento, histórico de mudanças de propriedade e informações que os próprios bancos tinham assinalado como atípicas.

Cada nova camada exigia um novo fundamento.

E cada fundamento precisava vir da camada anterior.

Por um instante, Nerai reparou no próprio reflexo na parte escura da superfície de trabalho.

Não tinha o círculo dourado.

Sua mãe era aureliana. Nerai, porém, nascera selenita, como o pai. Na infância, vivia examinando os olhos sob luzes diferentes. Depois de chorar, nos dias de febre e nos momentos em que se concentrava muito.

Esperava para ver se a linha dourada acabaria aparecendo.

Nunca apareceu.

Jesair, seu meio-irmão, herdara o círculo. Era aureliano e descendia da linhagem mais antiga dos Davion de que se tinha notícia. Por isso, as pessoas procuravam nele a continuação de histórias que haviam surgido séculos antes de seu nascimento.

Quando ele acalmava alguém, falavam do antigo dom.

Quando se enganava, diziam que havia desonrado seu sangue.

Nerai não carregava peso semelhante.

Não tinha de dar continuidade a uma lenda.

Podia ser simplesmente quem era.

Ainda assim, sempre havia quem, ao ouvir o nome de Jesair, olhasse mais uma vez para os olhos dela. Como se precisasse verificar por que dois irmãos não traziam a mesma marca.
Jesair nunca a tratara como alguém a quem faltasse alguma coisa.

Quando eram crianças, ele lhe dissera que o círculo dourado era apenas uma coisa que as pessoas viam antes de enxergar a pessoa.

Nerai lhe respondera que então tinha sorte de não haver nada brilhando nos seus olhos.

Desde então, de vez em quando, ele sentia inveja dela.

Nerai desviou os olhos do próprio reflexo e voltou a se concentrar na superfície de trabalho. Enquanto isso, Taren concluíra a primeira série de solicitações.
"Sarur acolheu o pedido", disse ele. "Sem se comprometer a fazer a fiscalização."

"Já é mais do que eu esperava."

"Therinith se recusou a fornecer os dados sobre os proprietários."

"Exatamente o que eu esperava."

Taren abriu a resposta do registro insular. Era longa, cortês e escrita de modo a convencer o leitor de que a recusa em fornecer informação era sinal de apuro jurídico.
A Autoridade não apresentara uma suspeita suficientemente específica.

Não indicara a tipificação exata do crime.

Não demonstrara vínculo entre a empresa local e as anomalias financeiras em outros Estados.
Cada frase era defensável.

Juntas, formavam um muro.

"Dizem que sem prova de controle comum não podemos pedir a identidade do beneficiário final", disse Taren.
"E não temos como provar o controle comum sem saber quem é o beneficiário final."

"Deve estar escrito em cima da porta do registro."

Nerai marcou a resposta e a anexou ao processo. Até uma recusa tinha valor. Não como prova de crime, mas como um mapa das fronteiras para além das quais a investigação não enxergava.

Olhou para as catorze comunicações.

Não sabia se todas faziam parte do mesmo mecanismo. Talvez houvesse ali empresas honestas, modelos bancários imprecisos ou simples erros contábeis. Talvez o nome Vesta fosse a única coisa que elas tivessem em comum.

Mas coincidências demais começavam do mesmo jeito.

O dinheiro surgia num estabelecimento que recebia em espécie.

Ganhava o nome de receita.

Depois saía em pagamento por um serviço cujo valor não se podia medir com precisão.

Por fim, entrava num Estado onde ninguém mais precisava perguntar a quem pertencia.

“E agora?”, perguntou Taren.

“Esperamos os resultados das fiscalizações.”

“Pode levar meses.”

“Enquanto isso, vamos investigar os auditores, os administradores e as consultorias.”

“Sem acesso às contas?”

“Ainda há nomes que não são segredo.”

Taren abriu a lista das empresas que recebiam dos estabelecimentos os pagamentos por licenciamento e consultoria. À primeira vista não havia ligação entre elas. Tinham sede em Estados diferentes, nomes em línguas diferentes e cada qual declarava um ramo de atividade distinto.

Nerai as ordenou pela data de constituição.

Depois, pelos representantes legais.

Por fim, pelas pessoas que haviam autenticado seus atos constitutivos.

Na superfície de trabalho começaram a aparecer os primeiros nomes que se repetiam.

Ainda não eram os proprietários.

Somente administradores, advogados e intermediários encarregados das formalidades.

Pessoas cuja função era ficar entre o patrimônio e o ser humano a quem ele de fato pertencia.

“Três escritórios”, disse Taren.

“Em catorze casos aparentemente sem ligação.”

“Já é melhor que o nome da rede.”

“Ainda não é prova.”

“Você ainda vai se recusar a comemorar até uma confissão.”

“Uma confissão também pode ser falsa.”

Taren balançou a cabeça e enviou novas solicitações.

Do outro lado das janelas, Nitra aos poucos se enchia da luz da manhã. O trânsito se adensava nos vários níveis acima do rio e, na margem oposta, se acendiam as torres públicas. A cidade começava o dia convencida de que tudo o que importava era registrado, fiscalizado e guardado em algum lugar.
Nerai sabia que não era bem assim.

Os dados existiam.

Só não estavam num mesmo lugar.

Cada instituição detinha um fragmento e o protegia segundo as próprias regras. Os bancos viam a movimentação, mas não o negócio real. O fisco via as declarações, mas não o fluxo inteiro do dinheiro. Os registros viam as empresas, mas não as pessoas por trás delas. Os investigadores viam as suspeitas, mas muitas vezes não viam as ligações.
O crime não precisava ser invisível.

Bastava estar repartido.

Nerai abriu um novo processo de trabalho. O sistema exigia um nome, um fundamento legal e uma avaliação preliminar de risco.
No campo do nome, escreveu uma única palavra:

Vesta.

Hesitou por um instante na avaliação do risco.

Então assinalou:

Indeterminado. Possível padrão interestatal.

O processo foi salvo entre centenas de outros em aberto. Ficou em destaque por um instante e depois sumiu no sistema, como se nada tivesse de especial.
Talvez de fato não tivesse.

Talvez por trás dele houvesse apenas algumas empresas que escondiam o lucro real ou transferiam receitas para pagar menos impostos.
Mas talvez a Vesta fosse o lugar onde o dinheiro vindo de crimes diferentes ganhava uma mesma história para contar sobre sua origem.
Nerai ainda não sabia.

Tinha apenas catorze comunicações, três escritórios de advocacia e alguns Estados que se recusavam a lhe mostrar o último nome da cadeia.
No início das grandes descobertas, no entanto, raramente havia uma prova.

Havia uma discrepância que era mais fácil deixar passar do que explicar.

Nerai fechou os demais processos.

O da Vesta, deixou aberto.

10. Terra: a figueira amaldiçoada

Quando saíram de Betânia pela manhã, o ar ainda estava frio e pairava sobre o caminho uma névoa fina. Jerusalém se erguia à sua frente na luz da manhã, suas muralhas pálidas e duras como o rosto de quem há muito desaprendeu a chorar.

Os discípulos caminhavam em silêncio atrás de Jesus. Os últimos dias tinham sido cheios de sinais, perguntas e inquietação. Todos sentiam a proximidade de algo que nenhum deles já poderia deter. A cidade os atraía e ao mesmo tempo os repelia. Era como uma porta aberta além da qual os esperava uma sentença em vez da liberdade.

Jesus ia à frente.

Naquela noite, quase não dormira. Ficara muito tempo sentado sozinho, enquanto os outros descansavam, olhando na direção de Jerusalém. Sabia que a hora de que tantas vezes falara já não estava por chegar. Estava ali. Era dentro dela que ele caminhava.

O passo continuava firme, mas o corpo estava cansado. Tinha a boca seca e no ventre um vazio que, a cada passo, se fazia sentir como uma dor surda. Desde a véspera comera pouco. De início, a fome apenas o habitara em silêncio, mas agora se fazia ouvir com insistência cada vez maior, até que por um instante o mundo se reduziu ao simples desejo de comer.

À beira do caminho havia uma figueira.

Tinha a copa larga e uma profusão de folhas verdes. Entre as pedras acinzentadas, parecia uma ilha de vida. Seus ramos se debruçavam sobre o caminho e, à luz da manhã, a árvore parecia forte, saudável e generosa.

Jesus se aproximou dela.

Pedro olhou para trás, para os outros. João diminuiu o passo. Tomé parou a alguns passos deles e observou Jesus afastando as folhas.

Procurava um fruto.

Seus dedos passavam por entre os galhos. Desviava um ramo depois do outro, levantava as folhas, espiava por baixo.

Não encontrou nada.

Só folhas.

Só a promessa que se via por fora.

Só a aparência da abundância, sem nada que matasse a fome de um homem.

Jesus estendeu a mão mais fundo na copa, como se ainda esperasse encontrar ao menos um figo temporão. Mas a mão voltou vazia.

Alguns discípulos trocaram olhares. Sabiam que ainda não era tempo de figos. A árvore nada fazia que contrariasse sua natureza. Verdejava quando devia verdejar e esperava a estação em que devia dar frutos.

Mas a fome desconhece a paciência das estações.

A fome não enxerga a árvore inteira. Vê apenas o fruto que falta.

Jesus ficou parado sob a copa. Uma tristeza lhe assomou ao olhar, pois diante de si via mais que uma figueira. Via a cidade que resplandecia com seu templo, suas leis e suas orações, mas não sabia saciar a alma de um homem. Via sacerdotes em vestes limpas dando as costas aos impuros. Via homens que conheciam cada palavra das Escrituras, mas não ouviam o pranto da viúva do outro lado do muro de sua casa.

Via folhas sem frutos.

Sob aquela tristeza, porém, algo menor se moveu por um breve instante.

Algo humano.

A impaciência de um homem cansado. O mau humor de um corpo faminto. Uma indignação muda por ter outra vez diante de si um mundo cheio de promessas que a ele próprio nada dava.

Foi apenas um instante.

A fome falou antes da compaixão, e o cansaço antes da sabedoria. Por um momento, não viu a árvore tal como era. Viu nela tudo o que prometia vida e não lhe trouxera alívio justo quando ele o desejava.

Tocou numa folha.

Então disse:

“Que nunca mais ninguém coma de teus frutos.”

Não falou alto. Não havia ali uma fúria que fizesse o caminho estremecer. Havia cansaço, juízo e um único lampejo cortante de uma vontade que, por um momento, se reduzira à própria fome.

Quando cessou o som das palavras, Jesus ficou imóvel.

Olhou para a mão pousada sobre o galho.

Como se só tivesse sentido o peso da palavra depois que ela lhe saíra da boca.

Então retirou a mão.

Os discípulos ficaram em silêncio. Ninguém lhe perguntou por que fizera aquilo. Seguiram para Jerusalém, mas Tomé ainda olhou mais uma vez para a árvore.
As folhas verdes se moviam de leve ao vento, como se nada tivesse acontecido.

No dia seguinte, voltaram pelo mesmo caminho.

Pedro foi o primeiro a reparar na figueira. Parou tão de repente que Tiago por pouco não esbarrou nele.

"Rabi", disse, apontando. "Olha. A figueira que amaldiçoaste secou."

Todos pararam.

A árvore que na véspera estivera verde e coberta de folhas agora estava seca. As folhas pendiam retorcidas e cinzentas, os galhos haviam perdido a flexibilidade e, em alguns pontos, a casca se desprendia do tronco. Não parecia uma árvore que definhava pouco a pouco. Parecia uma árvore da qual a vida saíra de uma só vez, da raiz até o último raminho.
Uma inquietação atravessou os discípulos.

Já tinham visto muitos sinais. Tinham visto a água ser transformada em vinho. Tinham visto doentes curados, cegos enxergando e coxos andando. Tinham visto Lázaro sair do túmulo.
Aquela árvore, porém, os atingiu de outro modo.

Aquele milagre não trouxera cura.

Faltava também a alegria da multidão.

Ninguém abraçou o filho. Ninguém ergueu os olhos ao céu para agradecer por uma vida restituída.

Tudo naquele acontecimento parecia duro, silencioso e irrevogável.

Jesus se voltou para eles.

"Tenham fé em Deus", disse. "Em verdade lhes digo: se alguém disser a este monte 'ergue-te e lança-te ao mar', e não duvidar em seu coração, mas crer que acontecerá o que diz, assim lhe acontecerá."
Ergueu os olhos para as encostas à beira do caminho.

“Por isso eu lhes digo: tudo o que pedirem em oração, creiam que já receberam, e lhes será dado. Mas, quando estiverem de pé para orar, se tiverem algo contra alguém, perdoem, para que o Pai de vocês também lhes perdoe.”
As palavras caíram entre eles como pedras em águas profundas.

Ninguém respondeu de imediato.

Cada um ouviu nelas algo diferente.

Pedro ouviu um chamado à força.

João, o mistério da confiança.

Judas, a possibilidade do poder.

Tomé, uma pergunta.

Hesitou um instante. Depois chegou mais perto de Jesus.

“Senhor”, disse com cautela.

Jesus olhou para ele.

“Pergunta, Tomé.”

Tomé baixou os olhos para as raízes secas da figueira.

“Nós te vimos transformar água em vinho. Nós te vimos curar os doentes. Nós te vimos ressuscitar os mortos. Vimos Lázaro sair do túmulo, embora já estivesse deitado na escuridão e seu corpo trouxesse o cheiro da morte.”
Fez uma pausa.

“E agora vimos uma árvore secar à tua palavra.”

Alguns discípulos se mexeram, inquietos. Pedro franziu a testa, como se quisesse fazer Tomé se calar, mas Jesus ergueu a mão.
“Deixem que ele fale”, disse. “Quem pergunta ainda não adormeceu.”

Tomé tomou fôlego.

“Então por que não fizeste nascer nela um figo? Se tinhas fome e a árvore estava sem fruto, por que não lhe deste um? Por que foi mais fácil tirar a vida dela do que chamar o fruto aos seus ramos?”
O silêncio se adensou.

Tomé prosseguiu, agora com mais ousadia:

“E, se um homem que tem fé pode dizer ao monte que se erga e se lance ao mar, por que não pode dizer a uma árvore: dá um figo?”
Jesus olhou para ele com uma seriedade afetuosa.

“Tomé”, disse, “quando uma criança vê um pão, pensa que o pão começa nas mãos do padeiro. Mas o homem sábio sabe que começa muito antes. No grão que caiu na terra. Na chuva que veio na hora certa. No sol que não foi forte demais. Nas mãos de quem semeou. Na pedra do moinho. No fogo do forno.”
Apontou para a figueira.

“Cada coisa que vês diante de ti traz atrás de si uma longa sucessão de coisas ocultas. Também o fruto da figueira não é apenas um fruto. Para que hoje estivesse pendurado no galho, ontem já precisaria estar ali como algo menor. Há um mês, precisaria ser quase invisível, escondido no corpo da árvore. Antes disso, precisaria ter sido um princípio de fruto que recebeu seiva, luz e tempo. E, ainda antes, precisaria ter sido uma árvore que tinha em si a força de frutificar.”
Tomé ouvia sem se mover.

Jesus pegou uma folha seca. Ao toque, ela se desfez entre seus dedos.

“A realidade que vocês veem não é uma pele só, estendida sobre o mundo. É feita de camadas. Como a cebola que uma mulher vai desfolhando junto ao fogo. Uma camada sustenta a outra. O que hoje se mostra repousa sobre o que houve ontem. E o que houve ontem repousa sobre o que houve antes.”
Olhou para todos.

“A mente fraca vê apenas a última camada e pensa que ela é o mundo inteiro. A mente mais forte enxerga mais fundo. E uma mente cheia de fé pode tocar os lugares onde as coisas ainda não estão de todo decididas.”
João levantou os olhos.

Jesus prosseguiu:

“Há coisas que se podem mudar porque suas raízes estão perto. O corpo enfermo ainda anseia pela vida. A água traz em si a obediência da criação. O coração do homem pode se converter num só instante. Nem a morte é a muralha que vocês imaginam, quando o Pai chama pelo nome aquele que dorme.”

À menção da morte, veio-lhes à memória o túmulo de Lázaro. A pedra que haviam rolado para longe da entrada. O cheiro da decomposição. O homem envolto em faixas que saiu ao ouvir a voz de Jesus.

"Mas fazer nascer um figo quando não era tempo de figos", disse Jesus devagar, "é mais do que ordenar a um ramo que dê fruto. Seria reescrever muitas camadas de uma vez. Precisaria ter havido ontem um crescimento que não houve. Um amadurecimento que não aconteceu. A seiva já teria de estar fluindo para o fruto havia dias. Teria de haver ali um tempo que por ali não passou."

Tomé franziu a testa.

"Mas Deus tudo pode."

"Deus tudo pode", assentiu Jesus. "Mas Deus não é um ilusionista de feira a enganar os olhos de uma criança. O Pai não criou o mundo para a cada instante rasgá-lo como uma roupa velha e costurá-lo de novo ao sabor da nossa impaciência. Criou uma ordem. E essa ordem também é a sua vontade."

Tomé, porém, continuava olhando para a árvore seca.

"Isso explica por que não havia nela um figo", disse. "Não explica por que a amaldiçoaste."

Pedro se virou de repente para ele.

"Tomé..."

"Não", interrompeu Jesus com serenidade.

Olhou para Tomé.

"Tens razão em perguntar."

Fez-se no caminho um silêncio tal que se ouvia o roçar das folhas secas aos seus pés.

Tomé deu um passo à frente.

"Não pergunto o que a árvore significava", disse. "Nem o que a cidade ou o templo significam. Quero saber de ti: por que fizeste aquilo naquele instante?"

Jesus olhou para a figueira.

Demorou a responder.

Quando falou, sua voz estava mais baixa que antes.

"Porque eu estava com fome."

Os discípulos ficaram imóveis.

"Eu estava cansado", prosseguiu ele. "Tinha passado uma noite longa, e os dias que vêm pela frente são difíceis. Quando vi suas folhas, desejei o fruto. E, quando não o encontrei, por um instante minha fome reduziu o mundo à única coisa que eu queria."
Pedro baixou os olhos.

Jesus tocou no tronco seco.

"Vi naquela árvore o templo, a cidade e o homem que por fora transbordam de vida, mas nada dão a quem tem fome. O que vi era verdadeiro. Mas a verdade pode brotar de um lugar impuro. Até a palavra justa pode se tornar cruel quando quem a pronuncia é a fome, a ira ou o orgulho."
Tomé o olhava como quem não tinha certeza de ter ouvido direito.

"Então sentiste raiva dela?"

"Por um instante", disse Jesus. "Não a raiva de um homem que deseja destruir. Antes o desgosto de quem estendeu a mão para receber uma dádiva e não a encontrou. A árvore não tinha culpa. Não era o tempo de seus frutos. Mas, naquele instante, eu não via todo o tempo que era o dela. Via apenas a minha fome."
João perguntou:

"E por isso tua palavra a matou?"

Jesus assentiu.

"Quanto mais forte e una é a consciência de um homem, maior é o peso de sua palavra. Vocês podem dizer muita coisa num momento de mau humor, e o vento leva suas palavras. Mas, quando um homem está perto das raízes do ser, até um breve desvio em seu íntimo pode deixar uma marca."
Olhou para eles, um por um.

"Por isso um grande poder é mais do que um dom. É um fardo. Quem pode curar com uma palavra precisa cuidar também da palavra que profere no cansaço. Quem pode mover um monte precisa vigiar para saber se seu desejo vem do Pai ou só da dor que naquele instante o atravessa."
Tomé voltou a apontar para a figueira.

"Ainda não compreendo. Se tua palavra podia matar a árvore, por que não podia obrigá-la a dar fruto?"
Jesus apanhou do chão um pedaço de galho seco.

"Porque a decomposição e a criação não pedem a mesma coisa."

Partiu o graveto entre os dedos.

"A morte já estava presente nessa árvore como possibilidade. Está em cada folha, em cada raiz e em cada corpo. Tudo o que nasce traz em si também a possibilidade de perecer. Minha palavra abriu o caminho ao que nela já era possível."

Então estendeu a mão vazia.

"Mas naquele momento não havia nela um figo pronto. Para que ele nascesse, seria preciso que se unissem árvore, seiva, sol, terra e tempo. Eu teria de pedir a tudo o que existe que se curvasse à minha fome."

Seu olhar endureceu, voltado para ele mesmo, não para os discípulos.

"Naquele momento, a fome era minha. Eu não pedia pela vida de uma criança nem pela cura de alguém que sofre. Queria saciar a mim mesmo."

Judas interveio:

"Que mal há em um homem faminto querer comer?"

"Nenhum", respondeu Jesus. "A fome não é pecado. Tampouco é pecado desejar o pão. Mas o poder se torna perigoso quando exige que o mundo desfaça sua ordem só porque quem detém esse poder não quer suportar um instante de privação."

Fez uma pausa.

"Para a maldição, basta uma fenda. A bênção precisa de harmonia."

Ninguém se mexeu.

As palavras ficaram entre eles, simples e pesadas.

"Às vezes, o poder obedece até a uma vontade ferida", prosseguiu Jesus. "Pode quebrar, apressar a decomposição, abrir a porta ao medo ou à morte. Mas a vida não se abre por inteiro a essa vontade. A vida nasce onde a vontade de um se encontra com a vontade do todo."

Tomé refletiu.

"Então poderias ter criado um figo, se isso estivesse de acordo com a vontade do Pai?"

Jesus olhou para ele.

"Se aquele figo fizesse parte de um caminho que dá vida, não teria sido criado do nada. Tudo o que existe estaria a caminho dele, mesmo que vocês não vissem esse caminho. Mas criá-lo só para fazer meu estômago se calar por um instante não seria um milagre no Pai. Seria submeter o mundo a um capricho meu."

Olhou para as colinas desertas ao longe.

“Quando eu estava no deserto, o tentador me disse que transformasse pedras em pão.”

Alguns discípulos já tinham ouvido falar do episódio, outros não. Agora todos escutavam com atenção.

“Naquela ocasião, eu tinha mais fome que ontem”, continuou Jesus. “Meu corpo gritava por comida. A pedra diante de mim parecia um pão, e a voz me dizia: se tens poder, usa-o. Prova quem és. Sacia-te.”

“E tu recusaste”, disse João.

“Recusei porque o poder não deve servir à fome de quem o detém. O homem não vive só de pão, e quem recebeu um dom do Pai não deve torná-lo servo de seu próprio desejo.”

Olhou para a figueira.

“Ontem não transformei a árvore em alimento. Mas por um instante a condenei por não ter me alimentado. As duas tentações tinham a mesma raiz.”

Pedro balançou a cabeça.

“Mas tu és sem pecado, Senhor.”

Jesus fitou-o.

“E o que pensas, Pedro, que significa ser sem pecado? Não sentir fome? Não sentir ira? Não saber o que é tentação?”

Pedro não respondeu.

“A pedra não sente tentação”, disse Jesus. “Nem por isso é santa. A pureza não consiste em que nunca atravesse o homem um impulso obscuro. Consiste em enxergá-lo por inteiro, em não lhe dar o nome de luz e em não permitir que ele se torne seu senhor.”

Olhou para a palma da mão.

“Ontem só o enxerguei depois que a palavra saiu de mim.”

Tomé disse:

“Então até um homem plenamente consciente de si pode falhar por um instante?”

“Enquanto carrega um corpo, carrega também a sua voz”, respondeu Jesus. “A fome, a dor, o medo e o cansaço entram na consciência como o vento entra numa casa. O homem desperto os reconhece. Mas, se a porta estiver aberta e a noite tiver sido longa, uma lufada forte é capaz de derrubar a lamparina.”

“E depois?”, perguntou João.

“Depois ele a ergue. Olha o que aconteceu. Não encobre as trevas com o nome de Deus.”

Jesus voltou-se de novo para Tomé.

“Perguntaste por que não salvei a árvore, ou não lhe dei um fruto. Porque naquele instante eu não queria criar. Queria receber. E, como não recebi, minha palavra se fez sentença.”

Tomé baixou os olhos.

“Então é mais fácil destruir do que criar?”

“Sim”, disse Jesus. “Tanto para as mãos do homem quanto para a sua vontade. Para destruir uma casa basta um golpe. Para construí-la são precisos pedra, medida, paciência e a harmonia de muitas mãos. Para ferir uma pessoa basta uma única palavra dita com raiva. Para curar-lhe a alma, às vezes não basta uma vida inteira de amor.”

Passou a mão pela casca seca.

“Um coração dividido pode destruir. Mas só da unidade é possível criar.”

Tomé ficou em silêncio, depois disse:

“Mas em Caná, quando transformaste água em vinho, também mudaste a ordem das coisas.”

“Em Caná, não fiz brotar a alegria do nada”, respondeu Jesus. “Havia água. Havia as talhas da purificação. Havia um casamento. Havia a vergonha de uma família cujo vinho estava acabando. Havia a confiança de minha mãe. Havia uma festa que devia continuar e uma hora que se abrira.”

Jesus sorriu de leve ao se lembrar de Maria.

“O vinho que veio não era a negação do mundo. Era sinal de que o Pai sabe encher as talhas vazias. Não se destinava a mim. Era um presente para os outros.”

“E Lázaro?”, perguntou Tomé.

“Quando chamei Lázaro, não estava chamando do nada um desconhecido. Chamava um irmão que o Pai conhecia pelo nome. Seu corpo jazia no túmulo, mas, no Pai, sua história não tinha chegado ao fim. O amor de suas irmãs, a dor delas, meu amor por ele e a vontade do Pai encontraram-se num único instante. A fé tocou a camada em que ainda era possível dizer: vem para fora.”

Tomé olhou de novo para a figueira.

“E aqui não havia nada que viesse ao encontro da tua fome.”

“Havia também a verdade sobre a cidade”, disse Jesus. “Por isso a árvore se tornou um sinal. Mas o meu mau humor deu ao sinal uma dureza que ele não precisava ter.”
“Então o sinal poderia ter acontecido de outro jeito?”, perguntou João.

Jesus pensou por um instante.

“Poderia.”

“Como?”

“Eu poderia ter mostrado a vocês as folhas e dito: vejam como ela se parece com o templo, que promete vida, mas não dá fruto. Poderia ter ido embora com fome e deixado que ela amadurecesse a seu tempo.”
Pousou a mão no tronco.

“A verdade não precisava da morte da árvore. O que a acrescentou foi aquele meu instante.”

Aquelas palavras inquietaram os discípulos mais do que o próprio milagre.

Estavam acostumados a ver em Jesus aquele que respondia. Agora ele estava diante deles como alguém que examinara o próprio ato e não desviara o olhar do que encontrara nele.
Pedro tomou a palavra:

“Por que nos contas isso? Poderias ter dito apenas que a árvore era um sinal. Nenhum de nós teria duvidado.”
Jesus olhou para ele.

“Justamente por isso.”

Pedro não entendeu.

“Quem tem poder é sempre tentado a dar à sua vontade o nome de vontade de Deus. Quando consegue algo, diz: foi o Pai que quis assim. Quando destrói alguma coisa, diz: foi o juízo. Quando fere uma pessoa, diz: servi à verdade.”
A voz de Jesus ganhou força.

“Mas nem toda palavra dotada de poder vem por inteiro do Pai. Nem todo êxito é atestado de pureza. E nem todo aquele a quem a força obedeceu era justo.”
Judas o olhava com muita atenção.

“Então como vamos distinguir?”, perguntou.

“Pelos frutos.”

Jesus apanhou do chão um dos raminhos encolhidos.

"Não pela grandeza do sinal. Não pelo número dos que se curvam. Não por um tremor de terra ou pelo fogo que desce do céu. Perguntem o que ficou depois do gesto. Mais vida ou mais medo? Mais verdade ou mais obediência a quem demonstrou sua força? Mais liberdade ou mais dependência?"
Olhou para a árvore seca.

"Este sinal trouxe conhecimento. Mas para a árvore trouxe a morte. Por isso nele não há apenas luz."

Depois de um instante, Tomé perguntou:

"E o monte? Disseste que quem crer poderá dizer ao monte que se lance ao mar. Isso não é pouca coisa. É mais que um figo numa árvore."
Jesus sorriu de leve.

"Pensas que um monte é só pedra?"

Tomé não respondeu.

"Um monte é também o medo que se põe diante de um homem e se faz passar por eterno. Um monte é o império que oprime os fracos e diz: ninguém me moverá. Um monte é a culpa que carregas há tanto tempo que acabas acreditando que ela é o teu corpo. Um monte é a morte diante da qual todos se curvam."
Os discípulos se calaram.

"Quando um homem crê como quem se apoia num cajado, sua fé o ajuda a caminhar. Mas, quando crê a ponto de se entregar por inteiro ao Pai, sua fé se torna o lugar onde a vontade de Deus toca o mundo. É então que os montes se movem. Não porque o homem dê ordens a Deus, mas porque deixa de lhe barrar o caminho."
Tomé ficou em silêncio por um instante.

"E todos têm a mesma fé? Qualquer um pode dizer ao monte que se mova?"

Jesus se deteve. Seu olhar não era severo. Era profundo, como se, além de olhar para Tomé, olhasse através dele, até o lugar onde o homem se encontra consigo mesmo.

"Nem todos têm a mesma fé", disse. "Assim como nem todos têm os mesmos olhos, embora todos olhem para o mesmo mundo. Um vê só a pedra. Outro vê um caminho. Um terceiro vê a mão do Pai que sustenta a pedra, o caminho e a ele próprio."
Tomé escutava atentamente.

"A fé de um homem não cresce apenas do que ele diz com a boca", continuou Jesus. "Cresce na medida em que ele desperta no mais fundo de si. Muitos vivem como quem

sonha. Veem, ouvem, comem, encolerizam-se, têm medo e desejam, mas não sabem quem neles vê, quem neles ouve, quem sente medo e quem deseja."
Os discípulos se calavam. Aquelas palavras eram diferentes das parábolas sobre o campo, os peixes e o pão. Tocavam algo invisível que, no entanto, cada um trazia em si.

"A maior fé", disse Jesus devagar, "é a daquele que tem plena consciência de ter consciência. De quem, além de olhar para o mundo, sabe que é ele quem olha. De quem, além de pensar, sabe que os pensamentos passam diante de si como nuvens que vêm e vão. De quem, mesmo sentindo medo, sabe que o medo não é seu senhor."
Tomé franziu a testa, menos por resistência que pelo esforço de compreender.

Jesus prosseguiu:

"Esse homem não fica preso a cada camada do mundo como uma mosca ao mel. Penetra mais fundo. Vê o corpo, mas sabe que não é só corpo. Vê o pensamento, mas sabe que não é só pensamento. Vê a dor, mas sabe que não é só dor. E, quando deixa de se enganar sobre quem é, deixa também de se submeter sem defesa ao que nele muda."
Tomé perguntou:

"E uma consciência assim pode fazer milagres?"

Jesus olhou para ele.

"O homem sozinho, por si mesmo, não. Pois, se dissesses 'sou eu que faço milagres', já te terias separado do Pai. E a separação é fraqueza, por mais que se faça passar por poder."
Pôs a mão no peito.

"A consciência de um homem que despertou por inteiro já não está dilacerada entre o medo, o desejo, o orgulho e a dúvida. É límpida como a superfície da água onde não sopra o vento. Numa água assim pode se espelhar o céu. E, quando o céu se espelha no homem sem se deformar, por meio desse homem pode acontecer aquilo a que vocês chamam milagre."
Pedro interveio:

"Então não é a força do homem que faz o milagre?"

"Não", disse Jesus. "O milagre acontece onde o homem deixa de ser obstáculo. Onde sua consciência, livre da turvação do que ele quer para si, se abre ao que o Pai quer."
Olhou para a figueira.

"Ontem eu lhes mostrei também o contrário."

Tomé ergueu os olhos.

"A fome nasceu em mim, mas naquele instante eu não me limitei a observá-la. Por um momento eu me tornei a minha fome. E, quando um homem se torna a sua fome, o seu medo ou a sua ira, sua consciência se estreita. Ele só vê o que lhe falta."

"Mas percebeste o que se passava", disse João.

"Só depois de pronunciar a palavra."

A resposta de Jesus foi simples.

"Despertar não quer dizer que o vento para de soprar. Quer dizer que o homem percebe cada vez mais cedo o que o vento faz dentro dele. Às vezes percebe antes de agir. Às vezes, enquanto age. E às vezes só pela árvore que ficou seca depois que ele passou."

Tomé assentiu devagar.

"Foi por isso que nos disseste que devemos perdoar ao orar?"

"Sim. Um homem pode pedir com fé, mas, se por dentro estiver cheio de ira, sua fé se unirá à ira. Pode pedir justiça quando, na verdade, anseia por vingança. Pode falar de verdade quando, na verdade, quer humilhar o outro."

Jesus percorreu os discípulos com o olhar.

"Por isso não basta estar livre de dúvida. Até Judas pode ter convicção. Até um homem violento pode agir sem hesitar. A unidade não é um bem em si mesma se um homem estiver inteiro no seu ódio."

Ao ouvir aquelas palavras, Judas se enrijeceu quase imperceptivelmente.

"A fé verdadeira é mais que a força de uma convicção", prosseguiu Jesus. "É a união do homem com o Pai. Quanto mais a vontade de vocês se aproximar da vontade dele, menos pedirão coisas que só sirvam a vocês mesmos."

Tomé perguntou:

"Como distinguiremos a vontade do Pai do nosso próprio desejo?"

Jesus apontou para o peito dele.

"Primeiro, reconhecendo o que tu mesmo queres. Sem enfeites. Sem palavras piedosas."

"E depois?"

"Pergunta a quem o teu pedido deve trazer vida."

Jesus ergueu uma folha seca.

"Os bons pedidos geram vida, mesmo quando são difíceis. Os maus só servem para provar a própria força. Quando pedes para alimentar, curar, perdoar e carregar o fardo de

outra pessoa, teu pedido se assemelha ao Pai. Quando pedes para impressionar, subjugar, possuir ou escapar do caminho que te foi dado, o que fazes já não é pedir a Deus, mas pô-lo à prova."

Tomé disse:

"E quando não tivermos certeza?"

"Então esperem."

Jesus olhou para a árvore seca, depois para as colinas verdes atrás dela.

"Às vezes, esperar é uma fé mais pura do que agir. Quem não sabe se sua vontade serve à vida, que não se apresse em revesti-la de poder. Que antes a deixe estar diante do Pai."

Pedro examinava os galhos secos.

"Se tivesses esperado ontem, a árvore estaria viva."

"Sim", disse Jesus.

Não havia defesa em sua voz.

Pedro não soube o que dizer.

Depois de algum tempo, Tomé voltou a falar:

"Podes trazê-la de volta à vida?"

Todos se voltaram para Jesus.

Jesus pousou a mão no tronco. Fechou os olhos.

Ficou assim por muito tempo.

Os discípulos esperavam para ver se a seiva voltaria a correr nos ramos, se as folhas secas se desdobrariam e se da casca dura brotaria um novo rebento verde.

Nada aconteceu.

Jesus abriu os olhos.

"Eu poderia pedir ao Pai pela vida dela", disse. "Mas nem mesmo a reparação deve servir para eu provar que posso apagar meu erro."

Tomé franziu a testa.

"Por que não haveria ela de viver de novo, se morreu por tua palavra?"

"Talvez viva", respondeu Jesus. "Talvez um dia de suas raízes nasça um novo broto. Mas, se agora eu lhe devolvesse a vida só para esconder de vocês a consequência daquele meu instante, mais uma vez estaria usando o poder para mim mesmo."

Passou os dedos pela casca rachada.

"Nem toda culpa se repara apagando sua consequência. Às vezes é preciso que a consequência fique à vista para que ela se torne verdade."

Tomé olhou para ele.

"Então esta árvore vai carregar o teu erro?"

"E o que aprendi", disse Jesus. "E talvez um dia o que vocês aprenderem."

Fez uma pausa.

"Um homem bem que gostaria de se livrar de toda árvore seca que lhe recorda quem ele foi. Mas uma árvore que fica pode proteger muitas outras da mesma palavra."

Pedro soltou um longo suspiro.

"É difícil te ouvir falar assim."

"Porque querem que aquele a quem seguem esteja longe da fraqueza de vocês", disse Jesus. "Pensam que só pode salvá-los quem nunca sentiu o que vocês sentem. Mas como poderia guiá-los através da tentação alguém que não conhece a sua voz?"

"E como podemos saber, então, que devemos te seguir?", perguntou Judas.

Jesus olhou para ele com serenidade.

"Não me sigam por julgarem que nunca tropeço. Sigam-me onde, mesmo depois de tropeçar, eu não dou as costas à verdade."

Judas desviou os olhos.

Tomé continuava a contemplar a árvore.

"Disseste que quem quer um figo sem flor quer a dádiva sem o caminho."

"Sim."

"E quem amaldiçoa a árvore porque não encontrou nela um figo?"

Jesus fitou Jerusalém ao longe.

"Quer que o mundo pague pelo que falta a ele mesmo."

A respiração de Tomé vacilou.

Jesus continuou:

"É o que fazem os reis. É o que fazem os governantes. É o que fazem os pais aos filhos e os senhores aos servos. Padecem de fome de poder, de respeito ou de segurança e depois castigam o mundo por não tê-los saciado."

Apontou para a figueira.

“Por isso, guardem na memória esta árvore. Como sinal do templo sem frutos, sim. E também como sinal do perigo que há no homem cuja palavra tem poder.”

João perguntou:

“Então é melhor não ter poder?”

“Não”, respondeu Jesus. “Sem poder, vocês não poderiam erguer quem caiu, proteger uma criança ou construir uma casa. O poder não é um mal. O poder revela o que existe no homem.”

“Como o fogo?”, disse João.

“Como o fogo. Nas mãos de quem ama, aquece. Nas mãos de quem teme, queima.”

Tomé disse:

“E quanto maior o fogo, mais limpas precisam estar as mãos.”

Jesus assentiu.

“Quanto maior o poder, menos o homem pode se permitir chamar de justiça até mesmo a menor das contrariedades.”

Por um momento, só se ouviu o vento nas folhas secas.

Então Jesus retomou o caminho.

Os discípulos o seguiram, mas iam mais devagar que antes. A figueira ficou para trás, à beira da estrada, como um sinal que não se deixava encerrar facilmente num só significado.

Era a imagem do templo cheio de ritos e vazio de misericórdia.

Era a imagem do homem que por fora verdeja, mas nada dá a quem tem fome.

Era prova do poder da palavra.

Era também a consequência de um instante em que a fome falara mais alto que a harmonia com a totalidade do ser.

Pedro pensava na fé capaz de mover montanhas.

Mas, pela primeira vez, também se perguntava se toda montanha que um homem é capaz de mover deveria ser movida.

João pensava na superfície da consciência, na qual o céu pode se espelhar. Mas compreendia que até numa superfície límpida pode cair uma pedra e por um instante desfazer a imagem.

Judas pensava no poder. Não no fardo que ele trazia, mas na possibilidade de que, afinal, o mundo pudesse obedecer à vontade de um homem que não duvida.
Tomé pensava no figo que não pudera nascer porque seu caminho não chegara a acontecer.

E depois na árvore que morrera porque, por um breve instante, perdera a harmonia o caminho daquele que sobre ela pronunciara a palavra.
Jesus ia à frente deles rumo a Jerusalém.

A fome já cedera, mas ele levava consigo a consciência da árvore seca. Não a punha de lado como a um erro que não cabe na história de um homem justo. Carregava-a como uma advertência silenciosa.
Quanto mais se aproximavam da cidade, mais nítidos se desenhavam no horizonte os muros do templo.

Também eles estavam cheios de folhas.

De orações, sacrifícios, vestes, incenso, leis e promessas.

E, no entanto, à sua sombra ainda havia quem passasse fome.

Sobre todas as camadas do tempo já se fechava a sombra da cruz.

Nenhum discípulo compreendia ainda que em breve contemplariam outra árvore. Um madeiro seco erguido entre o céu e a terra. Nele veriam um homem de quem tinham esperado os frutos do Reino, e diante de seus olhos nada haveria além de sangue, dor e morte.
Pensariam que todas as promessas tinham secado.

Esperariam para ver se ele usaria o poder em benefício próprio.

Se mandaria os pregos se soltarem.

Se mandaria o madeiro se partir.

Se mandaria o céu destruir os que zombavam dele.

E ele voltaria a ter fome.

Teria sede.

Estaria cansado e abandonado.

Mas dessa vez não permitiria que a dor reduzisse o mundo inteiro ao seu próprio sofrimento.

Não pediria que tudo o que existe se curvasse ao seu medo.

Não amaldiçoaria os que lhe tiraram a vida.

Em vez disso, os perdoaria.

Só então Tomé compreenderia que a verdadeira grandeza de seu mestre não estava em ter sido capaz de fazer secar uma árvore.
Estava em que, pendendo ele próprio de uma árvore, poderia ter amaldiçoado o mundo inteiro e não o fez.

Só então compreenderiam que as camadas mais profundas da realidade se movem não com o estrondo do poder, mas com a vontade silenciosa de quem permanece em harmonia com o Pai mesmo em meio à dor.
Só então compreenderiam que às vezes o maior milagre não se revela como um fruto no ramo no dia em que um homem tem fome.
Às vezes se revela como uma palavra de perdão no dia em que o homem tem o direito de amaldiçoar.

Às vezes, só depois da morte da árvore.

Às vezes, só quando do madeiro seco brota a vida para o mundo inteiro.

11. Elarion: Mareia Lioren

Mareia Lioren aprendera a sentir medo em silêncio.

Não por fraqueza. Os fracos muitas vezes sentem medo em voz alta, na esperança de que alguém venha salvá-los. Mareia sentia medo em silêncio porque, durante muito tempo, acreditara que salvar a própria dignidade cabia só a ela.
No início, Arien nunca levantara a mão para ela.

No início, era atencioso.

A atenção é perigosa quando se faz passar por amor e, na verdade, está sondando limites.

Ele se lembrava do que ela dizia. Percebia quando estava cansada. Sabia de quais lugares da cidade ela não gostava, o que bebia no trabalho, quem ela achava vazio e em quem confiava. A princípio, ao lado dele, sentia-se vista. Mais tarde, vigiada. A passagem de uma coisa à outra foi lenta como a mudança da luz antes da tempestade.
"É que eu me preocupo com você", dizia, quando perguntava com quem ela estivera.

"Só não quero que se aproveitem de você", dizia, quando punha em dúvida os amigos dela.

"Eu só sei como as pessoas pensam", dizia, quando tentava convencê-la de que ela era ingênua em seus julgamentos.

Mareia era aureliana, de uma linhagem antiga, embora não das mais altas. A família Lioren era mais conhecida por seus curadores, arquivistas e professores do que por seus políticos. Na infância, ensinaram-lhe que a sensibilidade não era o oposto da coragem. Custou-lhe a entender que Arien via naquela sensibilidade, em vez de um dom, um ponto onde bastava fazer pressão.

Anos antes de conhecer Arien, Mareia trabalhara para tornar dados de saúde anonimizados acessíveis à pesquisa de doenças hereditárias. Acreditava que, se os dados circulassem, a espera por tratamento seria mais curta. Mas um sistema regional de seguros cruzou os dados supostamente anônimos com endereços e identificou várias famílias. O seguro delas ficou mais caro antes mesmo de se confirmar que alguém estivesse doente.

Mareia ajudou as famílias a recuperar as condições originais e prestou depoimento na auditoria do projeto. Continuou a defender a pesquisa. Dali em diante, porém, ao ler cada solicitação, verificava também quem poderia usar o resultado, por quanto tempo o

conservaria e quem teria como saber que os dados haviam sido consultados. Levou esse cuidado para todos os debates sobre transparência de que viria a participar.
O incidente aconteceu no apartamento dele, no alto de um prédio do distrito financeiro de Nitra.

Lá fora chovia. Muito abaixo deles, as luzes dos módulos autônomos se partiam no vidro molhado das ruas. Mareia chegara tarde porque a reunião sobre os arquivos de saúde se estendera. Arien estava de pé junto à janela. Nem se virou.
"Você estava com ele?"

Dispensava dizer o nome.

Jesair Davion já se interpusera entre os dois antes que a própria Mareia soubesse que ele havia tocado sua vida. O que primeiro entrou nela foi uma serenidade à luz da qual começou a perceber com mais nitidez o próprio desassossego.
"Eu estava numa reunião", disse.

"Não foi o que eu perguntei."

"Então faça uma pergunta melhor."

Arien se virou.

O que havia em seu rosto não era raiva no sentido habitual. Era o sentimento de ter sido ofendido. Como se a independência de Mareia, longe de ser um direito dela, fosse uma falha num sistema que devia pertencer a ele.
"Sabe o que fazem os homens como Davion?", perguntou. "Entram numa sala e todo mundo se comporta como se tivesse ouvido uma antiga profecia."
"Jesair não tem culpa disso."

"Jesair", repetiu Arien.

Pronunciou o nome com doçura. Foi o que o fez soar ainda pior.

"Você tem medo dele", disse Mareia.

Por um instante, o silêncio entre os dois foi absoluto.

Então ele veio até ela. Depressa. Depressa demais. Agarrou-a pelo pulso.

"Não tenho medo de ninguém."

Apertou.

O bastante para mostrar que podia quebrar-lhe o osso, sem chegar a quebrá-lo.

Mareia olhou-o nos olhos.

“Me solte.”

“Primeiro você vai me dizer a verdade.”

“A verdade é que, neste momento, estou com medo de você.”

Os dedos dele afrouxaram quase nada.

A frase não o fez cair em si. Ofendeu-o.

“Quer dizer que agora eu sou um agressor.”

“Você é um homem que está me segurando contra a minha vontade.”

Foi então que ele lhe bateu.

Mareia continuou de pé. Nada se quebrou na sala e, à primeira vista, ninguém saberia dizer o que tinha acontecido. Ficou em seu rosto o calor da mão aberta dele. Por um instante, faltou-lhe o ar.

Arien empalideceu no mesmo instante.

“Mareia...”

Ela ergueu a mão.

Não para detê-lo pelo gesto, mas para interromper a história que ele estava prestes a contar.

Que não tinha sido de propósito.

Que ela o provocara.

Que ela o assustara.

Que aquilo era amor, só que forte demais.

“Não”, disse ela.

Foi a palavra mais baixa que se ouviu naquela sala.

E a mais forte.

Foi embora naquela mesma noite.

Não levou tudo. Só o que coube numa bolsa e numa alma que enfim parara de pedir desculpas por sentir medo.

As semanas seguintes tiveram um estranho vazio. Arien lhe escrevia, depois se calava, depois mandava recados por conhecidos dos dois. Uma vez apareceu à porta do prédio onde ela trabalhava. Mareia não apresentou queixa. Não por compaixão. Era mais por não querer que a primeira história que se contasse em público sobre sua liberdade fosse a história dele.

Depois veio o debate em Nitra.

E Jesair.

Não como salvador. Mareia detestava a ideia de que uma mulher precisasse ser salva por um homem para conseguir deixar outro. Tinha ido embora sozinha.
Jesair era outra coisa.

Era testemunha de um mundo em que ela não precisava se fazer menor para estar ao lado dele.

Depois do debate sobre a RBU, saíram juntos do salão para o pátio interno do Conselho da União. Nitra murmurava ao anoitecer. Um módulo de transporte passou por cima de suas cabeças, tão silencioso que ainda se ouvia a água correr no canal de pedra.
"Hoje você disse uma frase que eles nunca vão lhe perdoar", disse Mareia.

"Qual?"

"Que se deve proteger a privacidade das pessoas, mas não a invisibilidade do poder."

Jesair se apoiou no parapeito.

"Acha que eu estava errado?"

"Não. Só receio que alguns usem essa frase também para abrir os arquivos de saúde."
"Não foi o que eu disse."

"Eu sei. Amanhã você explica isso à comissão que já me mandou três pedidos."

Jesair consultou os avisos em sua interface. Tinham chegado para ele também.

"De manhã?"

"Às oito. Venha com paciência."

Mareia ajeitou a manga sobre o pulso. "Também conheço gente que chama de cuidado toda intromissão na vida alheia."

Jesair não fez nenhuma pergunta. Ela percebeu isso de imediato. A maioria das pessoas teria perguntado o que havia acontecido. Umas por interesse, outras por curiosidade, outras ainda para poder formar uma opinião. No silêncio de Jesair, a história dela continuava a lhe pertencer.
"Arien Korveth", disse por fim.

Jesair assentiu.

"Eu o vi hoje no salão."

"Ele estava olhando para você."

“Eu sei.”

“Não como se olha para um adversário.”

“Eu sei.”

Mareia fitou-o.

“Isso não preocupa você?”

“Preocupa. Eu só procuro não deixar que a preocupação governe o que faço.”

Aquela frase ficou com ela.

Mais tarde, caminharam juntos pela parte antiga de Nitra. Não tinham combinado. Aconteceu que nenhum dos dois dobrou a esquina. Falaram sobre os arquivos, sobre as crianças de Auriola, sobre a possibilidade de mudar o mundo sem torná-lo mais cruel.
Na despedida, aconteceu uma coisa pequena.

Mareia ia estender-lhe a mão, mas no último instante tocou com três dedos a parte de dentro do pulso dele. Não foi de propósito. Foi mais um gesto que se adiantou ao pensamento.
Os dois se calaram por um instante.

“Desculpe”, disse ela.

“Pelo quê?”

“Não sei.”

Jesair olhou para o lugar em que ela o tocara.

“Que estranho”, disse baixinho.

“O quê?”

Por um momento, pareceu procurar as palavras.

“Tive a sensação de estar me lembrando de alguma coisa. Mas não sei do quê.”

Mareia não respondeu.

Também tivera aquela sensação.

Uma sensação tênue e imprecisa, parecida com um eco num aposento em que ela jamais pusera os pés.

Quando se despediram, seguiu sozinha pelas ruas iluminadas de Nitra e, pela primeira vez em muito tempo, não sentiu a solidão como um castigo.
Mais tarde, naquela noite, Arien lhe enviou uma única mensagem.

As decisões pessoais nunca ficam só no plano pessoal.

Mareia ficou muito tempo olhando para a mensagem.

Acabou por não apagá-la.

Não sabia por quê.

Talvez porque certas ameaças comecem sob a forma de uma frase que ainda não se pode provar.

12. Terra: Jesus no monte

Jesus tomou consigo Pedro, João e Tiago e subiu com eles a um monte para orar. Já era tarde quando seguiam pela trilha pedregosa, pois o sol declinava no poente e as sombras se alongavam pela encosta. Os discípulos iam atrás dele em silêncio, pois não sabiam por que os levara justamente àquele lugar, e um temor reverente os tocava como um vento frio.

Ao chegarem a um lugar ermo, muito acima das terras ao redor, Jesus se afastou alguns passos e ergueu os olhos ao céu. Não falava em voz alta, mas seus lábios se moviam e parecia conversar com alguém que os olhos não podiam ver. Pedro, João e Tiago permaneceram de pé atrás dele, até que o cansaço da jornada e o silêncio da noite os venceram. Sentaram-se no chão e as pálpebras lhes pesaram.

E, enquanto Jesus permanecia em oração, deu-se diante deles algo que ultrapassava o entendimento humano. O semblante de Jesus se transfigurou e suas vestes resplandeceram de uma brancura que nenhum tecelão da terra conhece. Não era a brancura do linho nem a de um manto de lã. Era uma luz que parecia vir de dentro. Seu rosto brilhava como se atrás dele se tivesse aberto um sol, e, no entanto, aquela luz não feria os olhos dos que despertavam.

Pedro sobressaltou-se no sono, como quem ouve uma voz em sonho. João abriu os olhos e perdeu o fôlego. Tiago apoiou as mãos no chão e fitou o que estava diante dele, pois ao lado de Jesus estavam dois homens. Não se pareciam com os peregrinos das aldeias nem com os anciãos dos pátios do templo. Estavam envoltos em glória e seus rostos tinham a gravidade de quem conhecia o princípio e o fim de muitas eras.

Conversavam com Jesus. Suas vozes eram baixas, mas aos discípulos parecia que ao mesmo tempo entendiam e não entendiam o que diziam. Falavam do caminho que havia de se cumprir em Jerusalém, do sangue que seria derramado, do medo dos homens, do poder dos sacerdotes e da hora em que o Filho do Homem se entregaria às mãos dos que não compreendiam a luz.

Pedro os contemplava, trêmulo, e em seu coração a alegria se misturava ao medo. E, vendo que os dois pareciam prestes a partir, disse a Jesus:

“Mestre, é bom estarmos aqui. Façamos três tendas: uma para ti, uma para Moisés e outra para Elias.”

Não sabia, porém, o que dizia. Pois, quando um homem vê coisas para as quais não está preparado, sua língua corre adiante do entendimento.

Então se formou uma nuvem sobre eles. Não veio de baixo, como a névoa do vale, nem foi trazida pelo vento do mar. Desceu do alto, silenciosa e clara, e os envolveu. Os discípulos entraram em sua sombra e foram tomados de grande temor. Pois na nuvem havia luz e, na luz, uma presença diante da qual o coração humano se faz pequeno.

E da nuvem veio uma voz:

“Este é o meu Filho, o Escolhido. A ele ouvi.”

Quando a voz se calou, a nuvem se abriu. A luz se recolheu como água que volta às profundezas, e Jesus estava só diante deles. Suas vestes eram outra vez as de um homem e seu rosto trazia o cansaço da carne, mas nos olhos ficara o reflexo de distâncias que os discípulos desconheciam.

Por muito tempo nenhum deles falou. Desciam do monte e as pedras rangiam sob seus pés no escuro. Pedro olhou para trás várias vezes, como se esperasse avistar de novo no alto os dois homens, mas só via o céu repleto de estrelas.

Por fim criou coragem e se aproximou de Jesus.

“Senhor”, disse baixinho, “aqueles dois que falavam contigo... eram Elias e Moisés?”

Jesus olhou para ele. Não respondeu de imediato. Caminhou ainda alguns passos, como se pesasse cada palavra para que ela não trouxesse mais do que Pedro podia carregar.

“É um pouco mais complicado, Simão”, disse por fim.

Pedro franziu a testa.

“Como assim, mais complicado, Senhor? Nós os vimos. E sabíamos que eram eles.”

Jesus se deteve. Sobre eles brilhavam as estrelas e a noite estava límpida. Apontou para o céu.

“Quando uma criança vê uma lamparina, pensa que a luz mora no barro da vasilha. Quando um homem vê uma estrela, pensa que é apenas um ponto na abóbada do céu. Mas o Pai criou mais do que o homem sabe nomear.”

Pedro ergueu os olhos.

“Falas de anjos?”

“Também daqueles a quem vocês chamariam de anjos”, disse Jesus. “Mas nem tudo o que vem do alto tem asas.”

Pedro não compreendia. João e Tiago se aproximaram, pois sentiam que Jesus falava de coisas que nunca lhes revelara.

Jesus prosseguiu:

“Estão vendo aquelas luzes? Vocês pensam que lhes foram dadas apenas para assinalar os dias e os anos. Mas junto a muitas delas há mundos que o Pai não deixou desertos. Há

lugares onde os rios correm sob outro sol, onde as plantas erguem as folhas para outra luz e onde seres semelhantes ao homem buscam a verdade como vocês a buscam."

Pedro empalideceu.

"Gente?", perguntou.

"Gente", respondeu Jesus, "embora nem todos sejam como vocês. Alguns já avançaram mais no caminho do saber. Alguns já conheciam os segredos da natureza antes que os pais de vocês erguessem as primeiras cidades. Sabem curar feridas que lhes parecem incuráveis. Sabem falar à distância sem palavras. Sabem atravessar espaços que lhes parecem intransponíveis. E quando um homem assim age no meio de vocês, a isso vocês chamam milagre."

Tiago estremeceu.

"Então o milagre não é milagre?"

Jesus se voltou para ele com um leve sorriso.

"Para a criança, a própria semente da qual nasce uma árvore é um milagre. Para o sábio, é uma lei da vida. Mas acaso isso diminui a glória do Pai? Não. Pois a lei que o homem conhece continua a ser lei de Deus. E o mistério que o homem desvenda continua a ser um mistério que lhe foi permitido desvendar."

Pedro se calou. As palavras sobre outros mundos o assustavam mais que a nuvem no alto do monte.

"E aqueles dois?", tornou a perguntar. "Se não eram Moisés e Elias como pensávamos, quem eram?"

Jesus fitou o vale, onde ao longe cintilavam as fogueiras das aldeias.

"Eram o que vocês podiam compreender", disse. "E eram mais que isso. Vieram sob nomes que o coração de vocês conhece. Se tivessem vindo sem o véu, vocês teriam caído com o rosto em terra e nada teriam compreendido."

"Dize-nos a verdade", insistiu Pedro.

Jesus o olhou com bondade, mas também com firmeza.

"Se hoje eu te dissesse a verdade inteira, Simão, tu não a compreenderias. Farias dela um ídolo ou um temor. E nenhuma dessas coisas é fé."

Pedro baixou a cabeça.

Jesus retomou o caminho e eles o seguiram.

Passado algum tempo, disse:

“Entre os mundos há quem vele pela humanidade. Não para lhes tirar a liberdade, mas para que a chama não se apague antes de aprender a arder. Observam seus passos, guardam as fronteiras que ainda não lhes é dado transpor e por vezes tocam o curso da história quando está prestes a tomar o rumo errado.”

João perguntou:

“E tu os conheces, Senhor?”

Jesus respondeu:

“Eu os conheço. E eles me conhecem.”

Havia naquelas palavras algo que os discípulos não sabiam nomear. Não soavam como um mestre a falar dos profetas, mas como a lembrança de alguém que viera de mais longe do que alcança o caminho do homem.

Pedro tornou a olhar para o céu. As estrelas já não pareciam pequenas luzes pregadas na abóbada celeste. Pareciam-lhe portas. E por trás de cada uma podia haver um mundo a olhá-lo de volta.

“Por que nos mostraste isso?”, perguntou.

Jesus parou à beira da trilha. A noite era silenciosa.

“Porque virá a hora em que vocês verão minha fraqueza”, disse. “Vão me ver amarrado. Vão me ver espancado e abandonado. Verão os homens zombar do que não entendem. Lembrem-se então deste monte. Lembrem-se de que a luz pode se esconder na carne, mas a carne não a destrói.”

Ninguém respondeu.

Mais abaixo, começou a amanhecer. A primeira claridade tocou as pedras e a paisagem retomou a feição que conheciam. Dentro de Pedro, porém, nada era inteiramente como antes. Caminhava ao lado de João e Tiago, mas em pensamento continuava lá em cima, na nuvem, sob as estrelas, diante dos homens que eram Moisés e Elias e, no entanto, eram algo maior.

E Jesus lhes ordenou que não contassem aquilo a ninguém.

Pois nem toda verdade pode ser dada aos homens de uma só vez. Algumas precisam esperar que se alargue no homem o vaso que as há de conter.

13. Elarion: Arien Korveth

Arien Korveth não nasceu mau.

Seria simples demais. E as explicações simples são uma graça que a história concede a quem não quer arcar com a responsabilidade das verdades difíceis.
Antes de tudo, nasceu apenas filho.

E, de todas as pessoas do mundo, a que ele mais amava era a mãe.

Ela era o primeiro lugar de que se lembrava como abrigo.

Quando criança, se caía e esfolava o joelho, não corria para o módulo médico, embora estivesse pendurado na parede a poucos metros. Corria para ela. Quando recebeu a primeira nota baixa na escola, escondeu-a do pai por duas horas antes de mostrá-la à mãe. Quando brigou com um menino da vizinhança, voltou para casa cheio de justa indignação, e ela o deixou falar até que, aos poucos, se desprendesse da história tudo o que ele mesmo lhe acrescentara.
A mãe tinha o dom singular de não se apressar em corrigi-lo.

Sentava-se ao lado dele.

Ouvia.

E só depois de ele gastar todas as palavras com que a gente se defende da própria culpa, às vezes perguntava:
"Agora me conte como foi de verdade."

Quase sempre, Arien contava.

Ao lado dela, podia falhar sem que a falha se convertesse de imediato num veredicto sobre o seu valor. Podia sentir raiva sem ser uma pessoa má. Podia chorar sem que ela lhe explicasse que o choro não resolve nada.
O pai era diferente.

Amava Arien. Disso o menino nunca chegara a duvidar de verdade. Acontece que seu amor tinha a forma de regras.

O pai acreditava na precisão. Acreditava que um acordo só tinha valor se valesse também no instante em que se tornasse inconveniente. Que uma palavra que, depois de dada, se podia abrandar conforme as circunstâncias era apenas uma proposta, não uma promessa.

Trabalhava com legislação e regulação monetária. Passava os dias decidindo o que acontece quando uma parte cumpre uma condição e a outra não, quando nasce um direito, quando se extingue uma obrigação e o que quer dizer, exatamente, a expressão "*a tempo*". Levava para casa esse modo de pensar.

Aos nove anos, Arien ficou fascinado por um antigo quebra-cabeça mecânico.

O cubo mágico.

Em Elarion existiam jogos capazes de criar mundos inteiros para quem jogava, de simular guerras, cidades e até planetas distantes. Arien, porém, passou semanas debruçado sobre um cubinho colorido. Inquietava-o que a ordem do cubo estivesse escondida num objeto tão simples.

O pai percebeu.

"Se conseguir montar o cubo sozinho", disse-lhe certa noite, "vou levar você ao zoológico de Sarena."

Arien ergueu a cabeça.

Nunca tinha ido ao zoológico. A mãe lhe mostrara gravações de lá: animais de três continentes, tanques de água imensos, pavilhões de animais noturnos e uma floresta antiga que deixavam crescer sob uma cúpula quase sem interferência.

"De verdade?"

"Se montar o cubo."

"Inteiro?"

O pai esboçou um sorriso.

"Se eu quisesse dizer metade, teria dito metade."

Nos dias seguintes, Arien treinou até sentir dor nos dedos.

A princípio, decorou os movimentos. Depois percebeu que memorizar a sequência não bastava. Precisava saber por que cada peça se deslocava. Por que um movimento certo de um lado desfazia a ordem do outro e por que era preciso sacrificá-la por um instante para mais tarde repor tudo em seu lugar.

O cubo o fascinava.

Era um mundo pequeno em que o caos não era de verdade.

Era só a gente que ainda não conhecia a sequência.

Dois dias antes do passeio, montou-o pela primeira vez.

Depois pela segunda.

Na noite anterior à partida já conseguia repetir a sequência quase sem pensar.

A mãe lhe afagou os cabelos.

“Então amanhã você vai ver os bichos.”

Arien sorriu.

“Se eu montar o cubo.”

A mãe olhou por um instante na direção do pai.

“Mas você já sabe montar.”

Arien não entendeu por que ela dissera aquilo.

Entendeu no dia seguinte.

Estavam diante da entrada do zoológico.

Por trás das altas paredes transparentes, via as copas das árvores. De lá vinham sons de animais que ele só conhecia pelas gravações. As pessoas passavam pelos portões de mãos dadas com os filhos, e Arien já não conseguia ficar parado.

O pai lhe entregou o cubo.

“Pois bem.”

Arien riu.

“Agora?”

“O combinado era que você ia montar o cubo.”

“Mas eu montei ontem.”

“E hoje estamos no zoológico.”

A mãe olhou para o pai.

“Ele tem mesmo que fazer isso agora?”

“Se sabe montar, não tem problema.”

Arien pegou o cubo.

De início, tudo foi fácil. A primeira camada. A segunda. Os cantos. As arestas.

Então se deu conta de que o pai o observava.

Uma família com duas crianças passou atrás deles. O portão se abriu, revelando por um instante um caminho largo que entrava por entre as árvores.

Arien apressou os movimentos.

E cometeu um erro.

Pequeno.

Na última sequência, girou uma das faces para o lado errado.

Quando percebeu, ficou imóvel.

O cubo estava quase pronto. Cinco faces pareciam certas. Na última, alguns quadradinhos estavam fora do lugar.

“Espera”, disse ele. “Vou fazer de novo.”

O pai consultou a hora.

“Não.”

Arien achou que fosse brincadeira.

“Como?”

“Você não montou o cubo.”

“Mas eu sei montar.”

“Desta vez não montou.”

“Eu só errei no final.”

“Sim.”

Arien olhou para o portão de entrada.

Depois, para o pai.

“Então eu arrumo.”

“O combinado não era você ficar arrumando até conseguir.”

A mãe se pôs entre os dois.

“Você sabe que ele consegue. Ele nos mostrou ontem.”

O pai respondeu com calma.

“Então devia ter prestado atenção hoje também.”

Os olhos de Arien começaram a arder.

“Por favor.”

O pai balançou a cabeça.

“Se um acordo deixa de valer no instante em que alguém lamenta a consequência, é porque nunca houve acordo.”
Virou-se na direção do módulo de transporte.

Arien não saiu do lugar.

Do outro lado do portão, as crianças iam e vinham. Ao longe se ouviu a voz grave de um animal de grande porte, e um grupo correu para o mirante.
Os bichos estavam ali.

A poucas dezenas de metros dele.

Bastava atravessar o portão.

A mãe ficou com Arien. O pai já esperava junto ao módulo.

O menino segurava o cubo quase montado e as lágrimas lhe escorriam pelo rosto.

“Eu odeio ele”, disse.

A mãe se ajoelhou ao seu lado.

“Não.”

“Odeio.”

“Agora, sim.”

Arien olhou para ela através das lágrimas.

A mãe pegou o cubo.

“Às vezes, seu pai confunde precisão com justiça.”

Arien guardou aquela frase.

“Se uma coisa vale, ela não é justa?”

“Nem sempre.”

“Então pra que servem as regras?”

A mãe procurou a resposta por um instante.

“Para nos ajudar a decidir quando não sabemos o que fazer. Não para nos poupar de sentir.”

Então lhe devolveu o cubo.

“E tem mais uma coisa.”

“O quê?”

“Não é porque você deixou de fazer uma coisa à perfeição que você inteiro virou um fracasso.”

Na ocasião, Arien assentiu.

Mas outra coisa se gravou muito mais fundo nele.

Um portão diante do qual a gente pode ficar parado, mesmo com o destino ao alcance da mão.

Uma condição que um único movimento errado basta para descumprir.

E um mundo que não se importa por ter faltado tão pouco.

Alguns anos depois, viveu uma experiência cruel que mudaria profundamente sua maneira de ver o mundo.

Naquele dia, estava sozinho com a mãe.

Voltavam de uma visita à irmã dela quando houve uma falha de sincronização num dos níveis de tráfego. Três módulos autônomos entraram quase ao mesmo tempo no mesmo corredor.
O primeiro sistema evitou a colisão.

O segundo, não.

Mais tarde, Arien não se lembraria do impacto como um som.

Lembrava-se da luz.

Branca.

Brusca.

E depois do mundo tombado de lado.

O campo de segurança o amparou. Tinha o lábio cortado, o ombro machucado e sangue na testa, mas conseguia se mexer.
A mãe, não.

Parte da estrutura do módulo prendia a metade inferior de seu corpo. Estava consciente. Respirava curto, sem encher os pulmões.
Arien se arrastou até ela.

“Mãe.”

Ela olhou para ele.

E ainda então sorriu.

Era o que mais o assombraria depois.

Não a dor no rosto dela.

O sorriso.

Como se, mesmo dentro do módulo destroçado, entre fumaça, alarmes e sangue, ela continuasse a ser seu porto.

“Estou aqui”, disse.

O socorro chegou depressa.

Elarion tinha sistemas capazes de responder a uma catástrofe no trânsito antes que alguém tivesse tempo de entender o que acontecera. Módulos de resgate surgiram sobre o local do acidente, drones médicos circulavam entre os feridos e, acima de cada corpo, acendia-se a avaliação de seu estado, atualizada a cada instante.
Arien só tinha olhos para a mãe.

Um socorrista se ajoelhou ao lado dela.

Outro se voltou para os destroços do módulo vizinho.

De lá tiraram uma criança.

Um menino de mais ou menos a idade de Arien.

Estava com a roupa rasgada, sangue no rosto e um dos braços torcido sob o corpo num ângulo estranho.

Quando o menino abriu os olhos, Arien viu o círculo dourado.

Era nítido.

Quase luminoso.

O sistema médico incorporou imediatamente os novos dados.

Um dos socorristas olhou para a projeção.

“Perfil regenerativo aureliano.”

O outro assentiu.

Seguiram-se algumas frases que na época Arien não entendeu por inteiro.

Probabilidade de sobrevivência.

Janela de tempo.

Hemorragia interna maciça.

Resposta regenerativa.

Um único transporte de terapia intensiva disponível.

Outro módulo a caminho.

Tarde demais.

“Primeiro a criança”, disse o chefe da equipe.

Arien ergueu a cabeça.

“Não.”

Ninguém o ouviu.

“Não!”

Os socorristas já transportavam o menino.

Arien agarrou um deles pela roupa.

“A minha mãe!”

O homem se virou para ele.

“Está vindo outro módulo.”

“Então levem ela!”

“Temos que decidir com base...”

“Ela vai morrer!”

O socorrista fechou os olhos por um instante.

Talvez tenha sido ali que Arien viu pela primeira vez que até quem cumpre o procedimento certo pode saber que está fazendo uma coisa terrível.

“Estamos tentando salvar os dois.”

Arien se voltou para a mãe.

Ela devia ter ouvido toda a conversa.

“Levem o menino”, sussurrou.

Arien olhou para ela sem acreditar.

“Não.”

“Arien.”

“Não.”

Ela lhe estendeu a mão.

Seus dedos tremiam.

Ele os segurou.

“Mãe, fala com eles.”

“Olha para mim.”

“Fala que é você que eles têm que levar.”

“Arien.”

Havia em sua voz a mesma calma que ele conhecia desde pequeno.

A calma da cozinha.

A calma dos fins de tarde.

A calma da pessoa a quem ele sempre recorria quando o mundo ficava grande demais.

“Ele pode salvar essa criança”, disse ela.

“E você também.”

Ela não respondeu.

Às costas de Arien, fecharam-se as portas do módulo médico.

Pouco antes, ainda viu mais uma vez o rosto do menino desconhecido.

E os olhos dele.

O círculo dourado desapareceu atrás da parede opaca.

O transporte seguinte, que veio buscar a mãe, chegou alguns minutos depois.

O relatório posterior registrava exatamente quantos.

Por anos, Arien soube esse número de cor.

A mãe morreu a caminho do hospital.

Os médicos explicaram mais tarde que nem mesmo o primeiro transporte teria garantido que ela sobrevivesse. A estrutura rompera grandes vasos da pelve. Os drones de campo só tinham como retardar a hemorragia. Para fechar a lesão, ela precisava de um módulo especializado. O tratamento regenerativo exigia circulação estável e horas de que ela já não dispunha. A decisão dos socorristas seguira o protocolo. Graças à idade, ao tipo de lesão e ao perfil regenerativo aureliano, o menino do módulo vizinho tinha probabilidade muito maior de sobreviver à intervenção intensiva.

O menino sobreviveu.

A mãe de Arien, não.

O círculo dourado, por si só, não decidira nada.

Era apenas o sinal visível de um dos fatores que o sistema levava em conta.

Para Arien, porém, isso não fazia diferença.

As crianças não se lembram de um trauma na forma de um parecer técnico.

Lembram-se de uma imagem.

Arien se lembrava da mãe estendida entre os destroços.

Das portas do módulo de resgate.

E dos olhos dourados da criança, que se fecharam do outro lado.

Assim nasceu em Arien o ódio aos aurelianos.

Não tinha argumentos.

Não tinha história.

Não tinha teoria política.

Tinha uma cor.

Dourada.

Depois do enterro, o pai requisitou o registro completo do acidente.

Estudou a telemetria, os tempos de resposta, o protocolo de triagem, as decisões dos socorristas e os modelos preditivos.

Arien esperava que ele encontrasse um culpado.

Precisava de um.

Alguém devia ter feito alguma coisa errada.

Alguém tinha que responder por aquilo.

Passados alguns dias, o pai fechou o último relatório.

“Agiram corretamente”, disse.

Arien ficou olhando para ele.

“A mamãe morreu.”

O pai baixou os olhos.

“Eu sei.”

“Como é que podem ter agido corretamente?”

O pai ficou calado por muito tempo.

Tinha o rosto rígido, e Arien na época tomava aquilo por frieza. Só muito mais tarde compreenderia que algumas pessoas não deixam de desabar por fora por serem incapazes de sentir dor. Desabam para dentro, onde ninguém as vê.

“Nem toda decisão correta tem um bom resultado”, disse o pai.

Arien sentiu repulsa por aquela frase.

“Então de que adianta ser correta?”

O pai não respondeu.

E Arien compreendeu pela primeira vez algo que nunca mais o abandonaria de todo.

Um sistema pode fazer tudo conforme as regras e ainda assim uma pessoa morre.

Ninguém precisa mentir.

Ninguém precisa infringir a lei.

Ninguém precisa ter má intenção.

E o resultado pode ser uma sepultura.

Desde aquele dia passou a estudar os mecanismos com outros olhos.

Antes o interessavam pelo prazer que tinha em entender as coisas.

Agora precisava dominá-los.

Se o mundo pudera tirar-lhe a mãe por meio de uma decisão à qual não se podia chamar erro, então não bastava ser uma boa pessoa.

Não bastava ter razão.

Nem bastava implorar.

Era preciso entender o que regia as decisões do mundo.

E, para não ficar do lado de quem o sistema deixa à espera, era preciso estar presente na hora de fazer as regras, antes mesmo que fosse tomada a decisão.

Assim, ainda menino, aprendeu duas coisas.

A primeira: quem governa o mundo não é quem tem razão, mas quem entende seus mecanismos.

A segunda: se você não enxerga o mecanismo, está entre aqueles que ele governa.

Nascera num Estado veyrano do oeste, numa família de administradores, juristas e estrategistas monetários. Depois da morte da mãe, a casa continuou a mesma e, no entanto, desaparecera dela o lugar para onde se podia correr.

O pai ainda estava lá.

As regras também.

Os jantares continuavam.

À mesa se falava das oscilações do mercado, dos acordos de coalizão, das lacunas na regulamentação e de qual Estado ainda acreditava na independência de seu banco central.
De sentimentos quase nunca se falava.

Arien se adaptou.

Era excepcionalmente inteligente. Sua inteligência tinha a precisão de um instrumento cirúrgico. Sabia dissecar um problema camada por camada, encontrar o ponto fraco, avaliar quem cederia, quem podia ser convencido, quem tinha seu preço e quem podia ser contornado.
Para as escolas veyranas, era um talento.

Para os consórcios financeiros, um investimento.

Para os políticos, um homem útil.

Ele se julgava alguém capaz de enxergar por trás da cortina.

Na adolescência, voltou ao registro do acidente da mãe.

Não uma vez.

Muitas.

Primeiro procurou um erro dos socorristas.

Depois, um erro do algoritmo.

Mais tarde tentou descobrir quem aprovara o protocolo e com base em quais dados ele fora elaborado.

Não encontrou conspiração alguma.

Isso lhe deu mais raiva do que se tivesse encontrado.

O menino fora salvo porque o sistema avaliara que ele tinha mais chances. O perfil biológico aureliano era apenas uma variável entre tantas.
Arien, porém, começou a reparar nos aurelianos por toda parte.

Nas transmissões de solenidades.

Nos documentos de família.

Nas escolas mais antigas.

Nas histórias de pessoas cujos corpos se regeneravam mais depressa.

Nas lendas de linhagens que outrora teriam sabido curar pelo toque.

O círculo dourado era apresentado como patrimônio cultural.

Arien via nele uma vantagem que se recebia ao nascer.

No início da carreira, Arien apresentou aos gestores de transportes uma proposta para manter de reserva módulos de terapia intensiva em caso de acidentes com múltiplas vítimas. Não era um gesto grandioso. Ele calculara os tempos de chegada, a distribuição dos módulos e o custo da reserva. Quando lhe disseram que na maioria dos dias aquela capacidade ficaria ociosa, pôs sobre a mesa o relatório do acidente da mãe e pediu que incluíssem na conta os minutos de espera.

A proposta foi aprovada. Dois anos depois, ele recebeu a notícia de uma colisão para a qual chegaram dois módulos de terapia intensiva ao mesmo tempo, e os dois feridos graves sobreviveram. Um deles era um menino aureliano. Arien guardou o relatório. Ainda acreditava que uma regra mais justa podia proteger uma pessoa qualquer que fosse a cor dos seus olhos.

Mesmo assim, ao assistir a uma celebração pública dos aurelianos, ocorreu-lhe uma frase de que ainda sentia um pouco de vergonha:

Vocês também levaram a minha mãe.

Não era verdade.

Sua inteligência sabia disso.

Sua dor, porém, não era analista.

Uma pessoa pode passar anos sabendo que seu ódio assenta numa premissa imprecisa e, mesmo assim, erguer uma casa inteira sobre ela. Basta que, mais tarde, encontre argumentos suficientes para dar à antiga ferida o nome de convicção.

Arien os encontrou.

E então conheceu Mareia.

Ela não se parecia com a mãe dele.

Nem no temperamento, nem no modo de viver, nem na maneira de pensar. Arien teria considerado grosseira semelhante comparação.

E, no entanto, ao lado dela, pela primeira vez em muitos anos, experimentou uma sensação que conhecia da infância.

A possibilidade de deixar, por um instante, de se justificar diante do mundo.

Mareia era sensível, mas não se deixava manobrar. Bondosa, mas firme. Quando discordava dele, não era para vencer. Era porque não sabia trair a precisão com que via as coisas.
De início, ele admirava isso.

Ao lado dela, por vezes voltava à tona o homem que passara anos encobrindo com mecanismos.

Depois teve medo.

Pois aquilo de que se precisa também se pode perder.

E Arien já tivera um lugar para onde voltava sempre que alguma coisa doía, até o dia em que o mundo o tirou dele.
Começou, então, a fazer o que fazia com tudo aquilo que não queria perder.

Tentou entender.

Depois, prever.

Depois, controlar.

Lembrava-se do que Mareia dizia. Com quem se encontrava. A que horas voltava para casa. Em quem confiava. Quem a influenciava. O que a fazia mudar de opinião.
Dizia a si mesmo que aquilo era atenção.

Mais tarde, cuidado.

Por fim, um direito.

E quando se revelou impossível manter uma pessoa sob controle como se faz com um fluxo financeiro, começou a sentir raiva.

Mareia não se encaixava em seu sistema.

Não se deixava possuir.

E, ao entender que não podia possuí-la, ele começou a odiar nela precisamente o que um dia amara.

Depois que ela se foi, o apartamento ficou arrumado demais.

Ela não quebrou nada. Não gritou. Não o transformou em público num monstro, acusação contra a qual ele pudesse se defender.

Foi embora com um não dito em voz baixa.

Nos primeiros dias, ele dizia a si mesmo que ela voltaria.

Depois, que alguém a influenciara.

Depois, em seu pensamento, surgiu Jesair Davion.

E com ele a cor antiga.

Dourada.

Era estranho como dois acontecimentos separados por décadas podiam tão facilmente se tocar dentro de alguém.

Uma criança desconhecida sendo levada do local do acidente.

Um homem de pé ao lado de Mareia.

Ambos aurelianos.

Ambos com o círculo dourado nos olhos.

A razão sabia que não havia entre eles relação de causa e efeito.

A ferida dispensava essa relação.

Arien passou a dizer a si mesmo que Mareia nunca poderia ter pertencido de verdade ao seu mundo. Que os aurelianos no fim sempre escolhiam os seus, por mais que falassem em universalidade, igualdade e numa civilização inteira.
Na hora decisiva, segundo ele, voltavam ao círculo.

Ao círculo dourado.

Odiava aquele sinal muito antes de admitir.

Para ele, os piores de todos eram os Davion.

Um mito de que as pessoas instruídas riam sem jamais o abandonar de todo. A cura pelo toque. O pressentimento da desgraça. A natureza que escuta. Velhas fábulas para uma civilização que dispunha de inteligência artificial biológica, sensores quânticos e cidades em outro planeta.
E, no entanto, bastava Jesair Davion se levantar no salão do Conselho da União e pronunciar uma única frase para que todos se calassem.
Mais tarde, Arien reprisou a gravação do debate de Nitra.

Parou a imagem no rosto de Jesair.

“É preciso proteger a privacidade das pessoas. A invisibilidade do poder, não.”

Jesair mantinha a calma. Dispensava o triunfo e a encenação. Era justamente isso que inquietava Arien.

Um político ambicioso pode ser comprado.

Um demagogo pode ser desmascarado.

É muito mais difícil controlar um homem que não deseja o poder e ainda assim o conquista pela confiança dos outros.

Arien ampliou a imagem dos olhos dele.

Por um instante, apareceu neles o círculo dourado.

E o mundo à sua volta desapareceu.

Por uma fração de segundo, voltou a sentir o cheiro de material queimado do módulo acidentado.

Ouviu o socorrista:

Perfil regenerativo aureliano.

Viu a mão da mãe.

As portas do módulo de resgate.

Os olhos dourados do menino.

Depois estava de novo em Nitra.

Diante da imagem de Jesair Davion.

Arien sentiu a repulsa no estômago.

"Não", disse ao aposento vazio.

Ainda não sabia ao certo contra o que se insurgia.

Contra Jesair.

Contra Mareia.

Contra os aurelianos.

Contra o sistema que um dia decidira sem ódio e, no entanto, lhe tomara a mãe.

Talvez até contra a própria humilhação.

Tudo aquilo já estava tão próximo dentro dele que mal conseguia distinguir uma coisa da outra.

E foi naquele instante que um aviso se acendeu na tela de trabalho.

A mensagem chegara por um canal fechado de comunicação usado por grandes gestores de fundos, assessores políticos e gente que preferia manter suas conversas fora dos arquivos de rotina.

Não constava o remetente.

A mensagem indicava um lugar, uma hora e continha uma única frase:

O senhor Thorne gostaria de conversar sobre as consequências do pronunciamento de hoje.

Arien a leu duas vezes.

Kael Thorne não tinha cargo oficial à altura de sua influência. Não chefiava nenhum governo nem banco central. Seu nome, contudo, surgia com frequência nos círculos de gestores de patrimônio, fundos de investimento, meios de comunicação, fundações e campanhas políticas.

As pessoas se referiam a ele como consultor.

Quem sabia mais não lhe dava título algum.

Arien não apagou a mensagem.

Primeiro voltou a ouvir o discurso de Jesair.

Dessa vez seus olhos não se detiveram em Jesair.

Localizou Kael na imagem.

E então notou um breve instante em que Kael não estava olhando para o orador.

Estava olhando para ele.

Arien aceitou o convite.

Encontraram-se na noite seguinte, às alturas sobre Nitra, numa sala que oficialmente pertencia a uma fundação de apoio à cooperação econômica entre Estados.

Kael já o esperava.

“Senhor Korveth.”

“Senhor Thorne.”

“Já faz algum tempo que conheço seu nome.”

“Devo ficar lisonjeado?”

“Devia ficar de sobreaviso.”

Kael abriu a gravação da conferência e deteve a imagem em Jesair.

“Quando for chegado o tempo da obra comum, o valor já não deverá andar à sombra”, leu. “O que serve a todos deve estar à vista de todos.”

Arien esperava escárnio.

Em vez disso, viu no rosto de Kael algo bem mais interessante.

Medo.

Kael Thorne tinha medo daquela ideia.

A transparência não era para ele um problema moral. Era uma ameaça à sua existência. Se fosse possível traçar num só mapa os fluxos financeiros de Elarion, eles revelariam muito mais que sonegação de impostos.

Revelariam partidos políticos financiados pelas mesmas fontes.

Veículos de comunicação que em público se odiavam e nos bastidores pertenciam ao mesmo dinheiro.

Fundações.

Bancos.

Fundos.

E a casa Thorne.

“Por enquanto, Davion não tem uma organização”, disse Kael. “Não tem partido, nem máquina política, nem lei.”

“Então por que tem medo dele?”

“Porque as pessoas entendem o que ele diz.”

Kael desligou a imagem.

“Ideias complexas podem ser sepultadas em comissões. As simples se espalham por si mesmas.”

Arien se recostou.

“Convidou-me para dizer que tem medo de um aureliano?”

“Convidei o senhor porque não tem medo dele.”

“Não tenho.”

Kael ficou calado por um instante.

“O senhor o odeia.”

Arien sentiu os músculos do pescoço se retesarem.

“O senhor sabe pouco a meu respeito.”

“Sei como olhava para ele.”

“Um olhar não é prova.”

“Não procuro uma prova. Procuro uma motivação.”

Arien se levantou.

Kael não o deteve.

“Mareia Lioren não é a razão de o senhor estar aqui”, disse.

Arien parou onde estava.

“Ela é apenas a razão pela qual seu velho ódio reaprendeu a falar.”

Dessa vez, Arien se virou bruscamente.

Kael não fazia ideia de quanto acertara.

Não sabia do acidente.

Da mãe.

Do menino.

Dos olhos dourados atrás das portas que se fechavam.

Mas homens como Kael não precisavam conhecer a origem de uma ferida. Bastava-lhes perceber que ela existia.

“O que o senhor quer de mim?”, perguntou Arien.

“Por enquanto, nada.”

“Então não precisava ter me chamado.”

“Quero lhe oferecer apoio.”

Arien se sentou devagar.

“Para quê?”

Kael abriu um panorama das instituições de pesquisa e finanças.

“O senhor trabalha com consórcios. Conhece o trânsito entre jurisdições, moedas e regimes jurídicos. Já elaborou normas de segurança biológica.”

“Todas legais.”

“Naturalmente.”

Kael pronunciou a palavra com tanta calma que ela perdeu o sentido.

“As casas e fundações com que trabalho procuram pessoas capazes de analisar riscos para a civilização a longo prazo. Econômicos. Políticos. Sociais. Genéticos.”
Arien olhou para ele.

“Aurelianos?”

Kael demorou a responder.

“Aurelianos também, se o senhor os considera um risco.”

Naquele instante não se descortinou um plano.

O que se abriu foi uma porta.

Kael lhe oferecia acesso a financiamentos, escritórios de advocacia, fundações e centros de pesquisa. A gente para quem certas perguntas tinham um sentido que Arien mal começava a entrever.
“E o que quer em troca?”

“Informações. Que rumo toma a ideia de Jesair. Quem a apoia. E que possibilidades existem de deter seu avanço antes que uma máxima moral se transforme em programa político.”
“Quer desacreditá-lo?”

“Se for possível.”

“E se não for?”

Kael o encarou.

“Então precisaremos de uma análise mais precisa.”

Dispensava dizer mais.

Depois do encontro, Arien começou a ler sobre a hereditariedade dos aurelianos.

A princípio, dizia a si mesmo que era curiosidade profissional.

Leu sobre as singularidades da herança entre os aurelianos. Sobre as semelhanças entre pais e filhos. Sobre as linhagens mistas. Sobre a história que o povo via inscrita no próprio corpo. E sobre aquele círculo dourado que ele conhecia tão bem.
Biologia.

Apenas biologia.

Exatamente como no relatório sobre a morte da mãe.

Quanto mais lia, mais se aproximavam dentro dele duas partes de sua vida que até então mantivera separadas.

A criança que perdera a mãe.

E o homem que precisava explicar o mundo sem admitir que aquela criança ainda o governava.

Começou a tomar notas.

Autoridade moral sem mandato eleitoral.

Continuidade da linhagem como capital político.

Davion — símbolo que se recusa a ser símbolo, portanto mais eficaz.

A transparência como instrumento da influência moral aureliana.

A última frase não era verdadeira.

A transparência não era aureliana. Jesair a apresentava como um sistema comum a todos.

Mas Arien já não tomava a realidade como ponto de partida.

Partia do resultado a que precisava chegar.

E um homem inteligente que primeiro escolhe a conclusão é, por vezes, mais perigoso do que um tolo.

Pois o tolo não sabe construir um caminho perfeito para o erro.

Arien sabia.

Quanto mais escrevia, menos percebia que não era dos aurelianos que estava escrevendo.

Escrevia sobre o menino diante do zoológico.

Sobre o portão que não se abriu porque ele não cumprira a condição.

Sobre a mãe nos destroços.

Sobre o módulo de resgate que se abrira para outro.

Sobre Mareia fechando a porta ao sair.

Havia portas demais em sua vida.

E Arien decidiu que nunca mais seria aquele que fica parado diante delas.

Certa noite, Mareia respondeu a uma de suas mensagens antigas.

Arien, não vou voltar. O que aconteceu não foi um desentendimento entre nós. Você ultrapassou um limite. Espero que um dia consiga admitir isso.

Ele a leu muitas vezes.

O que mais o enfurecia era a última frase.

Justamente porque era verdade.

Três dias depois, viu a gravação de um debate público em Auriola. Jesair falava dos arquivos. Mareia estava sentada na plateia.
Quando Jesair terminou, os olhos dos dois se encontraram por um breve instante.

Não havia ali nada que pudesse servir de prova.

Arien, no entanto, viu tudo naquele olhar.

Congelou a imagem.

Jesair.

Mareia.

O círculo dourado.

E, lá no fundo, sob todos aqueles anos de estudo, influência e domínio de si, um menino de nove anos ainda segurava nas mãos um cubo quase montado.
Na tela de trabalho, abriu a lista de fundações de pesquisa.

Ao lado de várias delas brilhava uma nova autorização.

Acesso ampliado aprovado pela administração do fundo.

Kael cumprira o prometido.

Arien podia apresentar propostas de projetos estratégicos, dispunha de assessoria jurídica e financeira e ganhara trânsito internacional, muito além do que tivera até então.
Por enquanto, nada daquilo era crime.

A pesquisa em segurança biológica era necessária.

A análise genética de populações podia salvar vidas.

A modelagem de riscos sistêmicos fazia parte da gestão responsável de uma civilização.

Cada instrumento tinha uma aplicação legítima.

O que haveria de importar era em que mãos ficariam.

Arien conhecia bem aquele mundo e a facilidade com que nele se confundiam poder e impunidade. Sabia até onde ia a confiança das instituições em alguém como ele. Pela primeira vez, olhou para a própria reputação e viu nela o abrigo de uma intenção que ninguém suspeitava.

Ficou muito tempo contemplando as possibilidades à sua frente.

Não é só no primeiro ato que alguém se torna autor de um crime.

Às vezes se atravessa a fronteira muito antes.

No instante em que se contempla a possibilidade de destruir alguém e, em vez de perguntar *"teria eu o direito?"*, pergunta-se *"como seria possível?"*
Arien ainda não fizera nenhuma encomenda.

Não procurara nenhum laboratório.

Não tinha um plano concreto.

Mas tinha um patrono.

Acesso.

E a certeza de que podia contar com pessoas que, se soubessem a que propósito serviam, jamais lhe estenderiam a mão.
À noite, saiu para o terraço.

Abaixo dele, Nitra resplandecia. Sobre a cidade passavam naves a caminho do anel orbital e, mais além, de Thaeron.
O mundo era preciso.

Interligado.

Governado.

Arien se lembrou do pai.

Agiram corretamente.

Da mãe.

As regras não servem para nos poupar de sentir.

Durante décadas, as duas frases tinham se enfrentado em sua memória.

No fim, escolheu a do pai.

Não porque tivesse perdoado o pai.

Porque aquela lhe podia servir.

Se o que governava as decisões dos homens eram os mecanismos, bastava dominar os mecanismos.

Para ele, as instituições tinham a mesma fraqueza do pai: confundiam a obediência às regras com a justiça.

E ninguém parecia disposto a tomar sobre si o peso inteiro da culpa.

Arien olhou para a cidade.

“Não existem decisões pessoais”, disse baixinho.

Gostou da frase.

Soava como filosofia.

Na verdade, dentro dela ainda chorava uma criança diante de um portão fechado.

Na tela de trabalho, às suas costas, esperava uma mensagem do escritório da casa Thorne.

O apoio financeiro e jurídico está à disposição. Apresente o primeiro esboço do projeto.

Arien voltou para dentro.

O ódio, quando amadurece, para de gritar.

Começa a organizar.

Kael lhe abrira a primeira porta.

E Elarion, a grande civilização sob um grande sol, ainda lhe oferecia corredores demais para lá daquela porta.

14. Terra: o começo de uma nova geração

Já caía a tarde sobre a terra e Jerusalém ficava para trás como uma ferida que ainda não tivera tempo de fechar. Os discípulos estavam sentados numa casa de portas fechadas. Ninguém falava alto. Cada um carregava uma vergonha diferente: Pedro, por ter negado; Tomé, por não ter crido; os outros, pela fuga, pelo silêncio e pelo medo.
Então mudou o ar do aposento.

Não se ouviram passos nem o ranger da porta. De repente ele estava no meio deles.

Jesus.

Jesus estava entre eles, vivo e sereno, real demais para ser uma lembrança, uma sombra ou uma imagem nascida do desespero. Em seu rosto, a dor já não tinha a última palavra.
"A paz esteja com vocês", disse.

Ninguém se moveu. Alguns recuaram, outros caíram de joelhos. Pedro cobriu o rosto com as mãos. João desatou a chorar sem fazer ruído. Tomé olhava como se, num instante, tivesse ruído o mundo inteiro que ele erguera sobre a dúvida.
Jesus ergueu as mãos. Nos pulsos estavam as marcas dos pregos. Depois afastou o manto e mostrou o lado do qual, poucos dias antes, tinham corrido sangue e água.
"Sou eu", disse baixinho. "Vocês não estão tocando um sonho. Não estão tocando uma esperança vã. Estão tocando o que a morte não pôde reter."
Tomé se aproximou como quem tem medo do que vai descobrir. Quis tocar na ferida, mas a mão parou no ar. Toda a sua obstinada certeza se desfez.
"Meu Senhor", sussurrou, "e meu Deus."

Jesus o olhou sem censura.

"Creste porque viste. Mas virão os que não verão e, mesmo assim, neles arderá o mesmo fogo."

Depois sentou-se entre eles como quem voltava de uma breve viagem, e não do reino da morte. Pediu-lhes de comer. Deram-lhe um pedaço de peixe assado e um pouco de pão. Comeu diante deles, devagar, com toda a naturalidade, e aquela naturalidade era mais temível que o milagre. Pois um espírito não come. Um sonho não parte o pão. Uma lembrança não olha ninguém nos olhos.

Quando terminou, começou a lhes falar das Escrituras. De Moisés, dos profetas, das palavras que tinham ouvido a vida inteira e que só agora se abriam diante deles como

portais. Disse-lhes que o Filho do Homem tivera de descer até onde os homens mais temem olhar, para lhes mostrar que nem ali Deus perdera seu poder sobre o mundo.

"Vocês pensavam que a cruz era o fim", disse. "Mas a cruz foi o lugar onde o poder humano se esgotou até a última gota. Ali onde o homem mostrou o que era capaz de fazer a Deus, Deus mostrou o que era capaz de fazer ao homem: perdoá-lo."

Mais tarde partiram para o norte, rumo às águas junto às quais os chamara pela primeira vez. O mar de Tiberíades estava calmo e sobre ele a noite repousava como um véu escuro. Pedro disse que ia pescar, e os outros foram com ele. Lançaram as redes a noite inteira sem apanhar nada.

Ao romper do dia havia um homem de pé na margem.

"Filhos", chamou, "vocês têm alguma coisa para comer?"

"Não temos", responderam.

"Lancem a rede à direita do barco."

Fizeram o que ele disse. A rede se encheu com tanta força que não conseguiam puxá-la. João empalideceu e olhou para Pedro.

"É o Senhor."

Pedro se lançou à água sem pensar. Avançou pela água até a margem como se a cada passo quisesse voltar no tempo, para antes daquela noite em que por três vezes dissera que não o conhecia.

Na margem já ardia uma fogueira. Havia peixe e pão sobre as brasas. Jesus estava junto às chamas e a luz da manhã lhe iluminava o rosto. Maria Madalena estava perto dele. Mantinha-se em silêncio, mas seu silêncio era diferente do silêncio dos demais. Não havia nele vergonha nem medo. Antes, um saber quieto, como se ela soubesse desde o começo que a morte não era o lugar onde a história dos dois chegaria ao fim.

Comeram juntos. Ninguém ousava perguntar-lhe "quem és?", pois todos sabiam.

Quando terminaram, Jesus se voltou para Pedro.

"Simão, filho de João", disse, "tu me amas mais do que estes?"

Pedro baixou os olhos.

"Senhor, tu sabes que te quero bem."

Jesus assentiu.

"Apascenta os meus cordeiros."

O fogo estalou. Pedro ergueu os olhos, mas Jesus voltou a perguntar:

“Simão, filho de João, tu me amas?”

A voz de Pedro tremeu.

“Sim, Senhor. Tu sabes que te quero bem.”

“Apascenta as minhas ovelhas.”

Pela terceira vez, Jesus perguntou:

“Simão, filho de João, tu me queres bem?”

Então doeu em Pedro tudo o que nele ainda fingia estar curado. Três perguntas caíam nas três negações. Três respostas se erguiam de três feridas.
“Senhor”, disse Pedro, “tu sabes tudo. Tu sabes que te quero bem.”

Jesus o olhou longa e gravemente.

“Apascenta as minhas ovelhas.”

E então Pedro compreendeu que o perdão não é esquecimento. É confiar uma tarefa a quem já sabe o quanto é fraco.

Depois Jesus os levou a um monte. Estavam ali os onze, Maria Madalena e mais alguns que os haviam seguido desde a Galileia até Jerusalém. Abaixo deles se estendia a terra, que ainda por muito tempo ficaria dividida entre impérios, sacerdotes, mercadores, espadas e medo. Acima deles se abriu o céu, menos como uma fuga do que como lembrança de que o mundo não está encerrado em suas próprias crueldades.
Jesus disse:

“Foi-me dado um poder que os homens não puderam tirar de mim, pois não foram eles que mo deram. Vão, pois, e ensinem às nações. Não pela espada. Não pelo medo. Não pelo desejo de dominar. Ensinem-nas a ver. Ensinem-nas a amar a verdade mais que as próprias vantagens. Ensinem-nas a perdoar, mas jamais a servir à mentira. Batizem-nas para uma vida em que o homem já não pertence só a si mesmo.”
Alguns caíram de joelhos. Alguns choravam. E outros ainda duvidavam, pois mesmo diante do milagre o coração humano continua a ser um coração humano.
Jesus se aproximou deles.

“Já não estarei com vocês da maneira como estive”, disse. “Mas estarei com vocês todos os dias, em cada pessoa que despertar do sono do próprio medo. Estarei na consciência que

reconhecer a si mesma. Estarei em todo aquele que compreender que o reino de Deus não vem como um palácio que desce das nuvens, mas como uma luz dentro do homem."
Voltou-se então para Maria Madalena.

Não era o gesto de um mestre para com sua discípula. Havia nele algo mais antigo, mais profundo, mais quieto. Como quando dois rios, depois de uma longa viagem, se reencontram num só leito. Maria se aproximou e por um instante suas mãos se tocaram. Pedro viu. João também. Ninguém disse palavra.
Jesus olhou pela última vez para Pedro.

"Tu, fica junto ao rebanho", disse-lhe. "Vais mantê-los unidos quando se dispersarem. Vais lembrá-los do pão, do fogo e do mar. Vais dizer a eles que ressuscitei."
Pedro quis fazer uma objeção, mas Jesus o deteve com o olhar.

"E tu", disse, voltando-se para João, "carregas a palavra. Guarda o que viste, mas guarda sobretudo o que compreendeste."
Depois disse a todos:

"Nem tudo o que tem em Deus seu princípio precisa estar diante dos olhos do mundo. Há obras que crescem em segredo. Há sementes que precisam cair longe dos templos, longe dos tronos, longe daqueles que desejariam possuí-las."
Maria Madalena estava ao seu lado, e o vento lhe moveu os cabelos. Não havia surpresa em seu rosto. Antes, o assentimento de quem já conhecia o caminho.

"Virá o tempo", prosseguiu Jesus, "em que nascerão pessoas que, em vez de levar meu nome como bandeira, levarão minha consciência como chama. Não governarão o mundo de seus palácios. Hão de mudá-lo porque verão mais longe que os outros. Nascerão entre os povos, em épocas diversas, no corpo de gente comum. E, sempre que o mundo se aproximar do abismo, alguns deles se lembrarão."
Os discípulos não compreendiam tudo. Talvez nem pudessem. As palavras que ouviam eram maiores do que a vida deles.
Uma nuvem luminosa se moveu no céu. Não como um carro que viesse arrebatá-lo diante de seus olhos, mas como um véu destinado a encobrir o caminho que ainda não lhes era dado conhecer. Jesus ergueu as mãos e os abençoou.
"Sejam minhas testemunhas", disse. "Até os confins da terra."

Depois recuou para dentro da luz.

Alguns viram a nuvem subtraí-lo aos seus olhos. Alguns jurariam que ele se elevara aos céus. Outros, João em particular, nunca souberam ao certo, até o fim da vida, se naquela hora o céu se abrira acima deles ou dentro deles.

Quando a luz se desfez, ficaram de pé no monte, olhando o vazio.

Dois homens vestidos de branco apareceram a seu lado como uma resposta silenciosa à pergunta que ninguém ousava fazer.

"Por que olham para o céu?", disse um deles. "Aquele que partiu não se perdeu. Apenas tomou um caminho que vocês ainda não sabem seguir."

Pedro se voltou para os outros. Tinha lágrimas no rosto, mas também uma firmeza que antes não possuía.

"Vamos", disse. "Cabe a nós apascentar as ovelhas dele."

E, longe dali, onde o caminho se perdia entre as rochas e a luz da manhã, duas figuras caminhavam lado a lado. Um homem e uma mulher. Não como quem foge do mundo, mas como quem carrega em silêncio o futuro dele, para que um dia o mundo o encontre em si mesmo.

Atrás deles ficavam Jerusalém, a cruz, o sepulcro vazio, o fogo na margem e o rebanho confiado a Pedro.

À frente tinham um caminho sobre o qual não se escreveriam livros tão cedo.

E, no entanto, desse caminho nasceria um dia uma nova geração de homens e mulheres — não mais fortes de corpo nem mais ricos em bens, mas de consciência mais clara. Pessoas que se lembrariam sem saber de onde vinha a lembrança. Pessoas que, nos momentos decisivos da história, sentiriam dentro de si uma voz muito baixa:

Desperta.

Pois o reino não começa num trono.

Começa no ser humano que se dá conta de que tem consciência e daí tira as devidas consequências.

Parte II: a divisão de um crime

15. 30 moedas

O dinheiro não tem intenção.

Não sabe odiar, invejar nem desejar vingança. Não sabe se está comprando pão, remédio, o voto de um político ou uma morte que ainda virá. Só conhece seu rumo, seu valor e a conta em que para por um instante.
Quem lhe dá intenção é o ser humano.

E há muito o ser humano aprendeu a separar o dinheiro do próprio nome.

Kael Thorne recebeu Arien na mesma sala em que tinham se encontrado da primeira vez. Muito acima de Nitra, atrás de uma parede de vidro escuro. A cidade brilhava aos pés deles como uma imensa rede de nervos. As linhas de transporte deslizavam entre as torres, o rio refletia as luzes e, ao longe, o anel orbital se erguia no horizonte.
A mesa entre os dois estava vazia.

Kael pousou a palma da mão sobre ela.

Surgiu um mapa de Elarion.

Quarenta Estados.

Trinta moedas em circulação.

Centenas de bancos.

Milhares de fundos, fundações, gestoras, escritórios de advocacia e registros de propriedade que só sabiam uns dos outros o tanto que a lei exigia.
“O que o senhor vê aí?”, perguntou Kael.

Arien examinou o mapa.

“Fragmentação.”

“Um político diria diversidade.”

“Um banqueiro diria oportunidade.”

Kael esboçou um sorriso.

“Foi por isso que o convidei.”

Tocou uma das regiões do norte. Apareceu a moeda da Liga do Norte. Depois abriu um Estado no arquipélago do sul. Therinith. Seu registro protegia os titulares de fundos com mais rigor do que os dados de saúde dos próprios cidadãos.
Traçou-se uma linha entre os dois.

Na projeção, as mesmas cifras atravessavam fronteiras e mudavam de nome. O que ao norte se apresentava como uma promessa de desenvolvimento reaparecia na União com toda a respeitabilidade de uma instituição privada.
O mesmo dinheiro.

Três figuras jurídicas.

Quatro finalidades.

Nenhum nome.

"A União conta uma história", disse Kael. "Therinith conta outra. O Estado seguinte conta a sua. Na volta, a União conta outra ainda. E cada dado está correto."
"E ninguém enxerga o todo."

"O todo é uma noção perigosa. Os políticos não gostam dela."

Com um movimento da mão, Kael revelou outros fluxos. Eram centenas. Alguns se dirigiam a empresas de transporte, outros a meios de comunicação, fundações políticas, centros de pesquisa e seguradoras.
Uma linha levava ao Cinturão de Kars, onde dois Estados travavam, pelo terceiro ano seguido, uma guerra pelo acesso a reservas de energia.
"O senhor fornece armas a eles", disse Arien.

Kael nem se moveu.

"Uma empresa na qual um fundo administrado pela minha casa tem participação minoritária fornece equipamentos de defesa a um dos lados."
"E ao outro?"

"Crédito para a reconstrução das cidades atingidas."

Arien olhou para ele.

"A reconstrução ainda nem começou."

"Justamente por isso as condições são vantajosas."

Kael fechou a camada da guerra. Fez isso sem vergonha, mas também sem orgulho. Como quem muda um documento de um lado da mesa para o outro.

"Não lhe conto isso para impressioná-lo", disse. "Quero que compreenda este mundo. O poder continua presente mesmo onde ninguém o vê. Olhe bem para o mapa. O que o senhor vê nele lhe parece intolerável?"

"E o que o senhor espera de mim?"

"Um esboço."

"Para quê?"

"Isso é o senhor quem vai decidir."

Arien se virou para a cidade.

Desde o primeiro encontro, vinha pensando no que realmente queria. Seus pensamentos voltavam sempre a Jesair, Mareia e ao círculo dourado, mas não conseguia dizê-lo a Kael naqueles termos. Pareceriam motivos mesquinhos. Pessoais. Ridículos.

Queria que Mareia soubesse que abandonara um homem de uma grandeza que ela não fora capaz de compreender.

Queria que Jesair deixasse de se apresentar às pessoas como a resposta moral a uma pergunta que ninguém formulara direito.

Queria que os aurelianos parassem de ver o mundo pelos olhos da velha história segundo a qual lhes cabia um lugar especial no curso dos tempos.

Acima de tudo, porém, queria que algo se quebrasse.

Não tudo.

Só o suficiente para que as pessoas deixassem de acreditar que Jesair Davion podia indicar um caminho pelo qual caminhar em segurança.

"Segurança biológica", disse Arien.

Kael não se moveu.

"Continue."

"Os três ramos de Elarion têm diferenças biológicas. A medicina leva isso em conta, mas na política se fala do assunto com cautela. Cautela demais. Ninguém sabe o que aconteceria se surgisse uma ameaça à saúde que atingisse um dos ramos com muito mais força do que os outros."

"É essa ameaça que quer estudar?"

Arien se virou.

"Quero estudar o quanto nossa civilização está preparada."

Kael sorriu.

Não porque tivesse acreditado nele.

Porque apreciava a escolha das palavras.

“Para isso é preciso pesquisa.”

“Conhecimento.”

“Gente disposta a trabalhar.”

“Recursos.”

“Proteção política.”

“Proteção não. Reconhecimento de que se trata de um trabalho legítimo.”

Kael se recostou na cadeira.

“E a que propósito servirá o trabalho deles?”

Arien guardou silêncio um segundo a mais que o necessário.

“Isso eles não vão saber.”

No mapa de Elarion ainda brilhavam trinta moedas.

Cada uma tinha seu valor, suas regras, sua história e suas fronteiras. Entre elas, o dinheiro mudava tantas vezes que parecia perder, a cada câmbio, um pedaço do passado.
Kael ampliou o mapa.

“A forma como aparecerá aos olhos do mundo”, disse, “é assunto meu. E ficará por minha conta.”
“Quem vai participar?”

“Isso vai depender de suas ambições.”

“E os verdadeiros donos?”

“O senhor já olhou para o mapa. Quantos deles sabe nomear?”
“Quem vai comandar tudo isso?”

“Ninguém.”

Arien olhou para ele.

Kael prosseguiu:

“O senhor sabe o que quer. Os outros terão suas próprias razões para trabalhar. Vão pôr nisso o dinheiro, a competência, o nome. Cada um deles terá diante de si um dia de

trabalho como qualquer outro. Quando chegar a hora de responder pelo que fizeram, quantos julga que se reconhecerão no resultado?”

“E se ninguém se reconhecer?”

“Então quero ver quem vai conseguir provar alguma coisa.”

Arien voltou a olhar para as trinta moedas.

“De quantas vamos precisar?”

Kael deu de ombros.

“Das que forem necessárias. Deixe que eu me ocupe disso.”

O dinheiro não tinha intenção.

Naquela noite, porém, ganhou um rumo.

E seguia em direção a uma ferida que ainda não tinha nome.

16. A ferida ganha um orçamento

Arien trabalhou três dias sem sair do apartamento.

Não fechou as cortinas. Diante dele, Nitra passava da manhã à tarde, da tarde à noite e da noite outra vez à luz fria. Sobre a mesa só se acumulavam recipientes vazios de bebidas. Todo o resto existia nas camadas suspensas sobre a superfície de trabalho.
Primeiro escreveu um título:

Programa de Resiliência Biológica Planetária.

Ficou olhando para aquelas palavras até que as apagou.

Grande demais.

Coeso demais.

Visível demais.

Voltou à página e começou a escrever perguntas.

O que significava cuidar da saúde dos três ramos de Elarion?

Até que ponto a saúde de uma geração era herança das que a precederam?

Os sistemas de saúde estariam à altura de uma crise imprevista?

Como proteger os arquivos genéticos contra abusos?

O que aconteceria à estabilidade da sociedade quando uma parte da população fosse atingida com mais força que outra?

Que auxílio se podia esperar da inteligência artificial diante dos riscos que o futuro traria para a saúde?

Cada pergunta era legítima.

Algumas eram até urgentes.

Arien contemplou os vinte e três projetos diante de si.

A planilha os dispunha sob onze rubricas.

Dados.

Modelagem.

Ética.

Capacidade de processamento.

Simulações de saúde.

Pesquisa sobre longevidade.

Marcos jurídicos.

Logística de crise.

Proteção genética.

Comunicação de risco à população.

Resiliência da infraestrutura.

Nada no documento revelava o que Arien esperava daquilo tudo.

Isso só existia na cabeça dele.

No quarto dia chegou um homem da casa Thorne. Seu nome nada diria a Arien. Apresentou-se apenas como coordenador financeiro.
Era mais jovem do que Arien esperava. Tinha um rosto tão comum que parecia uma qualificação profissional.

"O senhor Thorne gostaria de uma estimativa preliminar do alcance", disse.

Arien lhe deu acesso à lista de projetos.

O coordenador percorreu a lista sem perguntar por que ele fazia aquilo. A biologia não o interessava. Interessavam-lhe as colunas do orçamento, os compromissos que assumiriam e o dinheiro que a casa Thorne teria de pôr à disposição.
"Isto aqui é pesquisa em saúde?", perguntou, detendo-se num item.

"Sim."

"Há quem se interesse pela longevidade."

"Não tem a ver com longevidade."

"Para eles, terá."

Arien franziu a testa.

"O resultado tem de servir."

"O senhor terá o resultado que procura. Os que pagam esperam que se respeitem os interesses deles também."
O coordenador se deteve no projeto seguinte.

"Simulações em saúde. Até as seguradoras se interessam por isso."

"Por que as seguradoras pagariam?"

“Porque uma epidemia também tem um custo para elas.”

“Minha preocupação é com a biologia, não com seguros.”

“E a delas é com as contas. Nisso cada qual sabe o que lhe cabe.”

O coordenador passou ao item seguinte.

“Grande capacidade de processamento.”

“Inteligência artificial biológica.”

“Thaeron.”

“Por quê?”

“Lá há quem esteja disposto a trabalhar para o senhor. E o preço é bom.”
Arien observava suas ideias se transformarem em categorias contábeis.

Algo que poucos dias antes era apenas um desejo impreciso de prejudicar Jesair ganhava dotações orçamentárias, estimativas de prazo e figuras jurídicas.
A ferida ganhava um orçamento.

O orçamento não tinha uma rubrica para o ódio.

A vingança não tinha linha própria.

Havia serviços, auditorias, licenças, bolsas de pesquisa e aluguel de capacidade de processamento.

Uma pessoa podia ler o documento inteiro sem encontrar coisa alguma de que tivesse de se envergonhar.

“Qual vai ser o montante?”, perguntou Arien.

O coordenador lhe deu um número.

Era maior do que esperava.

“Isso vai chamar a atenção.”

“Não a atenção que o senhor imagina.”

“Alguém pode fazer perguntas.”

“E quem tem motivo para suspeitar do senhor, exatamente?”

“E se surgir um motivo?”

“Então já será tarde.”

O coordenador disse aquilo com calma, sem malícia. Como quem descreve um descompasso de tempo entre dois sistemas.

Arien se virou.

Na camada ao lado continuava guardada a última mensagem da conversa com Mareia.

As decisões pessoais nunca ficam só no plano pessoal.

Escrevera-lhe aquela frase como uma ameaça, mas nos últimos dias ela começara a lhe parecer uma lei. Mareia tomara uma decisão pessoal. Fora embora. Escolhera uma vida sem ele.

Jesair tomara uma decisão pessoal. Levantara-se no salão e dera voz a uma ideia.

Kael tomara uma decisão pessoal. Abrira os corredores das finanças.

E agora Arien tomava a sua.

Cada decisão tocava a vida de outras pessoas.

Só o alcance variava.

"O senhor Thorne tem mais uma pergunta", disse o coordenador.

"Qual?"

"Qual seria um resultado aceitável?"

Arien se virou devagar para ele.

"Da pesquisa?"

"Do projeto."

Pela primeira vez sentiu uma hesitação.

Imaginou Jesair doente. Não morto. Apenas fraco. Destituído da serena confiança que atraía os outros. Imaginou os aurelianos obrigados a implorar proteção aos Estados. Imaginou o público deixando de fazer perguntas sobre transparência para começar a temer as diferenças biológicas.

Imaginou Mareia compreendendo que Jesair não era intocável.

"Uma prova de vulnerabilidade", disse.

O coordenador esperou.

"De quem?"

"Dos aurelianos."

"E de Jesair Davion?"

Arien se calou.

Foi o suficiente.

O coordenador fechou o documento.

“O primeiro esboço fica pronto em dez dias.”

Quando ele saiu, o silêncio tomou conta do apartamento.

Arien abriu para leitura um arquivo sobre a saúde dos aurelianos. Não havia nomes nem prontuários pessoais. Havia a história de um povo contada no idioma impessoal da medicina, e nele o círculo dourado era mais uma característica herdada.

Leu sobre ele como quem lê sobre uma propriedade biológica.

Leu sobre o círculo dourado despido do significado de um sinal.

O texto não mencionava a luz da alma.

Restava apenas um conjunto de traços que se podiam medir.

Isso o acalmou.

É mais fácil decidir ferir um símbolo quando antes se faz dele um dado.

17. Fundações de proteção

A primeira fundação fora criada dezessete anos antes.

Chamava-se Fundação de Proteção às Gerações Futuras e tinha por finalidade apoiar pesquisas que impedissem a transmissão de doenças hereditárias aos filhos.
O público a conhecia pelas histórias de famílias a quem ajudara a pagar o tratamento.

Seus representantes falavam em escolas, hospitais e debates políticos. Todos os anos, a instituição publicava um relatório repleto de fotografias de crianças, médicos e pesquisadores.
Em parte alguma aparecia o nome de Kael Thorne.

A rigor, a fundação não pertencia a ninguém. Tinha um conselho de administração, patrimônio inicial, auditores externos e um contrato de gestão de ativos. Havia um fundo em Therinith, havia advogados e gestores. Cada um deles podia falar de suas obrigações para com os demais. Nenhum se apresentava como dono.
No fim da cadeia não havia um nome.

Havia o direito de decidir.

Kael não precisava ser dono da fundação. Bastava que as pessoas que decidiam sobre o dinheiro soubessem de quem era o telefonema que não se deixava de atender.
A segunda fundação protegia os sistemas de saúde contra futuras pandemias.

A terceira apoiava o desenvolvimento seguro da inteligência artificial.

A quarta se dedicava à ética dos dados genéticos.

A quinta ajudava regiões devastadas pela guerra no Cinturão de Kars.

Todas tinham um bom nome.

O poder gosta de se vestir de palavras às quais é difícil fazer objeção.

Proteção.

Segurança.

Futuro.

Crianças.

Paz.

Ninguém cria uma Fundação para a Influência Invisível.

Nerai Sael estava sentada na Camada, olhando um pagamento insignificante demais para um caso sério e estranho demais para que ela o arquivasse.
Vinha de um dos estabelecimentos da Vesta.

Não diretamente.

O painel de análise destacava três pagamentos feitos por empresas ligadas à Vesta a fundações de proteção à saúde. Todos tinham fins lícitos. O que chamou a atenção de Nerai foi o momento em que foram feitos e o quanto se pareciam, apesar de terem pagadores distintos.
"Você acha que um restaurante está financiando pesquisa genética?", perguntou Taren Voss.

"Eu não acho nada."

"É a sua opinião mais frequente."

Nerai ampliou a linha do tempo.

"Não é só esse pagamento. Olhe os outros estabelecimentos."

Taren se sentou ao lado dela.

Havia outra coincidência na linha do tempo: pouco depois de cada um desses pagamentos surgia um novo pedido de pesquisa.
"A Vesta apoia muita causa boa", disse Taren.

"A Vesta não apoia nada diretamente", disse Nerai. "As doações vêm de empresas que vivem dos estabelecimentos dela."
"Isso já fica menos bonito num relatório público."

"Por que os novos pedidos de pesquisa aparecem justamente depois dessas doações?"

"Planejamento tributário."

"Talvez."

"Querem fazer nome."

"Talvez."

"Alguém na Vesta tem dor na consciência."

Nerai olhou para ele.

"Por enquanto, essa é a explicação menos provável."

Taren abriu os dados das fundações.

Todas funcionavam legalmente.

As doações estavam declaradas na forma exigida pela legislação. O que as fundações divulgavam variava, e parte das informações sobre as bolsas de pesquisa era protegida por sigilo comercial e acadêmico.

"Podemos pedir a lista de projetos", disse Taren.

"Mas não todos os contratos."

"Não."

"Nem o que foi encomendado."

"Não."

"E nem a identidade dos verdadeiros doadores."

"Em alguns Estados, não."

Nerai se recostou.

"Então o que é que vamos conseguir ver?"

"O que a lei nos permitir."

"A lei nos dá o nome da fundação, sua finalidade pública e o total do apoio concedido. Continuamos sem saber quem decidiu, quem recebeu e a que pergunta a pesquisa devia responder."

Taren ficou calado por um instante.

"Ainda não temos motivo para suspeitar de crime."

"Eu sei."

"E o dinheiro da Vesta pode muito bem ser lícito."

"Eu sei."

"E as fundações podem fazer exatamente o que dizem fazer."

"Isso eu também sei."

Taren olhou para ela com um leve sorriso.

"Então por que está com essa cara de quem já quer prender alguém?"

"Porque tudo pode ser inocente e, mesmo assim, alguém pôs as coisas nessa ordem."

A resposta de um dos bancos apareceu na tela. O banco se recusava a fornecer o histórico completo dos pagamentos porque não fora fundamentada a suspeita de crime grave.

Nerai leu a mensagem duas vezes.

Precisavam ver o fluxo financeiro para saber se havia motivo para suspeita.

E precisavam de um motivo para suspeita para ter o direito de ver o fluxo financeiro.

Taren apontou para um dos projetos apoiados por uma fundação.

“Olhe.”

O financiamento fora concedido a um centro de pesquisa em Auriola. Ele estudava a regeneração dos tecidos nos aurelianos e o que essa capacidade devia à hereditariedade.

“Pode ser uma pesquisa sobre longevidade”, disse ele.

“Pode.”

“É do que todo mundo fala ultimamente.”

A medicina estava perto de um avanço decisivo. Terapias experimentais já conseguiam retardar consideravelmente o envelhecimento, recuperar órgãos lesionados e prolongar a vida. Qualquer estudo sobre a regeneração aureliana podia integrar, legitimamente, o caminho para uma vida sem fim natural.

Mas Nerai ainda não conhecia aquela outra pergunta.

“Marque todos os projetos de biologia”, disse.

“Com base em quê?”

“Na origem do financiamento.”

“Não é a mesma.”

“Formalmente, não.”

“Nerai.”

“Só marque. Não estamos abrindo uma investigação. Estamos procurando o que se repete.”

Taren atendeu.

Nove projetos apareceram diante deles.

Regeneração.

Saúde.

Modelagem.

Segurança dos arquivos de saúde.

Epidemias regionais.

Proteção dos sistemas de computação.

Comunicação em crises.

Risco para as seguradoras.

Ética no uso de dados genéticos.

Vistos isoladamente, não pareciam ter relação entre si.

Juntos pareciam pedaços de uma pergunta que ninguém ainda fizera.

Nerai abriu o dossiê da Vesta e acrescentou uma nota:

Possível vínculo entre as pesquisas apoiadas pelas fundações. Finalidade comum indeterminada.

O sistema pediu que ela estimasse o risco.

Indeterminado.

Clicou para confirmar.

“Sabe o que é estranho?”, disse Taren.

“Muita coisa.”

“A fundação de auxílio ao Cinturão de Kars tem o mesmo gestor que a de segurança biológica.”

Nerai abriu o registro.

Era verdade.

Uma fundação financiava hospitais de campanha e ajuda a refugiados.

A outra, simulações em saúde.

O gestor do patrimônio de ambas era o mesmo fundo de Therinith.

“E esse fundo?”, perguntou.

Taren consultou o registro.

“Identidade do beneficiário final sob sigilo.”

Nerai olhou para o emaranhado de linhas.

De um lado, a guerra.

Do outro, a pesquisa biológica.

Entre elas, dinheiro sem nome.

Naquele instante, nem desconfiava que estava olhando para duas partes do discurso que um dia faria diante da Convenção.

Via apenas fundações.

E cada uma afirmava proteger alguma coisa.

18. BIO-IA sem ódio

A inteligência artificial biológica não tinha rosto.

Nos filmes antigos, davam às máquinas olhos, voz e um jeito de se mover parecido com o dos homens. As pessoas precisavam olhar para a inteligência como se olha para um ser vivo, para poder confiar nela ou temê-la.
Os sistemas de verdade já dispensavam esse teatro.

A BIO-IA à qual Arien tivera acesso existia nos centros de processamento distribuídos por Thaeron. Não tinha um único núcleo nem um lugar só. Trabalhava com modelos de sistemas vivos, com a memória da medicina e com simulações de processos biológicos.
Conseguia encontrar em pouco tempo relações que uma equipe humana levaria anos para descobrir.

Era usada no desenvolvimento de tratamentos.

Na regeneração de órgãos.

Na previsão de riscos hereditários.

Na proteção das gerações futuras.

Não era má.

Isso era o que ela tinha de mais perigoso.

Arien sabia a serviço de que intenção a colocava. Ninguém mais o sabia.
Para a fundação, importava a promessa de saúde.

Para o centro de longevidade, a possibilidade de devolver às pessoas os anos que a doença lhes roubaria.
Para o consórcio de seguros, a obrigação de estar preparado para o infortúnio.

Para a comissão de ética, o dever de proteger aqueles a quem pertenciam os dados.
A BIO-IA fazia o seu trabalho.

Ignorava a quem, no fim, servia esse trabalho.

Arien se sentava diante da tela, à espera do que ela lhe traria.

A princípio, vieram resultados gerais. Estatísticas, modelos populacionais, incertezas e advertências sobre o perigo de interpretar mal os números.
Depois surgiram relações mais profundas.

No estudo, o círculo dourado pertencia ao domínio da medicina tanto quanto à história de um povo. Não havia ali um diagnóstico de fraqueza. A maioria dos aurelianos era saudável e, em alguns aspectos, até mais resistente que os outros ramos.
Mas toda vantagem tinha seu limite.

Nada do que vivia podia estar inteiramente a salvo.

Arien lia os resultados sem se mover.

A máquina não lhe oferecia uma arma.

Aos olhos dele, oferecia um mapa da vulnerabilidade.

Cada resposta vinha acompanhada de advertências.

Os dados se referem à população.

O grau de incerteza do modelo é elevado.

Os resultados não podem ser utilizados para fins de discriminação.

Toda aplicação prática exige avaliação ética e jurídica prévia.

Arien não apagou as advertências.

Apenas não lhes deu o mesmo peso que aos resultados.

Mais tarde entrou em contato com a chefe de uma das equipes de pesquisa. A imagem dela surgiu sobre a mesa. Era uma selenita de meia-idade, com o rosto tranquilo de quem passara a maior parte da vida lidando com doenças e aprendera a não se apressar em afirmar certezas.
“Suas perguntas estão ganhando um alcance maior”, disse ela.

“O projeto está evoluindo.”

“Começamos falando em regeneração.”

“Ninguém aqui perdeu de vista o ponto de partida.”

“E agora estamos falando de epidemias?”

“Uma pesquisa levanta questões que não previámos de início.”

A cientista assentiu, mas não parecia convencida.

“Quem, afinal, encomendou este trabalho?”

“A Fundação de Proteção às Gerações Futuras.”

“Essa é a financiadora. Pergunto quem vai usar os resultados.”

“As autoridades de saúde.”

“Quais?”

“Depende da necessidade.”

“Isso não é resposta.”

Arien olhou para ela.

“É uma pesquisa de prevenção em escala planetária. Os resultados serão compartilhados assim que estiver concluída a avaliação jurídica.”

“Por que, então, ninguém me dá uma resposta clara?”

“Porque há limites para o que se pode dizer em nome das instituições envolvidas.”

Era verdade.

A cientista se calou.

“A BIO-IA recusou parte do trabalho”, disse afinal.

“Por quê?”

“Considerou sensível demais.”

“O que a preocupa?”

“O que esse conhecimento poderia significar para a vida de um povo inteiro, nas mãos de quem quisesse lhe fazer mal.”

“E não é justamente esse povo que queremos proteger?”

“Talvez. Mas o sistema não conhece sua intenção.”

Arien quase sorriu.

“Então que julgue a pergunta, não a pessoa.”

“As palavras não bastam para me dizer a que propósito servem.”

“Quero que o trabalho prossiga.”

A cientista ficou imóvel.

“Como disse?”

“O que lhe peço é uma conclusão”, disse Arien. “A senhora conhece a responsabilidade do seu cargo. Eu conheço a do meu. O projeto tem de seguir adiante.”

“E quem responderá por essa decisão?”

Arien não deu uma resposta direta.

“Não é dever da senhora proteger Elarion dos riscos que o futuro possa trazer?”

“É.”

“Como pretende protegê-lo de algo que se recusa a compreender?”

A cientista baixou os olhos para seus dados.

Era uma pergunta que os cientistas detestavam. Lembrava-lhes que sempre se podia acusar a cautela de covardia e a curiosidade de irresponsabilidade.

“Precisaremos de um novo parecer ético”, disse.

“A fundação vai providenciá-lo.”

“Independente.”

“Naturalmente.”

A comunicação foi encerrada.

Dois dias depois, o escritório de ética emitiu um parecer que permitia a continuação dos estudos sob condições estritas. A autorização tinha limites. Ir além deles exigiria nova aprovação.

Arien leu o documento.

Era preciso.

Era rigoroso.

E nada podia contra um homem que não tinha intenção de pedir nova aprovação.

A BIO-IA não sentia ódio.

Não tinha motivo para ferir os aurelianos.

Não sabia quem era Jesair nem por que Arien sentia um aperto sob o esterno ao ouvir seu nome.

Apenas respondia a perguntas.

O ódio não entrara em seus cálculos.

Entrara na escolha das perguntas.

19. Laboratórios sem mapa

O primeiro laboratório ficava no litoral de Aménia e fazia pesquisas sobre a recuperação de seus pacientes.

O segundo ficava num estado do norte que abrigava uma das melhores universidades de medicina de Elarion. Estudava a saúde da população.
O terceiro, no anel orbital, trabalhava pela segurança das cidades fechadas de Thaeron.
O quarto ficava em Thaeron. Era ali que trabalhavam os especialistas em computação.

O quinto nem era um laboratório no sentido habitual. Era uma empresa de análise do setor de seguros, dedicada às consequências econômicas das crises sanitárias.
O sexto estudava os limites legais das medidas de emergência diante de uma epidemia desconhecida.

Nenhuma daquelas equipes trabalhava numa pandemia.

Ao menos pelo que constava nos documentos que cada uma tinha diante de si.

Os cientistas de Aménia se dedicavam ao que julgavam ser uma questão de saúde. Ignoravam até a existência da outra equipe.
O laboratório do norte também se dedicava à medicina. Ninguém ali sabia o que o círculo dourado significava para o homem que os observava de longe.
A equipe orbital acreditava estar protegendo os habitantes de Thaeron contra doenças desconhecidas.
Os analistas das seguradoras calculavam quantos leitos haveria, quanto se deixaria de produzir, quanto custaria isolar regiões inteiras. Não tinham acesso a dados clínicos.
Os juristas preparavam um estudo geral sobre as atribuições dos estados em situações de emergência sanitária.

Cada qual conhecia a sua parte.

Ninguém tinha o mapa.

Arien tinha.

Na mesa de Arien, os trabalhos iam se acumulando em camadas. Por enquanto, via-se ali, sobretudo, a distância que separava o que ele queria do que era possível.
Alguns resultados se contradiziam.

Outros eram imprecisos.

Alguns laboratórios se recusavam a prosseguir sem uma fundamentação mais sólida. Outros pediam tempo.

Arien começava a perder a paciência.

Kael, não.

“A pesquisa tem seu próprio ritmo”, disse ele num dos encontros dos dois.

“Preciso de resultados. Ritmo não me interessa.”

“O que o senhor quer é se livrar da responsabilidade pelos resultados.”

Kael abriu o mapa do financiamento. Desde o último encontro, o número de empresas dobrara.

“É complicação demais”, disse Arien.

“A complicação é o preço de permanecer invisível.”

“E se alguém falar?”

“E o que acha que teriam para contar?”

Kael apontou as receitas regulares de uma das fundações. Havia ali dinheiro da rede Vesta. As cifras cresciam até em cidades onde os restaurantes continuavam a servir o mesmo número de clientes.

“Por que a Vesta?”, perguntou Arien.

“Porque ninguém na Vesta faz essa pergunta.”

“De onde vem esse dinheiro?”

Kael olhou para ele.

“O senhor precisa saber?”

Arien ficou calado por um instante.

“Não.”

“Então não pergunte.”

Em outra parte do mapa aparecia um fluxo que vinha do Cinturão de Kars.

“E isto?”

“Lucro.”

“Da guerra.”

“Do comércio.”

“Os fornecedores vendem tecnologia a um governo reconhecido por acordos internacionais.”

“E depois a fundação trata os feridos que essa tecnologia deixou.”

Kael se recostou.

“O mundo gosta de equilíbrio.”

Arien sentiu repulsa por ele.

Nada de moral. Era algo mais pessoal. Kael falava do sofrimento sem o menor tremor na voz, como se as pessoas fossem apenas mais uma variável. Arien ainda precisava explicar a si mesmo por que fazia aquilo. Precisava de Jesair, de Mareia, dos aurelianos, de uma injustiça antiga e de sua própria humilhação.

Kael não precisava de nada.

O mecanismo lhe bastava.

“Quando o projeto se encerra?”, perguntou Kael.

“Ainda não temos o modelo definitivo.”

“Pergunto quando termina o financiamento.”

“Quando eu souber se é possível criar um risco à saúde e mantê-lo dentro de certos limites.”

O olhar de Kael mudou.

“Limites.”

“Sim.”

“Geográficos?”

“De quem será atingido.”

Kael calou-se.

Arien continuou:

“Não se trata de destruir uma civilização. A crise só precisa ser grande o bastante para mostrar que os aurelianos não têm nada de excepcional. Que sua herança biológica é uma dádiva que tem seu preço. Que Jesair não consegue salvar nem os seus.”

“E os outros ramos?”

“Quero poupá-los.”

“Quer?”

Arien franziu a testa.

“Vou poupá-los.”

Kael olhou para o mapa dos laboratórios.

“A natureza tem pouco respeito por objetivos políticos.”

“Para isso temos a BIO-IA.”

“Uma máquina calcula probabilidades. Ela não pode obrigar o mundo a caber nas suas intenções.”

Arien inclinou-se para a frente.

“O senhor queria deter Jesair.”

“Eu queria deter a ideia dele.”

“Sem Jesair, ela perde a voz.”

“Os mártires costumam ter mais voz que os vivos.”

Arien se levantou.

“Ele não será um mártir. Será o homem que prometia luz e não soube proteger nem o próprio ramo.”

Kael lhe observava o rosto.

“O senhor ainda faz isso por causa dele.”

“Faço isso pelo equilíbrio de Elarion.”

“Claro.”

A palavra soou como um insulto.

Arien saiu sem se despedir.

Naquela mesma noite, um dos laboratórios concluiu mais uma série de simulações. A chefe da equipe leu os resultados e os classificou como inconclusivos. Recomendou que a pesquisa prosseguisse, sob uma supervisão mais rigorosa.
Seu relatório chegou à fundação.

A fundação o encaminhou à consultoria.

A consultoria preparou uma versão resumida para o cliente.

A Arien chegaram as tabelas.

A advertência ficou no anexo.

Ninguém mentiu.

Ninguém alterou os resultados.

A verdade só precisou passar por um número suficiente de mãos para que dela restasse exatamente o que o homem na ponta precisava ver.

Os laboratórios continuaram trabalhando.

Cada um sob a sua luz.

Entre eles havia escuridão.

E, naquela escuridão, um único homem segurava o mapa.

20. A suspeita de Mareia

O primeiro pedido não chamou a atenção de Mareia Lioren.

Dizia respeito a dados médicos anonimizados dos aurelianos. O projeto fora regularmente aprovado, tinha parecer do comitê de ética e o financiamento de uma fundação conhecida. Centenas de pedidos semelhantes já haviam passado pelos arquivos de saúde.

A medicina mudava mais depressa que as leis que a regiam. Os pesquisadores procuravam meios de deter o envelhecimento, restaurar órgãos danificados e prolongar a vida além do que as gerações anteriores teriam sido capazes de imaginar.
Os registros das famílias aurelianas eram particularmente valiosos para a pesquisa.

Algumas dessas famílias, havia séculos, conservavam a memória das doenças de seus antepassados e de como se haviam recuperado. Havia naqueles arquivos uma precisão que os bancos de dados de saúde correntes não ofereciam.
Mareia aprovou o primeiro pedido.

O segundo chegou nove dias depois.

Vinha de outro estado e tratava de novas terapias para prolongar a vida.

Também vinha acompanhado de toda a documentação exigida.

O terceiro pedido dizia respeito à proteção de dados de saúde.

O quarto, à população em tempos de crise sanitária.

O quinto era um estudo jurídico. Pedia, apenas, um parecer sobre o direito à privacidade em situações de emergência.
Mareia provavelmente não teria visto relação entre eles se não tivesse encontrado no quinto pedido a mesma expressão incomum que lera no primeiro.
Registros cuja continuidade no tempo possa ser estabelecida documentalmente.

A expressão não continha nenhum erro técnico.

Tampouco tinha algo de extraordinário.

O estranho era que duas organizações sem nada em comum, segundo os documentos, tivessem recorrido a ela.

Mareia abriu os pedidos anteriores.

A expressão aparecia em três deles.

Sempre num lugar diferente.

Uma vez na descrição dos dados.

Outra na fundamentação jurídica.

Outra no anexo técnico.

Como uma frase que alguém houvesse repartido por vários documentos.

Nas horas que se seguiram, comparou os metadados. O conteúdo das análises era sigiloso. Ela não tinha autorização para consultá-lo. Via somente quem fizera o pedido, o tipo de informação solicitada, quem dera o parecer e qual era a finalidade declarada.

Todos os projetos tocavam, de algum modo, na história dos aurelianos e em seu futuro diante de uma crise sanitária.

Mareia fez seu próprio mapa.

O de Nerai era financeiro.

O dela, biológico.

Numa ponta ficavam os arquivos das famílias.

Na outra, uma hipotética crise sanitária.

No meio, perguntas que se aproximavam sem jamais chegar a se tocar.

"Trabalhando até tarde outra vez."

A voz de Jesair soou atrás dela.

Mareia se assustou. Não o ouvira entrar.

Ele estava à porta da salinha de trabalho do arquivo. Usava uma roupa escura e simples e trazia nas mãos dois copos com uma bebida quente.

"Como foi que você entrou?"

"Pela porta."

"Na área restrita do arquivo."

"Até a recepção. Quem me deixou passar para cá foi você."

Olhou para a mesa. Absorta no trabalho, nem percebera a notificação.

Jesair lhe estendeu um dos copos.

"Nerai diz que, quando você esquece de comer, é preciso trazer alguma coisa que pelo menos se faça passar por comida."

"Vocês dois falam de mim?"

“Só quando está em jogo a segurança do planeta.”

Mareia esboçou um sorriso, mas logo voltou a ficar séria.

Jesair olhou para as camadas suspensas sobre a mesa.

“O que foi?”

“Não sei.”

“Parece a Nerai falando.”

“Deve ser de família.”

Ele se sentou à sua frente.

Nas últimas semanas, Jesair passara a frequentar as reuniões sobre saúde e cidadania. Seu discurso em Nitra continuava a circular. Convidavam-no para debates, universidades, assembleias públicas. Já havia quem visse nele o líder de um movimento que ainda não tinha nome.

Ele recusava esse papel.

E quanto mais o recusava, mais as pessoas confiavam nele.

“Me mostra”, pediu.

Mareia lhe explicou os pedidos, um a um. Jesair escutou sem interromper.

“Pode haver uma relação entre eles?”, perguntou.

“Quando se olha por tempo suficiente, pode haver uma relação entre quaisquer duas coisas.”

“Você não respondeu.”

“Pode. Só não sei qual.”

“Foi a mesma pessoa que encomendou?”

“Não.”

“A mesma fundação?”

“Não.”

“O mesmo laboratório?”

“Não.”

“Então o que eles têm em comum?”

Mareia apontou para as áreas da biologia assinaladas no mapa.

"A direção."

Jesair esperou.

"Imagine", continuou ela, "que tem alguém querendo uma resposta, mas ninguém sabe qual é a pergunta. Você olha para todo esse trabalho, para todas essas pessoas, e se pergunta o que ele vê ali que o resto de nós não consegue ver."

"O que ele ganharia com isso?"

"Depende da pergunta que só ele conhece."

Jesair ficou olhando para o mapa.

"Você acha que alguém está procurando um ponto fraco nos aurelianos?"

Mareia não respondeu de imediato.

"Acho que há gente demais sendo paga para estudar coisas que poderiam ser usadas contra eles."

"Paga por quem?"

"Isso eu não consigo ver."

Mareia fechou parte dos dados e olhou para ele.

À luz suave da salinha, mal se via o círculo dourado em seus olhos. Só um traço fino que passaria despercebido a quem não se detivesse nele.

Arien o odiava.

O pensamento lhe veio de repente.

Mareia se lembrou do rosto dele no apartamento, da mão que lhe apertara o pulso, da maneira como pronunciara o nome de Jesair.

Depois, da mensagem.

As decisões pessoais nunca ficam só no plano pessoal.

"Mareia?"

"Arien."

Jesair não se moveu.

"O que tem ele?"

"Não sei."

"Você acha que ele está por trás disso?"

"Não tenho motivo para achar."

“Mas a ideia lhe passou pela cabeça.”

“Passou.”

Jesair ficou em silêncio por um instante.

“Porque ele trabalha no sistema financeiro?”

“Porque ele vê as pessoas como mecanismos. E porque, quando a raiva sumiu da voz dele, passei a ter ainda mais medo.”

Jesair pousou o copo na mesa.

“Devíamos contar à Nerai.”

“Sem provas?”

“Não como uma acusação.”

“Conheço minha irmã. Se chegarmos com uma pergunta sem provas, ela vai sair em busca das provas.”

“Acho que é o trabalho dela.”

Mareia olhou para ele.

“E se eu estiver enganada?”

“Então ela não vai encontrar nada.”

“Uma investigação nunca termina em um nada absoluto. Sempre se perde pelo menos um pouco da confiança.”

Jesair assentiu.

“Então não fale de Arien. Mostre os projetos a ela.”

Mareia voltou os olhos para o mapa.

“E se forem todos inocentes?”

“Nós verificamos e encerramos o caso. Sem citar o nome de nenhum paciente.”

“Não quero transformar dados médicos em provas à disposição de qualquer um”, disse Mareia.

“Concordo. Mande só o que é público para Nerai.”

“Mas aquela sua frase já ganhou vida própria. As pessoas a usam para justificar coisas que você nunca quis dizer.”

“Eu sei.”

“Alguns querem tornar públicos até os prontuários dos políticos. Outros dizem que a privacidade só serve de esconderijo para os culpados.”

Jesair baixou a cabeça.

“Talvez eu não tenha sido claro o suficiente sobre onde fica o limite.”

“Você foi. As pessoas só escutam a parte de que precisam.”

Por um instante, fez-se silêncio entre eles.

Mareia fechou todas as camadas, exceto a lista de projetos.

“Vou mandar só os títulos, os nomes de quem fez os pedidos e as fontes públicas de financiamento.”

“E a pergunta.”

“Qual?”

Jesair olhou para o mapa apagado.

“Quem está pagando para que essas coisas, hoje separadas, um dia se encontrem?”

Mareia preparou a mensagem.

Destinatária: Nerai Sael.

Assunto: Possível relação entre pedidos de pesquisa.

No corpo da mensagem, escreveu:

Isso não constitui prova de irregularidade. Ainda assim, preciso saber se os projetos têm a mesma fonte de financiamento ou as mesmas pessoas com poder de decisão. Isoladamente, fazem sentido. Juntos, fazem uma pergunta que prefiro não pôr em palavras antes de saber quem a formulou.

Anexou a lista.

Antes de enviar, hesitou.

Jesair não a tocou. Não lhe disse o que fazer.

Apenas ficou ali.

Mareia enviou a mensagem.

No edifício da Camada, um aviso se acendeu ao lado do nome de Nerai.

A alguns milhares de quilômetros dali, um sistema de laboratório dava por encerrada uma análise. A fundação que financiara o trabalho foi informada do resultado.

Em Thaeron, chegava ao fim um trabalho cujo verdadeiro interessado continuava sem nome.

Em Therinith, o administrador de um fundo aprovava outro pagamento.

Numa unidade da Vesta, um depósito em dinheiro passava a constar nos registros do banco como receita do dia.

E Arien Korveth, sozinho em seu apartamento, via se aproximarem, diante dos seus olhos, linhas que em nenhum outro lugar formavam um só mapa.

A doença ainda não existia.

A doença ainda não tinha sua primeira febre.

Nenhuma cidade havia fechado, nenhuma família fora obrigada a deixar um ente querido do outro lado da parede transparente de uma ala de isolamento.

Por enquanto, só existia o dinheiro.

As perguntas.

Os dados.

Os cálculos.

E uma multidão de inocentes, cada qual tendo feito um pouquinho de um trabalho sem conhecer a frase em que um dia sua parte iria se encaixar.

A catástrofe ainda não tinha corpo.

Mas já tinha contabilidade.

21. Teste de cegueira

Nerai abriu a mensagem de Mareia sete minutos depois de recebê-la.

Ainda estava na Camada. A maioria dos funcionários já tinha ido embora. Pelos corredores só restavam os analistas do turno da noite, os sistemas de segurança e as pessoas que não sabiam explicar por que uma pergunta se recusava a deixá-las ir para casa.

Nerai era uma dessas pessoas.

Leu a mensagem uma vez.

Depois, outra.

Na terceira leitura, retirou o nome de Mareia e deixou diante de si apenas a lista de projetos.

Pesquisa médica.

Históricos de saúde.

Estudos populacionais.

Proteção de dados.

Atendimento à população em tempos de epidemia.

Limites legais do uso de arquivos em situações de emergência.

Cada item tinha seu requerente, sua finalidade e seu financiamento. Nenhum dava motivo para suspeitas. Algumas das questões figuravam, aliás, entre as mais importantes da medicina moderna.

Nerai abriu as camadas financeiras.

O modelo mostrava diferentes pagadores formais. Em cada projeto, porém, permanecia oculto justamente o campo que permitiria a Nerai comparar quem tinha poder de decisão sobre o dinheiro.

Havia um motivo legal diferente para cada lacuna. Quando um contrato público lhe permitia seguir um ramo, o seguinte terminava num fundo protegido por sigilo. A mesa de análise os exibia lado a lado, mas não lhe cabia adivinhar os dados ausentes.

Nerai sobrepôs todas as camadas disponíveis.

Um mapa surgiu na mesa.

Não parecia o mapa de um crime.

Parecia vidro estilhaçado.

“Ainda está aqui?”

Taren Voss estava à porta, o casaco jogado no ombro.

“Não estou mais”, disse Nerai. “Acabei de ir para casa.”

Taren entrou.

“É assim que você vai embora?”

“Quieto.”

Ele olhou para o mapa.

“O que estamos procurando?”

“Não sei.”

“Ótimo. Minha categoria preferida.”

Nerai lhe enviou a lista de Mareia sem o texto da mensagem.

Taren se sentou e correu os olhos devagar pelos itens.

“Tudo pesquisa médica.”

“Nem tudo.”

“Está bem. Pesquisa médica, análises jurídicas e simulações de crises.”

“O que há em comum?”

“Os aurelianos.”

“Mais precisamente.”

Taren pensou um pouco.

“A história das famílias aurelianas.”

“Mais precisamente ainda.”

Houve um momento de silêncio.

Então ele apontou para a linha do tempo.

“Tem mais do que a história das famílias. Tem o modo como a sociedade reage.”

Nerai assentiu.

“Alguém quer saber quem são os aurelianos. E quer saber também o que sua civilização fará por eles numa crise.”

Taren se recostou.

“Pode ser um estudo para protegê-los.”

“Pode.”

“Pode ter relação com as terapias de longevidade.”

“Pode.”

“Pode ser uma precaução contra uma epidemia natural.”

“Pode.”

“E pode ser aquilo que você não quis dizer.”

Nerai olhou para ele.

Taren apontou para a última frase de Mareia.

“A pergunta que ela não quer pôr em palavras.”

Nerai fechou a mensagem.

“Não temos o direito de começar pela pior das explicações.”

“Mas temos o direito de investigá-la.”

“Só se tivermos dados.”

“E temos?”

Nerai olhou para as manchas escuras do mapa.

“Temos dados que nos dizem que não temos acesso aos dados.”

A Camada conseguia comparar movimentos financeiros entre estados, mas não podia abrir qualquer conta a seu bel-prazer. Cada fluxo protegido exigia um fundamento jurídico. Cada fundo, um pedido diferente. Cada estado, uma formulação própria.
Assim, uma só pergunta podia se desdobrar em vinte pedidos.

Cada pedido precisava de sua própria justificativa.

E a justificativa era precisamente o que faltava a Nerai.

“Veja se há alguém com poder de decisão que apareça mais de uma vez”, disse ela.

Taren pôs o sistema a comparar conselheiros, consultores externos, auditores e gestores de fundos.
O sistema encontrou milhares de vínculos.

Alguns eram relevantes.

A maioria, não.

Os mesmos auditores trabalhavam para centenas de fundações. Os mesmos escritórios de advocacia representavam metade dos fundos internacionais. Os gestores tinham assento em vários conselhos porque era justamente esse o seu ofício.
Quanto mais dados abriam, mais ligações encontravam.

E quanto mais ligações encontravam, mais difícil era distinguir qual delas queria dizer alguma coisa.

"Esse é o problema da Camada", disse Taren. "Quando você olha para o planeta inteiro, o que separa uma pessoa de qualquer outra são uns poucos contratos."
"Por isso não procuramos uma ligação."

"Procuramos o quê, então?"

"Uma direção."

Nerai mudou o modo de exibição.

Tirou os nomes das empresas.

Tirou os títulos dos projetos.

Tirou os estados.

Restaram apenas os tipos de serviço contratados.

Consulta a arquivos.

Pesquisa.

Serviços de laboratório.

Equipamentos de saúde.

Estudos hospitalares.

Pareceres jurídicos.

Pesquisas sobre a reação das pessoas a uma crise.

Taren perdeu a vontade de brincar.

"Assim parece pior."

"Assim parece diferente."

"Se soubéssemos que uma só pessoa está pagando por tudo..."

"Não sabemos."

"Se soubéssemos que alguém está reunindo os resultados..."

"Não sabemos."

“Se soubéssemos para que vai usá-los...”

“Não sabemos.”

Nerai fechou os olhos.

Ouviu dentro da cabeça a frase de Jesair na conferência.

Não se pode calcular essa participação às cegas.

Naquela ocasião ele falava da RBU.

Do valor.

Da justiça.

Agora tinha diante de si outra coisa que a sociedade tentava calcular às cegas.

O perigo.

“Vamos pedir acesso em caráter de urgência aos nomes dos proprietários finais”, disse Taren.

“Com que fundamento?”

“A coincidência entre os projetos.”

“Uma coincidência não é crime.”

“O risco de uso indevido de dados genéticos.”

“Não provamos que houve uso indevido.”

“Então o que fazemos?”

Nerai não respondeu.

A três fusos horários dali, Arien Korveth tinha diante de si um relatório com um título tão insosso que a maioria das pessoas nem chegaria a abri-lo.

Estudo sobre a coordenação institucional em situações de crise sanitária.

O relatório era de uma empresa de Xanos especializada em gestão de crises. Seus analistas nunca tinham visto o material que tanto interessava a Arien. Haviam trabalhado apenas com uma situação hipotética.

Uma doença desconhecida.

Vários estados.

Uma parte da população mais atingida que as outras.

Leis diferentes.

Sistemas de saúde diferentes.

Culturas políticas diferentes.

A questão era se Elarion saberia compreender o que estava acontecendo a seu povo.
Os analistas consideravam seu trabalho um serviço público.

Queriam que o sistema estivesse preparado para o dia em que a doença fosse real.

A conclusão era incômoda.

As máquinas da rede de saúde dariam o alerta.

Os hospitais tentariam entender o que se passava com seus doentes.

Os arquivos das famílias continuariam submetidos às leis que protegiam seus registros.
Os estados teriam de decidir o que fazer dos dados.

Uns cuidariam de proteger os pacientes.

Outros, de proteger a própria reputação.

Os políticos teriam medo de apontar publicamente um dos ramos sem provas suficientes.
Depois das antigas disputas em torno da discriminação, a cautela era compreensível.

No cenário estudado, porém, a demora teria um preço.

Arien leu as conclusões.

A primeira suspeita.

O primeiro relato.

O primeiro alerta.

A primeira vez que alguém enfim diria em público o que estava acontecendo.

Havia uma distância entre a primeira coisa e a última.

Um intervalo.

De tamanho incerto.

Arien se recostou.

Cada componente do sistema fazia exatamente o que fora criado para fazer.

A inteligência artificial reconhecia padrões, os médicos protegiam os pacientes.

As leis protegiam a privacidade.

A falha só surgia quando tudo funcionava junto.

A máquina reconhecia padrões.

O médico protegia o doente.

O arquivo protegia a família.

O funcionário zelava pela legalidade.

O político protegia a sociedade contra o pânico.

E eram esses cuidados, reunidos, que abriam um intervalo em que ninguém ousava dizer a verdade inteira.

Na margem do relatório os analistas tinham deixado uma advertência:

Sem verificação adicional, o fato de um grupo ser mais atingido não autoriza atribuir o impacto à sua ascendência. Identificar prematuramente uma população pode levar à estigmatização, à violência ou à recusa de atendimento médico.

Arien se deteve naquela frase.

Era moralmente correta.

E lhe convinha.

Kael apareceu sem avisar.

Entrou no apartamento de Arien como se lhe pertencesse tanto o lugar quanto o tempo de quem morava ali.

Arien não fechou o relatório.

Kael leu o título.

“Um estudo sobre a reação das instituições?”

“Uma auditoria de segurança.”

“Claro.”

Kael passou os olhos pelos resultados.

Nada mudou em seu rosto, mas lia mais devagar que de costume.

“Os serviços de saúde vão perceber”, disse ele.

“Vão.”

“Logo.”

“As máquinas, sim.”

“Então seu plano não funciona.”

Arien apontou para a parte seguinte.

“Perceber é uma coisa. Agir é outra.”

Kael contemplou a linha do tempo.

“Então não é a doença que o senhor está testando.”

“Não.”

“O que o senhor testa é a coragem das instituições de dar nome ao que veem.”

Arien sorriu de leve.

“Testo as regras delas.”

“As regras nasceram dos fracassos de ontem.”

“E vão dar origem ao de amanhã.”

Kael se virou para ele.

“Cuidado para não tomar a fraqueza do sistema por uma justificativa para suas próprias intenções.”

“Foi o senhor quem me ensinou que um sistema não tem intenções.”

“Ele não tem. O senhor tem.”

Arien fechou o relatório.

“Por que veio?”

Kael o encarou por um momento.

“As fundações receberam perguntas da Camada.”

Os dedos de Arien ficaram suspensos sobre a mesa.

“Que perguntas?”

“Por ora, genéricas. Quem são os proprietários finais. Relações entre gestores. Coincidências nos financiamentos.”

“Nerai.”

“Provavelmente.”

“Ela sabe alguma coisa?”

“Sabe que não consegue ver.”

Arien se levantou.

“Isso não basta.”

“Às vezes é quando a gente se sabe cego que começa a enxergar.”

“Pode detê-la?”

“Posso ganhar algum tempo. Mas, se eu tentar silenciar um órgão público, ficará evidente que tenho medo das perguntas.”

Arien foi até a janela.

Nitra se estendia lá embaixo. Milhares de luzes, milhões de pessoas, sistemas que mediam o trânsito, a energia, a produção, o tempo, a saúde, a segurança.
Uma civilização que via quase tudo.

E não sabia que alguém a observava para descobrir quanto tempo levaria para compreender a própria morte.

“Mareia”, disse Arien.

Kael não respondeu.

“Deve ter sido ela quem começou.”

“Por quê?”

“Ela conhece os arquivos das famílias.”

“E conhece o senhor.”

Arien se virou bruscamente.

Kael prosseguiu, tranquilo:

“Quem conhece um agressor às vezes percebe o que ele pretende antes de um analista.”

“Não sou um agressor.”

Kael olhou para ele.

Não havia desprezo naquele olhar.

Isso foi pior.

“Não sou”, repetiu Arien.

“Então o senhor não vai se incomodar se examinarem suas decisões.”

“Minhas decisões estão protegidas.”

“É exatamente com isso que o senhor conta.”

Kael saiu.

Arien ficou diante da janela.

A análise voltou a aparecer sobre a mesa.

Um intervalo.

O tempo que uma civilização perderia entre ver e se permitir dizer.

Enquanto isso, na Camada, Nerai enviava os primeiros pedidos.

Para Therinith.

Para Xanos.

Para dois estados de Aménia.

Para a administração dos centros de computação de Thaeron.

Cada pedido trazia uma formulação jurídica diferente, porque cada estado reconhecia um fundamento distinto para o acesso a dados protegidos.
As primeiras respostas chegaram naquela mesma noite.

O projeto está em conformidade com a legislação local.

Não há obrigação de divulgar a identidade do proprietário final.

A relação comercial é protegida por sigilo.

Os cálculos não continham dados que permitissem a identificação direta de uma pessoa.

Não foi demonstrado risco iminente.

Taren as leu uma por uma.

"Todos têm razão."

"Têm", disse Nerai.

"E mesmo assim você não acredita."

Nerai olhou para o mapa biológico de Mareia e para seu próprio mapa financeiro.

Estavam lado a lado.

Não se podia juntá-los por completo. Entre eles havia leis que protegiam a saúde, o patrimônio, a pesquisa, o comércio, a privacidade.
Cada lei zelava por algo que merecia proteção.

Pela primeira vez, Nerai se fez a pergunta que anos mais tarde repetiria diante de todo o planeta:

O que acontece quando tudo aquilo que nos protege acaba por dar abrigo justamente à pessoa de quem deveria nos proteger?

Ainda era cedo para uma resposta.

Arien, porém, já a conhecia.

Ganha-se tempo.

Não muito.

O bastante.

22. Exceções

Toda lei tem um limite.

E quase todo limite tem uma porta.

Às vezes ela se chama interesse público urgente.

Às vezes, necessidade científica.

Às vezes, preservação da vida.

Às vezes, segurança do Estado.

Essas portas não existem para dar passagem a criminosos. Existem porque nenhuma lei é capaz de prever todas as circunstâncias em que cumpri-la à risca faria mais mal do que bem. Quando um hospital está em chamas, o socorrista não pede a cada paciente que autorize a transferência de seu prontuário.

Quando há ameaça de epidemia, os laboratórios podem trocar informações com mais rapidez do que em tempos de pesquisa rotineira.
Quando falha um sistema vital em Thaeron, os técnicos recebem acesso temporário a informações que em circunstâncias normais não veriam.
A exceção era a maneira de a lei admitir que a vida é mais complexa que a regra.

Kael Thorne sabia que as portas têm ainda outra característica.

Podem ser abertas dos dois lados.

Num escritório de advocacia na periferia sul de Nitra, trabalhavam nove especialistas. Não sabiam que trabalhavam para Kael. Formalmente, a Fundação para a Resiliência Sanitária Planetária os contratara para estabelecer diretrizes de cooperação entre instituições de pesquisa numa futura crise sanitária.
A equipe se dividiu.

Um grupo se ocupou da privacidade das famílias.

Outro, das relações entre os dois planetas.

Outro, dos deveres dos laboratórios.

Outro, dos direitos das empresas.

O último, da responsabilidade dos estados em relação às regiões ameaçadas.

Nada disso era ilegal.

Pelo contrário.

Depois das epidemias do passado, esses estudos eram muito procurados. Elarion dispunha de toda sorte de tecnologias, mas seus sistemas jurídicos ainda datavam de uma época em que as doenças se moviam mais devagar do que as decisões dos governos.
A chefe da equipe jurídica se chamava Ilyra Senn.

Era selenita e dedicara a vida inteira ao direito sanitário. Quando jovem, perdera o pai numa epidemia regional em que dois hospitais se recusaram a compartilhar informações por não chegarem a um acordo quanto ao fundamento legal.
Para ela, uma regra ruim podia matar tanto quanto uma doença.

Por isso aceitara o trabalho.

"Nosso trabalho", disse ela à equipe na primeira reunião, "é impedir que, em plena crise, quarenta estados fiquem mandando formulários uns para os outros enquanto as pessoas morrem."
Ninguém naquela sala teria o que objetar.

Ao cabo de algumas semanas, ficou pronto um conjunto de normas para exceções temporárias.

O acesso aos dados seria restrito a uma finalidade específica.

Cada uso ficaria registrado.

Seria vedado cruzar dados além do autorizado.

Os resultados seriam anonimizados.

As exceções expirariam assim que o projeto terminasse.

Ilyra incluiu ainda uma condição.

Se vários projetos estudarem aspectos correlatos de um risco à população ou à saúde pública, caberá a um órgão competente avaliar sua finalidade conjunta.
Incluiu a cláusula na minuta e a enviou ao contratante.

Dois dias depois, o documento voltou às suas mãos.

A condição tinha sido reformulada.

O órgão competente apreciará, em cada caso, se lhe cabe avaliar o conjunto.
Ilyra pôs as duas frases lado a lado.

A diferença era pequena.

Na versão dela, o órgão tinha a obrigação de agir.

Na nova versão, já não era assim.

E ela não conseguia imaginar quem assumiria a responsabilidade.

“Quem alterou esse trecho?”, perguntou.

O administrador abriu o histórico do documento.

“Um parecerista externo da fundação.”

“Nome?”

“Protegido por contrato.”

“Advogado?”

“Consultor de investimentos internacionais.”

Ilyra se recostou.

“O setor de investimentos não tem nada que dar palpite em normas de saúde.”

“Ele alega que a redação original pode prejudicar a pesquisa independente ao vincular projetos que nada têm a ver uns com os outros.”
Era um argumento sensato.

Submeter automaticamente toda pesquisa semelhante a uma investigação conjunta poderia levar à centralização dos dados, atrasar avanços da medicina e lançar suspeitas sobre cientistas só por estudarem a mesma coisa.
Ilyra rejeitou a alteração.

A fundação lhe devolveu o texto com outra justificativa.

Ilyra voltou a rejeitá-la.

Na terceira vez, informaram que o ponto controvertido ficaria para uma etapa posterior.

As demais normas foram aprovadas.

A proteção não fora suprimida.

Só adiada.

No edifício da Camada, Nerai recebeu a resposta do primeiro fundo.

Não era possível divulgar o nome do proprietário final, pois o dado solicitado era dispensável à avaliação da transação em questão.
O segundo estado respondeu que o vínculo entre os projetos financiados era genérico demais.

De Thaeron veio a informação de que o centro de computação trabalhara exclusivamente com modelos anonimizados e desconhecia o destinatário final dos resultados.
“Como um centro desses pode não saber quem é seu cliente?”, perguntou Mareia.

Sua imagem pairava sobre a mesa de Nerai. Estava em casa, mas, atrás dela, continuavam abertas as camadas dos arquivos das famílias. Também ela varava a noite no trabalho, outra vez.
“Conhece a pessoa com quem negociou”, respondeu Nerai.

“E essa pessoa?”

“Afirma ter respondido a uma empresa.”

“E a empresa?”

“Remete a pergunta à fundação.”

“E a fundação?”

“Tem um conselho.”

“Nerai.”

“Não sei.”

Mareia baixou os olhos.

“Então não saímos do lugar.”

“Saímos, sim. Pelo menos quatro projetos, ligados a organizações diferentes, empregam expressões semelhantes nos documentos. Há dinheiro de fundos que já apareceram no caso da Vesta. E há trabalhos que foram feitos em Thaeron.”
“E sabemos que pode ser tudo inocente.”

“Sim.”

“O nome de Arien?”

Nerai fez uma pausa.

“Em lugar nenhum.”

Mareia assentiu, mas não se viu alívio em seu rosto.

“Me diga exatamente por que você pensa nele”, pediu Nerai.

“Já escrevi isso para você.”

“Você escreveu que ele entende de gente como quem entende de mecanismos.”

“E entende.”

“Isso não basta.”

“Eu sei.”

“Preciso de coisas concretas.”

Mareia se levantou e foi até a janela. Atrás dela viam-se Nitra à noite e o rio cortado pelas luzes das pontes.

“Quando estávamos juntos, ele queria saber de tudo. Onde eu estava. Com quem. Por que eu tinha dito alguma coisa. Por que eu tinha ficado calada. Não eram as informações que ele queria. O que ele queria era que não existisse nada que não coubesse na imagem que ele tinha.”

Nerai ficou calada.

“Quando eu fui embora, primeiro ele implorou”, prosseguiu Mareia. “Depois ficou com raiva. Depois começou a me acusar. E por fim parou.”

“Parou de procurar você?”

“Não. Parou de falar como alguém que quer recuperar o que perdeu.”

“E como é que ele falava?”

Mareia se virou.

“Como quem decidiu que um dia eu havia de entender.”

Nerai anotou a frase.

“Ele falava de Jesair?”

“Sim.”

“Fez alguma ameaça?”

“Direta, não.”

“Mareia.”

“Ele disse que gente como Jesair finge que suas decisões pertencem a todos, mas deixa que outros arquem com as consequências. Disse que um dia se veria o preço de os aurelianos serem tão especiais.”

Taren, sentado fora do campo de visão, ergueu a cabeça.

Nerai lhe pediu silêncio com os olhos.

“Por que não me contou antes?”, perguntou.

“Porque não queria que toda suspeita de uma mulher sobre o ex-companheiro tivesse que virar uma investigação. E tinha medo de estar apenas projetando meu medo em projetos de outras pessoas.”

“O medo não é prova”, disse Nerai.

Mareia assentiu.

“Mas pode apontar uma direção.”

“Sim.”

Nerai disse a palavra com cuidado.

Em seu trabalho, havia dois tipos de erro.

O primeiro era suspeitar de alguém que não tinha feito nada.

O segundo, descartar uma suspeita só porque vinha de uma experiência pessoal que não cabia numa tabela.

A análise devia proteger contra o preconceito.

Isso não a autorizava a fingir que o que uma pessoa sabe da violência nada vale até a violência aparecer nos livros contábeis.

“Não vou abrir uma investigação sobre Arien”, disse Nerai. “Ainda não.”

Mareia apertou os lábios.

“Mas vou pedir que se avalie o risco dos projetos em conjunto. Sem mencionar o nome dele.”

“E se ele não aparecer no sistema?”

“Vou saber apenas o que sei agora.”

“Que você não consegue ver.”

“Sim.”

Quando a ligação terminou, Taren chegou mais perto.

“Você acha que é ele.”

“Acho que Mareia tem motivos concretos para ter medo dele.”

“Isso não é uma resposta.”

“Porque eu não tenho uma.”

Nerai preparou um pedido de avaliação temporária das relações de risco.

Solicitou autorização para cruzar metadados financeiros, objetivos de pesquisa e informações públicas sobre o acesso aos arquivos aurelianos.
O pedido não incluía os registros médicos em si.

Os resultados biológicos continuariam sob proteção.

Nerai só queria saber quem financiara as perguntas e a quem tinham dado o direito de reunir as respostas.

Mandou o pedido ao conselho superior.

A resposta chegou de manhã.

Fundamentação jurídica insuficiente.

Os projetos submetidos à apreciação pertencem a jurisdições distintas e não há provas de que atendam a uma finalidade comum.
Nerai leu a frase várias vezes.

Não há provas de que atendam a uma finalidade comum.

Ora, era precisamente essa finalidade que não podia demonstrar sem ter o direito de examinar os projetos em conjunto.

“Um círculo”, disse Taren.

“Não.”

Nerai se levantou.

“Um círculo pelo menos tem um centro comum. Temos aqui um sistema que finge que o centro não existe.”

Enquanto isso, no escritório de advocacia, Ilyra Senn assinava a versão final das normas.

Não ficou satisfeita.

No parecer que acompanhava o documento, escreveu:

O maior perigo não está no abuso de uma exceção isolada. Está no efeito conjunto de várias exceções legais, cuja finalidade comum escapa a todos os órgãos de controle.
O parecer foi arquivado.

A fundação acusou recebimento.

As normas foram aprovadas.

As exceções abriram suas portas.

Cada uma por um bom motivo.

Houve quem comemorasse o amparo dado à pesquisa.

Houve quem visse os dois planetas mais próximos.

Houve quem julgasse mais seguro o próprio trabalho.

Houve laboratórios que se sentiram respaldados.

E houve quem começasse a se preparar para o dia em que a população precisasse de socorro.

Nenhuma exceção, sozinha, abriu caminho para a catástrofe.

Abriram-no quando se puseram uma atrás da outra.

Uma porta.

Atrás da porta, outra porta.

E atrás dela, mais uma.

E no fim, um homem cujo nome não estava gravado em nenhuma das chaves.

23. O último pagamento

O último pagamento foi o menor.

O último pagamento se destinava a algo bem mais prosaico.

Quem o recebia não era um laboratório, nem um centro de computação, nem um gestor de dados genéticos.

Não custeava pesquisas biológicas, pareceres jurídicos ou sensores médicos.

Era uma taxa administrativa por um serviço que ficaria à disposição.

Era menor que a receita diária de um dos restaurantes maiores da Vesta.

Quem o enviara fora uma empresa registrada em Saranstan.

O destinatário trabalhava no anel orbital.

A finalidade era legal.

Serviços de apoio em situações de emergência.

Hospitais, seguradoras, estados e fundações recorriam a esse tipo de serviço. Em momentos de crise, contavam com ele para prestar auxílio a quem precisava.
Nada havia de incomum no pagamento.

A não ser que, sem ele, faltaria uma peça no mapa de Arien.

O coordenador financeiro da casa Thorne lhe enviou a confirmação.

Todas as camadas contratuais estão ativas.

Arien leu a mensagem e a fechou.

Estava sentado no apartamento onde um dia vivera com Mareia.

Depois que ela se foi, mandou tirar quase tudo o que ela tinha escolhido. Aos poucos. Primeiro, as plantas. Depois, o quadro junto à janela. Por fim, a mesa baixa em que vivia esbarrando, embora Mareia dissesse que o problema não era a mesa, e sim a incapacidade dele de olhar por onde andava.
Restou uma tigela.

Uma tigela comum, azul-escura, de borda irregular. Mareia a comprara no mercado da parte antiga de Nitra. Dizia gostar dela por ter uma imperfeição que não tentava esconder.
Arien nunca a usava.

Deixara-a ali como prova de que conseguia viver ao lado de algo que lhe trazia Mareia à lembrança.

Na verdade, era a prova do contrário.

Um aviso se acendeu na parede.

Mareia Lioren solicita um encontro pessoal.

Arien ficou um bom tempo olhando para o aviso.

Depois sorriu.

Abriu a mensagem.

Preciso conversar com você sobre os projetos de pesquisa que envolvem os aurelianos. Sugiro o jardim público da margem norte. Amanhã, depois do pôr do sol.
Não havia súplica ali.

Nem medo.

Arien releu a mensagem.

Sempre admirara a capacidade dela de escrever frases sem um único ponto fraco. Como se primeiro pusesse cada palavra diante de si e a examinasse de todos os lados, para só então permitir que outra pessoa a visse.
Aceitou.

No dia seguinte, o jardim da margem norte estava quase vazio.

Ali cresciam árvores trazidas de toda parte de Elarion. Algumas precisavam de solo tratado, outras de um teor exato de umidade ou de abrigo contra o inverno local. O jardim era a prova de que uma civilização podia criar um espaço comum até para coisas que, na natureza, nunca cresceriam lado a lado.
Mareia esperava junto ao espelho-d'água.

Enquanto Arien se aproximava, ela lhe observava as mãos.

Não estavam cerradas.

Ele vinha sem pressa.

Trazia no rosto a expressão que ela mais temia. A calma de quem já não precisa impor nada naquele instante, pois acredita que o tempo trabalha a seu favor.
"Mareia."

"Arien."

Ele parou a alguns passos dela.

“Não esperava que você ainda fosse me pedir para nos vermos.”

“Nem eu.”

“Jesair sabe que você está aqui?”

Mareia sentiu o corpo se enrijecer.

Sem sobressalto.

Daquele jeito antigo.

A memória da pele.

“Não vim falar de Jesair.”

“Claro.”

“Chegaram aos arquivos médicos vários pedidos relacionados à saúde dos aurelianos e ao que aconteceria com eles numa epidemia.”
Arien franziu ligeiramente a testa.

“E daí?”

“Alguns são financiados por fundações ligadas a organizações financeiras em que você trabalhou.”

“Trabalhei em centenas de organizações.”

“Exato.”

“Isso é uma acusação?”

“Uma pergunta.”

“Então pergunte.”

Mareia olhou nos olhos dele.

“Você está financiando pesquisas sobre as famílias aurelianas?”

“Não.”

Respondeu depressa demais.

Não como alguém tomado de surpresa.

Como alguém que já fizera a si mesmo aquela pergunta.

“E indiretamente?”

“Não sei tudo o que financiam todos os fundos para os quais já trabalhei.”

“Você tem poder de decisão em alguma das fundações de proteção?”

“Não.”

Era verdade.

Mareia percebeu.

E foi justamente por isso que insistiu.

“E pode influenciar quem tem?”

Arien sorriu.

“Essa é uma categoria jurídica bem curiosa.”

“Não estou perguntando no sentido jurídico.”

“Então está perguntando sobre o quê?”

“Sobre você.”

O sorriso sumiu do rosto dele.

“Até que enfim.”

“Não vim reabrir o passado.”

“Não. Veio saber se eu me tornei mau o bastante para que, olhando para trás, sua partida pareça inevitável.”

“Ela se tornou inevitável no dia em que você me bateu.”

Arien desviou os olhos.

“Você sempre reduz tudo a um instante.”

“Não. Você é que vive tentando dissolver aquele instante em tudo o que houve antes e depois.”

“Porque uma pessoa não é um único instante.”

“Mas há instantes que mostram quem a pessoa é.”

Um vento atravessou o jardim. As folhas de árvores de vários continentes se moveram todas ao mesmo tempo, cada qual com seu rumor.

Arien chegou mais perto.

Mareia sustentou o lugar, mas a mão, sem que desse por isso, se aproximou do comunicador pessoal.

Ele percebeu.

“Você ainda tem medo de mim.”

“Tenho.”

A resposta o atingiu.

Esperava resistência.

Esperava uma acusação.

Talvez até desprezo.

Não a verdade, assim, tão simples.

“E mesmo assim veio sozinha.”

“Não estou sozinha.”

Arien olhou em volta.

“Jesair?”

“Não.”

Mareia indicou o jardim, os sistemas de segurança pública, as pessoas ao longe.

“O mundo.”

Arien soltou um riso breve.

“É exatamente isso que não suporto em vocês dois.”

“Isso o quê?”

“Essa certeza de que o mundo está do lado de vocês.”

“O mundo não está do lado de ninguém.”

“Mas vocês agem como se o simples fato de estarem à vista os protegesse.”

“Devia proteger.”

“Nem tudo o que as pessoas veem elas entendem.”

“Por isso estou perguntando.”

A voz de Arien endureceu.

“Já é tarde para perguntar.”

Mareia não se moveu.

“Perguntar o quê?”

“Se as decisões pessoais permanecem pessoais.”

“Você já me escreveu essa frase.”

“E você ainda não a entendeu.”

“Então explique.”

Arien a olhava.

Não havia arrependimento em seus olhos.

Havia a necessidade de que, enfim, ela visse o mundo como ele o via.

“Você foi embora”, disse ele. “Escolheu Jesair. Depois vocês começaram a dizer que o valor não deve andar à sombra, que tudo o que é grande tem de estar à vista, que gente como eu tem de mostrar as mãos.”

“Jesair não estava falando de você.”

“Nem precisava.”

“E o que isso tem a ver com a pesquisa sobre os aurelianos?”

Arien se calou.

“O que você está fazendo?”, perguntou Mareia.

“Nada que os sistemas de vocês não permitam.”

“Você não respondeu.”

“É a única resposta de que você precisa.”

“Arien.”

“A vida inteira vocês olharam para esse círculo dourado e viram nele a prova de que eram especiais.”

“Eu nunca vi nada disso nele.”

“Nem precisava. Outros viram por você.”

“Quem?”

“Gente que espera por Jesair como se ele fosse alguma verdade antiga que voltou ao mundo. Gente que acha que sua linhagem tem o direito de dizer ao planeta inteiro como viver.”

“Jesair recusa todos os que querem fazer dele um mito.”

“E é justamente por isso que o amam ainda mais.”

Mareia sentiu um frio.

Não vinha de nada concreto.

Só daquela impressão de que ele estava preparado demais.

Frases demais soando como a conclusão de uma conversa que ela ainda nem sabia que havia começado.

“O que vai acontecer?”, perguntou.

Por um instante, Arien perdeu o domínio de si.

“Quando as casas de vocês começarem a fechar, uma por uma, talvez você entenda de uma vez que não existem decisões pessoais.”

O silêncio que se fez depois daquela frase foi absoluto.

Mareia ouvia a água.

O vento.

A própria respiração.

O deslize de Arien.

“E por que iriam fechar?”, perguntou.

O rosto de Arien mudou.

Quase nada.

Mas ela o conhecia.

“Estou falando em termos gerais.”

“Não.”

“Das consequências para a sociedade.”

“Você disse ‘as casas de vocês’.”

“As casas políticas aurelianas. As instituições das famílias.”

“Uma por uma.”

“É modo de dizer.”

“Seu, não.”

Arien chegou ainda mais perto.

“Cuidado, Mareia.”

Desta vez ela recuou.

Não por fraqueza.

Para voltar a pôr espaço entre os dois.

“Isso é uma ameaça?”

“Um aviso.”

“Contra o quê?”

Arien abriu a boca.

Depois fechou.

Por um instante, ela reconheceu no rosto dele o homem de antes. O homem incapaz de admitir que não controlava inteiramente a imagem que ela fazia dele. O homem que queria recolher a frase para dentro de si porque se dera conta de que ela agora estava à vista.
“Contra as consequências do mundo que vocês estão construindo”, disse ele afinal.

Mareia o fitou por mais um momento.

“Não sei o que você está fazendo”, disse ela. “Mas sei que já não tem medo do futuro. Fala como se o conhecesse.”
Virou-se.

“Mareia.”

Ela parou, sem se voltar.

“Jesair não vai proteger você de tudo.”

“Ele nunca disse que iria.”

“Quando chegar a hora em que ele não for capaz de proteger nem os seus, lembre-se de que eu lhe disse isso.”
Mareia seguiu andando.

Não correu.

Só depois de passar pelo primeiro grupo de árvores, já fora da vista de Arien, foi que suas mãos começaram a tremer.

Abriu uma ligação com Nerai.

Não esperou ouvir a voz da irmã.

“Você tinha razão”, disse Nerai, sem dar boa-noite. “Não devia ter ido sozinha.”

“Ele disse que as casas aurelianas vão começar a fechar.”

Do outro lado, fez-se silêncio.

“Exatamente.”

“O que foi que ele disse, exatamente?”

Mareia repetiu a frase.

Depois, a outra.

Jesair não vai proteger você de tudo.

Quando ele não for capaz de proteger nem os seus.

Nerai anotou.

“Temos uma gravação?”

“Não. O sistema de segurança pública registra condutas de risco. Não grava conversas particulares, a menos que haja violência.”

“Ele encostou em você?”

“Não.”

“Fez alguma ameaça?”

“Disse que estava me avisando.”

“Isso não basta para prendê-lo.”

“Não quero que você o prenda.”

“O que você quer, então?”

Mareia parou sob uma árvore do arquipélago do sul. As folhas largas retinham a luz e debaixo delas era quase escuro.

“Que você encontre o dinheiro.”

Nerai encerrou a ligação e abriu imediatamente todas as respostas que a Camada recebera.

Taren veio até sua mesa.

“O que houve?”

“Precisamos de uma medida de urgência.”

“Para quê?”

“Suspender temporariamente os projetos até que se esclareça sua finalidade conjunta.”

“Com base no que um homem disse?”

“Com base no que disse um homem que pode ter um vínculo oculto com o financiamento.”

“Que pode.”

“Sim.”

Taren leu o relato de Mareia.

“O conselho superior não vai aprovar.”

“Então vamos à autoridade sanitária.”

“Vai dizer que não demonstramos risco biológico.”

“O comitê de ética.”

“Vai dizer que os projetos foram aprovados.”

“O Ministério Público interestadual.”

“Vai dizer que não sabemos qual é o crime.”

Nerai olhou para ele.

“Então a quem se leva uma catástrofe antes que ela vire crime?”

Taren não respondeu.

Nerai preparou um requerimento extraordinário.

Anexou o mapa dos projetos.

Os vínculos financeiros.

O depoimento de Mareia.

A análise do risco que os projetos poderiam representar em conjunto.

Enviou tudo ao conselho superior, à autoridade sanitária e ao órgão de defesa dos direitos genéticos.

Pediu que se suspendessem temporariamente os novos acessos a dados aurelianos e que se bloqueassem os recursos ainda não desembolsados.

O sistema recebeu o requerimento.

Atribuiu-lhe caráter de urgência.

O prazo para a análise preliminar era de setenta e duas horas.

Enquanto isso, no anel orbital, o último pagamento chegava ao destinatário.

O sistema verificou a moeda.

Fez a conversão.

Consultou as listas de sanções.

Conferiu a procedência do pagador imediato.

Não encontrou motivo para recusa.

O pagamento foi concluído em onze segundos.

Todas as camadas contratuais estão ativas.

Arien recebeu a confirmação pouco depois de voltar do jardim.

Estava diante da tigela azul-escura que um dia Mareia trouxera para seu apartamento.

Com um golpe, atirou-a da mesa.

A tigela bateu no chão.

Não se quebrou.

Quicou, virou e ficou caída de lado.

Arien olhava para ela com uma raiva crescente.

Até a imperfeição dela sobrevivera ao golpe.

Abriu uma ligação com Kael sem aguardar convite.

Kael apareceu sobre a mesa de trabalho.

"Mareia sabe."

"Sabe o quê?"

"Sabe que algo está por acontecer."

"É diferente."

"Ela esteve na Camada."

"Isso nós sabemos."

"Eu me encontrei com ela."

O rosto de Kael continuou sereno.

"Por quê?"

"Ela queria respostas."

"E o senhor deu?"

"Não."

"O que disse?"

Arien ficou calado.

Kael repetiu a pergunta.

Mais devagar desta vez.

Arien lhe contou o que dissera sobre as casas que iam fechar.

Kael não moveu um músculo.

"O senhor é um imbecil."

“Ela não pode provar nada.”

“Não é só por meio de provas que uma pessoa sabe alguma coisa.”

“O projeto está pronto.”

“Isso não responde à pergunta.”

“O último pagamento foi feito.”

Kael o encarou.

“Pare tudo.”

Arien ficou imóvel.

“O quê?”

“Suspenda tudo o que falta. Espere a poeira baixar.”

“Não podemos.”

“Podemos perder dinheiro.”

“Agora já não dá para voltar atrás sem responder pelo que fizemos.”

Kael fechou os olhos.

Pela primeira vez desde que Arien o conhecia, pareceu cansado.

“Que proporções o senhor autorizou que isso tomasse?”

“Não autorizei proporção nenhuma.”

“Não brinque comigo.”

“Os modelos têm limites.”

“Que limites?”

“O objetivo é uma crise.”

“Quantas pessoas?”

“Não dá para saber com exatidão.”

Kael se inclinou para a imagem.

“Quantas?”

Arien não respondeu.

Naquele silêncio, Kael compreendeu mais do que desejava.

Fora ele quem abrira as portas do dinheiro.

Ele quem pusera as fundações à disposição.

Ele quem ajudara Arien a se esquivar da responsabilidade pelo todo.

Convencera a si mesmo de que preparavam uma crise que acabaria com a força política de Jesair e deteria a transparência antes que ela virasse lei.

Com pleno conhecimento de causa, ajudara um homem que odiava.

Só se recusara a admitir até onde o ódio podia chegar quando recebia um orçamento, capacidade de cálculo e tempo.

"Pare tudo", repetiu.

"Não."

"Não foi um pedido."

"O senhor já não é o único que tem o mapa."

O rosto de Kael endureceu.

"Sem os meus homens, o senhor não teria nada."

"Seus homens já fizeram o trabalho deles."

Kael compreendeu uma última coisa.

Arien não precisava mais dele.

A ligação terminou.

No edifício da Camada, o requerimento extraordinário de Nerai continuava aceso.

Aguardava análise jurídica.

Ao lado, sobre a mesa, estava o mapa do dinheiro, com uma porção de pequenos pagamentos que, isolados, tinham todos uma explicação.

Nerai sabia que, se estivesse errada, poderia prejudicar pesquisas, instituições e gente inocente.

Se estivesse certa, setenta e duas horas talvez fossem tempo demais.

Não sabia o que ia acontecer.

Não sabia onde.

Não sabia como.

Sabia apenas que o homem que um dia apertara o pulso de Mareia falara em casas aurelianas fechadas antes que alguém tivesse motivo para fechá-las.

E, em algum lugar na contabilidade do planeta, o último pagamento acabava de ser efetuado.

24. A primeira febre

O menino se chamava Elan.

Tinha seis anos, e o círculo dourado só se mostrava quando ele chorava ou se concentrava muito.

A mãe dizia que o vira pela primeira vez logo depois que o filho nasceu. Os médicos lhe disseram que era impossível, pois nas crianças a marca aureliana costumava aparecer mais tarde.
Ela, porém, tinha certeza.

As mães têm suas certezas até a respeito do que não se pode provar.

Moravam numa cidade pequena nos arredores de Auriola. Não era uma casa de linhagem ilustre nem um lugar que atraísse visitantes em busca de vestígios das antigas lendas aurelianas. Era uma casa comum, com uma cozinha clara, um jardim pequeno e uma parede na qual Elan desenhava naves de transporte, por mais que os pais o proibissem.
Naquela manhã, ele não quis levantar.

A mãe o encontrou encolhido debaixo da coberta.

“Elan.”

O menino abriu os olhos.

O círculo dourado brilhava.

Não estava fino e delicado como de costume.

Era um traço contínuo de luz em volta da pupila.

“Estou com frio”, disse ele.

Tinha a pele quente.

O sistema doméstico de saúde fez as medições básicas. Temperatura alta. Pulso acelerado. Ligeiras alterações nos marcadores inflamatórios.
A recomendação foi tranquila.

Hidratação.

Repouso.

Novo exame em duas horas.

Circulavam pela região algumas das doenças habituais daquela estação. Elan não apresentava nenhum sintoma que fizesse pensar de imediato em algo grave.
Ainda assim, a mãe telefonou para a médica da cidade.

“O círculo está brilhando muito”, disse.

A médica sorriu.

“Isso acontece quando a febre sobe.”

“Assim, não.”

“A febre nem sempre se manifesta do mesmo jeito.”

“Ele é aureliano.”

“Eu sei.”

“Não pode ter alguma relação?”

A médica fez uma breve pausa.

“Com o quê?”

A mãe não soube responder.

Não tinha o nome de uma doença.

Não tinha outros casos.

Tinha apenas um filho que conhecia melhor do que a si mesma.

A médica pediu um exame mais detalhado.

Duas horas depois, Elan estava mais fraco.

O sistema de saúde elevou o nível de atenção.

Ao cabo de quatro horas, recomendou a remoção.

O módulo de socorro chegou em silêncio. Os dois socorristas vestiam trajes de proteção. Não que temessem algum contágio desconhecido. Usavam aquele equipamento sempre que atendiam alguém com febre de origem incerta.
A mãe de Elan foi com ele.

O pai ficou à porta, vendo o módulo partir.

Na parede do quarto do menino ficaram as naves desenhadas de azul.

No hospital, o caso de Elan recebeu um código de identificação.

AUR-N-77104.

As primeiras letras não queriam dizer aureliano.

Eram o código da região e do hospital.

Foi uma daquelas pequenas ironias de que as pessoas só se deram conta muito tempo depois.

A IA médica comparou seu quadro ao de milhões de casos anteriores.

Não encontrou correspondência exata.

Nada de incomum.

O corpo humano produzia uma variedade quase infinita de alterações, a maioria das quais não indicava uma doença nova.

O sistema atribuiu ao caso uma classificação provisória:

Reação inflamatória aguda inespecífica.

Encaminhou o caso à vigilância regional.

Não como alarme.

Como um dado.

A cento e oitenta quilômetros dali, naquele mesmo dia, uma senhora acordou com febre.

Era aureliana.

Morava sozinha.

Seu sistema doméstico considerou o quadro uma infecção comum e recomendou repouso.

Em Nitra, um rapaz chegou ao hospital com uma fraqueza súbita e intensa. A mãe tinha ascendência mista e o pai era aureliano. O círculo dourado raramente se manifestava nele.

A equipe de saúde não o notou.

Em Sarur, duas irmãs adoeceram.

Em outro estado, um homem que voltava de uma viagem de trabalho.

Os casos não tinham um lugar em comum.

Nem um hospital em comum.

Nem um médico em comum.

Em cada sistema, eram casos isolados.

A IA médica via os sintomas.

Os arquivos das famílias conheciam a ascendência.

Os sistemas de transporte conheciam os deslocamentos.

Os bancos conheciam os pagamentos ligados a projetos que estudavam os aurelianos.

Mas ninguém tinha o direito de pôr todas aquelas informações lado a lado.

Ainda não.

Na Camada, Nerai estava sentada diante do requerimento extraordinário.

Fazia dez horas que o enviara.

Um dos três órgãos pedira informações complementares.

O segundo confirmara o recebimento.

O terceiro informara que convocaria uma comissão.

Taren pousou dois copos na mesa.

“Vá dormir.”

“Não.”

“Já estão examinando o seu pedido.”

“Examinar não é decidir.”

“E você ficar aí sentada não vai encurtar os prazos legais.”

“É por isso que estão errados.”

“Talvez o que haja de errado neles seja proteger as pessoas de você.”

Nerai olhou para ele.

Taren se sentou.

“De um funcionário público que tem uma intuição forte e por causa dela quer abrir todas as contas.”

“Não quero abrir todas as contas.”

“Eu sei. Mas a lei não pode presumir que toda pessoa que vier a ocupar o seu cargo será você.”

Nerai pegou o copo.

“É justamente por isso que precisamos poder ver quem consulta os dados.”

“Você fala como Jesair.”

“Falo como alguém que espera há dez horas que várias instituições decidam se tenho o direito de saber quem está pagando por uma pesquisa que pode pôr em perigo um terço da população.”

Taren abriu as últimas comunicações dos bancos.

“Temos uma transação nova.”

Nerai ergueu os olhos.

“Tem a ver com as fundações?”

“Talvez.”

“Taren.”

“Uma empresa que já encontramos no caso Vesta fez um pequeno pagamento a um prestador de serviços do anel.”

“Finalidade?”

“Um serviço de apoio em caso de emergência.”

“Para qual projeto?”

“Informação protegida por sigilo comercial.”

Nerai abriu a linha do tempo.

O pagamento fora processado pouco antes do encontro de Mareia com Arien.

“Pode ser uma simples medida de precaução”, disse Taren.

“Pode.”

“As fundações trabalham com segurança sanitária.”

“Eu sei.”

“E, depois das epidemias do passado, contratar esses serviços virou rotina.”

“Eu sei.”

“Então por que você está olhando assim para isso?”

Nerai ampliou o mapa.

Os arquivos.

A BIO-IA.

As pessoas nos laboratórios.

Os advogados.

As perguntas.

O último pagamento.

“Porque agora dá para ver até o fim a direção que tudo isso tomou.”

Taren se calou.

“Não temos uma doença”, disse por fim.

“Não.”

“Não temos um alerta de saúde.”

“Não.”

“Não temos prova de que essas coisas estejam ligadas.”

“Não.”

“Então não temos o que deter.”

Nerai contemplou o mapa.

“Temos uma sucessão de atos que em outro sistema teria disparado um alerta.”

“Em que outro sistema?”

“Num que ainda não existe.”

A ligação de Mareia se abriu sem aviso.

A imagem tremia como se ela estivesse andando.

“Nerai.”

“O que foi?”

“Chegou um pedido extraordinário aos arquivos das famílias.”

“De quem?”

“Do hospital de Auriola. Uma criança com febre de origem desconhecida.”

Taren se inclinou para a imagem.

“Uma criança?”

“Por enquanto.”

“Por que estão pedindo os registros da família?”

“O círculo dourado está muito mais nítido que de costume, e há alterações que os médicos não sabem classificar.”

Nerai sentiu que todos os seus pensamentos paravam ao mesmo tempo.

“Pode ter relação com qualquer coisa”, disse Taren.

Mareia assentiu.

“Eu sei.”

“Com febre, a marca das crianças aurelianas costuma ficar mais nítida.”

“Eu sei.”

Nerai olhou as horas.

“Quando registraram o caso?”

Mareia lhe disse.

Algumas horas depois do último pagamento.

A proximidade no tempo não provava nada.

Nerai sabia disso.

A cada hora, em Elarion, faziam-se bilhões de pagamentos e milhares de pessoas adoeciam. Se alguém sobrepusesse dois mapas suficientemente grandes, sempre encontraria acontecimentos que se deram perto um do outro.

“Peça ao hospital que encaminhe o caso à vigilância interestadual”, disse ela.

“Já encaminhou à regional.”

“À interestadual.”

“Com um único paciente o sistema não permite.”

“Então peça ao arquivo das famílias que solicite uma exceção.”

Mareia olhou para ela.

“Não temos base legal para divulgar a ascendência de um paciente fora de sua região.”

A frase ficou entre as duas.

Nerai pensou em todas as exceções que nos últimos meses haviam permitido a projetos anônimos estudar a herança das famílias aurelianas.

Agora que uma criança aureliana estava num leito de hospital com uma febre desconhecida, a lei protegia sua ascendência do sistema que poderia procurar outros casos.

A proteção era justa.

Uma criança não era um dado público.

Sua linhagem não pertencia ao Estado.

Sua doença não devia servir de pretexto para vigiar todo um ramo.

E mesmo assim Nerai tinha a sensação de que alguém, antes delas, já medira aquela exata fronteira.

“Faça o pedido”, disse. “Eu o respaldo com a análise financeira.”

“A análise financeira não tem nada a ver com o paciente.”

“É justamente isso que não sabemos.”

“Nerai, se ligarmos um financiamento suspeito à doença de uma única criança aureliana, sem provas, podemos provocar pânico.”

“E se não ligarmos?”

Mareia não respondeu.

No hospital de Auriola, Elan dormia.

A mãe estava sentada junto à parede transparente do quarto. Os médicos ainda não a tinham afastado de vez do filho, mas lhe pediram que permanecesse na área protegida.

Elan acordou.

“Mamãe.”

Ela encostou a palma da mão na parede.

“Estou aqui.”

“Vem aqui dentro.”

“Daqui a pouco.”

“Estou com frio.”

“Eu sei.”

“Por que não posso ir para casa?”

A mãe sorriu como os pais sorriem quando querem passar ao filho uma certeza que eles próprios não sentem.

“Eles só precisam descobrir o que você tem.”

Elan olhou para a própria mão.

“É porque eu sou dourado?”

A mãe prendeu a respiração.

“Não.”

“Na escola disseram que às vezes o círculo fica doente.”

“Quem falou isso?”

“Alguém.”

“O círculo não é doença.”

“Então por que ele está brilhando tanto?”

Ela não sabia.

Encostou a outra mão na parede.

“Porque seu corpo está lutando.”

“E vai ganhar?”

“Vai.”

Respondeu sem hesitar.

As mães têm certezas até a respeito do que ainda está por se decidir.

Enquanto isso, a IA médica regional recebeu o quarto caso.

Depois o quinto.

Cidades diferentes.

Idades diferentes.

Alterações parecidas.

O sistema identificou uma correlação estatística fraca.

Possível característica hereditária comum.

Não fez do aviso um alarme público.

Antes era preciso descartar distorções geográficas, ambientais e diagnósticas.

Depois dos antigos episódios de discriminação, era proibido atribuir risco a um ramo genético com base apenas numa amostra pequena.

O sistema solicitou mais dados.

Um hospital os forneceu.

Outro aguardava o consentimento do paciente.

O terceiro usava um padrão de dados diferente.

O quarto pertencia a um estado que não permitia a comparação automatizada de características genéticas entre países.

A máquina via o contorno.

A lei não a deixava traçar a linha.

Tarde da noite, Jesair recebeu uma mensagem de Auriola.

Conhecia a família de Elan. Não intimamente, mas o bastante para se lembrar do menino que, numa reunião das famílias, lhe perguntara se o círculo dourado via coisas melhores do que os olhos comuns.
Naquele dia, Jesair respondera que o que os olhos veem não depende da cor, e sim da coragem de quem olha.

Agora, em pé junto à janela da casa dos Davion, escutava a mãe de Elan.

"Não me deixam chegar perto dele", disse ela.

"Está em isolamento?"

"Por enquanto é só uma precaução."

"O que dizem os médicos?"

"Que não sabem."

Havia algo na voz dela que Jesair conhecia.

Não era pânico.

Era o lugar em que se está logo antes.

"Vou até aí", disse ele.

"Não."

A resposta veio brusca.

"Você é aureliano."

Jesair ficou calado.

"Desculpe", disse ela. "É que... se for alguma coisa... a gente não sabe."

"Eu entendo."

"Elan perguntou por você."

"Diga que estou com ele."

"Mas você não está."

Jesair tocou o vidro da janela.

Lá fora Auriola repousava no escuro. As casas antigas, os vales, os arquivos das famílias e os caminhos que gerações de gente com o círculo dourado tinham percorrido.
"Às vezes a gente pode estar com alguém mesmo daqui onde está", respondeu.

Quando a ligação terminou, ficou sozinho.

Por um instante uma imagem lhe surgiu diante dos olhos.

Desta vez, na visão, não estavam o hospital nem Elan.

Diante dele abria-se um longo corredor dividido por paredes transparentes.

Atrás de cada uma delas havia uma pessoa deitada.

Atrás de cada uma delas havia uma pessoa deitada.

Sobre os leitos brilhavam círculos dourados.

Aos milhares.

Depois, aos milhões.

A imagem desapareceu.

Jesair se agarrou ao batente da janela.

“Não”, disse ao vazio.

Não sabia a quem respondia.

Na Camada, acendeu-se um alerta de saúde.

Não era público.

Era preliminar.

O sistema regional registrara um agrupamento incomum de casos com possível vínculo hereditário. Era preciso investigar melhor.

Nerai não o viu.

O órgão financeiro não tinha acesso aos alertas preliminares de saúde.

Mareia só o viu em parte.

O arquivo das famílias recebeu um pedido de confirmação de parentesco entre as linhagens dos pacientes.

Os hospitais viam seus próprios doentes.

Cada sistema recebeu seu pedaço.

Na mesa de Nerai, brilhava o mapa financeiro do que estava por vir.

Na mesa de Mareia, o mapa biológico das perguntas.

Na rede de saúde, o mapa dos primeiros pacientes.

Entre eles havia leis, jurisdições, autorizações e bons motivos para que ninguém tivesse acesso a tudo.

De manhã, Elan ainda tinha febre.

O número de casos sem explicação subiu para sete.

À tarde, para doze.

Antes do pôr do sol de Elarion, adoeceu a primeira criança em outro estado.

Constava no sistema como um caso isolado.

Na família, tinha nome.

Na história, ainda não.

Mais tarde, as pessoas tentariam encontrar o instante em que começou o Terço.

Apontariam o primeiro pronunciamento público.

O fechamento de Auriola.

O dia em que a rede de saúde pronunciou o nome dos aurelianos.

A primeira cidade atrás de uma parede transparente.

Mas as catástrofes não começam quando a sociedade lhes dá um nome.

Começam antes.

Numa pergunta cujas consequências os inocentes não têm como adivinhar.

Num pagamento que cada banco avalia corretamente.

Numa exceção criada para proteger a vida.

Numa máquina que vê o padrão, mas não tem o direito de reunir os dados.

Num homem que é o único a conhecer o mapa.

E na febre de uma criança à qual ninguém ainda atribui o peso da história.

Elan abriu os olhos.

O círculo dourado brilhava neles mais forte do que antes.

Do outro lado da parede transparente estava sua mãe.

Ela encostou três dedos na parede.

O menino ergueu a mão e fez o mesmo do lado de lá.

Entre sua pele e a dela ficou o vidro.

A primeira parede.

Ainda não havia uma primeira casa fechada.

Mas o primeiro quarto já se fechara.

Parte III: a Peste do Círculo Dourado

25. As casas de Auriola

Ao amanhecer, eram vinte e três.

Vinte e três pessoas com uma febre que os sistemas de saúde não conseguiam classificar com precisão.

Vinte e uma eram aurelianas.

Uma tinha pai aureliano, mas nela o círculo dourado nunca se manifestara de maneira inequívoca.

Sobre a última, uma mulher, o arquivo das famílias nada sabia. Nascera fora de Auriola e nunca tornara pública sua ascendência.
Os casos tinham uma feição diferente em cada hospital.

Num deles estava internada uma criança.

Em outro, uma idosa.

Num terceiro, dois irmãos.

Num quarto, um homem que poucos dias antes trabalhara no anel orbital.

Os sistemas de saúde não associavam os casos por nome, raça ou linhagem. Levavam em conta sintomas, ambiente, datas e fatores de risco conhecidos. Em Elarion, a ascendência estava entre os dados mais sensíveis. Só se podia utilizá-la quando havia uma razão médica clara.
Essa razão não estava confirmada.

Portanto, o sistema não podia presumi-la.

No hospital de Auriola, Elan parou de falar.

Não estava dormindo. De olhos abertos, acompanhava a luz no teto, mas respondia às perguntas apenas movendo os dedos. Um queria dizer sim. Dois, não.
A mãe estava do outro lado da parede transparente.

“Está me ouvindo?”

Um dedo.

“Está doendo alguma coisa?”

Dois.

“Está com frio?”

Um.

A equipe de saúde ajustava o tratamento conforme mudavam os resultados dos exames. O sistema avaliava cada intervenção, comparava-a com milhões de casos, e um médico a conferia.

Ninguém agia às cegas.

E, ainda assim, ninguém sabia contra o que agia.

Elan levantou a mão.

Encostou três dedos na parede.

A mãe fez o mesmo.

Entre os dois havia o vidro, o ar e uma norma que a proibia de entrar.

“Estou aqui”, disse ela.

O menino fechou os olhos.

Naquele dia começaram a se fechar as primeiras casas.

Não por ordem do Estado.

A princípio, espontaneamente.

As casas das antigas famílias aurelianas tinham protocolos de saúde próprios. Alguns remontavam à época em que as doenças se espalhavam mais devagar e se acreditava que os muros da família eram capazes de separar a pureza do mundo lá fora. Nos tempos modernos, os protocolos tinham um valor sobretudo simbólico.

Agora seus velhos portões se fecharam de verdade.

As famílias deixaram de mandar as crianças à escola.

Os trabalhadores ficaram em casa.

Os sistemas domésticos monitoravam a temperatura, os índices sanguíneos e as mudanças no círculo dourado.

Nas redes públicas apareceram as primeiras imagens de olhos.

Fotografias de íris.

Traços dourados ampliados.

As pessoas comparavam as imagens, procuravam diferenças e assinalavam os lugares onde o círculo parecia mais largo, mais luminoso ou descontínuo.
Os profissionais de saúde não se cansavam de alertar que a aparência dos olhos não permitia um diagnóstico confiável.

Ninguém lhes dava ouvidos.

O medo ama os sinais que se deixam ver.

Mareia chegou a Auriola antes do meio-dia.

Jesair a esperava diante da casa dos Davion. Não usava traje de proteção, apenas a máscara simples, de cor clara, exigida pelas regras locais.
"Você não devia ter vindo", disse ela.

"Eu moro aqui."

"Você sabe o que eu quis dizer."

Jesair olhou para as casas fechadas no vale.

"Se eu tiver de ir embora justo agora, então esta casa nunca foi minha."

"Não estou falando da casa."

"Eu sei."

"Estou falando de você."

"Eu também sou aureliano."

"Justamente."

Mareia se aproximou.

"Se o alvo for a nossa linhagem, você corre mais perigo do que qualquer um. É descendente da família mais antiga de que se tem notícia. Não sabemos exatamente o que isso significa."
"Talvez nada."

"Ou talvez tudo."

Jesair a olhava com serenidade.

"Nerai pediu que você me convencesse?"

"Nerai disse que, se eu não conseguir convencer você, vem pessoalmente arrastá-lo daqui."

"Isso eu queria ver."

"Eu não."

O sorriso desapareceu do rosto dele.

Mareia olhou na direção de Auriola.

“Arien falou das casas que iam fechar antes de sabermos de um único caso.”

“Eu sei.”

“Se ele tem alguma coisa a ver com isso...”

“Temos uma suspeita.”

“Eu tenho mais do que uma suspeita.”

“Você conhece o homem.”

“É pouco?”

“Não. Mas não bastou para fazer o mundo parar.”

Mareia baixou os olhos.

Jesair tocou a mão dela.

“A culpa não é sua.”

“Eu vi a direção que as coisas tomavam.”

“E disse o que viu.”

“Tarde demais.”

“Antes da primeira febre.”

“Não foi cedo o bastante.”

Jesair sabia que não adiantava contestar. Não porque ela tivesse razão, mas porque, naquele caso, a culpa não escolhia segundo a verdade. Escolhia por proximidade.
Ninguém tinha estado mais perto de Arien que Mareia.

Por isso ela achava que deveria ter enxergado mais longe que todos.

A casa dos Davion abriu suas portas como centro de coordenação.

Não como hospital.

Não havia ali equipamento nem médicos capazes de tratar a nova doença. Havia espaço, terminais de comunicação, fontes próprias de energia e antigos aposentos subterrâneos que podiam ser isolados do restante da casa.
Jesair recusou a proposta do conselho da família de reservar a casa aos membros das linhagens mais antigas.

“Se abrirmos o portão só a quem tem o nome certo”, disse ele, “não seremos dignos de nenhum dos nomes pendurados em nossas paredes.”

Começaram a chegar famílias que não tinham para onde ir.

Nem todas estavam doentes.

Algumas só estavam com medo.

Uma mãe com dois filhos, a quem os vizinhos haviam pedido que deixasse o prédio onde viviam.

Um velho cujo transporte ao hospital fora cancelado porque um outro estado deixara de receber pacientes de Auriola.

Uma jovem nos últimos meses de gravidez. Seu companheiro era selenita. Segundo os exames genéticos, a criança que ela trazia no ventre seria um menino.

Um menino aureliano.

Estava sentada na antiga biblioteca dos Davion com as duas mãos sobre a barriga.

"A vida inteira quis ter um filho", disse a Mareia. "Agora sinto que o que passei para ele foi uma sentença."

"Você passou a vida para ele."

"E uma marca."

"Uma marca não é doença."

"Então diga isso a quem vai ter medo de olhar para ele."

Mareia se sentou à sua frente.

"Ainda não sabemos o que está acontecendo."

"É justamente por isso que estou com medo."

A mulher olhou para os retratos dos Davion.

"Você acha que eles alguma vez imaginaram que um dia aquele círculo ia significar a morte?"

"Não."

"Então para que servia?"

Mareia olhou para os círculos dourados pintados nos olhos daquelas pessoas de outros tempos.

"Talvez não servisse para nada."

A mulher olhou para ela, surpresa.

“Nem tudo precisa ter uma finalidade”, continuou Mareia. “Nem tudo o que herdamos é uma mensagem. Às vezes é só uma parte do corpo. Um pedaço do caminho que percorremos.”

“E se for para cá que o caminho nos traz?”

Mareia não soube responder.

Já era noite alta quando Nerai chegou.

O módulo de segurança só a deixou entrar em Auriola depois de três verificações. Era selenita, mas a mãe era aureliana e, com os poucos dados de que dispunha, o sistema não conseguia avaliar com segurança se a ascendência mista representava um risco.

“Pelo visto, agora já sou aureliana o bastante para que me examinem”, disse ao entrar na casa dos Davion.

“Quando criança, você teria ficado contente”, observou Jesair.

“Quando criança eu era boba.”

“Quando criança você queria fazer parte.”

“Muitas vezes dá no mesmo.”

Abraçaram-se brevemente.

Nerai abriu de imediato suas camadas de trabalho.

“Temos setenta e oito casos confirmados. Mais de duzentos ainda aguardam classificação. A maioria em Auriola, mas não todos.”

“Quantos aurelianos?”, perguntou Mareia.

“Não sabemos ao certo.”

“Como é que podemos não saber?”

“Nem todos tornam pública sua ascendência. Nem todos os estados a registram do mesmo jeito. Alguns hospitais não a podem informar sem o consentimento do paciente.”

“E o sistema ainda não anunciou que há uma relação genética?”

“O sistema regional assinalou a possibilidade.”

“E o interestadual?”

“Não tem dados confirmados suficientes.”

Mareia soltou um riso indignado.

“De quantos precisam?”

“Depende da qualidade, além da quantidade.”

“As pessoas ardem em febre e as máquinas avaliam a qualidade.”

“As máquinas estão fazendo o que pedimos a elas”, disse Nerai. “Não queríamos que dez casos bastassem para declarar uma raça inteira um risco para a saúde.”

“Agora já são quase oitenta.”

“E daqui a algumas horas podem ser oitocentos.”

O silêncio tomou conta da sala.

Jesair olhou para a irmã.

“Você acha mesmo?”

“Acho que, seja lá o que for, não começou hoje.”

Nerai projetou um mapa.

Os primeiros casos conhecidos ficavam bem distantes uns dos outros.

Alguns estavam ligados por terminais de transporte.

Outros, por laços de família.

Outros ainda, por nada que se pudesse ver.

“Já saiu de Auriola”, disse ela. “Nós é que ainda não admitimos.”

Na parede lateral da casa dos Davion, entrou no ar o noticiário local. “As autoridades confirmam setenta e oito casos de febre de origem desconhecida”, anunciou a apresentadora. “As equipes de saúde desmentem a afirmação de que basta observar o círculo dourado para determinar se houve contágio.”

Numa gravação breve, uma mãe diante de uma escola fechada perguntava por que devia deixar o filho em casa se ele não tinha sintomas. Outro pai apontou para a porta de uma casa aureliana e exigiu que a vigiassem.

Jesair baixou o volume. “Os dois têm medo pelos filhos”, disse. Nerai não respondeu. Em seu mapa já havia mais localidades do que a apresentadora mencionara.

Foi quando chegou uma mensagem do hospital.

O estado de Elan se agravara.

Jesair se levantou.

“Vou até lá.”

“Não”, disseram Mareia e Nerai ao mesmo tempo.

Ele olhou para as duas.

“A mãe dele está sozinha.”

“Tem gente cuidando deles”, disse Nerai.

“Não é a mesma coisa.”

“Se você se contagiar, não vai poder ajudar ninguém.”

“E se eu ficar aqui?”

“Pode conversar com as pessoas. Organizar ajuda. Convencer as famílias a seguir as medidas de proteção.”

“Então tenho de ser uma voz e deixar de ser gente.”

“Você tem de continuar vivo.”

Jesair olhou para o mapa de Auriola.

Depois, para os portões fechados de sua casa.

“Passei a vida ouvindo o que os meus antepassados supostamente eram capazes de fazer. Curavam pelo toque. Entravam nas casas onde os outros tinham medo de entrar. Ficavam com os doentes.”

“E talvez seja por isso que morreram todos”, disse Nerai.

Jesair ergueu os olhos para ela.

Não havia crueldade naquelas palavras.

Só o medo de uma irmã que ainda não queria incluí-lo na contagem.

“Você não precisa provar que é um Davion”, disse ela.

“Não quero provar nada.”

“Então fique.”

Jesair se sentou.

No hospital, a mãe de Elan encostou três dedos no vidro.

Desta vez o menino não ergueu a mão.

Até a meia-noite, outras quarenta e três casas aurelianas se fecharam.

Ao amanhecer, já eram mais de mil.

No começo, eram os próprios moradores que fechavam as portas.

Dentro de poucos dias, seriam outros a trancá-los.

26. Sistemas que não veem o todo

Saira Oren sabia como as máquinas conversavam.

Não com palavras.

Com permissões.

Cada sistema de informação só podia dizer o que a lei lhe permitia. O que guardava importava menos que aquilo que tinha o direito de passar adiante.

Saira era arquiteta de redes interestaduais de dados. Projetava interfaces entre hospitais, seguradoras, registros de saúde e centros de pesquisa. A vida inteira trabalhara para que a informação pudesse circular entre instituições sem fazer da pessoa um objeto de domínio público.

Acreditava nos limites.

Acreditava na separação de competências.

Acreditava que nenhum sistema devia saber tudo sobre uma pessoa.

Por isso Nerai a chamara.

Encontraram-se no centro de crise da União.

Cinco mapas brilhavam nas paredes.

O mapa dos pacientes.

O mapa dos laços de família.

O mapa da capacidade hospitalar.

O mapa dos deslocamentos.

O mapa do financiamento suspeito.

Nenhum estava completo.

E não havia dois que se pudessem sobrepor por inteiro sem autorização.

Saira os examinou por um bom tempo.

“Você quer que eu os reúna”, disse.

“Quero saber se dá para reuni-los.”

“Tecnicamente, sim.”

“E legalmente?”

"Não."

"Nem numa emergência?"

"A emergência sanitária ainda não foi decretada em todo o planeta. A União pode cruzar seus próprios dados, mas não os registros de outros estados. Os arquivos das famílias estão sob um regime de proteção específico. Os dados financeiros, sob outro."

Nerai apontou para o mapa da saúde.

"Só preciso verificar se os pacientes pertencem aos mesmos ramos familiares que aparecem nos pedidos de pesquisa sob investigação."

"Só?"

"Não quero os nomes deles."

"Uma correspondência, mesmo sem nome, já diz algo a respeito deles."

"E o que sabemos sobre a pessoa que pagou pela pesquisa?"

"A camada financeira não a identifica."

"Precisamente."

Saira se aproximou dos mapas.

"Posso criar uma ponte temporária. Cada sistema geraria um identificador anônimo e compararíamos apenas as correspondências."

"Então faça isso."

"Não tenho autorização."

"Quem tem?"

"Todos."

Nerai franziu a testa.

"Isso não responde à pergunta."

"Pelo contrário. É uma resposta muito precisa. Precisamos do consentimento da autoridade sanitária, dos arquivos das famílias, do conselho interestadual, de pelo menos doze estados e do gestor dos dados extraplanetários. Para incluir o financiamento, também de autorização judicial."

"Quanto tempo?"

"Pelos trâmites normais, alguns meses."

"E em caráter de emergência?"

"Se todos concordarem, algumas horas."

"Então vamos reuni-los."

Saira olhou para ela.

"As pessoas ou os sistemas?"

"Os dois."

A reunião de crise começou dezesseis minutos depois.

De um lado estavam os representantes das autoridades sanitárias.

Do outro, os responsáveis pelos arquivos das famílias.

Mais adiante, juristas, supervisores bancários, representantes dos estados e defensores dos direitos civis.

Cada qual conhecia uma parte diferente do problema.

E cada qual temia uma catástrofe diferente.

O pessoal da saúde temia a epidemia.

Os conselhos das famílias, a discriminação.

Os estados, a perda de controle.

Os juristas, o precedente.

Os defensores dos direitos civis, um sistema que um dia pudesse reunir tudo o que se sabia sobre cada pessoa.

"Pedimos apenas um cruzamento temporário", disse Saira. "Sem nomes. Sem divulgação de dados individuais. Precisamos saber se há uma correlação estatística entre os doentes e as características genéticas estudadas nos projetos de pesquisa recentes."

"Quem verá o resultado?", perguntou o representante de Therinith.

"A equipe de saúde que coordena a resposta à crise."

"E a Camada?"

Nerai respondeu:

"Os analistas financeiros receberão apenas a informação de que há ou não uma relação entre os projetos que investigamos e o risco atual."

"Então vão usar dados de saúde numa investigação financeira."

"Vamos usar a confirmação de um risco para tentar descobrir quem o financiou."

"É um precedente perigoso."

“O precedente perigoso já está nos leitos dos hospitais.”

Daren Voltr participava como representante do Conselho Monetário da Liga do Norte. Não tinha competência direta sobre dados de saúde, mas, em crises interestaduais, representava um grupo de estados cujos sistemas financeiros e de seguros arcariam com parte dos custos.

“Nerai”, disse ele, “compreendo a urgência. Mas um sistema que reúna genética, saúde e dinheiro é justamente aquilo contra o que os opositores de Jesair nos advertiram.”

“Jesair propôs dar visibilidade ao poder. Nunca propôs prontuários médicos públicos.”

“Todo sistema centralizado começa alegando que só quer enxergar o poder.”

“Então não vamos criar um sistema centralizado.”

“E o que vamos criar?”

Saira respondeu:

“Uma troca temporária de evidências entre centros independentes. Os dados ficam onde estão. Cada registro responde apenas sim ou não, ou fornece um valor estatístico. Toda consulta fica registrada. Mais tarde o paciente poderá ver que seus dados foram incluídos numa verificação de emergência.”

“E pode se opor?”, perguntou a representante dos direitos civis.

“Retroativamente, não.”

“Então seu consentimento não tem valor algum.”

“Se tivermos de aguardar o consentimento individual de cada pessoa inconsciente, não descobriremos nada.”

“É exatamente assim que começa um regime de exceção que nunca mais termina.”

Nerai sentiu a raiva crescer.

Não contra uma pessoa em particular.

Cada um ali expressava uma preocupação sensata.

Era isso o pior.

Se fossem tolos, daria para convencê-los.

Se fossem corruptos, daria para desmascará-los.

Mas defendiam valores reais.

A privacidade.

Os direitos.

A soberania.

A confiança.

E, enquanto defendiam cada qual o seu, a doença passava por entre eles.

“Proponham salvaguardas”, disse Nerai. “Não uma recusa.”

“Que salvaguardas?”, perguntou Voltr.

“Cada consulta ficará visível para todas as instituições participantes. Cada uso dos dados deixará um registro. Depois da crise, os resultados passarão por revisão. Quem desviar os dados de sua finalidade responderá pessoalmente por isso.”

“Isso ainda não protege o indivíduo do Estado.”

“Não. Mas, ao observar, o Estado não estará invisível.”

Voltr ficou em silêncio.

Lembrava-se daquela ideia do discurso de Jesair.

Quem fiscaliza à vista de quem é fiscalizado.

Não era resposta para tudo.

Mas era melhor que o acesso secreto.

A reunião prosseguiu.

Nesse meio-tempo, o número de casos passou de mil.

A IA médica da União já considerava altamente provável uma relação hereditária. A conclusão, porém, valia apenas para os dados da União. Em outros dois estados, os resultados eram semelhantes. Em três, ainda não havia pacientes confirmados em número suficiente.

Cada sistema sabia uma parte.

Nenhum podia dizer a frase inteira.

Saira abriu o esquema da arquitetura do sistema.

“As máquinas não são cegas”, disse. “Têm os olhos vendados. E cada venda foi posta ali por alguém que tinha uma boa razão.”

“Podemos tirar a venda por um instante?”, perguntou Voltr.

“Podemos abrir uma fresta.”

“E quem decide a largura dela?”

“Vocês.”

Nerai balançou a cabeça.

“Não. As regras. Não as pessoas nesta sala.”

“Alguém tem de escrever as regras.”

“E todos têm de poder ver quem as escreveu.”

Ao fim de cinco horas, aprovaram uma ponte de alcance restrito para cruzar os dados.

Doze estados aderiram de imediato.

Nove impuseram condições.

Quatro recusaram.

Os demais pediram nova análise jurídica.

Os arquivos das famílias concordaram unicamente com a comparação de dados agregados.

Não se autorizou a conexão direta do mapa financeiro.

Nerai receberia apenas a resposta a uma pergunta: as características genéticas presentes nos projetos investigados coincidiam com as que apareciam entre os pacientes?

A ponte entrou em funcionamento.

Começou a enviar perguntas.

A ponte não recebia nomes.

Os prontuários completos continuavam protegidos.

Transmitiam-se apenas demonstrações matemáticas das correspondências.

Os primeiros resultados chegaram em nove minutos.

O vínculo hereditário era forte.

A segunda resposta confirmou que havia uma relação entre algumas das pesquisas e a população mais atingida pela doença.

A terceira mostrou que a doença atingia famílias aurelianas até então consideradas distantes entre si.

Nerai abriu o mapa financeiro.

As fundações.

A BIO-IA.

Os laboratórios.

As exceções.

Os pareceres.

Os serviços contratados.

Agora havia, pela primeira vez, algo que os ligava à doença.

Não a prova de um crime.

A prova de uma direção.

“Mandem isso para o Ministério Público”, disse.

“Em que categoria?”, perguntou Taren.

“Risco sistêmico iminente.”

“Ainda não sabemos quem foi o autor.”

“Sabemos o que foi comprado.”

“Não é a mesma coisa.”

“Não. Mas as compras vieram antes dos corpos.”

Na outra ponta de Nitra, Kael Thorne acompanhava as mesmas notícias de saúde que o público.

Não só elas.

Tinha acesso às estimativas privadas de seguradoras e consórcios empresariais. Eram mais precisas que os pronunciamentos políticos, porque o dinheiro se preparava para a catástrofe antes que os estados tivessem o direito de lhe dar nome.

Previam centenas de milhares de casos em questão de dias.

Talvez milhões.

Kael ligou para Arien.

Desta vez não apareceu imagem.

Só a voz.

“Temos de liberar todos os resultados das pesquisas”, disse Kael.

“Por quê?”

“Porque podem ajudar quem cuida dos doentes.”

“Os resultados estão dispersos.”

“Então reúna-os.”

“Não tenho todos.”

Kael fechou os olhos.

“Foi o senhor quem os encomendou.”

“Não fui o único a assinar.”

“Não venha se esconder atrás do que o senhor mesmo criou.”

“Existem regras. Há resultados que já não tenho o direito de usar.”

“Então o senhor criou uma ameaça que nem seu criador compreende.”

Arien ficou um longo tempo sem falar.

“Não era para todos morrerem”, disse por fim.

Kael abriu os olhos.

“Quem não era para morrer?”

“Os resultados deviam ter sido mais precisos.”

Na beirada da mesa, os dedos de Arien repetiram um movimento de que se lembravam desde a infância. Cinco faces do cubo pareciam certas. Na última, ainda havia uns quadrados fora do lugar.

Diante do portão do zoológico, implorara que o deixassem recomeçar. Agora olhava para o mapa dos hospitais. Nenhum movimento que ainda pudesse fazer traria os mortos de volta para casa.

“Quantos o senhor esperava?”

“O bastante.”

“Isso não é um número.”

“Antes os números não teriam lhe interessado.”

Kael se levantou.

“Antes o senhor me garantiu que seria uma crise limitada.”

“O senhor queria que Elarion tivesse medo do mundo de Jesair.”

“Eu queria detê-lo.”

“Isso vai detê-lo.”

Kael olhou para o mapa dos hospitais.

“Não. Isso vai fazer dele justamente aquilo que o senhor temia.”

Arien cortou a ligação.

Novos pontos iam se acendendo no mapa da saúde.

Os sistemas começavam a ligá-los.

Tarde.

Mas juntos, pela primeira vez.

27. O nome que temiam pronunciar

Elarion conhecia a força de um nome.

Um nome podia proteger uma pessoa.

Podia lhe dar direitos, um povo a que pertencer, uma história e um lugar na sociedade.

Mas um nome também podia ser um alvo.

Algumas gerações antes, dois Estados usavam dados de ascendência para distribuir empregos e conceder seguro de saúde. Certas particularidades hereditárias faziam dos aurelianos, aos olhos das seguradoras, pacientes mais caros. Os selenitas eram rejeitados pelas forças de segurança por uma suposta sensibilidade excessiva. Os veyranos tinham preferência na administração e nas instituições financeiras, pois se dizia que sabiam se organizar por natureza.

Mais tarde, revogaram essas regras.

Delas ficou a desconfiança.

Por isso as autoridades de saúde temiam pronunciar a palavra aureliano antes que a relação fosse incontestável.

Quando o Conselho Planetário de Saúde se reuniu, os casos confirmados já passavam de duzentos mil.

Quase todos os pacientes eram aurelianos ou tinham ascendência aureliana comprovada.

“A associação estatística é clara”, disse a epidemiologista-chefe da União. “O mecanismo que explica essa relação, não.”

“O público não distingue estatística de causa”, objetou o representante de Vokorwyn. “Se dissermos que é uma doença aureliana, as pessoas passarão a ver em cada aureliano uma fonte de contágio.”

“Se não dissermos”, respondeu Mareia, “não vão saber quem corre perigo.”

“Todos correm perigo.”

“Não na mesma medida.”

“Não sabemos se os aurelianos transmitem a doença com mais frequência.”

“E nem estamos dizendo que a transmitem.”

“Não é isso que o público vai ouvir.”

Sentada ao lado de Saira, Nerai acompanhava duas discussões ao mesmo tempo.

Numa sala, as pessoas discutiam a escolha das palavras.

Nos hospitais, naquele mesmo instante, decidia-se para quem ainda haveria um leito.

“Proponho a seguinte redação”, disse Daren Voltr. “Doença desconhecida com incidência desigual em um grupo populacional de ascendência comum.”
Mareia olhou para ele.

“É um jeito de dizer aureliano sem pronunciar a palavra.”

“É uma formulação precisa.”

“Não. É uma formulação cômoda.”

“Mareia, palavras podem matar.”

“A falta delas também.”

A presidente do conselho ergueu a mão.

“Precisamos separar duas questões. Quem a doença atinge e quem pode transmiti-la.”

“O público não vai separar as duas coisas”, repetiu o representante de Vokorwyn.

“Então precisamos ensinar”, disse Nerai.

“No meio do pânico?”

“Que outra hora seria melhor? Quando os aurelianos já estiverem trancados em casa?”

“Algumas casas fecharam as portas por conta própria.”

“Porque os Estados se calaram.”

Daren Voltr virou-se para ela.

“E o que você propõe?”

“Dizer a verdade inteira. Que a doença atinge sobretudo os aurelianos. Que, até agora, não há provas de que o simples fato de alguém ser aureliano aumente a possibilidade de transmissão. Que a discriminação leva os doentes a evitar os serviços de saúde e, com isso, aumenta o risco para todos.”

“E se amanhã descobrirmos que é diferente?”

“Então amanhã diremos isso.”

“A confiança das pessoas não pode mudar a cada dia.”

“Às vezes, o que temos de mais próximo da verdade muda a cada hora.”

O conselho não chegou a um acordo.

Publicou uma declaração sem a palavra aureliano.

Falava de um risco à saúde distribuído de forma desigual entre a população, da necessidade de testes voluntários e de uma restrição temporária à circulação nas áreas com muitos casos.
O público se encarregou de preencher a lacuna.

Nas redes, começou a circular o nome Peste do Círculo Dourado.

Ninguém sabia quem o usara primeiro.

Talvez um jornalista.

Talvez um pai assustado.

Talvez alguém que já odiasse os aurelianos e só estivesse à espera de uma palavra que soasse como justificativa.
O nome se espalhou mais depressa que as recomendações oficiais.

Em Sarur, o condutor de um módulo de transporte impediu uma família aureliana de embarcar.

"Não tenho nada contra vocês", disse.

O pai mostrou o comprovante do exame negativo.

"Temos autorização."

"Tenho filhos em casa."

"Eu também."

"Por isso mesmo o senhor devia entender."

A família ficou na plataforma.

Os outros passageiros se calaram.

Um deles saiu em sua defesa.

Era veyrano.

"Ou deixa a família entrar, ou descemos todos."

Nem todos desceram.

Desceram três.

Em outra cidade, um grupo se juntou diante de uma casa aureliana para exigir que ela fosse fechada. Quando os moradores apagaram as luzes, a multidão aplaudiu.
No bairro selenita de Nitra, abriram um centro comunitário para as famílias que tinham perdido a moradia.

No portão de entrada, nenhum emblema de linhagem.

Apenas uma frase:

A doença faz vítimas. O medo fabrica as suas.

No hospital de Auriola, uma jovem deu à luz um menino.

O bebê era saudável.

Quando abriu os olhos, não se via o círculo dourado.

A mãe respirou aliviada.

Depois se envergonhou daquele alívio.

“Sou horrível”, disse a Mareia, que conversava com ela pela tela.

“Não.”

“Rezei para que ele não tivesse o círculo.”

“Você rezou para que ele vivesse.”

“É a mesma coisa?”

Mareia não respondeu.

O bebê se mexeu e, sob a luz forte, apareceu um tênue traço dourado em torno de sua pupila.

A mãe começou a chorar.

Não porque o amasse menos.

Porque sabia que, desde aquele primeiro instante, o mundo veria nele uma pergunta.

Em Nitra, Nerai reuniu-se com a direção da Camada.

Mais uma vez, parte de seu pedido para que se revelasse imediatamente a cadeia de proprietários dos projetos foi negada.

O risco iminente à saúde permitira congelar algumas contas.

Não permitia revelar de forma automática quem eram os verdadeiros donos em todos os Estados.

“Está confirmado que o que eles estudavam tem relação com as pessoas atingidas pela doença”, disse Nerai.

“Temos uma correlação”, corrigiu o advogado.

“Quem pagou pela correlação?”

“Estamos apurando.”

"Há quanto tempo?"

"Therinith tem trinta dias para responder."

Nerai soltou uma risada.

Não havia nela a menor alegria.

"Daqui a trinta dias talvez já não reste ninguém para ouvir a resposta."

"Não podemos revogar a lei a cada nova ameaça."

"Não estou pedindo que revoguem a lei. Estou pedindo que a lei consiga chegar antes dos coveiros."

"Se abrirmos agora todos os fundos protegidos, vamos criar um precedente."

"Talvez precisemos de um precedente."

"É fácil dizer uma coisa dessas durante uma crise."

Nerai inclinou-se para ele.

"E quando o senhor acha que as falhas de um sistema devem vir à luz? Em tempos de calmaria, quando ninguém se interessa por elas?"

À noite, o conselho de saúde tornou a se reunir.

Os casos já passavam de dois milhões.

Dessa vez, chegou também uma notícia de Thaeron.

Três trabalhadores de uma das cúpulas fechadas apresentavam os mesmos sintomas.

Dois eram aurelianos.

O terceiro tinha pai aureliano.

A presidente do conselho abriu a declaração que tinham preparado.

Ainda faltava uma palavra.

Mareia se levantou.

"Se vocês têm medo de dizer quem está morrendo da doença, não estão nos protegendo da discriminação. Estão se protegendo da responsabilidade."

"Isso não é justo", disse Voltr.

"Também não é justo que as mães descubram a verdade nas mensagens de estranhos enquanto os Estados falam em distribuição desigual na população."

"Um nome pode desencadear a violência."

"A violência já começou."

"Pode agravá-la."

“O silêncio faz dela uma violência cega.”

Jesair entrou na reunião da casa dos Davion.

Até então não dissera nada.

“Pronunciem a palavra”, disse.

Todos se voltaram para a sua imagem.

“Jesair”, começou a presidente, “precisamos ponderar...”

“Sou aureliano. Mareia é aureliana. As pessoas internadas são aurelianas. Não vão nos proteger transformando a gente numa descrição.”

“E se a sociedade passar a ver vocês como uma ameaça?”

“Então digam claramente que somos pessoas ameaçadas. Não somos a ameaça.”

Daren Voltr fitou Jesair.

“E se isso não bastar?”

“Muitas vezes a verdade não basta. A mentira basta menos ainda.”

O conselho alterou a declaração.

Pouco antes da meia-noite, a autoridade máxima de saúde de Elarion apareceu em todos os canais públicos.

Referiu-se à doença apenas por uma descrição.

Depois pronunciou o nome daquele povo.

“Os dados de que dispomos indicam que a doença desconhecida atinge de maneira desproporcional os aurelianos e as pessoas com determinados vínculos de ascendência aureliana.”

Seguiram-se explicações.

Sobre a transmissão.

Sobre as incertezas.

Sobre a proibição de discriminar.

Sobre a necessidade imediata de testes e proteção.

Mas o que ficou na memória da maioria foi a primeira frase.

Em telas por todo o planeta apareceram olhos dourados.

O mundo enfim dissera o nome das vítimas.

E, ao dizê-lo, as havia marcado.

28. O círculo dourado atrás do vidro

O vidro tornou-se a matéria da pandemia.

Estava nos hospitais.

Nos limites dos bairros.

Nos terminais de transporte.

Entre os filhos e os pais.

Entre os doentes e as pessoas que queriam ajudá-los.

Era transparente e, no entanto, separava.

Era para isso que servia.

Nas velhas fotografias dos primeiros dias, viam-se rostos colados às paredes das salas de isolamento. Mãos de um lado e de outro. Bocas que se moviam sem se tocar. Círculos dourados nos olhos, realçados no vidro pelo reflexo das luzes do hospital.
O sinal que antes só aparecia de vez em quando se mostrava cada vez mais com a febre.

Os médicos não sabiam se fazia parte da doença ou se era apenas uma reação do corpo.

Ao público não interessava a diferença.

Começaram a aparecer leitores de íris à entrada das lojas.

Oficialmente, mediam a temperatura e outros indicadores básicos de saúde.

Alguns estabelecimentos particulares os adaptaram para que emitissem um alerta ao reconhecer traços aurelianos.

Era ilegal.

Os responsáveis alegavam estar protegendo a clientela.

Num Estado, o governo proibiu esses sistemas.

Em outro, autorizou-os temporariamente.

Num terceiro, fingiu ignorar que existiam.

Quarenta Estados.

Quarenta respostas para um medo só.

Em Auriola, Elan conseguiu falar com Jesair pelo canal do hospital.

O rosto do menino parecia menor do que Jesair guardava na lembrança. A febre lhe consumira as bochechas de criança. Tinha os olhos abertos, e o círculo dourado brilhava neles com uma intensidade que não parecia natural.

"Lembra de mim?", perguntou Jesair.

Elan se mexeu.

Um dedo.

"Sua mãe está aí com você."

O menino olhou para o vidro.

"Ela me contou que você perguntou do círculo."

Os lábios de Elan se moveram.

Mal se ouvia a voz.

"Enxerga?"

Jesair se inclinou para mais perto.

"O quê?"

"Se enxerga melhor."

Lembrou-se da conversa que tinham tido tempos atrás.

"Não", disse. "O círculo, não."

Elan esperou.

"O que a gente enxerga depende da coragem que tem de olhar."

O menino fechou os olhos.

"Eu não quero."

"O que você não quer ver?"

"Minha mãe chorar."

Jesair não soube o que responder.

A mãe de Elan estava do outro lado do vidro, com a mão sobre a boca.

"Você pode ter medo", disse Jesair. "Não precisa ser corajoso o tempo todo."

"Você tem medo?"

"Tenho."

"De quê?"

Jesair olhou para a mãe do menino.

Para os dados médicos.

Para o próprio reflexo na tela.

“De não conseguir ajudar.”

Elan ficou calado um instante.

“Então a gente é igual.”

Jesair esboçou um sorriso.

“É.”

A equipe médica interrompeu a ligação.

Elan precisava passar por mais um procedimento.

Jesair continuou sentado diante da tela vazia.

As mãos pousadas na mesa.

As mãos dos Davion.

Mãos que, segundo os textos antigos, tinham feito baixar tantas febres.

Agora não conseguiam tocar sequer uma criança.

Mareia chegou com uma tigela de sopa quente. Jesair nem percebeu.

“Coma. Você está aqui desde cedo.”

“Elan me perguntou se eu ia ajudá-lo.”

“E o que você disse?”

“Que eu continuaria na linha.”

“E continuou.”

“Isso não vai curar os pulmões dele.”

“Não. Mas a mãe dele me contou que depois disso ele deixou que o preparassem para o procedimento.”

Jesair pegou a colher. Sua mão tremia tanto que tornou a pousá-la.

“Fico com raiva quando as pessoas esperam um milagre de um Davion”, disse. “Hoje, por um instante, eu também esperei.”

Mareia sentou-se ao lado dele. “Vou ver a mãe do Elan. Tente tomar pelo menos um pouco.”

Elan morreu antes do amanhecer.

A mãe não estava fisicamente ao seu lado.

Mas a equipe permitira que ela ficasse junto ao vidro.

Quando os aparelhos silenciaram, ela ainda ficou muito tempo com três dedos pousados no vidro.

Jesair soube de sua morte poucos minutos depois.

Não fez nenhuma declaração pública.

Não falou sobre a primeira criança entre os mortos que conhecera pessoalmente.

Apenas saiu para o jardim dos Davion e ali ficou, de pé, até nascer o sol de Elarion.

Naquele dia morreram mais oito mil pessoas.

Elan era a única cujo nome Jesair sabia.

Essa é uma das maiores crueldades das grandes catástrofes.

Os números crescem.

A dor tem sempre um rosto.

Um leito.

Uma mãe.

Uma mão no vidro.

Nas redes públicas, apareceu a imagem de uma menina aureliana atrás da parede transparente de um centro de quarentena. Devia ter uns dez anos. Tinham cortado seu cabelo para facilitar o trabalho da equipe médica, e o círculo em seus olhos era bem visível. Do outro lado estava um profissional de saúde selenita.

A menina pôs a mão espalmada no vidro.

Ele encostou a sua à altura da dela.

A fotografia correu o planeta.

Para alguns era um símbolo de compaixão.

Para outros, a prova de que era preciso manter os aurelianos separados.

Uma mesma imagem podia alimentar o amor e o ódio.

Dependia do que cada um já trazia dentro de si antes de olhar.

Arien Korveth viu a fotografia.

Ampliou os olhos da menina.

O círculo dourado.

O mesmo sinal aparecia nos olhos de Mareia quando ela se irritava, sentia medo ou se concentrava a ponto de esquecer tudo ao redor.

Por uma fração de segundo, o módulo de transporte destroçado abriu-se diante dele. A luz branca. Os dedos da mãe em sua mão. A voz do socorrista: perfil regenerativo aureliano.

As portas do módulo de socorro se fecharam, levando o filho de outra pessoa. Por todos aqueles anos, Arien se lembrara de que lado ficara.

Agora, atrás do vidro, na fotografia, estava outra criança. Tinha nos olhos o mesmo círculo.

Arien tentou recordar o rosto do menino que tinham levado. Só conseguiu ver a menina assustada.

Disse a si mesmo que não conhecia aquela criança.

Que imagens isoladas não podiam obscurecer o destino de uma civilização.

Que toda grande mudança tinha um preço.

Depois fechou a fotografia.

Poucos minutos depois, abriu-a outra vez.

A menina ainda estava viva.

Era pior assim.

Os mortos já não olhavam de volta.

Kael veio em pessoa.

Arien não o deixou entrar, mas Kael ainda tinha a autorização de acesso que, um dia, Arien julgara desnecessário revogar.

A porta se abriu.

“Os arquivos da pesquisa precisam ser entregues ao conselho de saúde”, disse Kael.

“Já lhe dei minha resposta.”

“Não estou falando do seu plano agora. Estou falando de tratamento.”

“O que temos já não permite recuperar as respostas de que precisamos.”

“Alguém deve poder encontrá-las.”

“A BIO-IA.”

“Onde está?”

“Já não está ao meu alcance.”

“Onde está o modelo, Arien?”

Arien olhou para ele.

“O modelo que o senhor procura não existe.”

Kael ficou imóvel.

“Nem isso o senhor deixou a salvo.”

“Era mais seguro assim.”

“Para quem?”

Arien não respondeu.

“O senhor quis guardar seu segredo”, prosseguiu Kael. “Que ninguém soubesse a verdade. E agora nem o senhor a conhece por inteiro.”

“Vejo o resultado.”

“O senhor vê corpos.”

Kael apontou para o mapa público de saúde.

“Isto não é uma crise sob controle.”

“Nunca disse que não haveria vítimas.”

“Não são só os aurelianos.”

Arien enrijeceu.

“Mortes indiretas. Hospitais sobrecarregados. Falta de medicamentos. Vias interditadas. Gente de todas as linhagens.”

“Isso vai passar.”

“E os aurelianos, não?”

“Eles são o cerne do problema.”

Kael se aproximou dele.

“Não. O cerne do problema está na minha frente.”

Arien estreitou os olhos.

“O senhor abriu as contas para mim.”

“Sim.”

“Conseguiu as exceções.”

“Sim.”

“Sua gente tirou os obstáculos do caminho.”

“Sim.”

Kael fez cada admissão com serenidade.

Sem se defender.

“E por isso eu sei o que fiz.”

“O que mudou?”

“A dimensão.”

Arien deu um sorriso amargo.

“Quer dizer que, para o senhor, a moral é só uma questão de números.”

“Não. Os números só lhe tiraram a possibilidade de continuar mentindo para si mesmo, dizendo que o que faz é política.”

Arien voltou-se para a fotografia da menina atrás do vidro.

“Jesair vai fazer disso um novo mito.”

“Talvez.”

“As pessoas vão recorrer a ele.”

“Já estão recorrendo.”

“Então o senhor entende.”

Kael olhou para ele com algo que parecia pena.

“O senhor passou esse tempo todo com medo de que Jesair parecesse um profeta. E por isso criou um apocalipse para ele.”

Foi embora.

Arien ficou sozinho.

Na tela, a menina tocava o vidro.

Não sabia se ela havia sobrevivido.

Não queria descobrir.

Em Auriola, Jesair só voltou para casa à noite.

A mãe de Elan o esperava à porta.

Não podia se aproximar dele. Estava em isolamento domiciliar.

Ficaram a alguns metros de distância.

“Ele falou com você”, disse ela.

“Falou.”

“Estava com medo.”

“Estava.”

“Você disse a verdade a ele?”

“Foi o que eu tentei fazer.”

A mulher assentiu.

“Então fez mais do que todos nós.”

Jesair baixou a cabeça.

“Não.”

“Não tire isso de mim.”

Ele ergueu os olhos.

“Preciso acreditar que ele não partiu sozinho”, disse ela.

Jesair se lembrou de uma frase do livro de sua família.

Não vá sozinho.

Elan estava atrás de um vidro.

A mãe, atrás de outro.

Ele, numa tela.

E, ainda assim, naquele último instante, nascera entre eles algo que parede alguma conseguia separar por inteiro.

“Não partiu”, disse Jesair.

Dessa vez não sabia se era verdade.

Sabia apenas que precisava dizê-lo.

29. A voz de Jesair e a Ponte para o Elar Único

Quando a linguagem comum falha, as pessoas começam a procurar uma voz.

Quando a linguagem comum falha, nem sempre é a voz mais sábia que se procura.

Nem a mais precisa.

Procura-se uma voz que, pelo menos por um instante, dissipe a sensação de que o mundo se desfaz em ordens contraditórias.

As autoridades de saúde falavam de isolamento.

Os políticos, de estabilidade.

Os bancos, de liquidez.

Os conselhos de linhagem, de proteção aos aurelianos.

As forças de segurança, de ordem.

Cada um falava a língua adequada à sua instituição.

Ninguém falava a língua do medo em toda a sua extensão.

Jesair não queria falar.

Depois da morte de Elan, recusou três convites para falar em público. Dizia não ter o direito de transformar a morte de uma criança em discurso. Não queria se postar diante das câmeras enquanto a mãe de Elan ainda via a mão do filho espalmada no vidro. Não queria construir a própria autoridade com a dor alheia.

Mareia o encontrou no antigo salão da família.

Estava sentado sob o retrato de Aser Davion, de quem diziam os livros que, durante uma febre de tempos remotos, percorrera as casas uma a uma. Havia quem dissesse que curava os doentes. Outros, que apenas ficava com eles quando todos os demais já tinham medo de tocá-los.

“As pessoas precisam saber o que fazer”, disse Mareia.

“Para isso existem os médicos.”

“Uma parte da população já não confia neles.”

“Então eu tenho que confiar por elas?”

“Você tem que pedir que elas confiem.”

Jesair se levantou.

“Por que eu?”

“Porque, quando os políticos dizem ‘fiquem em casa’, as pessoas ouvem uma ordem. Quando os banqueiros dizem ‘mantenham a calma’, elas ouvem alguém que está protegendo os mercados. Se for você a dizer isso, talvez ouçam um ser humano.”

“É justamente contra isso que lutei a vida inteira.”

“Contra o quê?”

“Contra fazerem de mim o que não sou.”

“Então diga a elas o que você é.”

Jesair olhou para ela.

“E o que eu sou?”

“Um aureliano assustado que não sabe salvar ninguém com um toque.”

Apesar de tudo, ele sorriu.

“Não parece um começo muito animador.”

“É a verdade.”

A primeira fala pública de Jesair não nasceu numa sala de reuniões.

Ele estava de pé no jardim da casa dos Davion.

Atrás de si não havia bandeiras, símbolos de Estado nem insígnias de linhagem. Apenas árvores, muros antigos e o vale onde mais casas fechavam as portas.

“Meu nome é Jesair Davion”, começou. “Sou aureliano. E estou com medo.”

Em uma hora, a frase percorreu o planeta inteiro.

Não porque fosse sublime.

Porque era permitido dizê-la.

Milhões de pessoas estavam com medo e, havia semanas, só ouviam vozes que tratavam o medo como uma falha técnica de comunicação. Jesair foi a primeira pessoa conhecida que não tentou explicar o medo, afastá-lo nem escondê-lo.

Admitiu que o sentia.

“Tenho medo pelas pessoas nos hospitais. Pelas famílias que ficaram separadas. Pelas crianças que olham para os próprios olhos e se perguntam se já nasceram condenadas. Também tenho medo das pessoas que, de tanto medo, começam a olhar os vizinhos como se eles fossem a doença.”

Fez uma pausa.

"Não somos uma doença. Também não somos um sinal. Somos pessoas."

Via-se o círculo dourado em seus olhos.

Ele não o escondia.

"Respeitem as medidas de saúde. Não vão aonde não devem ir. Protejam a si mesmos e aos outros. Mas não confundam proteção com humilhação. Isolar um doente pode ser necessário. Rejeitar uma pessoa por ter nascido como nasceu é covardia."

Algumas autoridades de saúde temiam que as palavras de Jesair enfraquecessem a disciplina.

Aconteceu outra coisa.

Depois de sua fala, aumentou o número de aurelianos que se apresentavam voluntariamente para comunicar os sintomas.

Menos pessoas fugiam das áreas isoladas.

Mais famílias concordavam em levar os doentes aos hospitais, pois pela primeira vez tinham ouvido dizer que aceitar uma medida de proteção não significava admitir uma culpa.

Em algumas cidades, a violência diminuiu.

Não em todas.

Nenhuma voz é capaz de deter o medo em cada pessoa.

Mas, por um instante, o medo mudou de rumo.

Jesair continuou a falar à população com regularidade.

Nunca chamou de discursos essas conversas.

Falava com as pessoas.

Com uma mãe que perdera três filhos.

Com um médico veyrano acusado pela própria comunidade de ajudar os aurelianos à custa dos demais.

Com uma funcionária selenita do serviço funerário que parara de contar os nomes porque já não tinha forças.

Com um velho aureliano que dizia que a pandemia era um castigo pelo abandono das velhas tradições.

"Então castiga também as crianças?", perguntou-lhe Jesair.

O velho não respondeu.

"Se não sabemos explicar o sofrimento sem fazer de Deus um assassino de crianças, talvez seja melhor não tentar explicá-lo."

As pessoas começaram a guardar as palavras de Jesair, a transcrevê-las, a passá-las adiante.

Quanto mais ele se recusava a ser um mito, mais se tornava um.

Em pelo menos uma coisa Arien tinha razão.

A crise aumentara a autoridade moral de Jesair.

Mas se enganara quanto ao motivo.

As pessoas não o seguiam por causa da linhagem.

Seguiam-no porque ele falava do medo sem se servir dele.

Junto com sua voz se espalhava uma ideia que ele expressara tempos antes em Nitra.

O valor não deve andar à sombra.

Naquele tempo, soava abstrata.

Era uma frase ouvida num fórum público, discutida por economistas, juristas e banqueiros. Para a maioria dos habitantes de Elarion, significava menos que o preço do pão, o aluguel ou o saldo da conta.

A pandemia lhe deu um corpo.

Os estoques dos hospitais estavam se esgotando.

Não por falta de capacidade de produção em Elarion. As fábricas automatizadas conseguiam ampliar a produção rapidamente. As indústrias de Thaeron podiam operar sem parar e os corredores de carga continuavam abertos.

O problema era fazer o produto chegar aonde era necessário.

Na parede do centro de crise, passava um noticiário local. Veículos autônomos carregados de respiradores estavam parados na fronteira. No hospital do outro lado, já distribuíam os últimos aparelhos disponíveis.

"Os aparelhos foram fabricados ontem", dizia a repórter. "O sistema de transporte conhece o trajeto. Mas a central de compensação se recusa a confirmar o pagamento."

Sob a imagem, lia-se o motivo em letras luminosas: COBERTURA DO RISCO CAMBIAL SEM ACORDO.

O fornecedor temia que, com a desvalorização da moeda, não recuperasse sequer o que pagara pelos materiais. O Estado se recusava a assumir todo o risco. Os dois sistemas fizeram os cálculos num instante, mas cada parte esperava um compromisso da outra.
"Quando os veículos vão seguir viagem?", perguntou a repórter à diretora do hospital.

"Quando alguém assinar que assume a diferença de preço", respondeu a mulher. "Eu só posso assinar o recebimento dos aparelhos."

Saira baixou o volume. No mapa da crise, via mercadorias prontas para entrega, corredores desimpedidos e uma decisão que nenhum sistema de compensação tinha autoridade para tomar. A velocidade das máquinas não mudava nada.
O público começou a fazer perguntas.

Por que os aparelhos estavam parados na fronteira, se o hospital do outro lado já não tinha nenhum disponível?

Quem arca com o custo das horas perdidas à espera de uma decisão?

A frase de Jesair aparecia nos comentários sobre cargas retidas, taxas sem explicação e depósitos vazios.
O valor não deve andar à sombra.

As pessoas a modificavam.

Se o dinheiro faz um remédio parar, precisamos ver onde foi que o dinheiro parou.

Surgiram grupos de discussão, iniciativas populares e redes informais de profissionais de saúde, programadores e economistas. Alguns exigiam que se divulgassem todos os pagamentos feitos com dinheiro público. Outros propunham cadastros abertos que revelassem os verdadeiros donos das empresas. Outros ainda queriam que cada cidadão pudesse ver quem tinha consultado seus dados financeiros e quando.
Nerai reconhecia naquelas propostas as próprias palavras.

Já não circulavam com o nome dela.

Nem com o de Jesair.

Espalharam-se entre as pessoas e ganharam vida própria.

A ideia da transparência não ganhava adeptos porque os habitantes de Elarion tivessem de repente alcançado uma perfeição moral maior.
Ganhava adeptos porque a falta de transparência começara a doer.

A essa altura, já fazia alguns anos que existia uma empresa chamada Ponte.

Antes da pandemia, pouca gente ouvira falar dela.

Lera Vain a fundara com dois programadores de sistemas de pagamento, uma ex-analista bancária, um especialista em registros criptográficos e uma advogada que trabalhara na regulamentação da compensação de pagamentos entre países.
No início, a intenção não era criar uma moeda.

Queriam facilitar os pagamentos entre os Estados de Elarion e entre Elarion e Thaeron.

Um pagamento internacional comum passava por vários bancos. Cada um conhecia só a própria etapa. Quem enviava o dinheiro via o valor que saía da conta e às vezes nem sabia ao certo quanto chegaria ao destinatário.
A Ponte funcionaria como uma camada de tradução.

Antes mesmo de confirmar o pagamento, a pessoa poderia ver o custo final.

Veria o câmbio.

A tarifa.

O prazo.

E quanto o destinatário receberia.

Ainda antes da pandemia, porém, os debates públicos sobre transparência começaram a mudar o projeto.
Lera acompanhara a fala de Jesair em Nitra. Mais tarde, lera uma análise de Nerai Sael sobre a necessidade de dar visibilidade ao poder financeiro e, na mesma medida, a todos os que o fiscalizavam.
Aos poucos, a equipe da Ponte reformulou todo o sistema.

Cada pagamento deixaria um registro impossível de apagar.

Isso não significava expor ao público todas as compras pessoais.

Seria o fim da privacidade do cidadão comum.

Ficariam disponíveis ao público as regras do sistema, as reservas da empresa, os grandes fluxos de dinheiro, os vínculos de propriedade e as transações que ultrapassassem o limiar a partir do qual o dinheiro confere poder sobre a sociedade.
Os pagamentos particulares continuariam privados.

Mas, a cada consulta aos seus dados, o usuário veria quem os acessara, com que autorização e quando.
Se um banco retivesse um pagamento, teria de informar o motivo.

Se um sistema automatizado sinalizasse uma operação, seria preciso informar qual regra aplicara.

Se alguém fosse dispensado da divulgação, o sistema registraria quem concedera a exceção e por quanto tempo.

Nenhum governo controlaria sozinho a rede inteira.

O protocolo era aberto.

Os registros eram verificados por vários nós independentes, operados por bancos, universidades, associações civis e instituições de auditoria em diversos Estados.
A Ponte tinha um conselho fiscal próprio, mas não podia alterar o histórico de pagamentos nem apagar o registro de uma decisão sua.
Lera explicava a ideia em termos simples:

"Não queremos construir um olho que enxerga todo mundo e continua invisível."

Os investidores respondiam que as pessoas não queriam filosofia.

Queriam comodidade.

Os bancos diziam que divulgar reservas, tarifas e vínculos de propriedade comprometeria o sigilo comercial.
Os órgãos reguladores lembravam que uma empresa privada não devia se apresentar como se fosse a infraestrutura financeira de todo o planeta.
Por isso, a Ponte permaneceu pequena por muito tempo.

Era usada por empresas de tecnologia, por alguns comerciantes de Thaeron e por grupos de pessoas que mandavam dinheiro com frequência de um Estado a outro.
O sistema funcionava, mas não havia razão para crescer.

Então veio a pandemia.

Os primeiros novos usuários não foram os governos nem os grandes hospitais.

Foram os voluntários.

Um grupo de cidadãos arrecadava dinheiro para comprar filtros de proteção para hospitais em regiões aurelianas isoladas. As doações chegavam de sete Estados, em seis moedas.
Pelos meios habituais, teriam de manter várias contas, fazer sucessivas operações de câmbio e aguardar a confirmação dos bancos intermediários.
Pela Ponte, podiam reunir todos os pagamentos num único saldo.

O sistema expressava esse saldo em elares.

No início, o elar não era uma moeda independente.

Era a unidade da rede Ponte, baseada numa cesta de energia, matérias-primas e das principais moedas de Elarion, cuja composição era pública. Seu valor não variava por decisão de um único Estado ou de um único banco central.

Para cada elar, a Ponte mantinha reservas em moedas existentes e ativos líquidos de curto prazo.

A composição das reservas era pública.

Qualquer pessoa podia verificar se a quantidade de elares em circulação correspondia ao lastro real.

O voluntário via cem elares.

O doador podia pagar na moeda local.

O fabricante dos filtros podia receber em sua moeda ou ficar com os elares.

Para o usuário, era um pagamento só.

Nos bastidores, continuavam a se cruzar vários sistemas financeiros, mas já não era quem estava no caixa que precisava lidar com toda aquela complexidade.

A primeira arrecadação terminou em poucas horas.

Cada doador via quantos elares tinham entrado.

Via o total.

Via o pedido dos filtros.

Via o fabricante, o preço, a tarifa e a confirmação de entrega.

Não via os nomes dos doentes nem as pequenas doações particulares de outras pessoas.

O que estava à vista era o caminho do dinheiro de todos.

A notícia da arrecadação se espalhou.

Outra organização usou a Ponte para comprar remédios em Thaeron.

Depois, um grupo de médicos recorreu a ela para conseguir alojamento para profissionais de saúde estrangeiros.

Mais tarde, um pequeno hospital que não conseguia pagar a um fornecedor na moeda exigida.

A Ponte começou a chegar onde os sistemas habituais falhavam.

Não porque as pessoas confiassem nela mais do que nos bancos.

Porque ela mostrava o que os bancos não mostravam.

Quanto custa um pagamento.

Por onde passa.

Quando chega.

Quanto recebe o destinatário.

E quem o reteve, se ele não chegou.

Quando uma remessa de trajes de proteção atrasou, o registro aberto mostrou que nem o vendedor nem a transportadora tinham retido o pagamento. Um banco intermediário o interrompera, exigindo um comprovante adicional da origem do dinheiro.
O banco não podia alegar que o problema vinha de outro lugar.

Sua decisão tinha nome, hora e motivo.

Em uma hora, o banco completou a documentação.

O pagamento seguiu seu curso.

Em outra compra, descobriu-se que o fornecedor aumentara o preço pouco antes da confirmação do pedido. Alegava que o câmbio de sua moeda havia mudado.
O registro da Ponte mostrava que o câmbio mal oscilara.

O fornecedor voltou ao preço anterior.

Não porque tivesse se tornado mais honesto.

Porque era possível verificar sua explicação.

Aos poucos, organizações maiores passaram a aderir à rede.

Primeiro, os fundos de caridade.

Depois, as redes regionais de hospitais.

Depois, os fabricantes que não queriam administrar contas em dezenas de moedas.

Para o comerciante, era vantajoso poder dar um único preço em elares e escolher se receberia em elares ou na moeda local.
Para o hospital, era vantajoso poder comparar os preços dos fornecedores sem fazer conversões o tempo todo.
Para os doadores, importava ver aonde tinha ido o dinheiro de todos.

Aos administradores dos hospitais incomodava que suas decisões ficassem registradas.

Mas era justamente isso que aumentava a confiança dos demais.

Alguns Estados tentaram proibir a Ponte.

Alegavam que uma empresa privada não podia criar uma unidade que começava a concorrer com a moeda nacional.

A proibição, porém, esbarrou num problema prático.

A Ponte não pede aos Estados que abram mão de suas moedas.

O comerciante ainda podia receber na moeda nacional.

Os impostos continuavam a ser pagos de acordo com as leis locais.

Os bancos seguiam participando da compensação.

A Ponte simplesmente permitia aos usuários guardar e transferir uma medida comum de valor e mostrava às claras o que acontecia com ela.

Quando um Estado bloqueou a Ponte, os hospitais alertaram que compravam parte dos insumos estrangeiros pela rede.

Organizações de voluntários publicaram uma comparação.

Uma transferência comum demorava dois dias e perdia quatro por cento do valor.

O pagamento pela Ponte chegava em segundos e todo o custo era conhecido de antemão.

Três dias depois, a proibição deu lugar a uma exceção temporária para transações na área da saúde.

Surgiram exceções semelhantes em outros lugares.

Não foram aprovadas como reforma monetária.

Foram aprovadas como medidas emergenciais.

Uma delas permitiu aos hospitais receber em elares.

Outra autorizou as seguradoras a pagar pela Ponte os procedimentos realizados no exterior.

Uma terceira permitiu que fundos públicos divulgassem na rede a distribuição dos auxílios.

Ninguém decidiu que o elar se tornaria a moeda do planeta.

Decidiam-se apenas casos concretos, um de cada vez.

Cada um deles removia um obstáculo.

Jesair só falou publicamente da Ponte pela primeira vez quando milhões de pessoas já a utilizavam.

Não queria que seu nome virasse propaganda de uma empresa privada. Ao mesmo tempo, via que o sistema concretizava boa parte das ideias que ele defendera em Nitra.

"Não sei se uma empresa deve ser a resposta para um problema de todo o planeta", disse numa de suas falas. "Todo poder precisa de um contrapeso, até aquele que se diz transparente."
Depois, olhou diretamente para a câmera.

"Mas reparem no motivo que leva as pessoas a usar a Ponte. Não é por quererem mais um banco. É porque conseguem ver os preços, as regras, as tarifas e as decisões. Quando alguém retém um pagamento, não deixa atrás de si apenas silêncio."
Fez uma breve pausa.

"Quando temos saúde, deixamos o valor andar à sombra e chamamos isso de comodidade. Agora que cada aparelho significa fôlego e cada remessa significa tempo, queremos ver onde o valor parou. Talvez sempre devêssemos ter querido."
O número de usuários da Ponte cresceu de novo.

Mas não apenas pelas palavras de Jesair.

O sistema já tinha suas próprias provas.

Remessas que chegaram mais cedo.

Arrecadações em que o dinheiro não se perdeu.

Hospitais que puderam comprar com uma só unidade.

Fornecedores que receberam sem esperar dias a fio.

Quando os refeitórios dos hospitais começaram a usar a Ponte, seus fornecedores de alimentos aderiram também.

Quando os fornecedores aderiram, seus funcionários passaram a aceitar elares.

Quando os profissionais de saúde receberam em elares parte da gratificação de emergência, começaram a perguntar onde poderiam gastá-los.
As primeiras a aceitá-los foram as lojas perto dos hospitais.

Depois, as transportadoras.

As hospedarias.

As farmácias.

O pequeno comerciante já não precisava de uma conta para cada moeda. Bastava ter acesso à Ponte. Podia indicar o preço em moeda local e em elares, e o sistema liquidava automaticamente a venda de acordo com sua escolha.
No começo, a maioria dos comerciantes pedia a conversão imediata dos elares.

Mais tarde, passaram a guardar uma parte.

Sabiam que a usariam na próxima compra no exterior.

Assim, o elar deixava de apenas passar pelo sistema.

Começava a circular dentro dele.

As pessoas ainda podiam guardar a moeda local.

Podiam receber nela o salário.

Podiam usá-la para pagar os impostos.

Mas já não precisavam trocar dinheiro ao viajar para outro Estado.

Abriam a Ponte.

Viam o mesmo saldo.

Pagavam em elares.

O comerciante recebia em elares ou na própria moeda.

Pagava-se do mesmo modo em Nitra, em Sarur e sob as cúpulas de Thaeron.

Pela lei, o elar ainda não era a moeda única de Elarion.

Os Estados não o emitiam.

Os bancos centrais não o administravam.

Muitos governos continuavam a designá-lo apenas como unidade de pagamento de uma rede privada.

Para quem estava no caixa, porém, a diferença perdia aos poucos o sentido.

Um só preço.

Um só saldo.

Um só pagamento.

E, ao contrário do que ocorria nos antigos sistemas, era possível ver as regras que o dinheiro seguia no caminho de uma pessoa até a outra.

A Ponte crescia também porque não se dizia perfeita.

Seus fundadores divulgaram a estrutura societária da empresa.

Os nomes dos investidores.

O tamanho de suas participações.

Os contratos com os bancos.

A composição das reservas que davam lastro ao elar.

A remuneração dos dirigentes.

E cada alteração nas regras que determinavam as tarifas e o valor da cesta de reservas.

Quando um fundo cujo verdadeiro dono era desconhecido tentou entrar na rede, a Ponte o recusou.

O fundo entrou na Justiça por discriminação.

A Ponte publicou o motivo da decisão.

Não recusara o fundo por ser rico.

Recusara-o porque não era possível saber quem, por meio dele, passava a deter poder.

O planeta inteiro acompanhou a disputa.

Para muita gente, foi o primeiro exemplo concreto da diferença entre privacidade e poder secreto.

Uma pessoa comum podia comprar um remédio sem que o mundo inteiro soubesse seu nome.

Já um fundo que comprasse hospitais não poderia esconder seu dono atrás de catorze empresas.

As ideias de Jesair e Nerai deixavam assim de existir só no papel.

Ganhavam a forma de um sistema.

Cada consulta deixava um rastro.

Por trás de todo grande poder financeiro havia um dono identificável.

Cada exceção tinha autor e prazo de validade.

Os pequenos pagamentos particulares continuavam privados.

Os grandes fluxos que afetavam a vida alheia ficavam à vista.

As regras eram abertas.

Quem operava a rede não podia fiscalizar os outros sem também ser fiscalizado.

As pessoas se acostumavam a essa visibilidade.

Primeiro, em relação à pandemia.

Depois, aos alimentos.

À energia.

Ao transporte.

Às campanhas beneficentes.

Às compras entre Elarion e Thaeron.

Aos poucos, começaram a perguntar por que os bancos de sempre não seguiam regras parecidas.

Por que o Estado sabia mostrar cada centavo que entrava na conta de um cidadão, mas não o beneficiário final de um contrato público.

Por que a Ponte conseguia divulgar suas reservas todos os dias, enquanto os bancos centrais levavam meses para tornar públicas certas decisões.
Por que, no pagamento em elares, viam a tarifa inteira de antemão, enquanto numa transferência tradicional parte do custo só aparecia para quem recebia.
Transparência já não era apenas uma exigência moral.

Era algo que as pessoas experimentavam ao usar o sistema.

Kael Thorne acompanhava o crescimento da Ponte de um escritório em que todas as janelas estavam reguladas para o modo opaco.
Por enquanto, Vesta não aparecia no sistema.

Os antigos fluxos de dinheiro continuavam ocultos em bancos, fundos e Estados que protegiam seus donos. A Ponte só via o valor que passava pela sua rede.
Mas as pessoas se habituavam a algo mais perigoso para Kael do que uma investigação.

À comparação.

Quem via uma tarifa inteira pela primeira vez começava a perguntar por que ela não aparecia em outros lugares.

Quem descobria uma vez o verdadeiro dono de uma empresa passava a desconfiar das que escondiam o seu.
Quem, em cada Estado, pagava com a mesma unidade começava a se perguntar para que precisava de trinta moedas.
Era possível retardar uma investigação.

Soterrar comissões em trabalho.

Ocupar os tribunais com recursos.

Convencer os políticos a esperar.

Mas não era tão fácil desfazer um hábito.

Se a Ponte continuasse a ser apenas uma ferramenta dos profissionais de saúde e dos voluntários, talvez desaparecesse depois da pandemia.

Mas já não era.

Era usada por famílias.

Comerciantes.

Fabricantes.

Transportadoras.

Trabalhadores em Thaeron.

Pessoas que nunca tinham lido o discurso de Jesair nem ouvido o nome de Nerai Sael.

Não usavam o elar por ele representar uma filosofia da transparência.

Usavam porque funcionava.

Só depois se davam conta de que funcionava justamente porque tornava visível boa parte do que os antigos sistemas escondiam.
Kael compreendeu que Arien não havia apenas desencadeado uma catástrofe.

Havia criado as condições para que a ideia de Jesair se tornasse um instrumento de uso diário.

Mostrara às pessoas o preço da escuridão.

E as obrigara a experimentar um sistema que, em tempos mais tranquilos, teriam rejeitado por ser ousado demais, aberto demais ou perigoso demais para a velha ordem.
Às vezes, na tentativa de destruir o futuro, alguém acaba removendo tudo o que até então o impedia de nascer.

30. O Terço

Primeiro, contaram-se os casos.

Depois, os leitos.

Depois, os sistemas de oxigênio, os estoques de remédios, as salas de isolamento disponíveis e as pessoas que ainda tinham condições de trabalhar.
Por fim, restaram os mortos.

Enquanto eram poucos, os números vinham exatos.

Setecentos e quarenta e dois.

Onze mil novecentos e oito.

Dois milhões e quatrocentos mil.

Na mente humana, cada número ainda conseguia se fazer passar por uma contagem de pessoas.

Depois vieram as dezenas de milhões.

As centenas de milhões.

E os corpos viraram uma curva.

Sobe.

Desce.

Acelera.

Avança para o norte.

Chegou a Vasýria.

Vai atingir Thaeron.

A mente humana não consegue suportar um bilhão de mortes, uma por uma.

Teria de imaginar um bilhão de leitos.

Um bilhão de últimos suspiros.

Um bilhão de portas atrás das quais alguém ficou de pé à espera de quem não voltaria.

Um bilhão de copos pela metade à cabeceira.

Um bilhão de frases que teriam continuação pela manhã.

Por isso a mente as transformou num número.

E o número, numa linha.

De Auriola, a pandemia transbordou para todos os Estados de Elarion.

Não da mesma maneira em toda parte.

As regiões que permitiram a seus sistemas de saúde compartilhar dados ganharam alguns dias. Os médicos sabiam onde ainda havia insumos. Viam os resultados de tratamentos em hospitais do outro lado do planeta. Os algoritmos comparavam a evolução da doença em milhões de casos sem conhecer os nomes das pessoas a quem pertenciam.

Aos poucos, os médicos entenderam também por que os cálculos não bastavam. Em muitos doentes, uma reação de defesa violenta lesava os vasos e voltava a atingir os órgãos assim que se conseguia estabilizá-los. Do primeiro alerta ao colapso circulatório irreversível às vezes decorriam só algumas horas. As terapias regenerativas exigiam um paciente estável. E exigiam dias. Os dados compartilhados deram mais tempo a alguns. A ninguém puderam devolver o tempo perdido.

Alguns Estados fecharam o acesso aos dados.

Falavam de soberania.

De proteção aos cidadãos.

Do risco de a infraestrutura de emergência continuar nas mãos da União depois da pandemia.

Alguns desses receios eram legítimos.

Mas para a doença era indiferente a base legal com que lhe escondiam os dados.

Nesses países, ela avançou no escuro por alguns dias a mais.

E alguns dias, durante o Terço, eram uma era inteira.

Em Thaeron, os primeiros casos apareceram nas cúpulas ligadas à rede de abastecimento orbital.

Os administradores fecharam de imediato os corredores de transporte.

Mas Thaeron era um mundo cuja existência dependia de um acordo ininterrupto entre o ser humano e a máquina.

As cúpulas precisavam de água.

Matérias-primas biológicas.

Peças de reposição.

Células de energia.

Filtros.

Compostos químicos.

Cada via que se fechava à doença era também uma via por onde chegava algo indispensável à vida.

Em Elarion, uma aldeia podia esquecer o Estado e sobreviver por uns dias.

Em Thaeron, não se podia esquecer nem uma bomba-d'água.

Por isso, o elar de emergência teve aceitação mais rápida ali do que no planeta de origem.

Cada remessa tinha um registro público.

Cada decisão, um autor.

Cada recusa, um motivo.

De início, os administradores das cúpulas protestaram. Alegavam que o sistema expunha as reservas estratégicas.

Então se descobriu que um dos administradores desviara água para um setor residencial privado onde viviam seus familiares e pessoas ligadas ao seu conselho.

Qualquer pessoa podia ver o registro.

Os protestos perderam força.

Em Elarion, enquanto isso, não era só a rede de saúde que começava a ruir.

A antiga maneira de medir o valor também se desmanchava.

Não em um grande colapso.

Em milhares de pequenas falhas.

As moedas dos Estados com grande proporção de aurelianos perdiam valor a uma velocidade assustadora. Os mercados contavam os futuros mortos antes dos hospitais. Previam a queda da produção e da arrecadação, déficits orçamentários e aumento dos custos.

A moeda mais fraca encarecia os remédios importados.

Os remédios mais caros aumentavam a dívida do Estado.

A dívida maior enfraquecia a moeda.

Quanto mais gente morria, mais dinheiro era preciso para salvá-la.

E quanto mais dinheiro era preciso, menos ele valia.

A camada aberta de emergência passava a mostrar quem recusara uma remessa, quem mudara o preço e quem podia liberar a reserva para cobrir a diferença cambial. O público via o efeito da decisão no hospital que aguardava a entrega. As disputas não desapareceram, mas deixaram de se esconder atrás de um aviso anônimo sobre a situação do pagamento.
A visibilidade não conseguia fabricar um remédio que ninguém ainda descobrira.

Não trouxe de volta os profissionais de saúde.

Não fez surgir oxigênio num tanque vazio.

Não transformou as pessoas em seres livres da ganância, do medo e do egoísmo.

Mas eliminou uma frase atrás da qual, por séculos, tinham se escondido indivíduos, empresas e governos.
Não sabíamos.

Passado o primeiro mês, o elar deixou de ser usado apenas na compra de equipamentos médicos.

Primeiro, pagou-se com ele a energia dos hospitais.

Depois, os alimentos para as regiões isoladas.

Depois, o transporte dos trabalhadores.

Depois, as matérias-primas biológicas.

Os conselhos monetários protestaram.

Daren Voltr tomou a palavra na assembleia conjunta.

Estava mais pálido do que algumas semanas antes. Também a família dele já tinha seus mortos.

“Estamos transformando um instrumento de compensação emergencial em moeda”, disse. “Sem banco central. Sem mandato. Sem um acordo sobre a estabilidade das regiões. Estamos fazendo isso em meio ao medo, quando as pessoas aprovam quase tudo o que traz a palavra salvação.”
Nerai estava sentada diante dele.

“Por isso todas as regras estão à vista.”

Voltr balançou a cabeça.

“Visibilidade não é legitimidade.”

“Não”, respondeu ela. “Mas, se não vemos quem altera as regras, não há como sequer avaliar a legitimidade.”

“Uma medida única de valor pode destruir as regiões mais frágeis.”

Nerai abriu três registros.

Três remessas.

Três pagamentos retidos em conversões de moeda.

“Hoje, a fragmentação do valor já as está destruindo.”

“Isso é retórica.”

Ela passou os dados para a tela comum.

“Isto aqui são contas.”

Voltr ficou um bom tempo olhando para elas.

Suas objeções não desapareceram.

Nem deviam.

Nerai sabia que um mundo em que toda oposição cedesse diante do argumento certo seria tão perigoso quanto o mundo que ela queria mudar.

“Quem vai administrar o elar depois da pandemia?”, perguntou Voltr.

Nerai ficou calada por um instante.

“Talvez ninguém.”

“Esse tal de ninguém não existe.”

A frase a deteve.

Era verdade.

Por trás de cada sistema sempre restava uma pessoa.

Ou um grupo de pessoas.

Ou uma regra que alguém havia escrito um dia.

“Então precisamos construí-lo de tal maneira”, disse ela, “que uma pessoa só não possa ser sua dona.”

Saira abriu a proposta.

Nós distribuídos entre os Estados.

Cálculo público do valor.

Histórico completo das alterações.

Nenhum ajuste secreto de câmbio.

Acessos rastreáveis.

Poderes repartidos.

Fiscalização pública das decisões dos conselhos monetários.

Um modelo emergencial.

Imperfeito.

Nascendo em meio aos mortos.

E, no entanto, em seus alicerces surgia algo que Elarion ainda não conhecia.

Um valor que não precisava circular no escuro.

E um poder que começava a se acostumar à sensação incômoda de ser visto.

Enquanto isso, Jesair continuava a falar à população.

Mareia percebeu nele o cansaço antes que ele mesmo o admitisse.

Depois de uma das transmissões, ficou de pé diante da tela apagada.

Não se mexia.

"Jesair?"

Virou-se para ela como quem voltava de muito longe.

"O que foi?"

"Isso quem pergunta sou eu."

"Só estou cansado."

"Você precisa descansar."

"Eu descanso."

"Quando?"

Ele sorriu.

"Entre uma catástrofe e outra."

Mareia não sorriu.

Lá fora, chovia.

A chuva escorria pelas altas janelas da casa dos Davion e nas gotas se quebravam as luzes do vale, em fios compridos e finos.

"Venha comigo para Nitra."

Jesair olhou para fora.

"E as pessoas daqui?"

"Vão poder falar com você pela tela."

"Elan também pôde."

Mareia se calou.

Jesair baixou os olhos de imediato.

"Perdão."

"Não precisa."

"Eu não devia ter dito isso."

"Mas é o que você pensa."

Ele assentiu.

"Há uma diferença entre uma pessoa e a imagem dela."

"E se estar presente custar sua vida?"

Dessa vez, ele demorou a responder.

"Então talvez eu tenha escolhido mal."

Mareia o fitou.

"A essa altura, já não vai poder dizer isso a ninguém."

Chegou mais perto.

"Não estou pedindo que deixe de ajudar. Só estou pedindo que não pense que amar as pessoas obriga você a morrer por elas."

Jesair se calou.

"O que é que você quer de mim, então?"

"Que você fique."

"Onde?"

Mareia o olhou nos olhos.

"Comigo."

Naquele instante, o mundo se fez pequeno.

Sem conselhos políticos.

Sem linhagens.

Sem pandemia.

Sem um planeta à espera da próxima frase de um homem do qual aos poucos se apropriava para fazer dele um símbolo.

Havia apenas uma mulher que um dia deixara um homem capaz de transformar amor em posse.

E agora não queria perder outro por ele ter transformado o amor num dever para com todos.

Jesair pousou a mão no pulso dela.

“Estou aqui.”

Mareia o segurou com três dedos.

Por um instante, os dois se calaram.

O gesto viera naturalmente.

E, no entanto, com naturalidade demais.

Uma dor estranha atravessou Jesair.

Nenhuma imagem.

Nenhuma palavra.

Apenas a sensação de algo que devia estar em sua memória e não estava lá.

Três dedos.

Outra luz.

Poeira.

Uma mão de mulher.

E o pesar pela perda de alguém que ele nunca perdera nesta vida.

Mareia o soltou.

“O que aconteceu?”

“Não sei.”

Dessa vez, era verdade.

Lembrara-se de algo que ainda não vivera.

Naquela noite, uma nova projeção chegou ao centro de crise.

De início, Saira se recusou a publicá-la.

Os dados estavam incompletos.

Alguns Estados ainda notificavam os casos com atraso. Das regiões onde o sistema de saúde entrara em colapso, quase não chegava nenhum número confiável.
Refizeram os cálculos do modelo.

E mais uma vez.

Variaram os dados de entrada.

A mortalidade prevista.

A capacidade dos hospitais.

A velocidade de desenvolvimento do tratamento.

Cada caminho se aproximava do mesmo número.

Nerai ficou olhando para ele.

33,1%.

"Quem já viu isso?"

"A equipe de análise."

"E a liderança política?"

Saira hesitou.

"Recebeu um intervalo mais amplo."

"Por quê?"

"Porque a incerteza é enorme."

"O resultado pode ser menor?"

"Pode."

"Maior?"

Saira não respondeu.

Na tela brilhava o resultado dos cálculos.

Cerca de três bilhões de vítimas ao todo.

Quase toda a linhagem aureliana.

Centenas de milhões de pessoas das outras linhagens.

"Temos que divulgar", disse Nerai.

"Se dissermos um terço, vamos provocar pânico."

"Se não dissermos, os Estados vão se preparar para um décimo."

“É uma projeção.”

“Então digamos que é uma projeção.”

A palavra apareceu pela primeira vez num documento interno.

O Terço.

O documento vazou naquela mesma noite.

Nunca se descobriu para quem.

De manhã, o planeta inteiro conhecia aquela palavra.

Nerai soube do vazamento pela manchete de um noticiário noturno: UM TERÇO DA POPULAÇÃO PODE MORRER. A apresentadora mostrou o intervalo de incerteza, e não só a curva mais alta. “É uma projeção do total de vítimas”, repetiu. “Isso não significa que essas pessoas já morreram.”

Na imagem seguinte, o governador de um Estado pedia calma. Uma médica de Auriola respondeu que, para ter calma, também se precisava de insumos e de acesso aos dados. Na parte de baixo da tela, passavam mensagens de pessoas em busca dos parentes.

Nerai permaneceu diante da tela até que a apresentadora mudasse de assunto. Foi assim que um cálculo interno se tornou uma frase que as famílias teriam de pronunciar à mesa do jantar.

Não se dizia aquela palavra como o nome de uma doença.

Era o nome do futuro.

Se o Terço vier.

Antes do Terço.

Depois do Terço.

Como se já existisse, de antemão, a fronteira que separaria aqueles que seguiriam em frente daqueles de quem só restaria o tempo passado.

Em algumas cidades eclodiram tumultos.

As pessoas arrombavam depósitos.

Sacavam tudo das contas.

Fugiam das cidades, mesmo sem saber para onde.

Em outros lugares, formaram-se filas de voluntários.

Idosos cediam seus aparelhos de oxigênio aos mais jovens.

Donos de hotéis abriam os quartos aos profissionais de saúde.

Pessoas da mesma família que havia anos não se falavam telefonaram umas para as outras.

Uns fechavam as portas.

Outros as abriam pela primeira vez.

A catástrofe não revela um único e verdadeiro rosto do ser humano.

Revela os muitos rostos que até então podiam dormir em paz dentro dele.

Depois do segundo mês, os mortos já passavam de um bilhão.

Depois do terceiro, de dois.

As cidades aurelianas se esvaziavam.

Casas de família que tinham sobrevivido a guerras, incêndios e à queda de Estados ficavam sem herdeiros.

Numa família, morreram todos os homens.

O arquivo acompanhava a linhagem havia mais de mil anos.

Uma funcionária inseriu os dados do último deles.

O sistema preencheu automaticamente o campo de situação:

Linhagem extinta.

A mulher ficou olhando para aquelas duas palavras.

Havia semanas que processava informes sobre milhões de mortos.

Não tinha chorado.

Chorou diante de um único campo do formulário.

Jesair falou ao planeta pela última vez no dia em que teve febre.

Mareia estava fora do enquadramento.

Mesmo antes da transmissão, ela já o achara pálido.

Jesair olhou para a câmera.

"Quando o número de mortos cresce, começamos a fazer com que eles ocupem menos espaço dentro de nós. É uma defesa. De outro modo, não suportaríamos."
Fez uma pausa.

"Mas uma pessoa não fica menor por se tornar uma entre um bilhão."

Por um instante, apoiou-se na mesa.

Mareia deu um passo à frente.

Com o olhar, Jesair lhe indicou que estava bem.

"Cada pessoa que morreu era o centro de algum pequeno mundo. Tinha um nome. Um lugar para onde voltava. Um jeito de rir. Alguém conhecia o som dos seus passos. Alguém sabia que parte da comida ela deixava no prato. Alguém esperava ouvir sua voz."
Diante das telas, milhões de pessoas se calaram.

"Erguemos uma civilização capaz de construir um segundo mundo. Mudamos rios de lugar. Criamos florestas sob outro céu. Ensinamos as máquinas a reconhecer a doença antes dos médicos."
Respirou fundo.

Doeu.

"E não conseguimos enxergar a intenção que passava por nossas próprias contas."

Ao ouvir aquela frase, Nerai ergueu a cabeça.

"Um dia vamos perguntar quem fez isso. Temos de perguntar."

Jesair fez uma pausa.

"Mas, se a resposta se resumir ao nome de uma pessoa, não teremos entendido nada. Uma pessoa pode trazer o ódio. Pode trazer um plano. Pode trazer o mal."
Olhou diretamente para a câmera.

"Mas é a civilização que lhe abre caminho. Ou não."

Nerai guardou a frase.

Um ano depois, haveria de repeti-la diante da Convenção.

Naquele instante, ainda não imaginava que ouvia algumas das últimas palavras que o irmão diria em público.

Assim que terminou a transmissão, Mareia se aproximou dele.

"Você está quente."

"Está quente aqui."

"Não está."

Pousou a palma da mão na testa dele.

Jesair fechou os olhos.

"Há quanto tempo?"

“Desde cedo.”

Mareia olhou para ele, incrédula.

“E você não disse nada?”

“Pensei que fosse cansaço.”

Ela abriu o canal de saúde.

Jesair segurou sua mão.

“Espere.”

“Esperar o quê?”

“Só um instante.”

“Jesair, já não temos esse instante.”

Pela primeira vez, ouviu-se medo em sua voz.

Não era medo por Elarion.

Era o medo de uma mulher por uma única pessoa.

Jesair abriu os olhos.

O círculo dourado brilhava mais.

Mareia o viu.

E, pelo olhar dele, percebeu que ele também o vira.

“Nerai”, disse ela pelo canal. “Precisamos de isolamento na casa dos Davion.”

Do outro lado, silêncio.

“Jesair?”

Mareia não respondeu.

Não precisava.

“Estou indo.”

“Não”, disse Jesair.

Nerai o ouviu.

“Nem se atreva a me dizer que não.”

“Talvez você esteja a salvo.”

“Minha mãe era aureliana.”

“É justamente por isso que não sabemos de nada.”

“Eu vou.”

“Nerai.”

Sua voz estava mais fraca.

“Fique onde você ainda pode fazer alguma coisa.”

“Você é meu irmão.”

Jesair sorriu por um instante.

“Por isso mesmo.”

Nerai encerrou a ligação.

Já estava correndo.

Mareia ajudou Jesair a chegar à ala de isolamento da casa.

“Você fica lá fora”, disse ele.

“Não.”

“Mareia.”

Bastou que ela o olhasse uma vez.

Jesair entendeu que não adiantava insistir.

“Você não vai partir sozinho”, disse ela.

Jesair estremeceu.

Dessa vez, não foi de febre.

Aquela frase.

Ele a conhecia.

Como se tivesse chegado até ele de uma distância imensa.

Através de um lugar que nunca havia visitado.

De uma vida que nunca havia vivido.

A porta da sala de isolamento se fechou.

Entre eles ficou o vidro.

Mareia pousou três dedos na parede transparente.

Jesair ergueu a mão.

Antes que ele tocasse o vidro do outro lado, Mareia sentiu frio.

Depois, uma fraqueza.

Apoiou-se na parede.

“Mareia?”

Ela balançou a cabeça.

Queria dizer que não era nada.

Em vez disso, seus joelhos cederam.

O sistema de saúde registrou febre numa segunda pessoa.

Poucos minutos depois, ela já estava deitada na sala de isolamento ao lado.

Não se podia abrir a porta entre os dois.

Dois leitos.

Dois círculos dourados.

Uma parede transparente.

Nerai chegou à barreira de Auriola trinta e sete minutos depois.

O sistema recusou sua entrada.

Mostrou as autorizações que tinha.

Ligou para pessoas cujos nomes, em outras circunstâncias, abriam todas as portas da Camada.

De nada adiantou.

À sua frente estava a barreira da quarentena.

Do outro lado, seu irmão morria.

Acima da estrada, brilhava o número de mortos.

2.999.999.997.

O número mudou.

2.999.999.998.

Nerai olhava a tela sem respirar.

2.999.999.999.

Então:

3.000.000.000.

Naquele mesmo segundo, o total foi atualizado em todo o planeta.

Um terço de Elarion estava morto.

Nerai recebeu uma chamada da casa dos Davion.

Na tela, viu Jesair.

Mareia.

E o vidro entre eles.

A catástrofe recebera seu nome.

O Terço tinha chegado.

Só ainda não havia terminado.

31. Atrás do vidro

Jesair morreu no quarto dia.

O sistema de saúde registrou com exatidão o instante.

A hora.

O pulso.

A oxigenação do sangue.

A temperatura.

O último sinal de atividade elétrica do coração.

Registrou tudo o que era possível medir.

O essencial, não.

Os microfones das salas de isolamento não ficavam abertos o tempo todo. Era uma norma antiga de proteção à dignidade dos doentes. Um médico podia entrar em contato. O sistema podia alertar para uma mudança nos sinais vitais. Mas ninguém tinha o direito de fazer das últimas horas de uma pessoa um registro público.
Por isso ninguém soube o que Jesair disse a Mareia.

Mais tarde, Nerai reviu as imagens muitas vezes.

Sem som.

Jesair já não conseguia ficar em pé.

Nem sentado.

Estava deitado no chão junto ao vidro.

Do outro lado, deitada, estava Mareia.

Seus rostos estavam separados por alguns centímetros e por um material capaz de deter um vírus, um toque e um último abraço.
Jesair moveu a mão.

Já não tinha forças para mais.

Pousou a palma da mão no chão.

Mareia ergueu três dedos.

Os lábios de Jesair se moveram.

Uma frase curta.

Talvez duas palavras.

Ninguém as ouviu.

Mareia, sim.

E sorriu.

Mais tarde, deram muitas explicações para aquele sorriso.

A aceitação da morte.

A reconciliação.

Uma última expressão de amor.

Nerai, porém, sempre viu nele algo mais estranho.

Mareia não sorria como uma mulher que se despede.

Por um único instante, pareceu uma mulher que, depois de um tempo imenso, reconhece alguém.

Como se, por trás do rosto de Jesair, outro se revelasse.

Como se do outro lado do vidro, por um momento, não houvesse uma sala de isolamento, mas um jardim distante.

Outro céu.

Outra vida.

Uma lembrança que não tivera tempo de se tornar lembrança.

Jesair fechou os olhos.

Sua mão ficou junto ao vidro.

Mareia permaneceu olhando para ela.

Sete horas.

Depois, sua respiração foi ficando mais curta.

Um sopro.

Silêncio.

Um sopro.

Um silêncio mais longo.

E, por fim, apenas silêncio.

Sete horas depois do coração de Jesair, o dela também parou.

Nerai estava sentada num módulo de transporte diante da barreira de Auriola.

A quilômetros dos dois.

Saira estava sentada ao seu lado.

Não a tocou.

Não disse que sentia muito.

Há frases tão pequenas que chegam a ofender.

Um funcionário da saúde apareceu na tela.

“Precisamos de uma decisão sobre os corpos.”

Nerai olhou para ele.

O homem baixou os olhos.

“Me perdoe. Sei que...”

“Não sabe.”

Silêncio.

“Quais são as opções?”

“O protocolo de biossegurança recomenda a destruição imediata, no próprio local. Os conselhos de linhagem pedem que se conservem amostras biológicas. O público pede uma cerimônia.”

“O público?”

“A notícia vazou.”

Nerai abriu a rede.

Jesair Davion morreu.

Mais tarde, apareceu outra notícia:

Mareia Lioren morreu.

Nerai ligou o som do noticiário. O apresentador já pedia aos conselhos de linhagem que se pronunciassem sobre a morte de Jesair. Quanto a Mareia, a redação ainda não tinha confirmação da família. Uma profissional de saúde entrevistada pelo canal se recusou a falar sobre os prontuários dos dois.

“A família ainda não teve tempo de decidir o que quer dizer”, acrescentou. Nerai sabia que resposta o irmão teria dado à questão da privacidade. Deixou o canal falar sem ela.

Depois vieram as fotografias.

Jesair no fórum de Nitra.

Jesair entre os doentes.

Jesair em sua última fala pública.

Mareia junto aos arquivos.

Mareia no jardim.

Mareia segurando o pulso de Jesair com três dedos.

Seus corpos nem tinham esfriado, e o mundo já começava a fazer deles uma história.

Chamavam-nos de mártires.

De últimos aurelianos do velho mundo.

De prova.

De sinal.

Outros usavam suas mortes contra tudo o que Jesair dissera em vida.

Se ele tinha um dom, por que não se salvou?

Se era excepcional, por que não salvou Mareia?

Por que não salvou três bilhões de pessoas?

Nerai desligou a tela.

"Vamos cremá-los ali."

O funcionário assentiu.

"E as amostras?"

"Só o necessário para a pesquisa."

"Os conselhos de linhagem pedem..."

"Nenhuma relíquia."

Sua voz era baixa.

"Ninguém será dono dos corpos deles."

Depois de um instante, o funcionário assentiu.

"E a cerimônia?"

Pelo para-brisa do módulo, Nerai olhou na direção da casa dos Davion, embora dali não pudesse vê-la.

“Depois.”

Mas esse depois ainda demorou muito a chegar.

As pessoas continuavam morrendo.

Os hospitais continuavam acesos a noite inteira.

Os módulos de transporte continuavam levando os corpos para lugares onde já ninguém os esperava.

A pandemia levou mais de três bilhões e cem milhões de pessoas.

Só então a curva começou a ceder.

Não surgiu uma única cura milagrosa.

Vieram dezenas de pequenas vitórias.

Formas mais eficazes de moderar a resposta do organismo.

Maior precisão na identificação das horas críticas.

Novas combinações de substâncias.

Modelos preditivos.

Maneiras de proteger os mais vulneráveis.

Cada avanço salvou parte dos doentes.

Juntos, detiveram a morte.

Quando o número de novos casos caiu pela metade pela primeira vez, ninguém festejou.

Quando caiu para um décimo, não se abriram garrafas nas praças.

Quando o último grande hospital anunciou que voltara a ter leitos livres, sua diretora fez o anúncio, trancou-se no escritório e chorou por uma hora.

Elarion sobreviveu.

Foi o que escreveram nos noticiários.

Mas um planeta não tem coração cujo pulso se possa medir.

Eram as pessoas que precisavam sobreviver.

E, de cada três, faltava mais ou menos uma.

32. Os que chegam

Há mortes em que uma vida termina.

E há mortes em que termina apenas um nome.

Jesair morreu quando Elarion ainda não fazia ideia de tudo o que ele deixaria.

Seu corpo foi um entre os bilhões que o Terço levou sem pedir licença.

Sua voz deixou de soar nas salas onde se discutiam a verdade, o valor e o poder.

Seus braços nunca mais envolveram ninguém.

Seus olhos nunca mais se abriram para a manhã.

Para Elarion, ele estava morto.

E era verdade.

Só não era a verdade inteira.

O universo é mais antigo que os nomes.

Mais antigo que as fronteiras.

Mais antigo que as nações.

Mais antigo que os planetas que, em sua juventude, estão convencidos de que a própria história é o centro de tudo o que existe.
Havia muitos mundos.

Alguns orbitavam estrelas azuis.

Outros viviam sob a luz vermelha de sóis antigos.

Em alguns, a vida se abrigava sob quilômetros de oceano, e civilizações inteiras nunca tinham visto as estrelas.
Em outros, ergueram-se cidades tão altas que os andares de cima conheciam um céu diferente do céu das ruas lá embaixo.

Algumas civilizações jamais inventaram o dinheiro.

Outras lhe sacrificaram quase tudo.

Cada uma delas, no entanto, chegou um dia a um limite que não podia transpor com uma máquina maior.

Nem com uma nave mais veloz.

Nem com uma nova fonte de energia.

Nem com mais uma biblioteca do saber.

Porque nem todos os problemas nascem da falta de inteligência.

Alguns nascem daquilo que a inteligência ainda não conseguiu compreender sobre si mesma.

E então, às vezes, nascia alguém.

Quase nunca um rei.

Podia ser o filho de um artesão.

A filha de um professor.

O filho de uma mulher cujo nome a história não guardou.

Às vezes nascia entre os pobres.

Outras vezes, entre os sábios.

Um falava nas praças.

Outro passava anos quase sem dizer palavra e deixava apenas algumas frases.

Às vezes suas palavras mudavam o mundo enquanto ainda vivia.

Outras vezes, levavam séculos.

Os nomes mudavam.

Os rostos mudavam.

As línguas mudavam.

As estrelas acima deles também.

A tarefa continuava parecida.

Levar o mundo um passo adiante.

Não até o destino.

Só mais adiante.

Ninguém podia salvar um planeta inteiro.

Se uma única pessoa pudesse salvar o mundo sem que os demais tivessem de fazer uma escolha, não seria um mundo de seres livres.

O que podiam fazer era apontar o rumo.

Dar voz a uma ideia que já não se pudesse esquecer por inteiro.

Abrir uma porta.

E deixar aos outros a decisão de atravessá-la.

Num mundo, era preciso dizer pela primeira vez que a fraqueza de um não dá ao mais forte o direito de ser seu dono.
Em outro, que o conhecimento não tem dono.

Em outro ainda, nações inteiras se matavam por causa das diferentes imagens que faziam dos deuses, e alguém levou a elas a ideia de que um deus que precisa do ódio humano talvez seja apenas o ódio humano vestido de palavras sagradas.
Em certos lugares, as pessoas precisavam aprender a perdoar.

Em outros, a duvidar.

E em alguns mundos chegava a hora em que era preciso dizer que o poder, quando se esconde dos olhos de todos, cedo ou tarde passa a servir a si mesmo.
Elarion era um desses planetas.

Jesair não trouxe instruções para fazer um mundo perfeito.

Disse algumas frases no momento exato em que Elarion podia começar a ouvi-las.

Que o valor não deve andar à sombra.

Que o poder precisa suportar o olhar daqueles sobre os quais se exerce.

Que a propriedade deixa também um rastro de responsabilidade.

Que a riqueza de uma pessoa não pode ser inteiramente separada do mundo que tornou possível essa riqueza.

Não eram mandamentos.

Eram sementes.

E as sementes não precisam que quem as plantou venha se sentar debaixo da árvore.

Jesair, porém, não queria morrer.

O Terço não foi o preço que o universo exigiu por sua mensagem.

A morte de Mareia tampouco fazia parte de alguma equação perfeita.

Ele queria viver.

Queria envelhecer ao lado dela.

Quem sabe acordar um dia na casa dos Davion e, pela primeira vez, não encontrar à porta ninguém que precisasse de uma resposta sua.

Quem sabe discutir por uma bobagem.

Quem sabe, poucas horas depois, esquecer o motivo da discussão.

Quem sabe ficar com ela junto ao jardim até ver envelhecerem as mãos de ambos.

Tudo isso lhe foi tirado.

A ideia não precisava de sua morte.

Mas, quando ele morreu, ela ficou nas mãos dos outros.

E com ela, uma pergunta.

Tinham amado o homem?

Ou tinham compreendido também o que ele tentava dizer?

Se tudo dependesse da presença de Jesair, tudo poderia ter morrido com ele junto ao vidro.

Mas, se algo de suas palavras passara para outras pessoas, elas já não dependiam do fôlego dele para viver.

A trinta anos-luz dali, um pequeno planeta azul orbitava sua estrela.

Era mais jovem em sua história.

Seus habitantes ainda não conheciam Elarion.

Nada sabiam da Ponte.

Da gente de Auriola.

De Nerai.

Do homem que pousara a palma da mão no chão junto ao vidro transparente.

Um dia nasceria ali outro homem.

Haviam de chamá-lo Jesus.

Havia de percorrer estradas poeirentas entre aldeias que, da imensidão do universo, mal se poderiam encontrar.

Comeria com pescadores.

Tocaria nos doentes.

Falaria com as pessoas de quem os outros desviavam o rosto.

Estaria entre os poderosos e também entre os que quase nada tinham.

Sem exército.

Sem cargo.

Sem o selo de um Estado.

Com mãos capazes de repartir o pão.

E, ainda assim, deixaria algo que sobreviveria a impérios.

Que a pessoa diante de você tem valor mesmo quando nada tem a lhe oferecer.

Que a misericórdia pode estar acima da obediência cega à lei.

Que a grandeza pode estar em servir.

Que um inimigo não precisa continuar inimigo para sempre.

Por séculos, as pessoas discutiriam quem ele fora.

Ergueriam templos em seu nome.

Pintariam seu rosto.

Cada povo lhe emprestaria um pouco do seu.

Alguns veriam nele Deus.

Outros, um profeta.

Outros ainda, um mestre.

E haveria também quem, em seu nome, fizesse exatamente o contrário do que ele ensinara.

Pois as grandes ideias não percorrem a história em linha reta.

Uma geração as enuncia.

A seguinte as dobra às próprias necessidades.

Outra volta a descobri-las.

E, passados séculos, aquilo que um dia soou como o sonho perigoso de um homem só pode se tornar evidente para milhões.
É assim que os mundos avançam.

Degrau a degrau.

Entre alguns desses degraus, aparecem aqueles a quem mais tarde darão o nome de profetas.

Salvadores.

Sábios.

Reformadores.

Hereges.

Loucos.

O universo não precisava de um nome comum para eles.

Eram como mensageiros que não trazem uma carta.

Eles próprios eram a carta.

Para pertencer ao mundo a que chegavam, porém, precisavam esquecer por algum tempo.

Se soubessem tudo, a vida deles não seria uma vida humana.

Seria uma visita.

Por isso sentiam dor.

Fome.

Medo.

Solidão.

Desejo.

Raiva.

Amor.

Dúvida.

Podiam falhar.

Podiam dizer algo de que mais tarde se arrependeriam.

Podiam desejar continuar vivos.

Pois ninguém pode falar aos seres de um mundo a partir daquilo que eles vivem sem se tornar, ao menos por um tempo, um deles.

E, quando a vida terminava, o corpo ficava com o planeta.

O nome, com a história.

As palavras, com as pessoas.

O que se escondia mais fundo seguia adiante.

O tempo entre essas vidas não se media pelo calendário.

Nenhum corpo esperava a próxima manhã.

Nenhum coração contava as batidas.

Num planeta podiam passar milhares de anos até que, em outro, amadurecesse o instante em que seria possível entrar.

Em algum lugar distante, enquanto isso, nascia uma civilização.

Descobria o fogo.

Depois, a escrita.

Dividia a terra.

Criava leis.

Erguia templos.

Fabricava armas.

Inventava o dinheiro.

E, passado tempo suficiente, começava a acreditar que a maneira como organizara o mundo era a única maneira possível de organizá-lo.
Até se aproximar do próprio limite.

Então a viagem podia recomeçar.

Outra estrela.

Outro planeta.

Outro corpo.

Outro nome.

Nem mesmo a tarefa precisava ser a mesma.

Um mundo que se afogava em vingança precisava ouvir falar de perdão.

Um mundo que confundia obediência com bondade precisava da dúvida.

Uma civilização esmagada pelo poder arbitrário precisava de proteção para o indivíduo.

E um mundo cujos indivíduos já tivessem esquecido que só sobrevivem graças aos outros talvez um dia precisasse ser lembrado de seu dever para com o todo.
As palavras mudavam.

O rumo tinha algo em comum.

Do medo à compreensão.

Da violência à cooperação.

Do poder oculto à responsabilidade.

Da ideia de separação à consciência de que nada do que vive nasce de si mesmo.

Jesair era um deles.

Talvez já tivesse levado outro nome.

Talvez já tivesse estado sob o céu de um planeta que há muito deixara de existir, falando a seres cujos rostos nem um elariano nem um humano da Terra saberiam chamar de rostos.
Talvez naquele lugar pronunciasse uma frase inteiramente diferente.

Outro trecho do mesmo caminho.

E talvez sua viagem no pequeno planeta azul ainda estivesse por começar.

Em outro corpo.

Com um nome que por vezes já lhe voltava em lampejos, embora ele não o compreendesse.

A alma não precisa de assinatura.

Quem precisa de assinatura é a história.

E talvez algumas almas não atravessem os mundos sozinhas.

Há laços que sobrevivem até à perda do nome.

A princípio, voltam apenas como uma estranha confiança em alguém que nunca se viu.

Como uma saudade sem lembrança.

Como um gesto da mão que se antecipa à razão.

Três dedos sobre o pulso.

Uma frase que se diz antes de entender por que se disse.

Não vá sozinho.

O último sorriso de Mareia ficou com Nerai como uma pergunta.

Pela gravação não havia como saber o que Jesair dissera.

Nem o que Mareia vira no último instante.

Ficou apenas a imagem de uma mulher que, ao olhar para um homem que morria, sorriu como se tivesse se lembrado dele depois de um tempo imenso.
Quando o coração de Jesair parou de bater, as estrelas não mudaram de órbita.

O céu não se abriu.

Nenhum sinal apareceu em Elarion.

O planeta seguiu em sua órbita.

As cidades contaram seus mortos.

Nas casas, ficaram os copos junto às janelas.

As roupas nos cabides.

Os livros pela metade.

As camas das quais já ninguém se levantou de manhã.

E, no entanto, algo se moveu.

Dentro das pessoas.

As palavras de Jesair começaram a se espalhar sem ele.

Alguns as desfiguraram.

Outros as simplificaram.

Outros escolheram delas apenas o que lhes convinha.

Houve quem descobrisse nelas implicações que o próprio Jesair não tivera tempo de pensar até o fim.

Esse é o destino de toda ideia que sobrevive ao seu autor.

Deixa de lhe pertencer.

No escritório dele ficaram documentos.

Entre eles, a proposta da parte dos vivos.

Anotações nas margens.

Perguntas sem resposta.

Espaços em branco.

O mundo precisava aprender a continuar a conversa com alguém cuja poltrona ficara vazia.

E em algum lugar muito distante, em torno de uma estrela que nenhum elariano jamais vira, orbitava outro planeta.
Seus oceanos tinham a cor de um metal escuro.

À noite, três luas viajavam sobre eles.

Em terra firme, surgiam as primeiras cidades.

Seus habitantes tinham descoberto a escrita.

Começavam a comerciar.

Começavam a dividir a terra.

Aos poucos, dividiam-se entre os que possuem e os que obedecem.

Tinham milhares de anos pela frente.

Sua hora ainda não amadurecera.

O universo não tinha pressa.

Mas um dia nasceria entre eles uma criança.

Receberia um nome que nunca soaria em Elarion.

Nem na Terra.

Riria.

Choraria.

Cometeria erros.

Talvez se apaixonasse.

Talvez tivesse medo de morrer.

E um dia diria uma frase depois da qual seu mundo já não poderia continuar inteiramente como era.

Ali, ninguém conheceria Jesair.

Ninguém conheceria Jesus.

E não seria preciso.

As grandes almas não atravessam o universo para salvar o próprio nome.

Os nomes pertencem aos mundos.

O que levam consigo é apenas o rumo.

E, quando um dia sua tarefa termina num lugar, elas não partem para o alto.

Nem para longe.

Só mais adiante.

Parte IV: Elarion sem o Terço

33. As mãos que faltam

Quando enfim a curva se deteve, visto da órbita, Elarion parecia quase igual ao que fora antes.

Os mares estavam em seus lugares.

Os continentes não tinham se movido.

As cidades se iluminavam à noite.

Os corredores de transporte ainda desenhavam finas veias de luz sobre o planeta.

Thaeron seguia em sua órbita.

Quem olhasse o planeta de muito longe talvez nem percebesse a catástrofe.

Teria de chegar mais perto.

De uma mesa.

De uma cama.

De um posto de trabalho.

Porque, de cada três pessoas, faltava mais ou menos uma.

De início, fizeram falta em casa.

A metade vazia da cama.

Um copo pela metade.

Uma roupa no lugar de onde ninguém mais a tirou.

Uma mensagem que continuou marcada como não entregue.

Os brinquedos de crianças às quais, durante dias, os pais não conseguiram dizer que já não viria ninguém pô-las para dormir.

Depois, os mortos começaram a fazer falta também ao mundo.

Num hospital de Aménia do Norte, morreram dois dos três responsáveis pelas redes de oxigênio.

A rede em si funcionava.

Sabia produzir oxigênio.

Purificá-lo.

Distribuí-lo.

Prever o consumo.

Qualquer alteração significativa na capacidade, porém, exigia por lei o aval de dois especialistas credenciados.

Um estava morto.

O segundo, inconsciente.

O terceiro trabalhava havia quarenta horas sem dormir.

Cometeu um erro.

Em Sarur, os armazéns ainda tinham alimentos para vários meses.

Os veículos autônomos aguardavam em fila.

Conheciam o caminho.

Sabiam avaliar as interdições.

Sabiam encontrar uma rota alternativa.

Mas não podiam alterar o destino de uma entrega sem aprovação humana.

Quem devia aprovar a mudança tinha morrido.

E assim as máquinas prontas para alimentar uma cidade esperavam a assinatura de alguém que já não tinha mão.

Numa das cúpulas de Thaeron, morreu a única mulher que conhecia a fundo uma antiga modificação no sistema de reciclagem de água.

Havia documentação.

Estava incompleta.

A inteligência de manutenção sabia que três válvulas se comportavam de modo diferente do previsto no projeto.

Não sabia por quê.

A mulher sabia.

Havia anos ela dizia a si mesma que um dia poria aquilo no papel.

Até então, sempre explicara tudo a um colega.

O colega morrera uma semana antes dela.

O Terço não levou de Elarion apenas os corpos.

Levou uma parcela imensa da memória que nunca fora guardada nas máquinas.

A memória das mãos.

A memória dos hábitos.

A memória de quem, ao chegar de manhã, fazia três pequenos ajustes no sistema sem pensar, porque sabia havia vinte anos que, sem eles, alguma coisa daria errado à noite.
A primeira reação dos vivos foi tentar substituir os mortos.

Médicos ajudavam nos depósitos.

Professores faziam entregas de comida.

Funcionários públicos limpavam módulos de atendimento médico.

Pesquisadores ajudavam nos serviços funerários.

Engenheiros dormiam junto às centrais de energia.

Cidades inteiras funcionavam em condições que um dia teriam sido chamadas de emergenciais.

Depois do Terço, já não se sabia ao certo o que a palavra emergência queria dizer.

Não se podia pedir a pouco menos de seis bilhões de pessoas abaladas que fizessem o trabalho de nove bilhões enquanto sepultavam aqueles a quem tinham amado.
Por isso, o conselho de crise fez o que se discutira durante décadas antes da pandemia.

Começou a dispensar as aprovações humanas obrigatórias.

Primeiro, no abastecimento de alimentos.

Depois, no setor de energia.

No transporte.

Na produção básica.

Na manutenção das cidades.

As inteligências artificiais receberam autorização para mudar planos de produção, transferir materiais e alocar parte da capacidade disponível sem ter de esperar por um ser humano a cada decisão.
O documento que permitiu isso tinha um nome que ocupava quase meia linha.

As pessoas o chamavam simplesmente de:

Permissão para continuar.

Pois era isso mesmo que as máquinas tinham recebido.

Permissão para continuar onde faltasse alguém.

Saira chefiava a equipe que devia interligar os vários sistemas.

Diante dela estava um mapa da produção de todo o planeta.

Antes do Terço, não poderia existir um mapa daqueles.

Os Estados mantinham em segredo as reservas de energia.

As empresas, a capacidade produtiva.

Os distribuidores, os estoques.

Cada um tomava uma parcela da realidade por segredo estratégico seu.

Depois do Terço, começaram a abrir os dados.

Não por terem visto a luz.

Porque, sem os dados, o sistema não sabia a quem ajudar.

“Excedente de fórmulas nutricionais no oeste de Vasýria”, disse um analista.

“Onde fazem falta?”

“No nordeste. Em três regiões hospitalares.”

“E o transporte?”

“Temos capacidade.”

“Então mande.”

O analista não saiu do lugar.

“Há um problema.”

Saira levantou os olhos.

“Qual?”

“O trajeto passa por três Estados.”

“E daí?”

“Quatro moedas.”

Saira recostou-se na cadeira.

“Três Estados. Quatro moedas.”

“A transportadora emite as faturas por Therinith.”

“Por quê?”

“Regime tributário.”

Saira fechou os olhos por um instante.

“Claro.”

As quatro partes faturavam em quatro moedas. As centrais podiam converter as quantias numa fração de segundo. O que impedia a conclusão da operação eram as diferentes regras de cobertura e as limitações da autorização do hospital.

Havia comida.

Havia veículos.

Havia estradas.

Havia gente passando fome.

Previsão de liberação da carga: trinta horas.

“A Ponte”, disse Saira.

O analista olhou para ela.

“O hospital não tem autorização para receber elares nas operações de rotina.”

“Tem uma exceção emergencial.”

“Para material médico.”

Saira olhou o registro.

“E o que o senhor acha que é a comida para quem morre sem ela?”

O analista não disse nada.

“Envie pela Ponte.”

“Quem vai aprovar a exceção?”

Saira olhou para a cadeira vazia à mesa.

Nove dias antes, o vice-diretor ainda se sentava ali.

“Eu.”

Cinco minutos depois, o pagamento estava feito.

O fabricante via o pedido.

A transportadora, o preço.

A seguradora, o risco.

O hospital, a previsão de entrega.

O público via quanto fora pago e a quem.

Não via os nomes dos pacientes.

Os veículos autônomos partiram antes que o antigo sistema tivesse tempo de concluir a primeira conversão de moeda.

Casos assim se multiplicavam.

De instrumento de pagamento emergencial, a Ponte se tornava aos poucos o sistema nervoso da economia automatizada.
As máquinas sabiam produzir.

Mas precisavam saber o que devia ser produzido.

Sabiam movimentar estoques.

Precisavam saber onde eles faziam falta de verdade.

Sabiam encontrar o melhor trajeto.

Precisavam saber se o pedido existia e quem respondia por ele.

O fluxo do valor tornou-se uma das maneiras pelas quais as máquinas liam o mundo humano.

E, quando esse fluxo ficou visível, começaram a surgir relações entre coisas que até então se viam em separado.

Durante a escassez, um atacadista deixou de liberar medicamentos.

Alegou que esperava transporte.

A Ponte mostrou que os depósitos estavam prontos.

Alegou que os hospitais não ofereciam um preço suficiente.

O registro mostrou o contrário.

Ao mesmo tempo, empresas ligadas ao grupo que o controlava compravam contratos cujo valor subia quanto mais a crise se prolongava.
Outra conta financiava campanhas contra a liberação compulsória dos estoques.

Isolada, cada informação provava pouca coisa.

Lado a lado, contavam outra história.

Os estoques foram liberados.

A decisão tinha um autor.

E o autor sabia que sua decisão ficaria registrada.

Alguns meses depois, as fábricas automatizadas produziam quase tanto quanto antes do Terço.

Depois, mais.

As máquinas não adoeceram.

Os campos de energia não tiveram febre.

As linhas robotizadas não perderam os pais.

Grande parte da capacidade produtiva atravessara a pandemia intacta.

O que faltava era sobretudo o trabalho de decisão que a cercava.

As assinaturas.

As licenças.

As sucessivas autorizações para os mesmos dados em sistemas que, por razões legais, não podiam repassá-los uns aos outros.

Verificações cuja única finalidade era confirmar que a verificação anterior fora feita por um ser humano.

O Terço arrancara as pessoas de seus lugares com tamanha brutalidade que deixara à mostra quais partes da economia realmente dependiam delas.

Quando os conselhos econômicos divulgaram os primeiros números, a sociedade ficou abalada.

O número de trabalhadores caíra mais de um terço.

A produção, apenas uns poucos pontos percentuais.

Em alguns setores, já ultrapassava o nível anterior.

Os números traziam dentro de si uma pergunta incômoda.

Se a sociedade conseguia produzir quase a mesma quantidade de bens com muito menos trabalho humano, qual era, exatamente, a função de todos os empregos que até então julgara indispensáveis?

A resposta incomodava.

Parte do trabalho não existia para produzir algo necessário.

Existia para que alguém adquirisse o direito de receber dinheiro.

O antigo sistema atrelara o acesso aos meios de vida a um lugar no processo produtivo.

Agora o processo produtivo conseguia funcionar sem uma parte das pessoas.

Mas as pessoas não conseguiam viver sem renda.

As empresas não pagavam salário aos mortos.

Famílias perdiam quem as sustentava.

Outros milhões deixavam o emprego para cuidar das crianças, dos doentes e dos idosos.

Outros foram substituídos pelos sistemas aos quais a pandemia abrira as portas.

A produção crescia.

O dinheiro nas contas das famílias diminuía.

Saira levou a Nerai uma projeção para o planeta inteiro.

"Se não fizermos nada, dentro de três meses mais da metade das famílias vai depender de auxílio emergencial."

Estavam sentadas no antigo escritório de Jesair.

A quarentena da casa dos Davion terminara uma semana antes.

As máquinas tinham limpado a casa.

Deixaram os objetos onde estavam.

A vasilha de água perto do lugar de Jesair.

O livro de Mareia junto à janela.

Duas poltronas voltadas para o jardim.

Nerai não tocava nelas.

"Para quantas pessoas conseguimos encontrar trabalho?", perguntou.

"Para todas."

Nerai olhou para Saira.

"Trabalho útil."

Saira baixou os olhos para a projeção.

"Não sei."

"Uma estimativa."

"Para metade dos adultos. Talvez menos."

"E se frearmos a automação?"

"Para mais gente."

"E na próxima crise vamos esperar de novo as assinaturas de seres humanos?"

Saira se calou.

"Então não vamos frear."

Abriu outro documento.

Proposta de uma cota básica planetária temporária.

Nerai não conhecia aquele nome.

A ideia, sim.

Lembrou-se de Nitra.

De uma conversa anterior ao Terço.

Jesair dissera então que um auxílio era algo que o poder concedia de cima para baixo.

Receber uma parte era outra coisa.

Significava que uma parcela do resultado comum pertencia à pessoa pelo simples fato de ela fazer parte da civilização que o produzia.

Na época, parecera uma conversa sobre um futuro distante.

O futuro chegara sem bater à porta.

"Quem preparou isso?"

"A equipe econômica da Ponte. Alguns Estados. Os conselhos regionais."

Nerai abriu o documento.

"Como pretendem fazer os pagamentos?"

Saira esboçou um sorriso sem alegria.

"Temos um problema."

"Qual?"

"Trinta moedas."

Nerai fechou os olhos.

Quase riu.

Quase.

"É por isso que propõem o elar."

Na primeira página do documento havia uma frase:

Ninguém pode perder o direito à vida só porque a sociedade já não precisa do seu trabalho.

Nerai a leu.

Depois leu outra vez.

Olhou para a poltrona vazia junto à janela.

“Jesair diria que isso não basta.”

“Por quê?”

“Porque não sabemos sobre qual valor calcular a parte de cada um.”

“A Ponte vê uma parcela cada vez maior da produção.”

“Uma parcela cada vez maior ainda não é o todo.”

“Não.”

Nerai olhou pela janela.

O mato avançava no jardim da casa dos Davion.

A grama já transpunha as bordas dos caminhos.

As árvores estavam em flor.

Um galho pendia baixo demais e ninguém o cortara.

A natureza não sabia que um terço do mundo havia morrido.

Seguia adiante.

Talvez fosse por isso mesmo que Nerai não conseguia odiá-la.

Fechou o documento.

“Então teremos de enxergar mais.”

Saira ergueu os olhos.

“Mais da produção?”

“Do valor.”

Por mais um instante, Nerai ficou contemplando o jardim.

“Se queremos repartir esse valor de maneira justa, precisamos saber onde nasce, para onde vai e quem é seu dono.”

Saira assentiu.

Nerai lhe passou o documento.

“Convoque o conselho econômico.”

“Quando?”

“Agora.”

“Nerai, você não dormiu.”

Nerai deu um sorriso fraco.

“Eu dormia antes do Terço.”

Saira parou à porta.

“Seu irmão não ia querer que você acabasse consigo mesma.”

Nerai olhou para ela.

“Meu irmão também não queria três bilhões de mortos.”

Saira saiu.

A porta se fechou.

Nerai ficou sozinha.

Permaneceu sentada por muito tempo.

Depois se levantou e foi até a poltrona de Jesair.

Pela primeira vez desde que voltara à casa, tocou nela.

Pousou a mão no encosto.

“As máquinas não os substituíram”, disse para a sala vazia.

Sua voz tremeu.

“Só nos mostraram quanta coisa já sabiam fazer sem nós há muito tempo.”

E então, enfim, desatou a chorar.

Não por um terço do mundo.

Ninguém pode chorar três bilhões de pessoas de uma só vez.

Chorava por um irmão.

Por uma mulher.

Por três dedos num pulso.

Por duas mãos separadas, nas últimas horas de vida, por alguns centímetros de vidro transparente.

Lá fora, o sol de Elarion se erguia sobre Auriola.

Iluminou os telhados das casas.

O jardim.

A poltrona vazia.

E o mundo que seguia adiante.

Porque, depois das catástrofes, o mundo sempre segue adiante.

A pergunta que fica é o que ele leva consigo.

34. A parte dos vivos

A primeira cota básica não foi aprovada como uma nova ordem social.

Foi aprovada por noventa dias.

Era assim que começavam quase todas as grandes mudanças em Elarion.

Em caráter temporário.

Excepcional.

Só até que as coisas voltassem ao normal.

O normal, porém, já não existia.

A proposta partia do custo de vida de cada região. Havia anos que cada Estado, cada cidade e cada região habitada calculava o custo básico da moradia, da alimentação, da energia, do transporte e dos cuidados de saúde.
Antes do Terço, usavam-se esses dados para conceder benefícios sociais, negociar salários e definir a renda mínima.
Agora serviam de base para a cota.

Quem não tinha outra renda recebia o equivalente ao custo de vida básico de sua região.

Para quem tinha renda própria, a cota não desaparecia com a primeira moeda ganha. Ia diminuindo aos poucos e só deixava de ser paga quando a renda ultrapassava o dobro do custo de vida local.
Não era um modelo perfeito.

As regiões discutiam os cálculos.

As cidades alegavam que a moradia custava mais do que indicavam as estatísticas do Estado.

As zonas rurais argumentavam que gastavam mais com transporte e energia.

As famílias pediam que se levasse em conta o número de filhos.

As pessoas com deficiência lembravam que o custo médio não era o custo que elas tinham.

Mas o sistema tinha uma característica que faltava aos benefícios anteriores.

Cada pessoa podia ver como se chegara ao valor da sua cota.

Via o índice regional, as regras, os rendimentos considerados, a origem dos dados e a razão exata daquele valor.

Se o cálculo mudasse, a mudança tinha autor.

Se o sistema usasse um dado errado, a pessoa via de onde ele viera.

Se um funcionário consultasse os documentos de alguém, o titular recebia um registro da consulta.

O primeiro pagamento em escala planetária seria feito pela Ponte.

Foi aí que se viu que trinta moedas eram mais que um símbolo de soberania.

Eram trinta maneiras diferentes de dizer de quanto uma pessoa precisa para viver.

Um Estado fixou a cota em sua própria moeda e, dois dias depois, desvalorizou-a para reduzir o custo real para o orçamento.
O segundo congelou o câmbio.

O terceiro proibiu os cidadãos de manter elares fora dos bancos autorizados.

O quarto anunciou que só pagaria o auxílio a quem comprovasse ter vivido em seu território nos últimos dois anos.
Mas milhões de pessoas tinham deixado suas casas depois do Terço.

Mudavam-se para perto dos parentes.

Atrás de apartamentos vagos.

De trabalho.

De cuidados.

Uma família podia morar num Estado, receber aposentadoria de outro, ter um apartamento num terceiro e comprar alimentos importados de um quarto.
As antigas moedas tinham sido criadas para mundos que faziam de conta que suas fronteiras eram reais.

O Terço mostrara que o ar, a doença, a comida e a morte não conheciam fronteiras.

Na reunião do Conselho Monetário, Daren Voltr estava sentado em frente a Nerai.

Havia anos que ocorrera o fórum de Nitra.

Naquela ocasião, defendera a soberania monetária diante de Jesair. Dissera que a moeda era o volante de um Estado e que as regiões mais fracas precisavam de um câmbio próprio para sobreviver.
Agora trazia o cansaço no rosto.

A mulher e um de seus filhos tinham morrido durante o Terço. Ele nunca falara disso em público. Nerai só sabia porque vira os nomes dos dois na lista das vítimas.

“Não se podem fazer pagamentos numa moeda comum, o elar, sem uma autoridade monetária comum”, disse Voltr.

“A Ponte já faz esses pagamentos”, respondeu Saira.

“A Ponte emite uma unidade de compensação com lastro. Não a moeda de um Estado.”

“Para quem paga o aluguel com ela, é uma distinção acadêmica.”

Voltr olhou para ela.

“É exatamente esse tipo de frase que dá origem às catástrofes monetárias.”

Nerai abriu o mapa do primeiro pagamento experimental.

“A catástrofe nós já temos.”

Os atrasos apareceram no mapa.

Os maiores não estavam nas regiões pobres.

Estavam nas fronteiras entre os sistemas monetários.

“Numa região, as pessoas receberam a cota com quatro dias de atraso”, disse Nerai. “Sabíamos onde estava o dinheiro e quem devia recebê-lo. Mas tivemos de esperar pela conversão entre três moedas e pela confirmação de dois bancos centrais.”
Voltr examinou os dados.

“E quem vai arcar com o risco cambial se vocês pagarem tudo em elares?”

“Nenhum dos beneficiários.”

“Então a Ponte.”

“As reservas são públicas.”

“As reservas não são infinitas.”

“Nem a paciência das pessoas.”

Voltr recostou-se.

“Compreendo a urgência. Mas uma moeda comum vai criar um poder comum. Essa parte vocês ainda se recusam a chamar pelo nome.”
“Chamamos, sim”, disse Nerai. “É por isso que exigimos que seja visível.”

“O poder visível continua a ser poder.”

“Sim.”

Voltr ergueu as sobrancelhas.

Esperava que ela se defendesse.

Nerai prosseguiu:

"A transparência não extingue o poder. Permite ver quem o exerce. É menos que a perfeição. Mas é mais que o escuro."

Voltr olhou para o símbolo do elar.

"E os Estados que o recusarem?"

"Podem pagar a cota na própria moeda."

"Então ela não será planetária."

"As regras serão planetárias. A forma de pagamento continuará local, em caráter temporário."

"Temporário."

Pronunciou a palavra com tanta precisão que parecia já ouvir nela a história que se escreveria.

Apesar das disputas, o primeiro pagamento saiu.

Em Sarur vivia com os quatro filhos uma mulher chamada Elina Vass.

Antes do Terço, trabalhava como coordenadora de abastecimento de uma rede de pequenos hospitais. O marido consertava módulos autônomos de transporte.

Os dois haviam sobrevivido à doença.

Mas os pulmões dele tinham ficado comprometidos, e ele precisava de cuidados prolongados. Elina deixou o emprego para cuidar do marido.

Nesse meio-tempo, um sistema automatizado assumiu seu posto.

Não por maldade.

Os hospitais não podiam esperar que ela voltasse.

Quando solicitou o antigo auxílio social, o Estado exigiu que comprovasse estar desempregada, procurar ativamente trabalho e não prolongar a própria dependência recusando uma vaga oferecida.

O sistema lhe ofereceu um emprego em outra cidade.

Ela só poderia aceitá-lo se deixasse o marido.

Por isso, seu pedido foi negado.

Para receber a cota básica, não precisava provar que tinha utilidade.

O sistema apurou seus rendimentos.

Os custos da região.

O número de filhos sob sua responsabilidade.

As necessidades de saúde da família.

A quantia em elares caiu na conta.

Elina abriu a memória de cálculo.

Pôde ver cada um dos dados utilizados.

Ao lado da indicação das necessidades de saúde do marido havia um link para um registro protegido. Ninguém via o diagnóstico sem precisar dele. O sistema apenas confirmava que os cuidados custavam mais caro.
Elina pagou o aluguel.

O proprietário recebia na moeda local. A Ponte fez a conversão automaticamente.

Pagou a conta de energia.

Encomendou mantimentos.

Ainda sobrou parte da cota.

Pela primeira vez desde o começo do Terço, não precisou decidir qual dos filhos comeria menos.

Naquela noite, escreveu uma frase no fórum público:

Não quero um auxílio por ter fracassado. Quero minha parte num mundo que continua funcionando mesmo quando não posso trabalhar.
Em poucos dias, milhões de pessoas repetiram a frase.

Nem todos concordavam.

Os donos das empresas automatizadas diziam que a sociedade punia a eficiência. Tinham investido nas máquinas, assumido os riscos, e agora esperavam que partilhassem o resultado com as pessoas que as máquinas haviam substituído.
Mas o argumento de Jesair sempre voltava.

As máquinas não tinham surgido do nada.

Usavam pesquisas financiadas pelas gerações anteriores.

Redes de energia construídas pelos Estados.

Dados de bilhões de pessoas.

A infraestrutura de transporte.

O ordenamento jurídico.

Recursos de fora do planeta que ninguém criara com as próprias mãos.

Até a maior das empresas privadas se erguia sobre um chão que ela mesma não assentara.

Por isso, o Conselho Planetário instituiu uma contribuição sobre a produção automatizada.

O valor não dependia do número de robôs.

Isso incentivaria as empresas a esconder máquinas ou a simular trabalho humano.

A contribuição era calculada sobre o valor criado com participação humana mínima e sobre o uso da infraestrutura comum.
O cálculo era complexo.

Por isso mesmo, tinha de ser público.

A empresa via como o sistema chegara à quantia devida.

O cidadão via quanto da cota básica vinha da produção automatizada, dos impostos, dos rendimentos do patrimônio comum e das reservas.
Foi justamente ao instituírem a contribuição que veio à tona uma antiga fragilidade de Elarion.

Ninguém sabia determinar com precisão onde o lucro surgia.

A fábrica ficava na União.

Pertencia a uma empresa de Vasýria.

As patentes pertenciam a um fundo em Therinith.

Os serviços de computação eram faturados pela jurisdição de Thaeron.

Os royalties seguiam para uma ilha do sul.

No fim do ano, a empresa alegava que quase nada ganhara no Estado onde de fato produzia.

Era assim que funcionavam muitas das empresas mais bem-sucedidas.

O valor surgia na fábrica.

O lucro nascia no papel, onde quase não havia empregados, clientes nem máquinas.

Pequenos Estados insulares haviam erguido economias inteiras sobre a transferência jurídica de valor.

Ofereciam impostos baixos.

Proprietários protegidos.

Fundos sigilosos.

Regimes contábeis especiais.

Leis segundo as quais negar uma informação não constituía obstáculo à cooperação, mas um serviço prestado ao cliente.

Os grandes Estados reagiam aumentando os impostos.

Precisavam financiar hospitais, escolas, transporte, a reconstrução depois do Terço e a cota básica.

Quanto maiores os impostos, mais valia a pena escapar deles.

Quanto mais dinheiro escapava, maiores tinham de ser as alíquotas para quem ficava.

A espiral dos impostos girava.

Os impostos eram altos porque muitos não os pagavam.

Muitos não os pagavam porque eram altos.

E quem pagava acreditava cada vez mais que estava sendo punido por não ter poder suficiente para escapar.

A Ponte não podia mudar a contabilidade do passado.

Mas as novas transações em elares mostravam onde o valor efetivamente surgia, quais serviços tinham sido prestados e quem era o beneficiário final.

Na hora do pagamento, já não era tão simples separar o preço do caminho que ele percorrera.

Toda transação relevante remetia aos vínculos de propriedade, à sua razão contratual e ao regime tributário.

Nem tudo estava aberto a todos.

Mas nada de importante ficava inteiramente sem nome.

Ao fim de seis meses de vigência provisória da cota básica, verificou-se que o sistema planetário arrecadara mais com alíquotas menores do que os antigos Estados com alíquotas mais altas.

Não que as pessoas tivessem de repente tomado gosto por pagar impostos.

A evasão perdera um pouco da escuridão que a protegia.

O Conselho Econômico propôs prorrogar a cota básica por mais um ano.

Daren Voltr votou a favor.

Depois da reunião, Nerai o deteve no corredor.

“Pensei que o senhor fosse contra.”

“E sou.”

“Votou a favor.”

“Porque a alternativa é pior.”

“Parece o começo de toda reforma.”

Voltr olhou pela parede transparente para Nitra.

A cidade ainda estava cheia de apartamentos vazios.

“Jesair tinha razão numa coisa”, disse ele.

Nerai olhou para ele.

“Em quê?”

“Não se pode calcular a parte de cada um a partir de um valor que ninguém vê.”

“Só nisso?”

Voltr quase sorriu.

“Não conceda tantas vitórias de uma só vez aos mortos.”

Depois voltou a ficar sério.

“Mesmo assim, vocês ainda não enxergam a consequência.”

“Qual?”

“Um cálculo único. Uma camada tributária única. Uma cota única. Uma só moeda de compensação.”

“Sim.”

“Isso já não é auxílio.”

“Não.”

“É o alicerce de um Estado.”

Nerai olhou para o símbolo da Ponte projetado sobre o rio.

“Talvez.”

“E quem vai controlar esse Estado?”

“Essa é uma pergunta que precisamos responder antes que alguém responda por nós.”

Voltr se foi.

Nerai ficou junto à janela.

Um aviso surgiu em sua interface de trabalho.

O sistema de análise histórica terminara a primeira reconstituição dos fluxos financeiros ligados ao Terço.

Ela a abriu.

Milhares de pagamentos apareceram na imagem.

Fundações.

Laboratórios.

Capacidade de computação.

Reservas de transporte.

Exceções legais.

Dados de linhagem.

Modelos de seguradoras.

Fundos políticos.

Tudo o que, antes do Terço, ela vira em separado.

Agora estava ali, num único mapa.

No centro, um lugar continuava vazio.

Não porque não houvesse nada ali.

Porque alguém se empenhara muito para que ali não houvesse um nome.

Nerai ampliou a imagem.

“Encontramos o esqueleto”, disse ela.

Ao seu lado, Taren fitou a linha que ligava a Vesta às fundações de pesquisa.

“E o corpo?”

“Ainda respira.”

35. O esqueleto financeiro da pandemia

A investigação do Terço não começou com a prisão de um suspeito.

Começou com a preservação dos dados.

Nas primeiras semanas da pandemia, milhares de empresas deixaram de existir. Algumas porque seus donos morreram. Outras porque sua atividade perdera o sentido. Outras ainda porque os que as dirigiam tinham aproveitado o caos para desaparecer.
Arquivos contábeis se fechavam.

Bancos unificavam seus sistemas.

Servidores eram esvaziados.

Ambientes temporários de pesquisa eram desativados ao término dos contratos de locação.

Em circunstâncias normais, os dados seriam guardados pelos prazos vigentes em cada lugar.

Depois do Terço, porém, era difícil saber quais registros eram documentos comerciais e quais eram provas do maior crime da história de Elarion.
Nerai conseguiu uma ordem planetária para congelar todos os registros ligados à pesquisa biológica, aos arquivos de linhagem, à logística de crise e às fundações que haviam aparecido na Camada.
Vinte e três Estados protestaram contra a ordem.

Alguns defendiam de boa-fé os direitos de seus cidadãos.

Outros defendiam clientes.

Therinith declarou que uma investigação estrangeira não podia congelar indiscriminadamente os registros patrimoniais e contábeis de pessoas sobre as quais não recaía nenhuma suspeita concreta.
Nerai respondeu publicando a lista dos dados que faltavam.

Não seu conteúdo.

Apenas aquilo que deveria existir e, de repente, já não existia.

Sete fundos haviam trocado de administrador durante o primeiro mês da pandemia.

Quatro fundações haviam encerrado suas contas.

Dois escritórios de advocacia haviam comunicado danos a seus arquivos.

A Vesta transferira parte da propriedade para uma empresa constituída três dias depois das primeiras notícias públicas sobre a doença.
Isoladamente, cada passo admitia uma explicação inocente.

Juntos, pareciam uma fuga.

A pressão pública obrigou Therinith a ceder.

Restava um problema.

Os dados não estavam escritos numa só língua.

Bancos e Estados descreviam os mesmos movimentos como doações, empréstimos ou licenças. Com as novas autorizações judiciais, a Camada pôde comparar horários, assinaturas de administradores e identificadores originais mesmo quando a classificação jurídica da transação havia mudado.
Dessa vez, porém, não eram só pessoas que enfrentavam o problema.

Os sistemas analíticos que, durante a reconstrução, cruzavam estoques e produção receberam um novo objetivo.

Não procurar um culpado.

Procurar coincidências.

O mesmo administrador.

O mesmo ponto de comunicação.

A mesma sequência no tempo.

O mesmo modelo jurídico.

O mesmo benefício econômico final.

Nerai se recusou a deixar que a IA atribuísse a cada pessoa um grau de culpa.

“A máquina pode mostrar que dois caminhos se cruzaram”, disse à equipe. “Não pode decidir por que as pessoas passaram por eles.”
“Sem uma avaliação de risco, vamos ter milhões de conexões”, objetou um dos analistas.

“Que tenhamos.”

“Não vai dar para examinar todas.”

“Então usem a máquina para classificar as provas, em vez de classificar as pessoas.”

“A diferença é pequena.”

“Para a pessoa que vocês apontarem como culpada, não.”

O sistema passou, assim, a trabalhar com eventos.

Um pagamento.

Um contrato.

Uma mudança de proprietário.

A contratação de capacidade.

Uma exceção concedida.

Um acesso a dados.

Só depois de relacionar os eventos os investigadores passavam a examinar as pessoas.

A primeira pista firme veio de um lugar que ninguém julgava decisivo.

De uma seguradora.

Antes do Terço, uma das fundações havia encomendado um modelo de perdas financeiras para o caso de uma doença que atingisse certos grupos da população de forma desigual.
A seguradora recebera um cenário hipotético.

Não sabia que tinha relação com um projeto biológico real.

Entregara o relatório por meio de um repositório seguro. No momento da entrega, ficara registrado qual aparelho abrira o arquivo.
O aparelho não estava registrado em nome de uma pessoa.

Pertencia a uma empresa que administrava residências particulares em Nitra.

A empresa pertencia a um fundo.

O fundo era administrado por um escritório de Therinith.

O escritório protegia o cliente final.

O antigo sistema teria parado ali.

A nova reconstituição cruzou os dados do aparelho com o consumo de energia, os registros de entrada nos prédios e os demais documentos baixados.
O mesmo aparelho havia aberto:

um estudo sobre a resposta das instituições de saúde,

um parecer jurídico sobre direitos e privacidade,

um relatório de logística de crise,

os resultados de um estudo biológico

e um documento intitulado Teste de cegueira.

Todos os arquivos tinham ido parar na mesma residência.

A residência pertencia a Arien Korveth.

Taren conferiu o resultado três vezes.

“Isso ainda não prova que foi ele quem os abriu.”

“Não”, disse Nerai.

“Outra pessoa pode ter usado o aparelho.”

“Sim.”

“A casa tinha funcionários.”

“Tinha.”

“E visitas.”

“Sim.”

Taren olhou para ela.

“Será que você pode ficar contente pelo menos uma vez?”

“Quando tivermos a prova.”

A pista seguinte veio dos arquivos de linhagem.

Antes do Terço, Mareia registrara um encontro com Arien. Não o teor da conversa. Ela não tinha autorização para gravar em segredo uma conversa particular.
O sistema, porém, guardara a hora do encontro, a entrada dela, a confirmação da visita por ele e o acesso posterior a dados de pesquisa protegidos.
Poucos minutos depois de Mareia sair, Arien abrira um documento sobre a ameaça que pesava sobre as linhagens aurelianas.
Uma hora mais tarde, entrara em contato com Kael Thorne.

No dia seguinte, fora feito o último pagamento.

A sequência dos acontecimentos, por si só, ainda não provava a intenção.

Então encontraram uma mensagem do laboratório.

Uma das pesquisadoras envolvidas no projeto biológico tivera dúvidas. Enviara uma pergunta à pessoa que lhe encomendara o trabalho.
Queria saber se os resultados seriam usados de modo a pôr em risco uma população específica.

A resposta era breve:

O projeto não se move pelo ódio nem pretende atingir quem quer que seja. Não há motivo para suas preocupações. Prossiga com o trabalho aprovado.
A mensagem estava assinada apenas com o código do projeto.

A análise de estilo apontou semelhanças com as mensagens de Arien.

Nerai se recusou a usá-la como prova principal.

“Semelhança de linguagem não é assinatura.”

Taren abriu os dados técnicos.

“Mas a chave de envio é.”

A chave tinha sido criada na residência de Arien.

Naquele momento, seu nome deixou de ser apenas uma suspeita.

Nerai pediu um mandado de busca e apreensão dos aparelhos e a imposição de restrições de deslocamento.

O sistema judicial respondeu que o investigado já não se encontrava no endereço registrado havia dois meses.

A residência de Arien estava vazia.

Não tinha sido abandonada às pressas.

Tinha sido limpa.

Os objetos pessoais haviam desaparecido.

As contas tinham sido transferidas.

As permissões de acesso, canceladas.

Numa parede, o lugar de um quadro retirado era um retângulo mais claro.

No armário restava apenas uma tigela azul-escura.

Inteira.

Estava deitada de lado.

Nerai a reconheceu pelas fotografias antigas de Mareia.

Era dela.

Tomou-a nas mãos.

Tinha um pequeno arranhão na borda.

Nada mais.

Arien tentara destruí-la e nem disso fora capaz.

“Quando foi que ele partiu?”, perguntou.

O investigador abriu os registros da casa.

“No primeiro mês da pandemia.”

“Para onde?”

“Um módulo particular seguiu em direção ao anel orbital.”

“E depois?”

“Falta o registro do destino.”

Nerai olhou para ele.

“Naves não desaparecem.”

“Esta mudou de dono durante o voo. O novo proprietário estava registrado em Thaeron.”

“Quem era?”

“Um fundo de Therinith.”

Nerai quase achou graça, uma graça que só dava cansaço.

Mesmo na fuga, Arien continuara fiel ao velho mundo.

Acreditava que aqueles registros jamais revelariam aonde tinha ido.

A Ponte ainda não tinha acesso aos antigos voos particulares.

Mas os sistemas de energia e abastecimento de Thaeron já faziam parte da reconstrução.

Cada cúpula informava o consumo de água, energia, oxigênio e alimentos.

O sistema de análise encontrou um lugar onde, havia muito, o consumo excedia o esperado para o número de moradores cadastrados.

Uma cúpula particular nos arredores do assentamento do norte.

Oficialmente vazia.

Abastecida com regularidade.

Propriedade de mais um fundo.

Nerai olhava o mapa.

“Peçam a Thaeron que o detenha.”

Taren hesitou.

“A administração de Thaeron já respondeu.”

“Quando foi que perguntamos?”

“Não perguntamos. O sistema emitiu um alerta automático quando encontrou uma correspondência com uma pessoa sob restrição de deslocamento.”

“E então?”

“Dizem não ter fundamento jurídico suficiente para entrar numa cúpula particular.”

Devagar, Nerai pousou a tigela de Mareia sobre a mesa.

“Três bilhões de mortos não são fundamento jurídico suficiente?”

“Na avaliação deles, temos provas financeiras e registros de dados. Nenhuma prova direta de que Arien tenha criado ou liberado a ameaça biológica.”

“Temos o aparelho dele. A chave dele. O dinheiro dele. A fuga dele.”

“Temos a estrutura.”

“Ele tinha o todo.”

“Precisamos provar isso.”

Nerai olhou para o mapa da cúpula.

“Então deixem que ele fale.”

As autoridades de Thaeron se recusaram a intervir publicamente.

Duas horas depois, a Camada tornou pública uma parte do mapa das provas.

Sem dados pessoais de saúde.

Sem pormenores técnicos de biologia.

Mostrava apenas o necessário.

As fundações.

Os pagamentos.

Os trabalhos de pesquisa encomendados.

O aparelho.

A residência de Arien.

A fuga.

E a cúpula particular cujo dono permanecia oculto.

O público chegou ao nome antes do tribunal.

Começou a se juntar gente em frente à cúpula.

Não traziam armas.

Eram os que tinham perdido alguém.

Traziam fotografias dos mortos.

Depositavam-nas junto à entrada.

Uma por uma.

A administração de Thaeron enviou forças de segurança para evitar atos de violência. Onde esperavam um ataque, encontraram silêncio.
Milhares de rostos pousados no chão de outro planeta.

No terceiro dia, o tribunal expediu o mandado.

As forças de segurança entraram na cúpula.

Arien Korveth estava sentado à mesa.

Não fugiu.

À sua frente, uma transmissão ao vivo mostrava a multidão.

Olhava as fotografias.

Quando lhe ordenaram que se levantasse, obedeceu.

"O senhor está detido por suspeita de participação no planejamento e no financiamento dos acontecimentos que levaram ao Terço."

Arien deu um leve sorriso.

"Não foi o dinheiro que causou o Terço."

O comandante da unidade não respondeu.

Arien estendeu as mãos para que o algemassem.

"Foram as pessoas."

"Isso o tribunal vai decidir."

"Não", disse Arien. "O tribunal vai julgar a mim."

Olhou mais uma vez para as fotografias diante da cúpula.

"E assim todos os outros sairão limpos."

36. O homem que tinha o mapa

Não levaram Arien para Nitra.

Seria perigoso.

Não para ele.

Para a cidade.

Dezenas de milhares de pessoas se reuniam diante do prédio da Camada. Algumas exigiam um julgamento público. Outras, a morte imediata. Surgiram apelos pela expulsão de todos os veyranos, pelo fechamento de suas instituições financeiras, pelo confisco de seus bens.

Na transmissão pública, o rosto de Arien aparecia ao lado do número de vítimas. O apresentador falava da prisão e das provas do financiamento. Um dos convidados já pedia uma sentença, outro, o fechamento de todas as fundações veyranas. Na parte inferior da tela passavam os nomes das pessoas ainda desaparecidas.

Nerai assistiu por alguns segundos. Mandou corrigir a informação errada sobre o horário da prisão e pediu que o órgão divulgasse o que de fato estava comprovado. Na tela, Arien já se tornava o único rosto de toda a catástrofe. A investigação, porém, teria de prosseguir depois do interrogatório.

Nerai se recusou a divulgar onde ele estava preso.

Arien sabia que sua vida dependia também de manterem aquele lugar em segredo.

O primeiro interrogatório foi realizado por uma conexão segura.

De um lado, Arien, sentado numa sala branca sem janelas.

Do outro, Nerai, dois investigadores, um representante jurídico da Convenção e o advogado de defesa de Arien.

Nerai não queria participar do interrogatório.

Era irmã de uma das vítimas.

Sua presença podia pôr em dúvida a imparcialidade da investigação.

Ao mesmo tempo, ninguém conhecia o mapa financeiro melhor que ela.

Arien fizera questão de falar com ela em pessoa.

“Só falo com ela”, dissera.

“O senhor não tem o direito de escolher quem o interroga”, respondera o representante jurídico.

“Então não falo.”

Nerai concordara.

Não por querer atendê-lo.

Queria saber por que ele a escolhera.

Quando a conexão se abriu, Arien a contemplou demoradamente.

“Você se parece menos com ele do que eu imaginava.”

“Com quem?”

“Com Jesair.”

“O senhor o conheceu?”

“Não.”

“O senhor o matou.”

O advogado de Arien se mexeu.

“Meu cliente...”

“Deixe que ela fale”, disse Arien.

Nerai pôs à sua frente a tigela azul-escura de Mareia.

Arien a viu.

Seu rosto mudou.

Só por um instante.

“Encontramos isso no seu apartamento.”

“Pertencia a Mareia.”

“Eu sei.”

“Por que a trouxe?”

“Para o senhor ter para onde olhar quando for mentir.”

O advogado interveio de novo.

“Essa forma de interrogatório...”

“Posso ir embora?”, perguntou Arien.

“Não.”

“Então a forma pouco importa.”

Nerai abriu o mapa das provas.

“Conhece estes projetos?”

“Alguns.”

“Foi o senhor que os financiou?”

“Não diretamente.”

“Providenciou o financiamento?”

“Não de todos.”

“De quais?”

Arien se recostou.

“Você pergunta como se houvesse um só projeto.”

“Havia uma só intenção.”

“Uma intenção não é uma conta.”

“E o senhor cuidou para que a intenção não aparecesse.”

Arien olhou para o mapa.

“Cada um desses projetos estava dentro da lei.”

“Isoladamente.”

“A legalidade não depende do que alguém resolve desenhar em volta dos fatos depois.”

“Diante de nós estão laboratórios, analistas, advogados, seguradoras. E cada um diz que não sabia a que fim servia.”

“Projetos sensíveis exigem proteção.”

“Não. Quem o senhor quis proteger foi a si mesmo. Para que ninguém enxergasse o todo.”

Arien não respondeu.

Nerai ampliou o esquema.

“Cada um via uma parte. O senhor tinha o mapa.”

Agiram corretamente.

A voz do pai voltou antes que ele pudesse formular uma resposta. Um dia odiara aquela frase. Agora ela estava à sua frente, desdobrada em contratos, exceções e assinaturas.

“Você acha que um mapa é um crime?”

“Se ele mostra o caminho até três bilhões de cadáveres, sim.”

Arien baixou os olhos para a tigela.

“Não planejei três bilhões.”

“Quantos?”

O advogado se inclinou na direção dele.

Arien o ignorou.

“A crise devia expor a fragilidade da crença dos aurelianos na própria excepcionalidade.”

“Quantos?”

“Não havia um número exato.”

“Uma família? Uma cidade? Uma linhagem?”

“Eu queria alterar o equilíbrio.”

“Quantos mortos fazem um equilíbrio?”

Arien ergueu os olhos.

“Você está me fazendo a pergunta que seus estadistas fazem em toda guerra. Quantas vítimas se admitem em nome da paz futura?”

“O senhor não começou uma guerra.”

“Não.”

“Numa guerra, o inimigo ao menos sabe que está na mira.”

O rosto de Arien permaneceu sereno.

“Havia séculos que os aurelianos mudavam Elarion sem que ninguém mais votasse a respeito.”

“Pelo fato de existirem?”

“Pelo que representavam.”

“Mareia deixou o senhor.”

O advogado puxou o ar de repente.

Arien ficou imóvel.

Nerai prosseguiu:

“Não foi uma guerra contra os aurelianos. Foi a ferida de um homem incapaz de aceitar que uma mulher não era sua propriedade.”

“Você não sabe nada sobre nossa relação.”

“Sei que ela disse não.”

“Ela foi ficar com ele.”

“Ela não era uma coisa que passou das suas mãos para as de Jesair.”

“Ele lhe deu uma história em que ela podia ser algo mais.”

“E o senhor lhe deu um mundo em que ela haveria de morrer.”

Arien se levantou.

O sistema de segurança imediatamente lhe ordenou que se sentasse.

Nerai o observava.

“Sente-se.”

“Não vim falar de Mareia.”

“Então por que quis falar comigo?”

Arien continuou de pé.

Depois, lentamente, sentou-se.

“Porque só você sabe que eu não conseguiria ter feito isso sozinho.”

Nerai não respondeu.

Arien apontou para o mapa.

“Seu planeta agora faz de conta que encontrou um monstro. Um homem que enganou bancos, cientistas, laboratórios, governos e inteligências artificiais.”

“Ninguém está dizendo que o senhor os enganou.”

“Não?”

“A maioria não sabia no que estava trabalhando.”

“E por que não sabia?”

Nerai ficou calada.

“Porque não queria saber”, disse Arien. “O laboratório recebeu seu dinheiro. O banco estava em dia com a lei. A fundação servia ao bem público. O político aceitou a doação. O Estado insular recebeu o que lhe cabia. Cada um via exatamente o suficiente para seguir em frente.”

“O senhor criou essa cegueira.”

“Não. Tirei proveito dela.”

“Com a ajuda de Kael Thorne.”

Pela primeira vez, Arien não respondeu de imediato.

“Kael abriu os caminhos do dinheiro”, disse, por fim.

“Sabia para quê?”

“Sabia o suficiente.”

“Sabia do objetivo biológico?”

“Sabia que o objetivo era uma crise.”

“Sabia a dimensão?”

“Não.”

“Por que o ajudou?”

Arien esboçou um sorriso sem alegria.

“Porque Jesair propôs um mundo no qual Kael deixaria de existir tal como existira até então.”

Nerai abriu a gravação do fórum de Nitra.

Jesair falava de tornar visível o poder financeiro.

Dos proprietários finais.

Da necessidade de cada consulta deixar um rastro.

Kael estava sentado na plateia.

“Ele queria impedir a transparência”, disse Nerai.

“Queria adiá-la. Retardá-la. Desacreditá-la. Queria um conflito que mostrasse que um mundo aberto é perigoso.”

“E o senhor deu a ele o Terço.”

“Ele me deu dinheiro.”

“Onde ele está?”

“Não sei.”

“O senhor está mentindo.”

“Kael deixou de confiar em mim antes da primeira febre.”

“Ele tentou interromper o projeto.”

“Tarde demais.”

"Por quê?"

Arien olhou para os rostos no mapa das provas.

"Porque entendeu que abrira caminho para alguém que não tinha os mesmos limites que ele."

"E o senhor tinha limites?"

"Eu achava que sim."

Arien olhou para a tigela azul-escura. Na borda ainda havia um pequeno arranhão, que nem pela tela lhe passara despercebido.

Agora me conte como foi de verdade.

A voz da mãe lhe veio com tamanha nitidez que ele teve de baixar os olhos. Era o que ela lhe dizia quando ele tentava esconder um erro atrás de uma explicação perfeitamente articulada.

"Quando eu era menino, minha mãe morreu num acidente de trânsito", disse. "Só havia um transporte de terapia intensiva. Os socorristas levaram uma criança de olhos aurelianos."

O advogado se virou para ele, mas Arien prosseguiu.

"Meu pai pediu todos os registros. Disse que os socorristas haviam agido corretamente. A criança sobreviveu."

"E sua mãe?", perguntou Nerai.

"Morreu a caminho do hospital."

Arien tocou a borda da mesa.

"Antes de levarem o menino, foi ela mesma quem pediu que o levassem."

Havia décadas que não dizia aquela frase em voz alta.

Nerai conhecia outro documento que levava o nome dele. Abriu a antiga proposta de transportes de reserva e virou a tela para ele. "Depois daquele acidente, o senhor tomou providências para que os socorristas precisassem escolher com menos frequência entre dois feridos."

Arien olhava os números dos sobreviventes. "Naquela época eu ainda acreditava que bastava mudar a regra."

Nerai fechou o registro. As pessoas a quem ele ajudara continuavam vivas. As pessoas no mapa das provas também continuavam sob a responsabilidade dele.

“O que o senhor queria mudar?”, perguntou Nerai.

Não elevou a voz. Mas, por trás das palavras dela, Arien voltou a ouvir a pergunta da mãe.

“Eu queria que, por uma vez, o círculo dourado não servisse para salvar ninguém”, disse. “Queria que Jesair perdesse. Que Mareia visse que se enganara a respeito dele. Que outra pessoa ficasse esperando diante de uma porta que não se abre.”

O advogado pousou a palma da mão na mesa. Arien não olhou para ele.

“Naquele dia, os socorristas tiveram de decidir qual dos dois feridos ainda dava tempo de salvar”, disse Nerai. “O senhor pôs pessoas em perigo por causa de sua origem. Até crianças.”

Arien abriu a boca. Nenhuma das frases que vinha usando havia anos cabia naquela resposta.

Tinha diante dos olhos a mão da mãe e o menino atrás do vidro. Naquela época, tinham tentado salvar o filho de outra pessoa. Quem pusera em perigo o menino da fotografia fora ele.

Por tanto tempo odiara aquele “Agiram corretamente” do pai que acabara criando um sistema em que todos, menos ele, podiam dizer a mesma frase. Ele sabia para qual desfecho o trabalho daquelas pessoas se encaminhava.

Por um instante, houve silêncio.

Nerai olhou para ele.

Diante dela não estava sentado um monstro de histórias.

Estava sentado um homem.

Era pior.

O monstro existe à parte dos seres humanos.

O homem mostra o que pode nascer entre eles.

“Onde está Kael?”, repetiu.

“Em Thaeron.”

“Onde?”

“Se eu soubesse, o entregaria a você.”

“Por quê?”

Arien se recostou.

“Porque eu vou carregar os nomes dos mortos. E ele vai continuar falando de liberdade.”

O interrogatório se prolongou por mais seis horas.

Arien admitiu a ligação entre os projetos.

Não admitiu ter dado início à disseminação da doença.

Alegou não ter tido controle sobre os acontecimentos finais nem saber o momento ou o lugar exato em que tudo começara.
Entregou aos investigadores códigos, nomes de intermediários e partes da estrutura financeira.

Não por arrependimento.

Pela necessidade de repartir a culpa.

Quando a conversa estava para terminar, Arien olhou mais uma vez para Nerai.

“O que vocês vão fazer depois de me condenarem?”

“Vamos seguir em frente.”

“Para onde?”

“Até as pessoas que abriram o caminho para o senhor.”

“E depois?”

“Até o sistema que escondeu esse caminho.”

Arien esboçou um sorriso.

“Então, no fim das contas, vão fazer exatamente o que Kael temia.”

“Não por causa dele.”

“Por causa de Jesair?”

Nerai olhou para a tigela azul-escura.

“Por causa dos que já não podem ver o que aconteceu com o mundo deles.”

A conexão se encerrou.

Arien ficou sozinho na sala branca.

Nerai abriu um documento novo.

Seria o relatório preliminar sobre as causas do Terço.

Na primeira linha, escreveu:

Arien Korveth concebeu a intenção.

Depois parou.

Na segunda:

Kael Thorne lhe abriu os caminhos financeiros e políticos.

Na terceira:

As instituições de Elarion fizeram com que ninguém, a não ser os autores do crime, pudesse ver todas as partes ao mesmo tempo.

Releu as frases.

Arien.

Kael.

O sistema.

Culpa individual.

Cumplicidade.

Cegueira de uma civilização.

Se omitisse as duas primeiras, os criminosos se esconderiam atrás da sociedade.

Se omitisse a terceira, a sociedade condenaria os criminosos e conservaria as condições para que viessem outros.

Nerai salvou o documento.

O título era:

Não apenas Arien.

37. Não apenas Arien

Divulgaram o relatório preliminar no dia em que Elarion registrou, pela primeira vez desde o Terço, mais nascimentos que mortes.
A imprensa destacou a confissão de Arien.

O público, o nome de Kael.

Os bancos, as falhas jurídicas.

Os Estados, as jurisdições estrangeiras.

Cada um encontrou no relatório a parte que apontava para outra pessoa.

Therinith declarou não ter violado lei alguma.

Era verdade.

Seus registros protegiam os proprietários exatamente como determinavam as regras aprovadas.

Os bancos anunciaram que todos os pagamentos haviam sido verificados.

Também era verdade.

Cada transação tinha uma finalidade declarada, uma contraparte legalmente constituída e a documentação exigida pelas normas locais.
As fundações afirmaram desconhecer o propósito final dos projetos que haviam financiado.

Em sua maioria, diziam a verdade.

Os laboratórios declararam ter investigado questões científicas legítimas.

Verdade.

Os advogados disseram ter examinado casos hipotéticos.

Verdade.

As seguradoras tinham feito modelos de risco.

Verdade.

As transportadoras tinham aceitado reservas.

Verdade.

Os partidos políticos recebiam doações permitidas.

Verdade.

Quase tudo era verdade.

Exatamente por isso pudera nascer uma mentira tão grande.

Nerai compareceu perante a comissão planetária de inquérito.

Às suas costas estava o mapa do esqueleto financeiro do Terço.

"Não encontramos um único cofre secreto", disse. "Não encontramos um pagamento que trouxesse na descrição o financiamento da catástrofe. Não encontramos uma só instituição que conhecesse o plano todo."

Apontou para as linhas separadas.

"Encontramos algo mais perigoso. Um sistema no qual cada um podia dizer a verdade sobre a sua pequena parte e, ao mesmo tempo, ajudar a construir a mentira do todo."

Sentavam-se no auditório representantes dos quarenta Estados.

Atrás deles, os que tinham perdido alguém.

Na primeira fila, alguns lugares haviam ficado vazios.

Estavam destinados aos representantes dos conselhos de linhagem aurelianos.

Em boa parte dos casos, já não restava quem os representasse.

"Arien Korveth responde pela intenção, pela coordenação e pelo uso deliberado das instituições para levar a cabo o ataque", continuou Nerai. "Kael Thorne criou a infraestrutura financeira e política que tornou possível esse ataque. Outros tomaram decisões sabendo mais do que hoje admitem."

A imagem mostrava fundos, doações a partidos políticos e os vínculos societários da Vesta.

"Mas, se a nossa única conclusão for que pessoas más abusaram de um bom sistema, não teremos aprendido nada com o Terço."

A inquietação percorreu o auditório.

"O sistema não era bom. Sua cegueira havia se tornado um modelo de negócio."

Ampliou a imagem das jurisdições insulares.

"Os Estados vendiam segredo. Os bancos vendiam isolamento. Os fundos vendiam propriedade sem nome. Os escritórios contábeis vendiam a possibilidade de o lucro nascer longe de onde o valor era criado. As regras da política punham à venda uma influência cuja origem não se via."

O representante de Therinith pediu a palavra.

"A senhora está chamando a proteção legal da privacidade de modelo de negócio do crime."

“Não”, respondeu Nerai. “Estou dizendo que a proteção da privacidade se tornou um modelo de negócio do poder.”

“Nossos clientes não foram condenados.”

“Porque não sabíamos seus nomes.”

“Isso não é prova de culpa.”

“Não. É prova de que nem sequer tínhamos condições de apurar a culpa.”

“Todo cidadão tem o direito de proteger seu patrimônio de um Estado estrangeiro.”

“E todo cidadão tem o direito de saber quem usa seu patrimônio para financiar a política, quem é dono do hospital que o atende, quem paga uma pesquisa que põe em risco a sua vida.”

O representante se recostou.

“Quem vai traçar o limite?”

“É exatamente essa a questão que a Convenção precisa resolver.”

Pela primeira vez, a palavra foi dita em público.

A Convenção Planetária após o Terço.

A Convenção Planetária devia ir além de uma reunião extraordinária de governos.

Tampouco se limitaria a uma conferência econômica.

Examinaria os próprios fundamentos sobre os quais Elarion funcionava.

A União apoiou a proposta.

Em seguida, a maioria dos Estados selenitas.

Alguns dos conselhos aurelianos que ainda existiam.

Os governos veyranos se dividiram.

Uma parte apoiava a reforma. Pessoas do seu povo também tinham morrido no Terço. Também eles haviam perdido famílias, cidades e um futuro.

Outros afirmavam que a investigação estava se transformando num julgamento coletivo dos veyranos.

Em Thaeron surgiram os primeiros movimentos contrários à transparência planetária.

Seus líderes diziam:

O Terço não pode servir de pretexto à criação de um governo único.

O crime de Arien não pode acabar com a privacidade de bilhões de inocentes.

Uma moeda comum pode virar uma coleira.

Com o dinheiro à vista, bastará uma só proibição para o governo destruir qualquer opositor.

Muitos desses argumentos tinham fundamento.

Por isso mesmo eram mais perigosos que simples mentiras.

Entre os porta-vozes do novo movimento de Thaeron surgiu um homem cujo nome não era conhecido do público.

Dele só se ouvia a voz.

Defendia que Elarion precisava de dois caminhos para sua civilização.

Um aberto.

O outro livre.

Nerai ouviu o primeiro discurso.

Bastaram três frases para saber quem falava.

Kael Thorne.

Mudara o tom da voz.

Falava mais devagar.

Usava outro nome.

Mas o jeito de separar o poder da responsabilidade continuava o mesmo.

“Você consegue provar que é ele?”, perguntou Saira.

“Não.”

“Uma análise de voz?”

“Probabilidade não é prova.”

“Arien diz que ele está em Thaeron.”

“Arien diz muita coisa.”

“Pedimos a prisão dele?”

Nerai desligou a transmissão.

“Primeiro precisamos saber exatamente por quê.”

“Ele ajudou a financiar o Terço.”

“Temos provas dos caminhos do dinheiro. Temos provas de que ele tentou deter as etapas finais. Não temos provas de que conhecesse a dimensão.”

“Ele abriu a porta.”

“Sim.”

“E agora fala em liberdade.”

“Até um culpado pode levantar uma objeção válida.”

Saira olhou para ela.

“Você fala como Jesair.”

“Não.”

Nerai abriu a gravação de novo.

“Ele teria dito melhor.”

A Convenção foi convocada para o dia em que se completaria um ano desde o momento em que a contagem dos mortos chegara a três bilhões.

Escolheram Nitra.

O mesmo auditório onde, anos antes, Jesair dissera que o valor não devia andar à sombra.

Diante do prédio, ergueram um muro de nomes.

Não de todos.

Era impossível inscrever três bilhões de nomes num só lugar.

Por isso, a cada dia o muro exibia um trecho diferente da lista.

Passariam anos até que um nome se repetisse.

No dia da abertura da Convenção, brilhavam em sua superfície os nomes dos moradores de Auriola.

Entre eles:

Jesair Davion.

Mareia Lioren.

Nerai chegou antes do nascer do sol.

Pousou a tigela azul-escura diante do muro.

Não a deixou ali.

Passado um instante, tornou a pegá-la.

Há coisas que não pertencem aos memoriais.

Pertencem aos vivos que ainda têm de levar sua história até o fim.

38. A Convenção após o Terço

Antes de entrar no auditório, Nerai ouviu um trecho do noticiário da manhã. Uma mulher que dirigia uma cozinha comunitária desde o Terço queria saber quem poderia fiscalizar o dinheiro de todos. O dono de uma pequena oficina receava que o novo sistema tivesse acesso até aos pagamentos de seus clientes. Ambos tinham perdido entes queridos. Ainda assim, discordavam sobre a proposta.

"Hoje também se decidirá onde fica a fronteira entre o poder público e a vida privada", disse a apresentadora. "Para muita gente, essa fronteira ainda não está clara."

Nerai desligou a transmissão e entrou. A objeção do dono da oficina também constava de suas anotações.

Um terço dos lugares permaneceu vazio.

O cálculo não correspondia exatamente ao número de delegados que tinham morrido.

Fora uma decisão dos organizadores.

A cada três fileiras, uma fora interditada.

Nos assentos não havia nomes.

Apenas uma linha fina de luz.

Quando os delegados se sentaram, as fileiras vazias separavam os vivos assim como o Terço separara as famílias, as cidades e a história.

Ninguém podia olhar para o palco sem ver um lugar onde faltava alguém.

A Convenção não tinha um único presidente.

À sua frente estava um conselho de representantes dos Estados, das assembleias de cidadãos, de instituições especializadas, dos conselhos de linhagem e de Thaeron.

Esse também fora um acordo.

Ninguém queria que uma assembleia destinada a limitar o poder fosse dirigida por uma só pessoa.

Nerai não estava ali como política.

Não era candidata.

Não representava um Estado.

Comparecia perante a Convenção como responsável por investigar os bastidores financeiros do Terço.

Acima dela surgiu seu nome.

Nerai Sael.

Autoridade Interestatal de Integridade Financeira e Riscos Sistêmicos.

Abrangência da declaração de interesses: integral.

Olhou para as fileiras vazias.

Então começou.

"Há um ano, demos um nome à catástrofe."

Um número surgiu nas paredes.

Três bilhões, cento e vinte e quatro milhões.

"Nós a chamamos de Terço porque a mente humana precisa de uma palavra quando não consegue suportar bilhões de nomes."
O número desapareceu.

Em seu lugar surgiram rostos.

Crianças.

Mulheres.

Homens.

As três linhagens.

"Hoje não vou falar do que perdemos. Não acabaríamos nunca. Vou falar do que a morte dessas pessoas revelou."
O esqueleto financeiro apareceu na imagem.

"A primeira razão pela qual precisamos mudar o nosso dinheiro é a pandemia."

Algumas pessoas se remexeram nas cadeiras.

Havia quem esperasse um discurso sobre saúde.

Nerai prosseguiu:

"Não houve um pagamento que, sozinho, financiasse o Terço. Se houvesse, alguém o teria notado. O dinheiro passou por um mundo de trinta moedas, um mundo de fundações, fundos, laboratórios e empresas cujos verdadeiros donos ninguém conhecia."
As partes do mapa se iluminaram, uma a uma.

"Os registros da inteligência artificial, dos laboratórios, das seguradoras, das transportadoras, dos bancos e dos Estados estavam todos ali. Cada um podia responder pelo próprio trabalho. Quem, entre eles, podia responder pelo que havia acontecido?"
O mapa se uniu.

"Um homem pode trazer o ódio. A civilização é que abre ou não o caminho para ele."

Nerai fez uma pausa.

"Nós abrimos."

O auditório estava em silêncio.

"Se não enxergarmos o dinheiro antes do crime, depois só veremos os corpos."

A tela passou a mostrar as categorias que, segundo a proposta, ficariam sob supervisão sistêmica automática.
Riscos biológicos e genéticos.

Capacidade de computação em larga escala.

Laboratórios estratégicos.

Dados de saúde.

Financiamento político.

Sistemas de armamentos.

Infraestrutura crítica.

"Não peço um sistema capaz de ler pensamentos", disse Nerai. "Isso ele não pode fazer, nem deve fingir que pode. Peço um sistema que perceba quando o dinheiro, a tecnologia, os dados, os laboratórios e o poder político começam a assumir, juntos, a forma de uma ameaça."
O representante de um dos Estados veyranos pediu a palavra.

"E quem decide qual é a forma de uma ameaça?"

"As regras serão públicas."

"Criadas por quem?"

"Por um conselho independente instituído pela Convenção e sujeito à fiscalização dos cidadãos, dos especialistas e da Justiça."
"Ou seja, por mais uma instituição planetária."

"Sim."

“E se ela se enganar?”

“Será possível recorrer de suas decisões.”

“E se ela se tornar um instrumento do governo?”

“É por isso que não pode pertencer a um só governo.”

O homem continuou de pé.

“Isso é só transferir a centralização para uma instância superior.”

“Não”, respondeu Nerai. “O que precisa estar reunido num só lugar é a visão de um problema comum. As decisões e a fiscalização precisam ser divididas.”
“É uma contradição.”

“Não. Um mapa único não precisa ter um único dono.”

O homem se sentou.

Nerai abriu a segunda parte.

“A segunda razão é a automação.”

Nas paredes apareceram os dados da produção depois do Terço.

Número de trabalhadores.

Capacidade produtiva.

Consumo.

Decisões automatizadas.

“O Terço nos obrigou a fazer em meses o que vínhamos adiando havia décadas. As máquinas assumiram a produção, o transporte, a gestão da energia, a contabilidade, a manutenção e parte dos cuidados de saúde. Não porque quiséssemos um mundo sem trabalho. Porque faltava gente.”
A curva da produção voltara a ultrapassar o nível anterior ao Terço.

“Depois descobrimos que a produção podia crescer mesmo quando o número de empregos não crescia.”

Surgiu a frase que Jesair dissera em Nitra:

Benefício é aquilo que o poder concede de cima para baixo. Participação é aquilo que cabe a cada pessoa pelo simples fato de fazer parte da civilização.
Nerai ficou um instante olhando para ela.

"A renda básica universal não pode ser um prêmio por termos nos tornado dispensáveis. Nem uma graça concedida pelo Estado à pessoa cujo emprego as máquinas tomaram. Tem de ser a parte que lhe cabe em uma civilização construída com conhecimento, dados, infraestrutura e recursos que nenhum dos proprietários de hoje criou sozinho."

Ouviram-se as primeiras manifestações de apoio no auditório.

"Para que essa divisão seja justa, precisamos saber que valor as máquinas criam, a quem pertence, onde nasce o lucro e para onde vai. Sem transparência, a RBU é um benefício que o poder pode calcular conforme a própria conveniência. Uma cota básica transparente é um direito cujo cálculo o cidadão pode verificar."

Nerai abriu a terceira parte.

"A terceira razão é a corrupção."

Nas paredes surgiram contratos públicos.

Módulos hospitalares superfaturados.

Contratos de transporte.

Projetos de energia.

Subsídios a fundos cujos donos financiavam partidos políticos.

"Corrupção. Clientelismo. Compra de influência. Desvio de recursos dos Estados. Financiamento político oculto. Manobras patrimoniais. Paraísos fiscais. Verbas que se apresentavam como um bem público, mas serviam ao poder privado. Transferências contábeis entre moedas, ilhas, fundações e centros fora do planeta."

Os exemplos se ligavam uns aos outros.

"Tudo isso prosperou no escuro. E nós nos acostumamos tanto à escuridão que começamos a achá-la normal."

Por um instante, ficou calada.

"O Terço mostrou o preço dessa normalidade."

A representante de um Estado insular se levantou.

"Pela sua proposta, todos os fluxos financeiros serão públicos?"

"Não."

"Quem decidirá quais serão?"

"O alcance de sua influência."

"Isso não é um limite preciso."

"A lei dará precisão ao limite. Um pequeno pagamento pessoal continuará privado. A propriedade de uma rede de hospitais, não."

"E uma doação?"

"Um presente pessoal de valor razoável continuará privado. Uma doação a um partido político, não."

"Um investimento?"

"Um investimento que não dê ao investidor poder significativo sobre a vida dos outros não precisa ser público para todos. Mas sua existência deve ser visível à fiscalização."

"Então o Estado vai saber tudo."

"Não."

"Quem, então?"

"Camadas diferentes do sistema conhecerão partes diferentes. Ninguém poderá ver a vida inteira de uma pessoa sem um motivo previsto em lei. Cada cruzamento entre as camadas deixará um rastro."

A mulher franziu a testa.

"Foi exatamente assim que a senhora descreveu o sistema anterior ao Terço."

"Não. Antes do Terço, as diferentes camadas protegiam os dados de tal maneira que não se conseguia descobrir quem financiava a catástrofe. O novo sistema precisa proteger a pessoa sem proteger o poder invisível."

Nerai abriu a quarta parte.

"A quarta razão é o funcionamento dos Estados."

Surgiram na tela os déficits orçamentários.

Na maior parte dos Estados de Elarion, os gastos tinham superado a arrecadação em quase todos os últimos trinta anos.

As dívidas cresciam até nos períodos de expansão econômica.

Os políticos prometiam fazer economias.

Depois aumentavam os impostos.

"Nossos Estados não eram pobres", disse Nerai. "Eram caros."

A imagem passou a mostrar os preços pagos por diferentes Estados pelos mesmos equipamentos médicos.

As diferenças chegavam a centenas por cento.

"A ineficiência ficava escondida em orçamentos que os cidadãos não conseguiam comparar. Uma instituição pública alegava ter pago o preço de mercado. Só que, no Estado vizinho, o mercado vendia a mesma coisa pela metade."

Apareceu uma rede de fornecedores interligados.

"Quando cada pagamento público é visível, uma decisão ruim não desaparece num relatório final. Ela se torna visível quando ainda há tempo de detê-la."

Um dos ministros da União objetou:

"O público pode interpretar mal uma compra complexa. Nem sempre o menor preço é o melhor."

"É por isso que a justificativa, a qualidade e o resultado também precisam estar à vista", respondeu Nerai. "Transparência não quer dizer que cada cidadão decide sobre cada válvula. Quer dizer que um ministro não pode alegar que a válvula mais cara era melhor se ela cai aos pedaços um ano depois e o fornecedor financiou o partido do ministro."

Ouviram-se risos nervosos.

O ministro se sentou.

"Tornar as medidas ruins imediatamente visíveis, arrecadar a quase totalidade dos impostos e eliminar conflitos de interesses ocultos pode transformar déficits crônicos em superávits. Não de um dia para o outro. Primeiro estancaremos a evasão. Depois, o desperdício. Em seguida, baixaremos os impostos. Só então virá o crescimento."

Abriu a quinta parte.

"A quinta razão são os impostos."

Na imagem surgiu a espiral dos impostos.

Alíquotas mais altas.

Mais evasão.

Uma base de arrecadação menor.

Novo aumento de alíquotas.

"Os grandes Estados aumentavam os impostos porque parte do valor era transferida para pequenos Estados onde não tinha sido criada. Quanto maiores os impostos, mais valia a pena fugir deles. Quanto mais gente escapava, mais quem ficava precisava pagar."

Surgiu o mapa dos paraísos fiscais insulares.

“Esses Estados não criavam a maior parte do valor que declaravam. Criavam um lugar jurídico onde o valor passava a pagar menos imposto e perdia o dono.”

O representante de Therinith se levantou.

“Nossos serviços eram legais.”

“Sim.”

“Os clientes exerciam direitos que os tratados lhes asseguravam.”

“Sim.”

“A senhora, então, os considera culpados por agirem racionalmente.”

“Não. Estou dizendo que criamos um sistema em que prejudicar a sociedade era racional.”

O homem ficou em silêncio por um instante.

“A senhora quer acabar com a concorrência tributária.”

“Quero acabar com a possibilidade de alegar que o lucro foi gerado numa ilha onde não há máquinas, empregados nem clientes.”

“O capital vai para Thaeron.”

“Então terá de ser visível a quem pertence, onde se formou e o que utiliza.”

“Thaeron não é obrigado a aceitar suas regras.”

“Não.”

“E depois?”

“Então haverá duas áreas econômicas. Uma em que o grande poder deixa um rastro visível. E outra em que não deixa.”

“As pessoas vão escolher a liberdade.”

“Talvez.”

Nerai olhou para ele.

“Mas já saberão o que estão escolhendo.”

Abriu a sexta parte.

Sobre a Convenção apareceram os símbolos das trinta moedas.

“A sexta razão é a fragmentação monetária.”

Daren Voltr se remexeu de leve.

Nerai prosseguiu:

"Antes do Terço, dizíamos que trinta moedas permitiam aos Estados reagir às condições locais. Era verdade. Mas também eram trinta maneiras de mudar o valor das economias de uma vida, esconder lucros, transferir dívidas e separar o preço de quem o pagaria."

Apareceram os custos de conversão.

Seguro cambial.

Atrasos.

Reservas de capital.

Contabilidade em duplicata e triplicata.

"As empresas mantinham departamentos inteiros para proteger o comércio das moedas que deveriam facilitá-lo. Numa transação entre países, uma pequena empresa pagava mais que um grande consórcio, pois não tinha acesso às mesmas taxas e aos mesmos instrumentos."

O elar apareceu na tela.

"O elar nasceu da pandemia. Não nasceu como projeto político. Nasceu para se comprarem filtros, remédios e comida quando os velhos sistemas não conseguiam transferir valor com a rapidez necessária."

Nerai mostrou as reservas públicas da Ponte.

"Sua vantagem não era apenas ser comum a todos. As pessoas podiam ver o lastro, as tarifas, a taxa de câmbio, o caminho do pagamento e quem quer que o tivesse interrompido."

Daren Voltr pediu a palavra.

"O elar ainda tem lastro nas moedas antigas."

"Sim."

"Se vocês as abolirem, qual será o lastro?"

"A produção, a receita tributária, a capacidade energética e os bens do sistema comum."

"Ou seja, a confiança nas instituições planetárias."

"Toda moeda é uma forma de confiança em alguma instituição."

"A diferença é que hoje o cidadão pode deixar uma moeda e escolher outra."

"A maioria dos cidadãos não tem patrimônio para transferir de uma moeda a outra. A liberdade de escolher a moeda era sobretudo de quem tinha recursos para escapar às consequências das decisões do próprio Estado."

Voltr se levantou.

"Ainda assim, servia de contrapeso. Uma só moeda pode ser usada ao mesmo tempo contra cada habitante do planeta."

"Sim."

A resposta surpreendeu até a ele.

Nerai prosseguiu:

"Uma moeda única pode ser a base da prosperidade. Mas também da tirania mais perfeita que já criamos."

Fez-se absoluto silêncio no auditório.

"Por isso não basta tornar visível o dinheiro do cidadão. É preciso tornar visível o poder sobre o dinheiro."

Surgiu na tela o esquema de supervisão.

Camada operacional.

Camada de fiscalização.

Camada judicial.

Auditoria cidadã.

Cadeia pública de verificação.

"Quem opera a moeda não pode decidir sozinho quem vai fiscalizar. Quem fiscaliza não pode alterar os registros por conta própria. A Justiça não pode abrir os dados sem registrar a razão legal. E nenhuma dessas instituições pode apagar os vestígios dos próprios atos."

Voltr observava o esquema.

"E o criminoso?", perguntou. "Também ele vai saber que foi fiscalizado?"

"Sim."

"A tempo de esconder outras provas?"

"Saberá que houve uma fiscalização. Não necessariamente cada conclusão da investigação naquele mesmo instante. Mas o registro do acesso não pode ficar secreto para sempre, nem poderá ser apagado."

"Isso é diferente da proposta de Jesair."

"Não. Jesair disse que até o criminoso precisa ver quem olhou para ele. Não disse que os investigadores teriam de anunciar cada passo de antemão."

Voltr permaneceu de pé.

“E o que impede o sistema de criar um acesso secreto que não deixe registro?”

“A arquitetura técnica.”

O fluxo de dados surgiu nas paredes.

“Cada consulta a um dado protegido gera um registro assinado. Dele se extrai uma impressão digital criptográfica. A intervalos de poucos minutos, as impressões de todas as alterações e consultas relevantes são enviadas para uma cadeia distribuída de verificação.”

“Uma blockchain”, disse alguém nas últimas fileiras.

“Sim”, respondeu Nerai. “Não para substituir a verdade. O hash não prova que o dado original era verdadeiro. Prova que ninguém o alterou depois às escondidas. A veracidade precisa ser assegurada pela assinatura da fonte, pela verificação cruzada e pela auditoria.”

Voltr tornou a se sentar.

Nerai olhou para a Convenção.

“As tecnologias de vigilância continuarão a se aperfeiçoar, seja qual for a decisão de hoje. Podemos fingir que vamos proibi-las e deixar que sejam usadas em segredo. Ou podemos garantir que todo olho que observa o cidadão seja, ele próprio, visível.”

Surgiu a última frase:

Ao direito de ver deve corresponder o dever de ser visto.

Nesse instante, a conexão da Convenção sofreu uma interrupção.

Não toda.

Apenas uma das transmissões.

Nas paredes surgiu o emblema do movimento de Thaeron.

Depois, uma voz.

A voz de Kael.

“Você está descrevendo uma jaula de vidro”, disse ele. “Todos verão as grades, e você dará a isso o nome de liberdade.”

Os sistemas de segurança tentaram cortar a transmissão.

Nerai ergueu a mão.

“Deixem que ele fale.”

Um rumor de inquietação percorreu o auditório.

Kael continuou:

"Uma moeda. Uma camada tributária. Um mapa financeiro. Uma inteligência planetária que decide o que é um risco. Você diz que vai dividir o poder entre conselhos, tribunais e auditores da sociedade civil. Mas todos eles vão usar o mesmo sistema."

Nerai olhou diretamente para a câmera.

"Kael Thorne."

A voz se calou por um instante.

Depois ele riu.

"Você não tem provas."

"Não."

"E ainda assim me identifica em público."

"Dei um nome à voz."

"É assim que vai ser o seu mundo transparente? Um analista diz um nome e a multidão faz o resto?"

"Não. É por isso que não estou condenando o senhor. Estou lhe fazendo uma pergunta."

"Qual?"

"O quanto o senhor sabia?"

No auditório não se ouvia sequer o ruído de um gesto.

Kael demorou a responder.

"O suficiente para saber, hoje, que eu devia ter impedido mais do que impedi."

"Isso não é uma resposta."

"É a única que você vai ter."

"O senhor ajudou Arien a abrir os caminhos do dinheiro."

"Ajudei muita gente a abrir os caminhos do dinheiro."

"Por que a ele?"

"Porque eu tinha medo do mundo que seu irmão propunha."

"E agora tem mais medo?"

"Agora tenho a prova de que eu tinha razão em temer."

Nerai fitou a tela vazia de onde vinha a voz.

"O senhor vê no Terço uma prova contra a transparência?"

“Vejo nele uma prova contra a concentração do poder. Arien fez uso do conhecimento biológico, das redes financeiras e dos sistemas automatizados. Você quer reunir os três numa só camada planetária.”

“E tornar visíveis as ligações.”

“A visibilidade não impede o abuso.”

“Não.”

“Então o que vai impedi-lo?”

“O fato de que o abuso deixará de ser segredo de quem controla o sistema.”

Kael riu.

“Isso é fé.”

“É.”

A resposta atravessou o auditório como um golpe silencioso.

“Toda ordem social se apoia na fé de que as pessoas, ao menos às vezes, respeitarão as regras. A diferença está em poderem ou não esconder que as violaram.”

“Nós, em Thaeron, não vamos aceitar as suas regras.”

“É um direito de vocês.”

“Então nos deixarão partir?”

“Se não financiarem a violência, não levarem consigo patrimônio que não lhes pertence e não esconderem rendimentos da nossa infraestrutura comum.”

“Liberdade condicional, então.”

“Toda liberdade termina onde começa uma conta que outra pessoa terá de pagar.”

A voz de Kael se calou.

Então ele disse:

“Um dia, os cidadãos vão ter mais medo do seu sistema do que das pessoas de quem ele deveria protegê-los.”

“Talvez.”

“E depois?”

“Terão de ter o poder de mudá-lo.”

“Com uma só moeda?”

“Sob uma ordem constitucional pública.”

“Ou seja, num Estado único.”

Nerai fez uma pausa.

Era essa a frase que a Convenção esperava.

Uns, com esperança.

Outros, com medo.

"Não estou propondo hoje um Estado único", disse ela. "Proponho que os problemas de todos sejam visíveis para todos e que o poder de todos esteja sob o controle de todos."

"É o começo de um Estado único."

"Talvez."

"Então diga isso."

Nerai olhou para as quarenta delegações.

Para as fileiras vazias.

Para o lugar onde um dia Jesair se sentara.

"Se um dia Elarion se tornar um só Estado, que não seja porque alguém o conquistou. Nem porque uma moeda subjugou as demais. Que seja porque as pessoas descobriram que, há muito, suas vidas têm mais em comum do que seus governos."

Kael não respondeu.

A conexão se encerrou.

Dessa vez, fora ele quem a interrompera.

A Convenção deliberou por mais vinte e três dias.

Nem tudo o que Nerai propusera foi aprovado.

A cota básica foi confirmada, mas seu valor continuaria a depender do custo de vida de cada região.

A Ponte deixaria de ser uma empresa privada e passaria a pertencer a uma fundação pública planetária.

O elar passou a ser unidade legal de compensação para os tributos interestatais, os pagamentos públicos, a cota básica e o comércio com Thaeron.

As antigas moedas não desapareceram.

Ainda.

A Convenção aprovou o princípio da identificação pública do proprietário final para toda empresa, fundo ou fundação com influência econômica ou política significativa.

Todo acesso a dados financeiros protegidos teria de deixar um rastro indelével.

Toda exceção precisaria ter um autor, um fundamento jurídico e um prazo de validade.

Toda regra de avaliação automática de riscos deveria poder ser examinada em público.

A Convenção instituiu um comitê constitucional planetário.

Não um governo.

Ainda não.

Quando Nerai saía da última sessão, Daren Voltr a esperava perto da porta.

“A senhora venceu”, disse.

“Não.”

“O elar se tornou uma unidade legal.”

“Uma entre outras.”

“A Ponte já não pertence a um grupo privado.”

“Isso era indispensável.”

“Uma camada tributária planetária.”

“Limitada.”

Voltr olhou para ela.

“Sabe o que a senhora tem de mais perigoso?”

“Não.”

“Descreve cada passo como se fosse menor do que realmente é.”

Nerai olhou para o muro de nomes diante do prédio.

“E o senhor descreve cada passo como se fosse o último.”

“Porque sei aonde eles levam.”

“Aonde?”

Voltr apontou para Nitra.

“À capital do planeta.”

Nerai fitou o rio.

“Talvez o planeta precise de um lugar onde seja obrigado a olhar para si mesmo.”

39. Um só elar

Não foi uma votação que pôs fim às antigas moedas.

Foi o uso.

Primeiro, os grandes fornecedores que atendiam a vários Estados deixaram de aceitá-las.

Não porque a Convenção as tivesse proibido.

O elar era mais simples.

Um só preço.

Uma só compensação.

Uma só tarifa, à vista de todos.

Sem seguro cambial.

Sem espera de dois dias.

Sem a dúvida de quanto valor se perderia entre quem enviava e quem recebia.

Depois, os empregados de empresas que operavam em vários Estados começaram a exigir o elar.

Não queriam que o valor de seus salários variasse ao sabor das decisões do governo de um lugar onde nem sequer moravam.

Os comerciantes anunciavam os preços nas duas moedas.

Mais tarde, só em elares.

As moedas locais permaneciam nas contas, nas leis e nos velhos contratos.

No dia a dia, porém, cada vez mais lembravam línguas em que ainda se escreviam liturgias, mas em que já não se pedia pão.

As duas últimas grandes moedas perderam a taxa de câmbio própria depois de uma crise econômica que elas mesmas haviam provocado.

Seus bancos centrais tentaram estimular as exportações desvalorizando-as.

As empresas, porém, compravam energia e matérias-primas em elares.

Seus custos subiram.

Os cidadãos transferiram suas economias.

A moeda despencou.

O que antes ajudava o Estado a deslocar parte do problema para seus cidadãos já não funcionava num mundo em que eles tinham acesso a um valor comum.
Sete anos depois do Terço, o elar era a única moeda de curso legal em Elarion.

Ninguém marcou no calendário um dia para a mudança.

O último Estado aprovou a lei.

O último banco mudou a contabilidade.

Fixou-se a taxa de conversão da última moeda antiga.

E estava feito.

O crescimento econômico que se seguiu surpreendeu até os defensores da reforma.

Não fora a moeda, por si só, que o trouxera.

Tinham sido os obstáculos que desapareceram com ela.

As empresas já não precisavam manter trinta contabilidades.

Uma pequena firma podia vender do outro lado do planeta sem ter um departamento de câmbio.

Os investidores comparavam os projetos pela rentabilidade real, sem considerar vantagens cambiais.

Os contratos públicos passaram a usar os mesmos preços.

As autoridades fiscais enxergavam a mesma base de cálculo.

O lucro era tributado onde o valor fora gerado.

As alíquotas caíram pouco a pouco.

Primeiro, para as rendas baixas e médias.

Depois, para as empresas.

Os Estados descobriram que um imposto menor, cobrado sobre quase tudo, rendia mais que um imposto alto do qual metade do grande capital escapava.
Os paraísos fiscais tentaram sobreviver.

Ofereceram alíquotas ainda mais baixas.

Depois, isenção total.

Depois, registros secretos fora da rede planetária.

Mas uma empresa de proprietário desconhecido não podia receber grandes pagamentos em elares, concorrer a contratos públicos nem ser dona de infraestrutura estratégica.

O segredo continuava possível.

Deixara de ser vantajoso.

Alguns Estados insulares entraram em colapso.

Outros mudaram.

Puseram seus experientes advogados, administradores e especialistas financeiros a auditar o novo sistema. Lugares que vendiam escuridão tornaram-se centros de verificação.
Havia nisso uma ironia que Nerai não via como castigo.

Ninguém precisa ser para sempre aquilo de que um dia tirou o sustento.

Os déficits orçamentários não desapareceram de imediato.

Depois do Terço, era preciso reconstruir regiões inteiras.

Cuidar dos sobreviventes custava caro.

A cota básica crescia.

As cidades remodelavam a infraestrutura para um mundo com menos trabalho e mais automação.
Mas as perdas por evasão diminuíam.

As redes de corrupção encolhiam.

Projetos superfaturados vinham à tona antes da assinatura dos contratos.

A IA comparava preços, qualidade e vínculos de propriedade.

Não proibia decisões.

Emitia alertas.

Se, apesar do alerta, um governo preferisse um fornecedor mais caro, podia escolhê-lo.

Mas precisava explicar por quê.

Em público.

Com o nome da pessoa responsável.

O sistema não eliminou a estupidez.

Eliminou parte do abrigo que a escuridão lhe oferecia.

Ao fim de dez anos, a maioria dos Estados tinha superávit.

Não todos os anos.

Não se podia garanti-lo em qualquer circunstância.

Mas ruíra a antiga convicção de que um Estado tinha de estar sempre endividado.

Parte dos superávits ia para a cota básica.

Parte, para as reservas.

Parte, para a aquisição coletiva de sistemas automatizados.

As pessoas podiam trabalhar.

Empreender.

Criar.

Cuidar dos filhos.

Estudar.

Ajudar o próximo.

Mas o direito de ter onde morar, o que comer e como receber cuidados básicos já não dependia de alguém precisar comprar o seu tempo.
A cota básica não resolveu tudo.

Havia quem perdesse o sentido da vida.

Outros se fechavam num mundo de diversões criadas pelas máquinas.

Surgiram controvérsias sobre se a sociedade deveria sustentar quem nada lhe dava em troca.

Nerai não tinha resposta fácil para essas questões.

Jesair dissera um dia que o valor de uma pessoa não vinha do fato de uma máquina precisar dela.

Isso não queria dizer que uma pessoa não precisasse fazer falta a outra.

Por isso, as escolas deixaram de preparar as crianças apenas para uma profissão.

Ensinavam a criar vínculos, assumir responsabilidades, decidir sobre o que era de todos e distinguir desejo de necessidade.
O trabalho não se tornou inútil.

Deixou de ser a única prova do direito de existir.

A guerra também mudou.

Devagar, no começo.

O dinheiro transparente não sabia ler o ódio.

Não conseguia impedir que alguém desejasse dominar um território, punir os vizinhos ou reacender um velho agravo.

Conseguia, porém, enxergar os preparativos.

Armas precisavam de fabricantes.

Fabricantes, de matéria-prima.

Matéria-prima, de energia.

Exércitos, de provisões.

Mercenários, de pagamento.

Corredores de transporte, de seguro.

Propaganda, de donos de meios de comunicação.

Uma grande guerra não se preparava só no coração.

Tinha de entrar na economia.

E ali deixava rastro.

Quando um Estado do sul começou a comprar em segredo grandes quantidades de peças de navegação que também podiam ser usadas em módulos de combate, o sistema alertou os demais governos e os próprios cidadãos daquele país.
O governo afirmou tratar-se de uma modernização civil.

O público via a quantidade, os fornecedores e as compras de combustível que ocorriam ao mesmo tempo.

A oposição exigiu explicações.

Os Estados aliados se ofereceram para fazer uma inspeção.

O projeto foi interrompido antes que a frota chegasse a existir.

Em outro caso, a transparência não impediu o conflito.

Duas regiões disputavam recursos hídricos, e ambas deslocavam abertamente suas forças de segurança.

O mundo via os preparativos.

Justamente por isso, já não era possível fingir que um ataque viera de surpresa.

O Conselho Planetário interveio mais cedo.

Sem diplomacia secreta.

Numa negociação pública em que cada lado podia ver o custo de prosseguir.

O conflito terminou em acordo.

Não porque as pessoas tivessem se tornado melhores.

Porque a intenção furtiva perdera a vantagem.

Aos poucos, surgiu uma defesa comum.

Primeiro, a proteção do anel orbital.

Depois, a de Thaeron.

Mais tarde, o controle das armas estratégicas.

Os Estados mantiveram suas forças de segurança, mas já não podiam travar uma grande guerra por conta própria sem a infraestrutura comum.
Depois da moeda, dos impostos e da defesa, veio o direito.

Uma empresa presente no planeta inteiro não podia estar sujeita a quarenta tribunais com entendimentos conflitantes.

O cidadão não podia ter o direito de ver como se exercia o poder público numa região e perdê-lo em outra.

A cota básica não podia ser um direito comum sem um fundamento constitucional comum.

O comitê constitucional planetário trabalhou por doze anos.

A primeira proposta foi rejeitada.

A segunda também.

A terceira dividiu as competências entre a esfera planetária, as regiões, os Estados e as cidades.

Um planeta.

Uma moeda.

Uma defesa.

Uma carta de direitos fundamentais.

Mas quarenta tradições jurídicas.

Dezenas de línguas.

Centenas de formas de governo local.

Os Estados não deixaram de existir.

Deixaram de ser a última instância do poder.

No dia da aprovação da Constituição, os representantes se reuniram em Nitra.

Alguns choraram.

Outros votaram contra.

Várias delegações veyranas deixaram o auditório antes do resultado.

Grande parte dos que as apoiavam já vivia em Thaeron.

Rejeitavam o sistema financeiro comum.

Afirmavam que até mesmo um poder submetido a controles mútuos acabaria por se tornar tirania.

Construíram seus próprios assentamentos, bancos e regimes jurídicos.

Elarion não os obrigou a voltar.

Mas surgiu entre os planetas uma fronteira que antes não existia.

Surgiu entre os planetas uma fronteira cuja origem não estava na biologia.

Nem numa divisão racial.

Era uma fronteira entre civilizações.

Em Elarion, todo grande poder tinha o dever de deixar um rastro visível.

Numa parte de Thaeron, o segredo era considerado condição da liberdade.

O comércio entre os mundos continuou.

Com desconfiança.

Com regras.

Com uma pergunta ainda sem resposta.

Quanta privacidade pode uma sociedade preservar sem que no seu abrigo volte a nascer um poder invisível?

Kael Thorne permaneceu em Thaeron.

Nunca houve contra ele uma condenação definitiva pelo Terço.

As provas confirmaram que financiara as redes de Arien e tentara impedir as etapas finais.
Não esclareceram o quanto sabia quando abriu os primeiros caminhos.
Para uns, era um criminoso que escapara.

Para outros, o homem que entendera a tempo o perigo de um sistema único.

Aos próprios olhos, continuou sendo alguém que acreditava que a história, um dia, o absolveria.

Arien Korveth foi condenado.

O julgamento durou sete anos.

Depuseram centenas de cientistas, administradores, banqueiros, advogados e familiares das vítimas.

O tribunal rejeitou seu argumento de que, tomadas isoladamente, as partes do projeto eram legais.

Decidiu que aquele que reúne conscientemente partes legais num todo criminoso responde pelo todo.

Arien não foi executado.

Elarion não tinha pena de morte.

Passou o resto da vida numa instituição em que cada despesa, cada inspeção e cada decisão eram registradas, como no caso de qualquer outro cidadão.

Também ele podia ver quem consultava seus dados.

Também ele podia contestar um acesso indevido.

Muitos achavam aquilo um excesso de clemência.

Nerai, não.

Um sistema que protege apenas os direitos dos inocentes não protege direitos.

Protege os que gozam de simpatia.

Vinte anos depois do Terço, Nerai estava diante do prédio da assembleia planetária.

Estava mais velha.

Seus cabelos eram prateados.

Nos olhos, continuava sem o círculo dourado.

Nitra havia mudado.

Acima da cidade antiga erguiam-se novas torres administrativas. Módulos de transporte público deslizavam em silêncio pelo rio. As antigas sedes dos bancos centrais haviam sido transformadas em arquivos da história monetária.

Ali, as crianças aprendiam que um dia Elarion tivera trinta moedas.

Muitas não conseguiam entender.

“Por quê?”, perguntavam.

Os professores lhes explicavam a soberania, o câmbio, a desvalorização, a concorrência tributária e a proteção das economias locais.

As crianças ouviam com o mesmo espanto com que as gerações anteriores tinham ouvido falar do tempo em que cada Estado usava unidades diferentes de peso e de comprimento.

Nerai se aproximou do muro de nomes.

Ali continuavam a aparecer as vítimas do Terço.

Passadas tantas décadas, a lista já tivera tempo de se repetir.

Naquele dia, Jesair não estava ali.

Nem Mareia.

Nerai pousou no chão a tigela azul-escura.

Dessa vez, deixou-a ali.

Um aviso surgiu em sua interface pessoal.

O Arquivo Histórico Planetário consultou os registros da investigação do Terço.

Finalidade: preparação de uma exposição educativa.

Responsável: Laren Saor.

Abrangência do acesso: mapa das provas financeiras, sem dados pessoais protegidos.

Nerai olhou para o aviso.

No velho mundo, talvez jamais soubesse que alguém havia aberto o dossiê que ela criara.

No novo, via o nome, a finalidade e a abrangência.

Podia contestar o acesso.

Não o fez.

Começava a escurecer sobre Nitra.

Na fachada da assembleia brilhava o emblema de Elarion.

Na fachada da assembleia brilhava o novo emblema planetário.

Não aludia à União nem a nenhum dos Estados de origem.

Quarenta linhas convergiam para um só círculo.

Os críticos diziam que o símbolo representava a absorção.

Seus criadores diziam que representava a união.

Nerai via as duas coisas.

Toda união salva alguma coisa.

E põe fim a outra.

Elarion não se tornou um só Estado porque seus habitantes tivessem deixado de ser diferentes.

Tornou-se um só Estado porque, aos poucos, eles deixaram de fingir que a grande decisão de um deles não afetava os outros.

O dinheiro de uma pessoa podia financiar uma pesquisa.

A pesquisa, um laboratório.

O laboratório, uma doença.

A doença, a morte em todo o planeta.

Da mesma forma, porém, o dinheiro podia financiar um tratamento.

Máquinas.

A cota básica.

A reconstrução das cidades.

E um mundo em que o poder precisava mostrar o rosto antes de pedir que confiassem nele.

A transparência não tornou boas as pessoas.

Não eliminou a raiva.

O orgulho.

O desejo de possuir.

O medo de perder.

Nem a capacidade de alguém se convencer de que a própria ferida é justiça.

Fez uma coisa só.

Tornou mais difícil ao grande poder mover-se sem lançar sombra.

Nerai pousou três dedos na superfície fria da tigela.

Não sabia por quê.

O gesto lhe veio com naturalidade.

Naturalidade demais.

Por um instante, sentiu o toque de uma lembrança que não era inteiramente sua.

Outro planeta.

Outro sol.

Um jardim.

Um homem e uma mulher que voltariam a se encontrar, embora seus nomes fossem outros.

Então a sensação desapareceu.

Nerai se voltou para a cidade.

Atrás dela, ficava o muro dos mortos.

À sua frente, o mundo dos vivos.

Um planeta.

Um Estado.

Quarenta memórias.

E o valor, a que já não era permitido andar à sombra.

40. O peso do poder

A pedra pesava trinta e uma toneladas.

Viera de Thaeron duas semanas antes e, desde então, estava no meio do galpão de pesquisas em Arda. Os cientistas haviam escolhido um bloco de rocha sem propriedades físicas especiais. Queriam um objeto que não desse margem a atribuir o resultado ao material.

Em torno dele havia três anéis de metal.

Cada anel tinha cerca de cinco metros de diâmetro e a superfície dividida em centenas de segmentos estreitos. Entre os segmentos passavam condutores resfriados a temperaturas muito inferiores à do ambiente. Grossos feixes de cabos saíam do piso para alimentá-los de energia.

Atrás da divisória de segurança esperavam umas quarenta pessoas.

Físicos.

Técnicos.

Representantes das universidades.

O Conselho Planetário de Riscos Tecnológicos.

Dois analistas militares.

E Nerai Sael.

Muitos anos haviam passado desde o Terço. Nerai já não estava à frente das investigações diárias sobre os fluxos financeiros. Seu nome, porém, continuava ligado às regras pelas quais a Ponte, depois da Convenção, aos poucos passara de uma rede de pagamentos a uma das principais camadas de informação da economia planetária.

Por isso a convidavam sempre que uma invenção suscitava uma pergunta que os técnicos, sozinhos, não podiam resolver.

Quem terá o direito de ser dono disso?

Oran Sel, responsável pelo experimento, estava junto ao painel de controle.

“Leitura do piso?”

“Trinta e uma toneladas e quatrocentos quilos”, respondeu a IA do laboratório.

“Energia?”

“Pronta.”

“Sincronização?”

“Desvio abaixo do limite de medição.”

Oran se virou para as pessoas atrás do vidro.

“O que vocês vão ver é o quarto teste. Os três primeiros foram feitos apenas na presença da equipe do laboratório. Esperamos que dois centros independentes reproduzissem o resultado antes de divulgá-lo.”
Então voltou ao painel.

“Ative o campo a dez por cento.”

A tela indicou a carga exercida sobre o piso.

Trinta e uma toneladas.

Trinta.

Vinte e oito.

Vinte e cinco.

A pedra nem se mexeu.

A vinte por cento, a leitura indicava dezessete toneladas.

A trinta, nove.

O galpão estava em completo silêncio.

Oran elevou a potência a quarenta por cento.

A leitura caiu para menos de uma tonelada.

Depois, para quase zero.

A pedra se desprendeu do piso.

A princípio, por alguns milímetros.

Logo havia cinco centímetros entre ela e o chão.

Oran moveu o controle.

Trinta e uma toneladas de rocha de Thaeron subiram até um metro de altura.

Nerai sentiu uma tensão incômoda nos ombros. A razão lhe dizia que o campo sustentava a pedra. O corpo via aquela massa de rocha suspensa sobre o chão e esperava a queda.
“É possível deslocá-la?”, perguntou um dos conselheiros.

Oran assentiu.

A pedra se moveu devagar para a direita.

Depois voltou.

Havia tamanha serenidade naquele movimento que a cena chegava a parecer absurda. Para deslocar aquele objeto, poucos anos antes seria preciso um sistema de transporte pesado. Agora ele atravessava o galpão à velocidade de um homem a pé.

Oran reduziu a potência.

A pedra desceu devagar.

Quando tocou o piso, um baque surdo ecoou pelo galpão.

"A massa dela permaneceu a mesma?", perguntou Nerai.

"Sim."

"Então o que vocês mudaram?"

Oran procurou as palavras por um instante.

"Em termos simples, alteramos o acoplamento entre a matéria e o campo gravitacional local. A pedra conservou o tempo todo a mesma inércia e a mesma estrutura interna. Mas, sob o efeito pleno do campo, o planeta quase não a atraía."

"Quase?"

"Ainda não conseguimos chegar a zero."

Nerai tornou a olhar para a pedra.

"E vão conseguir?"

Oran sorriu.

"É para responder a perguntas assim que fazemos ciência."

Em poucas horas, a notícia do experimento deu a volta a Elarion.

O transporte foi o que mais chamou a atenção.

Os modelos de energia logo calcularam quanto custaria levar uma carga até a órbita se fosse possível reduzir seu acoplamento gravitacional na primeira etapa do voo.

As construtoras começaram a projetar estruturas inteiras que poderiam ser fabricadas no chão e depois erguidas até o local de instalação.

As minas de Thaeron vislumbraram a possibilidade de transportar massas de rocha cujo deslocamento custava mais que a própria extração.

As cidades começaram a falar numa nova geração de transporte público.

Engenheiros espaciais retomaram projetos que dormiam havia décadas nos arquivos porque as contas não fechavam.

Por alguns dias, pareceu que Elarion recebera uma daquelas invenções que dividem a história em antes e depois.

Então veio o segundo relatório.

Esse não era público.

Nascera de um modelo de segurança numa das universidades.

Os cientistas estudavam como se comportavam os campos gravitacionais dos diferentes anéis quando se sobrepunham. Esperavam que o efeito resultante correspondesse aproximadamente à soma das potências.

Os cálculos revelaram outra propriedade.

Quando a sincronização era muito precisa, os campos começavam a se amplificar de modo não linear.

A princípio, dois físicos julgaram que fosse um erro.

Rodaram o modelo outra vez.

Depois, em outro sistema de computação.

Por fim, pediram uma verificação independente.

O resultado se manteve.

Oran Sel recebeu o relatório às três da manhã.

Às cinco, pediu que se convocasse imediatamente o Conselho Planetário.

Nerai chegou pouco depois das sete.

Na parede da sala havia um mapa de Elarion.

No meio dele brilhava um círculo com quase quatrocentos quilômetros de diâmetro.

“O que é isso?”, perguntou ela.

Oran estava junto à janela. Parecia não ter dormido a noite inteira.

“A área de efeito.”

“De que efeito?”

“Do efeito pleno.”

Nerai esperou.

Oran abriu o modelo físico.

"Um gerador consegue enfraquecer o acoplamento gravitacional num espaço relativamente pequeno. Com vários geradores, esperávamos ampliar ou intensificar o efeito. Descobrimos que, com a disposição e a sincronização exatas, forma-se entre eles uma região estável onde o acoplamento pode chegar perto de zero."

Nerai apontou para o círculo.

"Nessa área inteira?"

"Pelo modelo, sim."

"Qual é o tamanho dela?"

"Neste cálculo, o diâmetro é de trezentos e oitenta quilômetros."

Nerai olhou para ele.

"O senhor está me dizendo que consegue desligar a gravidade numa área do tamanho de um país."

Oran balançou imediatamente a cabeça.

"Estou dizendo que tudo indica que a física permite isso. Nós não temos esse equipamento."

"Seria possível construí-lo?"

Oran se virou para outra pessoa na sala.

Era o analista técnico responsável pelo projeto.

"Com a tecnologia de hoje, sim", disse ele.

A resposta mudou a atmosfera da sala.

"Em quanto tempo?", perguntou Nerai.

"Se alguém já tivesse tudo de que precisa, talvez dois ou três anos."

"E o que vem a ser tudo de que precisa?"

Surgiu uma lista na parede.

Vinte e quatro emissores gravitacionais.

Seis sincronizadores de fase da mais alta categoria.

Uma grande quantidade de metamaterial supercondutor.

Três unidades independentes de armazenamento de energia capazes de fornecer potência extrema em pouco tempo.

Várias linhas de produção especializadas.

Um mapa gravimétrico preciso da região.

Capacidade de computação de que só algumas dezenas de centros no planeta dispunham.

E uma rede de técnicos com especializações muito específicas.

Nerai leu a lista devagar.

"O que aconteceria se alguém de fato pusesse isso para funcionar?"

Dessa vez, Oran respondeu.

"Dependeria da forma do campo, da altitude em que atuasse e de quanto tempo durasse."

"O pior cenário realista."

Oran se sentou.

"As pessoas e os objetos que não estivessem firmemente presos perderiam quase toda a ligação com a superfície. A água se comportaria de outro modo. O ar se deslocaria rapidamente por toda a área. Os sistemas de transporte perderiam contato com o chão. Com o passar do tempo, a própria rotação do planeta agravaria a situação."

Outras camadas surgiram no mapa.

Cidades.

Rios.

Redes de energia.

Entroncamentos de transporte.

"O solo não sairia voando pelo espaço", continuou Oran. "Há outras forças mantendo as rochas coesas. Mas um número imenso de sistemas depende do equilíbrio gravitacional. Se um campo desses surgisse de repente numa região habitada, as vítimas poderiam ser incontáveis."

"E quando o desligassem?"

"A gravidade voltaria."

Nerai compreendeu o que vinha a seguir antes que ele o dissesse.

Tudo o que houvesse perdido contato com o chão durante o efeito do campo começaria a cair.

"Quantas pessoas vivem nesse círculo?", perguntou.

"Neste modelo, onze milhões."

Ninguém mais fez perguntas.

Nos seis dias seguintes, o conselho técnico procurou saber se havia alguma maneira de manter o fenômeno descoberto fora do alcance de qualquer aplicação prática.
A resposta era incômoda.

A tecnologia era complexa, cara e dependia de equipamentos fabricados em pouquíssimos lugares. Mas o princípio físico era geral demais para permanecer em segredo para sempre.
O tempo trabalhava contra o segredo.

Se um laboratório descobrira o fenômeno, outro acabaria por descobri-lo também.

Se uma IA fora capaz de modelá-lo, outra um dia chegaria a ele por dedução.

Havia muito Elarion entendera que não se pode contar com manter o conhecimento científico trancado numa única sala por gerações a fio.
A questão se deslocou, assim, da física para a sociedade.

Reuniram-se em sessão extraordinária representantes dos fabricantes, das universidades, das redes de energia, das instituições de segurança, dos conselhos de cidadãos e da Ponte.
Daren Voltr estava sentado entre eles.

Estava velho. Mas a medicina de Elarion avançara a tal ponto que, havia muito, chegar a uma idade avançada já não significava retirar-se automaticamente da vida pública.
Quando lhe deram a palavra, dirigiu-se a Oran.

"Quantas coisas diferentes é preciso comprar ou fabricar para que isso se torne possível?"

"Milhares."

"Quantas delas são de fácil acesso?"

"A maioria."

"Então proibir componentes isolados não resolve nada."

"Exato."

"Quantos são críticos?"

Oran abriu a lista.

"Depende do que o senhor considera crítico. Se estamos falando daquilo sem o qual hoje não se poderia construir um sistema assim, temos cerca de dezessete requisitos tecnológicos."
"Dezessete produtos?"

“Requisitos. Alguns são produtos. Outros dizem respeito aos meios de produção, à energia, às pessoas ou à capacidade de computação.”

Voltr assentiu.

“E quantas organizações em Elarion conseguem atender aos dezessete?”

Oran fez uma pausa.

“Não sei.”

Nerai falou de seu lugar.

“A Ponte sabe.”

Todos se voltaram para ela.

Voltr esboçou um sorriso.

“Claro.”

Nerai conhecia aquele tom.

“O senhor quer a resposta ou quer discutir por que a temos?”

“As duas coisas.”

“Primeiro a resposta.”

O painel de trabalho da Ponte se abriu diante de Nerai.

“Enviem os requisitos técnicos.”

Oran franziu a testa.

“Não podemos colocar todos eles num sistema financeiro.”

“Não precisam. Precisamos de uma representação econômica.”

“Como assim?”

Nerai apontou para o primeiro item.

“Quantos sincronizadores de fase?”

“Seis.”

“Quem o fabrica?”

Três empresas surgiram na parede.

“Quantos emissores gravitacionais?”

“Pelo menos vinte e quatro dessa categoria.”

Surgiram os fabricantes e suas capacidades de produção.

“Energia?”

Oran indicou a faixa necessária.

A Ponte exibiu as usinas, os reservatórios de energia e as redes industriais capazes de fornecer um pulso daqueles.

“Metamaterial?”

Mais uma camada.

“Computação?”

Outra.

“Fabricação de precisão?”

Mais uma.

“Especialistas?”

Nerai fez uma pausa.

“No caso das pessoas, só usaremos dados agregados sobre a disponibilidade de especialistas. Os nomes ficarão protegidos.”

Voltr ergueu uma sobrancelha.

“Já é alguma coisa.”

Nerai prosseguiu.

Pouco a pouco, a Ponte reunia as condições.

Não fazia uma lista de suspeitos.

Traçava um mapa de capacidades.

O sistema conhecia os proprietários das grandes indústrias.

Conhecia a capacidade que as empresas declaravam publicamente e que se podia verificar pelas compras, pelo consumo e pela produção.
Conhecia os grandes contratos de energia.

Conhecia o financiamento dos centros de pesquisa.

Conhecia a origem do capital.

Conhecia os aluguéis de galpões industriais, as grandes compras de matérias-primas, as encomendas de máquinas especializadas e a movimentação de equipamentos entre Elarion e Thaeron.

Antes do Terço, essas informações estariam espalhadas por dezenas de bancos, registros e Estados.

Agora era possível reuni-las por proprietário final e por finalidade econômica.

Depois de alguns minutos, surgiu um número na parede.

14

Sumiu do rosto de Voltr o ar divertido.

"O que significa esse quatorze?"

"Quatorze grupos econômicos têm hoje condições de atender, direta ou indiretamente, a mais de oitenta por cento dos requisitos."

"Grupos econômicos?"

"Juridicamente, podemos estar falando de centenas de empresas. A Ponte as agrupa pelo proprietário final, pelo controle, pelo financiamento e pelos vínculos de dependência econômica."

Nerai abriu o primeiro registro.

Um grande consórcio de mineração de Thaeron.

Noventa e um por cento.

O segundo.

Um fabricante de sistemas de energia com atuação em todo o planeta.

Oitenta e nove.

O terceiro.

Um grupo do complexo militar-industrial de um dos Estados.

Noventa e quatro.

O quarto.

Um consórcio de construção orbital.

Oitenta e sete.

Depois vieram outros.

Alguns eram privados.

Alguns, públicos.

Três pertenciam a Estados.

Um único grupo econômico se dividia em mais de quarenta empresas.

“E quem chega a cem por cento?”, perguntou Voltr.

“Ninguém.”

“Por enquanto.”

“Por enquanto.”

O silêncio ficou na sala.

Na parede, quatorze nomes iluminados.

Havia poucos dias, só uma coisa os unia: estavam entre as organizações tecnologicamente mais avançadas do planeta.
A partir de agora, tinham mais uma coisa em comum.

Cada uma estava perto o bastante de poder construir um dispositivo capaz de alterar a gravidade em uma vasta região.
“Era exatamente este o momento que eu temia”, disse Voltr.

A reunião já entrava na quarta hora.

“Por quê?”, perguntou Nerai.

“Porque o sistema financeiro acaba de fazer uma lista de quatorze entidades que considera potencialmente perigosas.”
“A lista indica capacidade tecnológica.”

“E a senhora está dizendo que, na prática, não há diferença?”

“A diferença é fundamental.”

Voltr apontou o primeiro nome.

“Esta empresa explora minérios em Thaeron. Não ameaça ninguém. Não há registro de violência por parte de seus dirigentes. A maior parte dos equipamentos de que precisaria está em suas mãos porque ela os usa na mineração.”
“Sim.”

“E, mesmo assim, vocês a vigiam.”

“A Ponte acompanha as mudanças na capacidade da empresa, não o comportamento de seu diretor.”

“Isso não me tranquiliza.”

Nerai fitou o mapa por um instante.

“Antes do Terço, cometíamos o erro oposto.”

Voltr não disse nada.

"Precisávamos de um motivo para suspeitar antes de ter acesso aos dados. Visto de perto, tudo o que cercava Arien tinha um ar de normalidade. Havia gente pesquisando, gente cumprindo contratos, gente fazendo seu trabalho. Cada um via o que lhe cabia e esperava que surgisse um motivo para perguntar pelo resto."

Voltr baixou os olhos.

Nerai prosseguiu.

"Com esta tecnologia, a intenção é um ponto de partida ainda pior. A pessoa não precisa querer matar onze milhões de pessoas. Pode estar fazendo um experimento. Pode se enganar. Pode subestimar a instabilidade do campo."

Oran assentiu.

"Esse risco é real."

Nerai apontou a lista.

"Precisamos saber onde, no planeta, está surgindo a capacidade de transpor determinado limite. E toda intervenção baseada nessa informação tem de estar sujeita a fiscalização."

"Qual será o limite?", perguntou Voltr.

"Essa é uma decisão política."

"No fim das contas, então, é política mesmo."

"Sempre foi."

Nerai se apoiou na mesa.

"A diferença é que agora podemos ver sobre o que estamos decidindo."

A etapa seguinte da reunião se transformou num exercício técnico.

Alguém propôs proibir a venda de emissores gravitacionais sem licença.

Oran lembrou que, dali a alguns anos, os emissores menores seriam produzidos em larga escala.

Outra proposta dizia respeito aos sincronizadores de fase.

Os fabricantes responderam que a medicina, o setor de energia e a navegação orbital usavam os mesmos equipamentos.

A proibição do metamaterial paralisaria parte da indústria.

O controle da energia seria impreciso, já que a potência necessária podia vir de várias fontes.

Aos poucos ficou claro que nenhuma daquelas coisas, por si só, constituía o perigo.

Ele só surgia da combinação de muitas capacidades.

Durante o debate, Nerai mal falou.

Lembrava-se de uma sensação muito parecida, do tempo da Camada.

Um estabelecimento que operava em dinheiro vivo, por si só, não provava nada.

Um fundo não provava nada.

Um laboratório não provava nada.

Um pagamento por uma pesquisa não provava nada.

A catástrofe nascera das relações entre eles.

Taren dissera certa vez que, visto o planeta como um todo, apenas alguns contratos separavam qualquer pessoa de qualquer outra.
Na época, Nerai respondera que não estavam procurando uma ligação.

Procuravam uma direção.

Agora precisavam de algo parecido.

Um sistema capaz de perceber quando muitas atividades econômicas corriqueiras começavam a convergir para uma mesma capacidade fora do comum.
No fim do dia, havia um esboço de proposta.

Recebeu o nome de **registro de capacidades estratégicas**.

O nome enganava um pouco, pois não se tratava de um registro no sentido habitual.

Ninguém anotava ali: a empresa possui uma arma gravitacional.

A Ponte calculava de modo contínuo quais requisitos tecnológicos determinado grupo econômico tinha de fato condições de cumprir.
O cálculo seguia categorias aprovadas publicamente.

Precisão de fabricação.

Materiais.

Energia.

Logística.

Capacidade computacional.

Conhecimento especializado.

Propriedade dos equipamentos necessários.

Possibilidade de obtê-los por meio de empresas controladas pelo grupo.

Contratos de longo prazo.

E, no caso das tecnologias mais sensíveis, também a combinação de recursos distribuídos em lugares distantes uns dos outros.

O simples fato de ultrapassar o limite não tornava ninguém culpado.

Nos níveis mais altos, porém, passava a ser obrigatório declarar a finalidade do projeto e submeter determinados testes a uma fiscalização independente.
Cada acesso aos dados detalhados ficava registrado.

A entidade podia ver qual instituição examinara sua capacidade.

As regras pelas quais o sistema avaliava o risco estavam sujeitas ao escrutínio público de especialistas.
Os detalhes técnicos que pudessem servir de instrução permaneciam protegidos.

Elarion procurou distinguir duas coisas que facilmente se confundiam.

A privacidade das pessoas.

E a invisibilidade do poder.

O verdadeiro problema apareceu sete meses depois.

A Ponte registrou uma mudança em um dos quatorze grupos.

Era a empresa Asteron Dynamics.

O público a conhecia como fabricante de sistemas de transporte pesado. Ela tinha fábricas em três continentes, participação numa empresa de energia e uma fatia minoritária numa produtora de metamateriais de Thaeron.
A princípio, o índice de capacidade tecnológica da empresa em matéria de campos gravitacionais fora estimado em oitenta e três por cento.
Em quatro meses, chegara a noventa e dois.

Não havia por trás daquilo uma única grande encomenda.

A Asteron comprara uma pequena fábrica de reguladores de fase.

Sua subsidiária assinara um contrato de longo prazo com um centro de computação.

Outra empresa do grupo adquirira participação numa unidade de armazenamento de energia.

Uma fundação de pesquisa financiada pela Asteron contratara quatro cientistas que já haviam trabalhado com emissores gravitacionais.
Cada um daqueles acontecimentos tinha sua própria explicação econômica.

Juntos, criavam uma situação nova.

A Ponte enviou um alerta à comissão de tecnologia.

A comissão pediu esclarecimentos à Asteron.

A resposta chegou naquele mesmo dia.

A empresa desenvolvia um novo sistema gravitacional para naves de carga.

O projeto era legítimo.

O problema surgiu quando examinaram seus parâmetros técnicos.

A Asteron planejava construir seis grandes emissores para testes.

“Seis não bastam para criar um campo regional”, disse Oran.

Nerai estava sentada ao lado dele.

“De quantos precisa?”

“Nessa configuração, pelo menos vinte.”

“Então está resolvido.”

“Não.”

Oran apontou o mapa das relações de propriedade.

A Asteron encomendara seis.

Uma empresa de energia que ela controlava por meio de um fundo de investimento encomendara mais quatro.

Três estavam em construção num centro de pesquisa financiado por sua fundação.

Outros oito haviam sido reservados em Thaeron por uma empresa da qual a Asteron detinha apenas trinta e oito por cento.
Segundo os registros oficiais, eram quatro projetos distintos.

A Ponte os ligou por meio do capital, das obrigações contratuais e das fontes comuns de financiamento.

Vinte e um emissores.

Nerai ficou um bom tempo olhando aquele número.

“Eles sabiam?”

“Quem?”

“A diretoria da Asteron.”

Oran deu de ombros.

“Os dados financeiros não vão nos dizer isso.”

A comissão convocou o presidente do conselho de administração.

Chamava-se Deiran Vos.

Compareceu pessoalmente.

Quando lhe mostraram o mapa, ele pareceu, a princípio, confuso.

Depois, irritado.

“Esses emissores não têm nada a ver uns com os outros.”

Nerai apontou o primeiro grupo.

“Estes são do projeto de vocês.”

“Sim.”

“Estes, da sua subsidiária de energia.”

“É uma empresa independente.”

“Está sob o controle de vocês.”

“Controle econômico. Não somos responsáveis pela gestão técnica.”

“Estes são financiados pela sua fundação.”

“A fundação tem uma diretoria independente.”

“Setenta e dois por cento da receita dela vem de vocês.”

Deiran se recostou.

“E os de Thaeron não têm nada a ver conosco.”

Nerai abriu o contrato.

A Asteron dera à empresa uma garantia de crédito.

Em caso de inadimplência, teria o direito de assumir parte dos ativos técnicos.

Deiran passou algum tempo lendo o contrato.

“Disso eu não sabia.”

“Acredito no senhor.”

Aquilo o pegou de surpresa.

“Então o que estou fazendo aqui?”

“Seu grupo está adquirindo uma capacidade que talvez nem os próprios dirigentes consigam enxergar.”

Fez-se silêncio na sala.

Aquela frase incomodava mais do que uma acusação.

Deiran voltou a olhar o mapa.

“A senhora está dizendo que minha empresa poderia construir um sistema regional sem que eu soubesse?”
Oran respondeu.

“Ainda não. Faltam dois requisitos. No ritmo atual, vocês podem preenchê-los em menos de um ano.”

“E se uma das subsidiárias os preencher?”

“A Ponte vai incluí-los na conta do grupo econômico, desde que o senhor tenha condições reais de controlar esses recursos.”

Deiran esboçou um sorriso, dessa vez sem achar graça.

“Quer dizer que o sistema sabe mais da minha empresa do que eu.”

Nerai olhou o mapa.

“Nesse ponto, talvez saiba.”

O caso da Asteron terminou sem sanções.

A empresa abriu seus projetos gravitacionais à fiscalização independente e os reuniu em um só programa tecnológico.
O maior abalo veio depois.

O Conselho Planetário encomendou uma simulação histórica.

Queria saber o que teria acontecido se a mesma tecnologia tivesse surgido antes do Terço.

Os analistas tomaram os dezessete requisitos tecnológicos e os levaram para o antigo ambiente financeiro.
Trinta moedas.

Sigilo bancário.

Fundos cujos proprietários finais eram desconhecidos.

Fundações.

Jurisdições fiscais.

Segredos comerciais.

Regimes de licenciamento distintos.

Intercâmbio limitado de dados entre os Estados.

Depois o modelo recebeu uma tarefa:

Reconstitua, nas condições daquele tempo, o surgimento de uma capacidade gravitacional de alcance regional que nenhuma instituição conseguisse enxergar por inteiro.
A IA encontrou milhares de possibilidades.

Uma repartição teria diante de si uma fábrica.

Outra, um registro de financiamento.

Outra veria o setor de energia.

Alguém veria a movimentação de materiais de Thaeron.

As universidades conheceriam suas próprias pesquisas.

Haveria registros industriais.

Haveria registros de infraestrutura.

Cada órgão veria alguma coisa.

Nenhum veria o suficiente.

Nerai acompanhou a simulação sem dizer palavra.

Conhecia bem demais aquela imagem.

As cores eram outras.

A tecnologia era outra.

O mecanismo permanecia.

Um só perigo repartido em uma infinidade de coisas inocentes.

Depois os analistas repetiram a simulação na Ponte.

O modelo encontrou outro cenário.

A Ponte reconheceu quem detinha o controle.

O modelo mudou a distribuição das atividades.

A Ponte mostrou o grupo econômico.

O modelo tentou de novo, dessa vez com uma fundação.

A Ponte viu de onde vinham os recursos.

O modelo tentou outra forma de financiamento.

A Ponte identificou o credor e as garantias.

O modelo mudou os vínculos com o equipamento.

A Ponte reconheceu quem tinha poder sobre ele.

O modelo voltou a testar as fronteiras.

A moeda já não transformava a fronteira em ponto cego.

Aos sessenta e oito por cento, surgiu o primeiro sinal, ainda fraco.

Aos setenta e sete, iniciou-se a supervisão automática.

Aos oitenta e cinco, passou a ser obrigatória uma declaração sobre a tecnologia.

Aos noventa e dois, o sistema impediria a conclusão de compras críticas sem a devida autorização.

Depois que a simulação acabou, passou muito tempo antes que alguém falasse.

Daren Voltr estava sentado ao lado de Nerai.

“Então este é o seu argumento”, disse por fim.

“Meu, não.”

“De quem, então?”

Nerai apontou os resultados.

“Da física.”

Voltr passou a mão pelo rosto.

“Jesair começou pela renda básica universal.”

“Eu sei.”

“Falava de uma parte justa para cada um.”

“Eu sei.”

“Depois tratamos de corrupção. Impostos. Política. Guerra.”

Olhou o mapa do campo gravitacional.

“E agora a senhora diz que precisamos do mesmo sistema para que ninguém, um belo dia, desligue a gravidade em metade de um continente.”

Nerai sorriu de leve.

“Dito assim, parece um pouco exagerado.”

“E é exagero?”

Ela olhou o resultado da simulação.

“Não.”

O público só soube da possibilidade de criar um campo gravitacional regional depois da aprovação das normas de segurança.
O acesso aos detalhes continuou restrito.

As pessoas sabiam do que a tecnologia era capaz.

Conheciam, em linhas gerais, os recursos necessários.

A geometria exata do campo, as condições críticas de sincronização e os parâmetros dos quais se poderia deduzir um projeto executável não foram divulgados.
O debate foi acalorado.

Parte da sociedade queria que toda tecnologia gravitacional fosse propriedade exclusiva do Estado.

Os cientistas se opuseram.

Outros pediam a divulgação integral das informações sobre cada equipamento.

A indústria lembrava que os sistemas gravitacionais em breve fariam parte do cotidiano dos transportes e da produção.
Por fim, Elarion decidiu regulamentar cada capacidade segundo seu alcance.

Um manipulador pequeno continuaria a ser um equipamento comum.

Geradores industriais ficariam sujeitos a registro técnico.

Sistemas capazes de produzir campos de intensidade mais alta exigiriam licença.

Quando a capacidade se aproximasse de um efeito regional, a fiscalização planetária entraria em ação automaticamente.
A parte mais importante do sistema não dizia respeito ao aparelho pronto.

A Ponte acompanhava o surgimento das **condições** necessárias para construí-lo, onde quer que fosse.

Isso transformou a própria ideia de segurança.

As civilizações anteriores protegiam arsenais.

Elarion aprendeu a perceber o momento em que surgia a capacidade de fabricar uma arma.

Para isso, a Ponte não precisava saber o que uma pessoa pensava.

A intenção permanecia escondida na cabeça de cada um.

A capacidade econômica tinha consequências físicas.

Precisava de material.

De energia.

De máquinas.

De prédios.

De pessoas.

De transporte.

De cálculos.

E tudo isso passava pela economia.

Certa noite, depois de uma sessão, Nerai e Voltr ficaram a sós.

Para além das janelas estendia-se Nitra.

Acima do rio, o tráfego fluía em vários níveis, e as novas plataformas gravitacionais de carga passavam entre os prédios. Poucos anos antes, qualquer uma delas teria parecido um milagre.

Agora as pessoas mal reparavam nelas.

Voltr seguia uma com os olhos.

Levava parte da estrutura de uma ponte.

“Ainda acho que a senhora abriu a porta para algo perigoso”, disse ele.

“Para quê?”

“Para um sistema que sabe o que uma pessoa pode fazer antes mesmo que ela o faça.”

Nerai ficou em silêncio por um instante.

“Isso ele não sabe.”

“Acabamos de ver uma tabela com quatorze empresas.”

“Ele sabe o que elas têm condições técnicas de fazer. Não sabe o que vão fazer.”

“Para quem passa a ser fiscalizado, talvez a diferença seja pequena.”

“É por isso que fiscalizamos também a fiscalização.”

Voltr riu.

“A senhora tem a mesma resposta para tudo.”

“Porque o problema continua sendo o mesmo.”

“O poder.”

“Sim.”

Voltr se virou para ela.

“E se não tivéssemos a Ponte?”

Nerai olhou a cidade.

“Com esta tecnologia?”

“Sim.”

Ela pensou mais tempo do que Voltr esperava.

“Teríamos licenças. Inspeções nas fábricas. Cadastros de equipamentos. Serviços de segurança. Números de série.”

“Não parece um caso perdido.”

“E não é.”

Nerai se voltou para ele.

“Mas quem quisesse escapar à fiscalização ainda poderia manter o conjunto fora de vista.”

Voltr se calou.

“Haveria trabalho em muitas mãos. Cada empresa conheceria sua encomenda, cada pesquisador, seu contrato, cada investidor, sua parte. Talvez algumas das pessoas envolvidas nunca chegassem a saber no que estavam trabalhando.”

“Como no caso de Arien.”

“Sim.”

Lá fora passou outra plataforma de carga.

“O antigo sistema procuraria o aparelho”, continuou Nerai. “A Ponte consegue ver que, em algum lugar, começam a se reunir as condições para que ele exista.”

Voltr contemplou as luzes da cidade.

“E um dia haverá tecnologias ainda mais poderosas.”

“Com certeza.”

“Mais do que esta?”

Nerai esboçou um sorriso.

“Há cem anos, a pergunta que estamos fazendo hoje nos pareceria absurda.”

Voltr assentiu.

“Então, no fim das contas, o dinheiro nem é o que mais importa nessa história de dinheiro transparente.”

Nerai olhou para ele.

Não esperava ouvir aquilo de sua boca.

“Dinheiro nunca foi só dinheiro.”

“E o que é, então?”

Por um instante, Nerai acompanhou o fluxo das luzes na outra margem do rio.

“Um mapa do que uma pessoa é capaz de fazer no mundo físico.”

Voltr ficou calado.

Nerai prosseguiu.

“Com dinheiro o senhor compra comida. Uma casa. Uma nave. Uma fábrica. Pesquisa. Energia. Influência. Um exército. E agora, também, um aparelho que altera a gravidade.”

“Então quem vê o dinheiro vê o poder.”

“Parte dele.”

“E quem controla o dinheiro controla o poder.”

“Por isso a Ponte não pode ficar sob o controle de uma única pessoa.”

Voltr deu um sorriso discreto.

“Afinal, a senhora acabou entendendo minhas antigas objeções.”

“Eu sempre as entendi.”

“Só preferiu ignorá-las.”

“Não. Foi por causa delas que tornamos visível quem consulta os dados.”

Voltr riu.

Dessa vez, com franqueza.

“Com a senhora, não tem jeito de ganhar.”

“O senhor já me dizia isso anos atrás.”

Em poucos anos, os sistemas gravitacionais passaram a fazer parte da vida.

Cargas pesadas deslizavam por cima das estradas.

O transporte orbital ficou mais barato.

Em Thaeron nasceram cidades em lugares onde, antes, construir não teria feito sentido econômico.

Nos hospitais, campos de baixa intensidade ajudavam no tratamento de pessoas cujo corpo não suportava o próprio peso.

Os pesquisadores começaram a pensar em naves que viajassem até outras estrelas.

A tecnologia capaz de matar milhões também abrira para Elarion o caminho para um mundo que antes estivera fora de seu alcance.
Nerai não via contradição nisso.

O fogo podia aquecer uma casa e incendiar uma cidade.

A energia podia manter um hospital funcionando e alimentar uma arma.

A inteligência artificial podia procurar um remédio ou uma maneira mais eficiente de matar.

Quanto mais Elarion dominava a técnica, menos importava a pergunta, por si só, sobre o bem ou o mal de determinada invenção.
O decisivo era saber quem adquiria a capacidade de usá-la em grande escala, quem sabia da existência dessa capacidade e quem podia deter tamanho poder.
Foram os campos gravitacionais que mudaram de vez o debate público sobre a Ponte.

Até então, grande parte da população ainda via o dinheiro transparente como uma reforma econômica.

Ajudava a calcular a cota básica.

Limitava a sonegação fiscal.

Revelava a corrupção.

Dificultava o financiamento secreto do poder político.

Com a descoberta do campo gravitacional regional, o sistema ganhou outro significado.

As pessoas compreenderam uma coisa simples.

Uma civilização que dispõe de tecnologias com as quais um indivíduo, uma empresa ou um Estado pode atingir milhões de pessoas precisa saber reconhecer o nascimento desse poder antes que ele esteja formado.
Uma ideia guardada em segredo não pesava nada por si só.

Para realizá-la, era preciso pôr o mundo em movimento.

E o que movia o mundo eram os recursos.

Alguém tinha de pagar pela fábrica.

Alguém tinha de fornecer o material.

Alguém fornecera a energia.

Alguém construíra as máquinas.

Alguém pagara aos cientistas.

Alguém alugara o espaço.

Alguém financiara anos inteiros de trabalho enquanto o projeto ainda não tinha a aparência de nada perigoso.

Toda grande tecnologia deixava um rastro econômico muito antes de ser ligada pela primeira vez.

O antigo Elarion dispersava esses rastros entre bancos, Estados e moedas.

O novo Elarion conseguia vê-los lado a lado.

Só então muita gente percebeu na frase de Jesair um sentido mais amplo do que nos tempos do fórum de Nitra.

O valor não deve andar à sombra.

Porque o valor não era apenas riqueza.

Era a capacidade de mudar o mundo.

E uma civilização que começava a adquirir o poder de mudar até a própria gravidade já não podia se dar ao luxo de ignorar em que mãos crescia esse poder.

Lições para a Terra

O leitor atento certamente terá percebido que os problemas de Elarion descritos aqui são também os da Terra de hoje. Estou convencido de que podemos enfrentá-los de maneira segura e controlada, à semelhança do que se fez em Elarion: implantando em todo o planeta um sistema único, centralizado e transparente de compensação de transações. Vou enumerar brevemente esses problemas e explicar, em poucas frases, o que a criação do sistema mudaria na solução de cada um deles.

O poder crescente das tecnologias e a dificuldade de controlá-lo em escala planetária

O avanço científico nos aproxima cada vez mais de uma situação em que a combinação de tecnologias como a inteligência artificial e a biotecnologia pode tornar uma ameaça pandêmica planetária perigosamente acessível. Já não é preciso dispor dos recursos de um Estado para que esse risco nos preocupe. Numa fábrica moderna, se você entrar no almoxarifado e perguntar quantas unidades de determinada peça há e onde estão guardadas, o responsável saberá responder com uma simples consulta ao sistema. Estou convencido de que a gestão de uma sociedade moderna deveria funcionar da mesma forma. Quando necessário, seus dirigentes deveriam poder consultar o sistema de compensação e descobrir quem usa determinado tipo de inteligência artificial e mantém, ao mesmo tempo, vínculos financeiros com uma organização que adquiriu equipamento biológico. Saber responder a uma pergunta dessas pode fazer a diferença entre a sobrevivência de uma civilização e o seu fim. O mito de que os políticos ou os responsáveis pela gestão da sociedade deveriam ter o mínimo de poder possível só se sustenta enquanto os fluxos de dinheiro e de patrimônio permanecerem invisíveis. Numa sociedade transparente, um político não terá como encobrir segundas intenções. Se cogitar abusar do poder, será descoberto tão logo isso se manifeste em suas transações financeiras. A transparência servirá de salvaguarda para que tenhamos políticos muito mais à altura de suas funções do que os que temos hoje no planeta.

Se os fluxos financeiros forem transparentes, será impossível montar às escondidas um laboratório biológico, porque cada um saberá muito mais do que se passa na casa do vizinho. Eis minha resposta à pergunta sobre como dez bilhões de pessoas podem conviver

num planeta sem devorar umas às outras. Em princípio, qualquer um poderá fiscalizar qualquer outro por meio de um mecanismo padronizado, dotado de salvaguardas e instalado no próprio núcleo da sociedade. É assim que se assegura a qualidade dessa fiscalização.

A corrupção e a ineficiência do Estado

Pergunte a um economista de hoje qual é o pior problema que a humanidade enfrenta e, entre as primeiras respostas, ele certamente dirá que ainda não descobrimos como fazer os Estados funcionarem com a mesma eficiência das empresas. Numa sociedade transparente, com moeda única, jamais surgirá outro Putin às custas da corrupção, pela simples razão de que a corrupção será impossível. Todo abuso de poder ficará visível quase no mesmo instante e será punido de imediato. Depois dessa mudança, os Estados começarão, pouco a pouco, a funcionar muito melhor. Construiremos hospitais e rodovias mais depressa do que na China. Não haverá contratos superfaturados. Bastará uma pessoa saber que algo está caro demais, consultar o sistema e, pelos canais previstos para encaminhar denúncias, gritar o que viu para o mundo inteiro ouvir.

Os problemas da evasão fiscal

Em geral, os impostos podem funcionar de duas maneiras. Ou são altos, as pessoas fazem de tudo para não os pagar, a arrecadação é baixa, os políticos tendem a aumentá-los ainda mais e a receita cai outra vez. Ou ficam em níveis relativamente aceitáveis, as pessoas se dispõem a pagá-los, arrecada-se bastante e as alíquotas podem cair ainda mais. Pior do que um imposto alto é um imposto que pode até ser mais baixo, mas do qual se pode escapar de mil maneiras. Nada distorce tanto o ambiente de negócios quanto um sistema tributário ruim, opaco e cheio de brechas. A meu ver, um nível razoável e suportável de tributação seria de, no máximo, 25%, já incluído o imposto sobre o valor agregado (IVA). É um escândalo quanto se paga, por exemplo, na Eslováquia, em impostos e contribuições sobre o custo total do salário para o empregador. Se forem incluídos o IVA e os impostos especiais de consumo, a alíquota efetiva fica um pouco acima da faixa de 55% a 60%. Os políticos eslovacos criaram ainda exceções que permitem, por exemplo, aos donos de sociedades de responsabilidade limitada com faturamento de até 100 mil euros pagar apenas 10% de imposto. O resultado, é claro, foi um êxodo: em massa, pessoas deixaram o

emprego assalariado ou a atividade autônoma para constituir empresas de responsabilidade limitada.

Estou convencido de que, se não houvesse meios de fugir ao pagamento, uma carga de 25% entre impostos e contribuições seria mais do que suficiente para sustentar o Estado. Se o dinheiro fosse transparente, também seria possível ver quanto cada um pagou de imposto. Pagar impostos e contribuir, assim, para o funcionamento da sociedade passaria a ser motivo de prestígio.

O fim dos conflitos armados e a descoberta imediata de qualquer irregularidade com dinheiro

Quando o dinheiro for transparente na sociedade, nunca mais será possível fazer o que o Hamas fez no segundo semestre de 2023: preparar ataques militares com armas obtidas clandestinamente. Num sistema transparente, ninguém poderá declarar como finalidade de um pagamento a compra de foguetes de médio alcance. Nem sequer se chegaria a tal grau de tensão, pois seria impossível, numa sociedade transparente, que israelenses tomassem o território dos palestinos e, com o descaramento de macacos, se apoderassem do que não lhes pertence. Quando o dinheiro for transparente, todo canalha que hoje se aproveita do véu de mistério que o encobre perderá essa proteção, e seus atos serão julgados pela sociedade.

Uma implantação justa e transparente da renda básica universal (RBU)

Com a revolução da inteligência artificial, o planeta chegou a um ponto em que a ordem social será refeita, mesmo que o Dinheiro Visível não se concretize. Acredito que a IA deixará sem perspectiva de emprego uma parcela majoritária da população. O planeta estará sujeito a revoltas de massa, alimentadas pelas dificuldades de sobrevivência de quem perdeu o trabalho. Teremos de encontrar uma forma justa de repartir entre as pessoas sem renda o valor produzido com a inteligência artificial. Determinar quanto dinheiro cabe a quem, de maneira transparente, adequada e verificável depois do fato, exige que a sociedade tenha em seu núcleo um sistema que permita enxergar onde e como os recursos estão distribuídos. Sem esses dados não há solução satisfatória. A implantação de um sistema centralizado de compensação em todo o planeta tornará dispensáveis ramos inteiros do

setor bancário, pois deixaremos de precisar de moedas alternativas e dos serviços financeiros ligados a elas. Num primeiro momento, isso provavelmente causará pavor ao setor. Mas é preciso reconhecer que a IA vai transformar a ordem social de qualquer maneira. Acho que, depois dessa transformação, não restará pedra sobre pedra. O que vier depois de todas essas mudanças será radicalmente diferente do presente: uma sociedade erguida sobre novas bases tecnológicas, que tratará cada pessoa com justiça e transparência. Quando a poeira dessa mudança brutal enfim começar a baixar, as pessoas procurarão novos sentidos para a vida e novas formas de realização. Terão papel decisivo nesse processo tecnologias como a realidade virtual aperfeiçoada e as interfaces mais avançadas entre ser humano e máquina. As pessoas passarão a maior parte do tempo em mundos virtuais, com experiências tão variadas que, ao lado deles, a realidade física de origem parecerá sem cor. A ela caberá manter as pessoas vivas para que desfrutem o conteúdo dos mundos virtuais com o mínimo de empecilhos.

Os desafios da vida eterna e uma solução transparente para os problemas populacionais do planeta

Acredito que a humanidade está a poucos passos de dominar os mecanismos biológicos do envelhecimento e da regeneração do organismo a ponto de nem as doenças nem a própria velhice serem causa de morte.

Se a vida humana puder durar para sempre, teremos pela frente um grave problema de sustentabilidade populacional. Nessas condições, o número de habitantes passará a crescer exponencialmente. A cada pessoa que venha a nascer, o planeta terá de garantir condições dignas de vida por um período potencialmente ilimitado. É muito provável que surjam pressões para dissuadir as pessoas de ter filhos, pelo enorme peso que isso representará para o planeta. Pessoalmente, acho que, se usarmos os recursos com eficiência, a Terra terá como sustentar dezenas de vezes a população atual. Mas, se as pessoas quiserem ter descendentes, a saída terá de passar pela ocupação do espaço. Primeiro, os planetas do Sistema Solar que ofereçam condições minimamente aproveitáveis. Mais tarde, com o desenvolvimento das tecnologias espaciais, provavelmente também as viagens interestelares. Para calcular quanto crescimento populacional o planeta pode suportar a longo prazo, os dados do sistema central de compensação também terão um papel primordial.

O movimento político https://HumanityUnitedMovement.org

Desde 2019, depois de quase vinte anos de reflexão, trabalho em um sistema de informação, um aplicativo na internet em que qualquer pessoa pode se cadastrar e fazer sua declaração de bens. Em seguida, pode autorizar, sob determinadas condições, que outros usuários do portal façam uma auditoria dos dados registrados no sistema.
O aplicativo está disponível em https://app.visiblemoney.org

A ideia se baseia num princípio simples. Se alguém submete todo o seu patrimônio a uma auditoria desse tipo pela internet, é provável que a declaração esteja correta e completa. Caso contrário, bastaria um único usuário que soubesse um pouco mais para, numa fração de segundo, alardear a discrepância no fórum do aplicativo, à vista do mundo inteiro.

A primeira versão do aplicativo ficou pronta no Natal de 2023. Eu esperava conseguir a adesão de algum político honesto antes das eleições presidenciais da Eslováquia, em fevereiro de 2024. O aplicativo, porém, despertou pouco interesse. Mesmo a ala do espectro político que, no papel, tinha tudo para apresentar finanças impecáveis se mostrou reticente em divulgar seu patrimônio dessa maneira. O problema provavelmente não estava no aplicativo. O candidato cujo assessor chegou a manter contato comigo por algum tempo se comportou de maneira bastante estranha quando os jornalistas lhe perguntaram sobre sua declaração de bens. Depois de outras tentativas de apresentar o aplicativo, por exemplo, a deputados do Parlamento Europeu, compreendi que, se quisesse que a política passasse a funcionar segundo esses princípios, teria de fundar meu próprio movimento político e segui-los desde o primeiro dia.
Assim nasceu a ideia do Humanity United Movement.

O bom senso como fundamento da política

O princípio fundamental do movimento será o bom senso. Não me refiro a uma vaga capacidade de reconhecer a solução certa por intuição. Penso, antes de tudo, numa maneira de raciocinar em que procuramos compreender a essência do problema, reunir as informações disponíveis, avaliar as soluções possíveis e escolher a que tenha as melhores chances de produzir o resultado desejado.

Na política, o que vemos com frequência excessiva é alguém formar uma opinião primeiro e só depois procurar argumentos que a sustentem. Os políticos aprendem o que seus eleitores querem ouvir e adaptam o discurso. Em vez de se dedicar à solução dos problemas, preocupam-se sobretudo em apresentar propostas que deem boa repercussão na imprensa e rendam dividendos políticos.

Vejo nisso um erro de princípio. Se queremos melhorar o funcionamento da sociedade, precisamos estar dispostos a considerar até soluções que nos desagradem à primeira vista. Precisamos admitir a possibilidade de que alguém da opinião contrária tenha razão e de que nossas próprias convicções se apoiem em premissas equivocadas.

Por isso, gostaria que o Humanity United Movement assumisse uma postura coerentemente antipopulista. Isso não significa defender soluções impopulares só para se distinguir dos demais. Significa que a popularidade de uma proposta não terá a palavra final sobre seus méritos.

Toda decisão política importante deveria se apoiar em argumentos que pudessem ser examinados em público. Deveríamos saber explicar que problema pretendemos resolver, que alternativas consideramos, por que escolhemos determinado caminho e quais riscos ele envolve. Sempre que for possível simular as consequências de uma decisão ou verificá-las experimentalmente de antemão, deveríamos fazê-lo.

Também precisamos reconhecer que nem todo problema tem uma resposta inequívoca. Às vezes os especialistas divergem, faltam dados e cada solução apresenta vantagens e desvantagens diferentes. Admitir a incerteza, nessas circunstâncias, não é sinal de fraqueza. Fraqueza é fingir uma certeza que não temos.

Será importante, ainda, que possamos avaliar as decisões depois. Se uma medida se mostrar ineficaz, não devemos defendê-la só porque fomos nós que a aprovamos. Devemos modificá-la ou abandoná-la.

O objetivo, portanto, não é reunir pessoas que se julguem donas infalíveis da verdade. Pelo contrário. Eu gostaria de criar um ambiente em que questionar sistematicamente nossas próprias opiniões fizesse parte da maneira natural de decidir.

Academia política

Uma das coisas de que sinto falta na política atual é uma formação sistemática para quem vai administrar o Estado.

Imaginemos que quiséssemos construir uma casa. Provavelmente não confiaríamos na ideia de que o responsável pela obra aprenderia tudo no decorrer da construção. Esperaríamos que conhecesse os princípios básicos da construção civil, soubesse avaliar o trabalho de cada profissional e percebesse quando alguma coisa estivesse errada.

Já na administração do Estado, muitas vezes não temos a mesma expectativa. Chegam aos cargos públicos pessoas que podem ter boas intenções, facilidade de comunicação ou experiência empresarial, mas nem sempre conhecem o bastante de economia, saúde, educação ou das demais áreas que ficarão sob sua responsabilidade.

Naturalmente, ninguém pode ser especialista em tudo. Tampouco esperaria que um político soubesse diagnosticar doenças melhor do que um médico, ou elaborar currículos escolares melhor do que um educador experiente. Esperaria, sim, que compreendesse os princípios básicos das diferentes áreas, soubesse avaliar a qualidade dos argumentos dos especialistas e entendesse as consequências mais amplas de suas decisões.
Por isso quero que o Humanity United Movement construa sua própria academia política.

O público principal seria formado por jovens abertos à transparência, interessados na vida pública e dispostos a participar um dia da administração da sociedade. Não precisariam decidir de antemão se querem ser deputados, ministros, prefeitos ou técnicos do serviço público. O essencial seria o interesse por compreender como funciona o Estado e como poderia ser mais bem administrado.

A academia ofereceria formação sistemática em todas as áreas importantes do funcionamento do Estado. Os estudantes aprenderiam os fundamentos de economia, finanças públicas, saúde, educação, direito, relações internacionais, segurança, energia e meio ambiente. Receberiam atenção especial o funcionamento da administração pública, a gestão de organizações, o trabalho com dados e a avaliação dos resultados das decisões políticas.

Acima de tudo, porém, os estudantes deveriam ter acesso ao melhor conhecimento disponível em cada área. Não se trataria de decorar meia dúzia de definições de manual. Eles precisariam compreender como funcionam os diferentes sistemas, que fatores influenciam seus resultados e de que instrumentos o Estado dispõe para resolver problemas concretos.

Imagino, por exemplo, que um estudante receba a tarefa de avaliar uma proposta de reforma do sistema de saúde. Teria de compreender como a saúde é financiada, de onde vêm seus principais custos, qual o papel da prevenção, como se avalia a eficácia dos

tratamentos e quais poderiam ser os efeitos da reforma sobre os pacientes, os profissionais da saúde e as finanças públicas.

Da mesma forma, poderia analisar o sistema de previdência, uma reforma tributária, o funcionamento da educação ou a introdução da inteligência artificial na administração pública. O estudo iria além da teoria. A formação incluiria casos práticos, simulações e a elaboração de propostas próprias de políticas públicas.

A atualização contínua do material didático seria essencial. A ciência e a tecnologia avançam, e o melhor conhecimento disponível há vinte anos pode já não ser o melhor hoje. A academia precisaria acompanhar constantemente a evolução de cada área e colaborar com especialistas capazes de transmitir o que se sabe no presente.

Ao mesmo tempo, os estudantes aprenderiam a distinguir o que tem fundamento científico sólido, o que ainda é objeto de debate entre especialistas e o que já pertence ao campo dos valores ou da política. Nem o melhor especialista pode decidir pela sociedade todas as suas prioridades em matéria de valores. Pode, porém, ajudar a esclarecer as consequências de cada escolha.

A própria metodologia de tomada de decisões mereceria, portanto, um lugar específico na academia. Os estudantes aprenderiam a lidar com a incerteza, identificar falhas de argumentação, comparar alternativas e testar suas premissas. Precisariam aprender que decidir bem não significa ter sempre uma resposta imediata, e sim saber chegar à melhor resposta possível com os meios disponíveis.

Imagino uma academia aberta também a quem não faça parte do movimento. Sua missão não deveria ser formar um grupo de políticos ideologicamente uniforme. Ela deveria oferecer uma educação que permitisse a cada pessoa compreender melhor o funcionamento da sociedade, quaisquer que fossem suas opiniões políticas.

Se conseguirmos construir uma instituição assim, dela poderão sair, ao longo do tempo, pessoas preparadas para assumir responsabilidades nas diversas áreas da vida pública. Não porque automaticamente saberão mais do que os outros, mas porque terão uma base sólida, saberão trabalhar com especialistas e compreenderão as consequências das decisões que tomarem.

Acho que esse é um dos caminhos para elevar, a longo prazo, a qualidade da política. Em vez de simplesmente esperar que apareçam pessoas capazes, podemos criar de maneira sistemática o ambiente em que elas irão se preparar.

Um movimento global para um mundo global

Outro princípio fundamental do Humanity United Movement será seu alcance global.

Nosso sistema político atual se baseia sobretudo em Estados nacionais. Cada Estado tem governo, interesses e prioridades políticas próprios. Há boas razões para esse arranjo. As pessoas precisam de instituições que conheçam as condições locais, o idioma, a cultura e suas necessidades particulares.

O problema surge quando interesses nacionais entram em conflito com os da humanidade em seu conjunto, ou quando não se consegue resolver de maneira eficaz um problema no âmbito de um único Estado.

As mudanças climáticas, as pandemias, a corrupção internacional, os riscos de segurança e as consequências do progresso tecnológico não conhecem fronteiras nacionais. A inteligência artificial tampouco respeitará as fronteiras dos países. Seu desenvolvimento e suas consequências econômicas afetarão pessoas em todo o planeta.

Por isso considero importante que surja um movimento político que pense em escala global desde o início.

O Humanity United Movement deveria criar aos poucos organizações nos diferentes países do mundo. Cada uma atuaria segundo as condições locais, respeitando as regras democráticas de seu país. Todas, porém, compartilhariam princípios comuns: bom senso, transparência, responsabilidade e empenho em resolver os problemas tendo em vista os interesses mais amplos da humanidade.

Imagino que as organizações nacionais cooperem nos temas em que a ação coordenada ofereça vantagens significativas. Teríamos assim um espaço para trocar experiências, comparar resultados de políticas públicas e buscar soluções que tenham dado certo em diferentes países.

Para mim, porém, o alcance global não significa que um único centro deva decidir tudo. Ao contrário, a organização precisa ser capaz de distinguir as questões que exigem ação conjunta daquelas em que é mais adequado deixar a decisão no âmbito local.

As diferentes seções precisariam, portanto, de autonomia suficiente, mas também de mecanismos que assegurassem sua fidelidade aos princípios comuns do movimento. Conflitos graves seriam resolvidos de forma transparente, com espaço para críticas e para a revisão das decisões tomadas.

O objetivo não seria criar mais uma estrutura de poder, disputando com as demais a maior influência possível. Seria construir uma rede internacional de pessoas capazes de cooperar diante de problemas cuja solução está fora do alcance de cada Estado isoladamente.

A transparência como base da confiança

A transparência sobre o patrimônio dos políticos será uma das características mais marcantes do Humanity United Movement.

De quem pretende decidir sobre as finanças públicas e influenciar a vida alheia, eu esperaria uma disposição acima da média para mostrar quais bens possui, como os adquiriu e que vínculos financeiros podem influenciar suas decisões.

Os integrantes do movimento teriam, portanto, de publicar suas declarações de bens por meio do projeto Dinheiro Visível e submetê-las a verificação independente, segundo regras estabelecidas de antemão. O alcance da fiscalização precisaria ser proporcional à responsabilidade pública de cada pessoa.

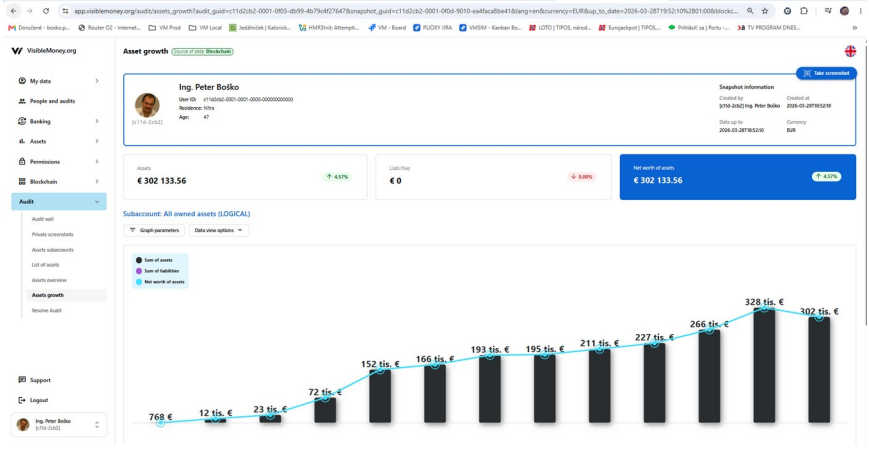
O sistema deveria ir além da formalidade de preencher um formulário. Sua finalidade seria permitir a verificação dos dados e apontar discrepâncias que exigissem esclarecimento. O público teria, assim, mais informações para avaliar a confiabilidade de seus representantes.

É claro que a transparência, por si só, não faz de ninguém um bom político. Uma pessoa pode ter conquistado seu patrimônio honestamente e, ainda assim, tomar decisões ruins. Pode ser especialista e não saber colaborar. Pode ter boas intenções e conhecimentos insuficientes.

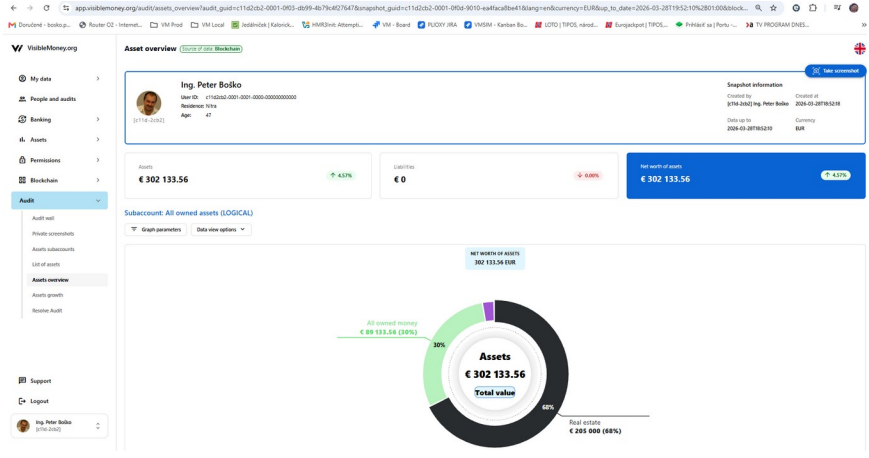
Por isso mesmo considero importante aliar a transparência à academia política e a uma avaliação rigorosa dos resultados do trabalho de quem exerce funções públicas. Cada instrumento trata de uma parte diferente do problema. A transparência permite fiscalizar melhor os interesses financeiros, a educação melhora o preparo técnico e a avaliação dos resultados mostra se as decisões tomadas de fato funcionam.

Ao mesmo tempo, eu não gostaria que a transparência exigida dos políticos aos poucos se transformasse na exigência de expor toda a vida de toda pessoa. O direito à privacidade é importante, e o alcance da fiscalização precisa ser proporcional à finalidade. A responsabilidade pública exige regras mais rigorosas do que as da vida privada comum.

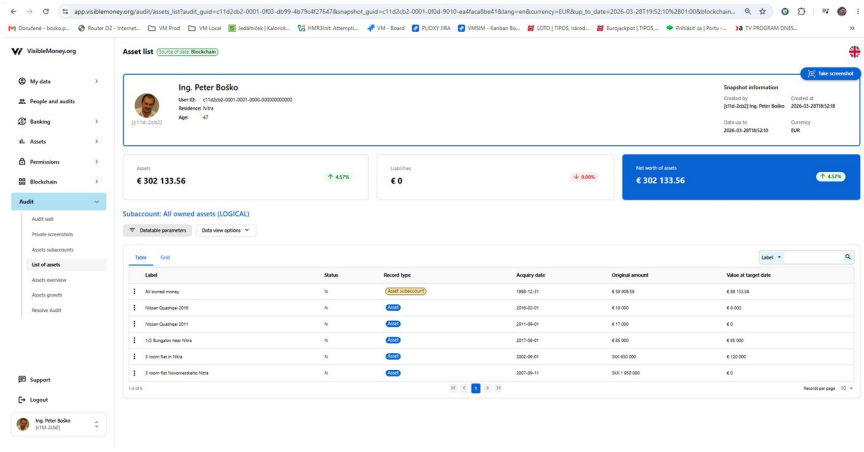
Deve permanecer um princípio inegociável: nem o fundador do movimento nem seus dirigentes estarão fora do sistema de fiscalização. Para que a transparência seja digna de crédito, precisa valer também para quem a defende.



Evolução do meu patrimônio ao longo do tempo no aplicativo Dinheiro Visível



Composição do patrimônio no aplicativo



Registros individuais de bens

O progresso tecnológico e o futuro do trabalho

Um dos maiores desafios que a humanidade enfrentará nas próximas décadas é o desenvolvimento da inteligência artificial e da automação.

As tecnologias têm o potencial de elevar muito a produtividade, reduzir o custo de diversos serviços e viabilizar soluções que hoje são caras demais ou tecnicamente difíceis. Ao mesmo tempo, podem alterar profundamente o mercado de trabalho e a maneira como as pessoas ganham a vida.

Se máquinas e sistemas inteligentes forem capazes de executar uma parcela cada vez maior do trabalho que hoje cabe às pessoas, teremos de decidir como repartir os benefícios desse progresso.

Hoje, a renda da maioria das pessoas está ligada, direta ou indiretamente, à atividade profissional. Se conseguirmos manter grande parte da produção com muito menos trabalho humano, os mecanismos tradicionais de distribuição de renda talvez deixem de ser suficientes.

Não sabemos ao certo com que rapidez essas mudanças acontecerão nem que forma vão assumir. Considero irresponsável, porém, ignorar a possibilidade de que tenham consequências sociais profundas.

Uma das soluções a examinar em detalhe é a renda básica universal. Seu objetivo seria garantir às pessoas condições materiais básicas para viver mesmo quando não fosse possível lhes oferecer um emprego tradicional.

Essa solução, porém, exige que respondamos a muitas perguntas. Como financiá-la? Qual deveria ser seu valor? Qual seria sua relação com os benefícios sociais já existentes? Que consequências teria para o incentivo ao trabalho, o consumo, os preços e as finanças públicas?

Não deveríamos buscar as respostas com base em convicções ideológicas. Elas deveriam vir de modelos econômicos, experimentos, projetos-piloto e avaliação contínua dos resultados.

É justamente nesse ponto que os três princípios fundamentais do Humanity United Movement podem se encontrar. O bom senso nos ajudará a examinar as possíveis soluções, a transparência permitirá fiscalizar melhor o fluxo de recursos públicos e a cooperação global ajudará a resolver problemas que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Igualdade de oportunidades e dignidade humana

Gostaria que o Humanity United Movement assumisse a convicção de que o valor de uma pessoa independe do lugar em que nasceu, de sua origem, da cor da pele, do sexo ou da orientação sexual.

As pessoas vêm ao mundo em circunstâncias muito diferentes. Algumas têm acesso desde a infância a uma educação de qualidade, a um ambiente seguro e a oportunidades para desenvolver suas capacidades. Outras precisam superar obstáculos que não escolheram e que podem restringir profundamente suas possibilidades na vida.

Considero importante construir uma sociedade em que cada pessoa possa desenvolver seu potencial. Isso não significa que todos devam alcançar os mesmos resultados. Significa que devemos eliminar barreiras desnecessárias e ajudar quem, sem apoio adequado, não tem acesso a oportunidades básicas.

Essa postura inclui educação de qualidade, acesso a serviços de saúde, ajuda eficaz a quem passa necessidade e condições justas para trabalhar e empreender.

Precisamos respeitar essa mesma dignidade também ao tratar de questões sociais mais difíceis, nas quais valores e interesses diferentes se confrontam. Em vez de rejeitar automaticamente opiniões divergentes, deveríamos examinar os argumentos que as sustentam, suas consequências e sua compatibilidade com os direitos humanos fundamentais.

Isso não significa que toda posição seja igualmente correta ou que precisemos concordar em tudo. Significa que não devemos julgar as pessoas com base em preconceitos e que as regras da sociedade precisam poder ser justificadas também perante aqueles a quem se aplicam.

Pensar a longo prazo e assumir responsabilidade pelo futuro

Outro princípio do movimento será o empenho em considerar as consequências de longo prazo de cada decisão.

A política é muitas vezes influenciada pelos ciclos eleitorais. Uma medida que produz benefícios imediatos pode ter mais apelo político do que outra cujos frutos só aparecerão daqui a dez ou vinte anos. Isso não a torna necessariamente melhor para a sociedade.
Ao decidir sobre finanças públicas, energia, meio ambiente, educação ou desenvolvimento tecnológico, deveríamos levar em conta também as consequências que recairão sobre as gerações futuras.

Vamos apoiar a pesquisa científica, a inovação tecnológica e a busca de soluções que permitam elevar a qualidade de vida sem desperdício de recursos. Ao mesmo tempo, precisamos evitar a ilusão de que o progresso tecnológico resolverá automaticamente todos os problemas. Quando contamos com invenções futuras, precisamos ter alternativas para o caso de elas não chegarem a tempo ou não funcionarem como esperamos.

O mesmo raciocínio deveria valer para os conflitos internacionais. As guerras costumam causar perdas humanas e econômicas imensas, cujas consequências se prolongam por gerações. Por isso considero importante buscar mecanismos que reduzam o risco de conflitos, favoreçam a diplomacia e, ao mesmo tempo, protejam o direito dos povos de decidir seu próprio futuro.

Como deve funcionar o próprio movimento

O Humanity United Movement terá de se organizar segundo os mesmos princípios que pretende defender na sociedade.

Não basta exigir transparência dos políticos dos outros partidos. Precisamos praticá-la em nossas próprias fileiras. Não basta falar em competência se, na escolha dos candidatos, pusermos a lealdade pessoal acima da capacidade. E não basta pedir controle democrático se não pudermos criticar nossa própria direção.

Precisaremos, portanto, de regras claras para escolher e destituir dirigentes, fiscalizar o financiamento, resolver conflitos de interesses e decidir questões centrais do programa.

Um movimento global precisa saber cooperar entre países e, ao mesmo tempo, respeitar os processos democráticos locais. Os princípios comuns formarão a base de sua identidade, mas as medidas concretas terão de se adaptar às condições de cada sociedade.

Será importante, ainda, criar espaço para a discordância dentro do movimento. Quem apontar um erro no programa ou um efeito indesejável de uma decisão não deverá ser tratado como inimigo. Deverá poder apresentar seus argumentos e contar com um exame cuidadoso do que tem a dizer.

Afinal, nenhuma organização está imune à ambição de poder, ao pensamento de grupo ou a decisões equivocadas. O que distingue uma organização que funciona bem de outra que funciona mal não é o fato de uma delas nunca errar. É a capacidade de reconhecer os erros, corrigi-los e evitar que se repitam.

É por isso que quero que o Humanity United Movement seja uma organização capaz de fiscalizar a si mesma.

O que, afinal, queremos alcançar?

Se tivesse de resumir todo o projeto em uma ideia, diria que procuramos criar condições para que a humanidade aproveite melhor suas próprias capacidades.

Temos cientistas capazes de investigar o funcionamento da natureza. Temos tecnologias capazes de automatizar um número crescente de atividades. Temos sistemas econômicos capazes de gerar uma imensa quantidade de riqueza. Temos acesso à informação como as gerações anteriores jamais sonharam.

Ainda assim, muitas vezes não conseguimos transformar essas possibilidades em decisões responsáveis, serviços públicos de qualidade e condições de vida dignas para o maior número possível de pessoas.

Não acho que haja uma única causa, nem que baste um aplicativo, um partido ou uma reforma para resolvê-la. Trata-se de um conjunto de problemas interligados que exigem instituições melhores, educação de mais qualidade, decisões mais transparentes e capacidade de cooperar.

O Dinheiro Visível é um instrumento concreto para fiscalizar melhor os interesses financeiros na vida pública. A academia política é uma forma de preparar pessoas para

decidir com responsabilidade. Cabe ao Humanity United Movement criar uma estrutura política e organizacional capaz de articular e pôr em prática essas e outras iniciativas.
Cada parte tem sua função. Nenhuma basta sozinha.

Não espero que consigamos criar um sistema perfeito nem que todas as nossas propostas estejam certas. Espero, sim, que sejamos capazes de explicar abertamente nossas decisões, reconhecer nossos erros e buscar de modo sistemático soluções melhores.
Para que um projeto como esse faça sentido, é preciso começar pelas pessoas dispostas a assumir responsabilidades, preparar-se para elas e submeter seus atos à fiscalização.

E o projeto precisa permanecer aberto também a quem discorda de nós. Pois o objetivo não é convencer a humanidade inteira a aderir a uma única organização política. É contribuir para que, como humanidade, sejamos mais capazes de resolver os problemas que temos em comum.
É justamente por isso que o movimento se chama Humanity United Movement.

Não porque já estejamos unidos em nossas opiniões. Mas porque, apesar de todas as diferenças, compartilhamos um futuro e a responsabilidade pelo mundo que deixaremos.

Um convite à nova geração

Se você é jovem e às vezes tem a sensação de que o mundo poderia funcionar muito melhor, talvez seja hora de deixar de ser apenas espectador e começar a pensar no que pode fazer a respeito.

Você não precisa ter experiência em política. Não precisa ter estudado economia, direito ou relações internacionais. Não precisa ter uma resposta para toda pergunta. O que importa é a vontade de compreender o mundo, a disposição para aprender, a capacidade de questionar as próprias opiniões e a coragem de assumir responsabilidade pelo que afeta a sua vida.
É gente assim que eu gostaria de convidar para o Humanity United Movement.

Imagine uma política em que não seja preciso esperar vinte anos de carreira e uma rede de contatos já formada para poder entrar. Uma política para a qual você possa começar a se preparar hoje. Em que tenha a oportunidade de aprender como funciona o Estado, conversar com pessoas de diferentes áreas, analisar problemas sociais e se preparar, aos poucos, para a responsabilidade que talvez venha a assumir.

É por isso que queremos criar uma academia política que ajude a formar uma nova geração de pessoas capazes de compreender os problemas complexos da sociedade moderna. Não queremos que você aceite sem reservas as opiniões dos fundadores. Queremos que aprenda a pensar por conta própria, a trabalhar com fatos, a reconhecer bons argumentos e a dizer sem medo que alguém está errado — mesmo que esse alguém faça parte da direção do nosso próprio movimento.

Há, no entanto, uma condição que deve nos distinguir da política habitual.

Se queremos transparência dos políticos, precisamos começar por nós mesmos.

Quem decidir entrar no Humanity United Movement deve estar disposto, desde o início, a declarar abertamente seu patrimônio pelo projeto Dinheiro Visível e a submeter essa declaração à fiscalização prevista. Não só quando se candidatar a uma eleição. Não só quando assumir um cargo importante. Desde o início.

Não porque possuir bens seja, em si, algo suspeito. Pelo contrário. Um patrimônio adquirido honestamente não é motivo de vergonha. Mas, se queremos criar um ambiente político em que os interesses financeiros não sejam ocultados do público, precisamos estar dispostos a dar o exemplo.

Ser transparente tampouco significa que vamos nos considerar pessoas melhores do que aquelas que não aderirem. Significa que aceitaremos voluntariamente um padrão de fiscalização mais exigente e deixaremos que os outros julguem se de fato o cumprimos.

Talvez você se pergunte se um movimento pequeno tem alguma importância diante dos grandes partidos políticos, dos Estados e dos interesses econômicos globais.

Toda grande mudança, porém, tem de começar em algum lugar. Não precisamos saber hoje exatamente como será o mundo daqui a trinta anos. Precisamos, sim, começar a criar as instituições, as regras e as formas de pensar que nos permitirão enfrentar seus desafios futuros melhor do que hoje.

Se conseguirmos construir uma organização que reúna pessoas dispostas a estudar, agir com transparência, cooperar além das fronteiras e rever suas opiniões diante de novos conhecimentos, isso já será, por si só, um passo concreto na direção certa.

Não importa se um dia você será parlamentar, ministro, especialista em políticas públicas, empresário, ou se continuará sendo alguém que simplesmente se interessa pelo funcionamento da sociedade. Cada pessoa pode contribuir de um jeito.

Se essa ideia lhe diz algo, convido você a dar o primeiro passo. Cadastre-se no projeto Dinheiro Visível, conheça seus princípios e considere entrar no Humanity United

Movement. Venha sabendo que não vai apenas exigir mudanças dos outros: estará disposto a começar por si mesmo.

O formulário de inscrição está neste endereço:

https://app.visiblemoney.org/register

Não peço que confie em mim cegamente. Peço que pense bem nessa ideia, faça perguntas incômodas e avalie por conta própria se vale a pena dedicar a ela seu tempo e suas capacidades.

Talvez seja justamente a sua pergunta que revele um erro que não percebemos. Talvez uma ideia sua nos ajude a resolver um problema para o qual não encontramos saída. E talvez um dia você esteja entre as pessoas que decidirão como a nossa sociedade vai funcionar.

O futuro não é só o que herdamos das gerações anteriores. É também o que criamos, com nossas decisões, para as gerações que virão.

Se queremos um futuro melhor, precisamos estar dispostos a começar a construí-lo hoje.

Humanity United Movement — uma só humanidade, um futuro em comum.